



# Diário Oficial

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

ANO CIII — 104º DA REPÚBLICA — Nº 27.797

BELÉM — QUINTA-FEIRA, 8 DE SETEMBRO DE 1994

**Governador do Estado**  
**CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS**

*Presidente da Assembléia*  
DURBIRATAN DE ALMEIDA BARBOSA  
*Presidente do Tribunal de Justiça do Estado*  
MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS  
*Procuradoria Geral de Justiça*  
EDITH MARÍLIA MAIA CRESPO  
*Procuradoria Geral do Estado*  
GILBERTO PIMENTEL PEREIRA GUIMARÃES  
*Procuradoria Geral da Defensoria Pública*  
MARIA SÔNIA RODRIGUES LOBO GLUCK PAUL

*Casa Militar da Governadoria do Estado*  
Ten. Cel. - QOPM FAUSTINO ANTÔNIO GONÇALVES NETO  
*Casa Civil da Governadoria do Estado*  
ANTÔNIO NONNATO AMARAL

## SECRETARIADO

*Administração*  
RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE  
*Justiça*  
WILSON MODESTO FIGUEIREDO  
*Fazenda*  
JOÃO BAPTISTA FERREIRA RAMOS  
*Obras Públicas*  
RAUL DOS SANTOS AMARAL  
*Saúde Pública*  
JOSÉ ROBERTO VELHO DA CRUZ  
*Educação*  
MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS  
*Agricultura*  
CARLOS ALBERTO DA SILVA FRANCO  
*Segurança Pública*  
ALFREDO LIMA HENRIQUES SANTALICES  
*Planejamento e Coordenação Geral*  
WILTON SANTOS BRITO  
*Cultura*  
GUILHERME MAURÍCIO SOUZA MARCOS DE LA PENHA  
*Indústria Comércio e Mineração*  
LUIZ PANIAGO DE SOUSA  
*Trabalho e Promoção Social*  
LEDA APARECIDA CÂMARA DE AZEVEDO  
*Transportes*  
JOSÉ ALFREDO CARMO CALDAS  
*Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente*  
FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO

*Comandante Geral da Polícia Militar*  
Cel. QOPM CLETO JOSÉ BASTOS DA FONSECA  
*Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar*  
Cel. BM GILBERTO FERNANDES DE SOUSA LIMA  
*Consultor Geral do Estado*  
CAMILO PINTO DA SILVA NETO

## NESTA EDIÇÃO

DECRETOS  
Do Governo do Estado

PORTARIAS  
Da Casa Militar da Governadoria do Estado, Secretarias de Estado de Administração, Justiça, Fazenda, Saúde Pública, Educação, Trabalho e Promoção Social, Transportes e Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

EXTRATOS DE CONTRATOS E TERMOS ADITIVO E RESULTADO DE LICITAÇÃO  
Da Companhia de Saneamento do Pará

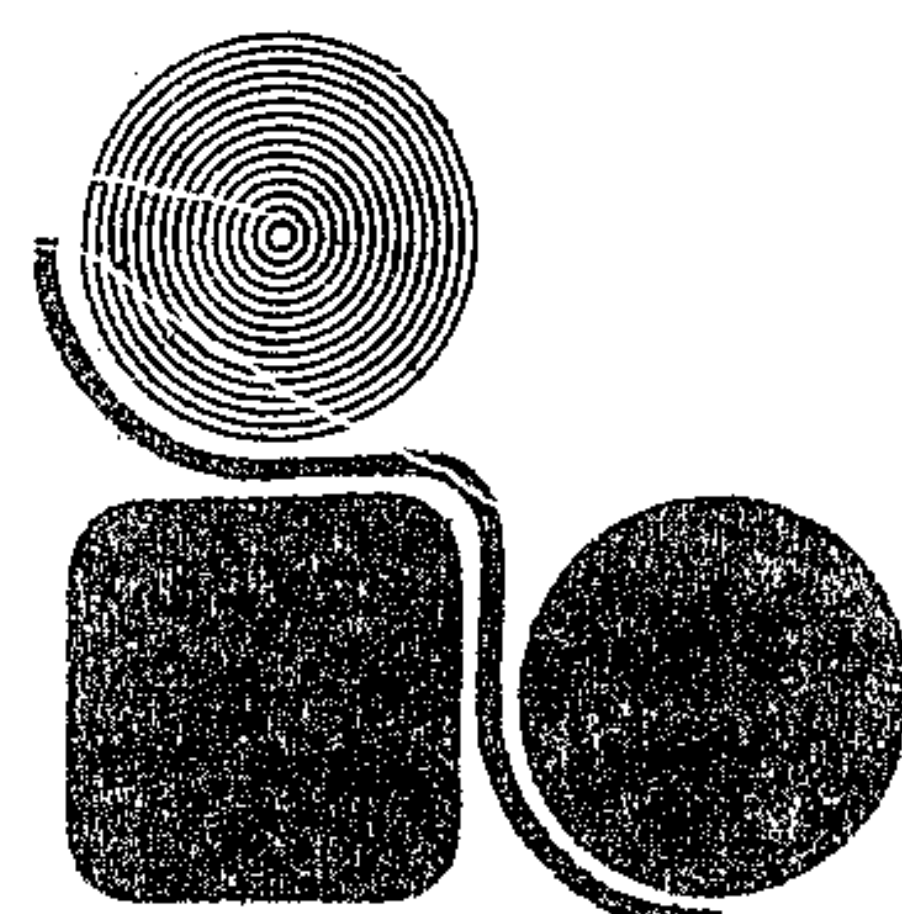
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL  
Da Telecomunicações do Pará S/A - Telepará

1ª PROVA ESCRITA DO IV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO - EDITAL  
Da Justiça Federal

## AVISO

Avisamos aos clientes e leitores do Diário Oficial do Estado, que o horário de funcionamento para recebimento de matérias, venda de exemplares e renovação de assinaturas é de 08:00h. às 18:00h.

8 Cadernos  
64 Páginas



# Imprensa Oficial

# GOVERNO DO ESTADO Poder Executivo

DECRETO Nº 2816 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

APROVA O REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - SETRAN

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, incisos V e VII da Constituição Estadual,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado na forma do anexo I, deste Decreto, o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Transportes.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 06 de setembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS  
Governador do Estado

RAYMUNDO NUNATO MORAES DE ALBUQUERQUE  
Secretário de Estado de Administração

CP94/0169427-3

## REGIMENTO INTERNO

ANEXO I DO QUE TRATA A LEI Nº 5.834 de 15/03/94.

### REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

#### TÍTULO I Da Finalidade e Funções Básicas

##### CAPÍTULO I Da Finalidade

Art. 1º A Secretaria de Estado de Transportes, criada pela Lei nº 5.509, de 28 de dezembro de 1988, tem por finalidade, o planejamento, a orientação, a coordenação, a normatização, a execução o controle e a avaliação das ações relativas a política dos transportes no Estado do Pará.

##### CAPÍTULO II Das Funções Básicas

Art. 2º São funções básicas da Secretaria de Estado de Transportes - SETRAN:

I - normalizar, coordenar e executar a política estadual dos transportes no Estado do Pará;

II - promover estudos e pesquisas visando a elaboração e implantação de uma política integrada dos transportes em consonância com as diretrizes da Política Estadual de Desenvolvimento Sócio-Econômico;

III - articular as ações do setor de transportes do Estado, com as diretrizes nacionais e internacionais;

IV - articular as atividades dos órgãos modais dos transportes estaduais e municipais, bem como orientar e aprovar a elaboração de programas e projetos para o setor;

V - promover estudos e pesquisas, programações, acompanhamento, controle e a avaliação a nível estadual de política de concessão de serviços públicos de transportes de passageiros e cargas, para áreas metropolitanas, urbanas e rurais;

VI - promover a identificação de ações que devam ser efetuadas na infraestrutura de transportes, visando adequar a oferta de transportes às necessidades atuais e futuras do Estado do Pará;

VII - coordenar e incentivar os programas de assistência técnica e financeira nacional, estrangeira e/ou internacional a instituições estaduais e/ou municipais;

VIII - compatibilizar os planos e projetos de transportes com as diretrizes estaduais e nacionais de preservação do meio ambiente.

#### TÍTULO II Da Composição Organizacional

Art. 3º A Secretaria de Estado de Transportes possui a seguinte composição organizacional:

#### I - NÍVEL DE DIREÇÃO SUPERIOR E ATUAÇÃO COLEGIADA

- a) Secretário de Transportes
- b) Secretário-Adjunto
- c) Conselho Estadual de Transportes

#### II - NÍVEL DE ACESSORAMENTO SUPERIOR

- a) Gabinete do Secretário
- b) Auditoria e Acompanhamento Interno

#### III - NÍVEL DE GERÊNCIA SUPERIOR

- a) Diretoria de Transportes Terrestre
- b) Diretoria de Transportes Hidroviário
- c) Diretoria de Transportes Aeroviário
- d) Diretoria Administrativa e Financeira

#### IV - NÍVEL DE ATUAÇÃO PROGRAMÁTICA

- a) Departamento de Infra-Estrutura Rodoviária
- b) Departamento de Operações Rodoviárias
- c) Departamento de Infra-Estrutura Hidroviária
- d) Departamento de Operações Hidroviárias
- e) Departamento de Finanças
- f) Departamento de Administração

#### V - NÍVEL DE ATUAÇÃO OPERACIONAL

- a) Divisão de Obras
  - a.1) Seção de Obras Contratadas
  - a.2) Seção de Obras Especiais
- b) Divisão de Conservação
  - b.1) Seção de Conservação Rodoviária
  - b.2) Seção de Máquinas e Equipamentos
- c) Divisão Técnica
- d) Divisão de Operações
- e) Divisão de Infra-Estrutura Portuária
- f) Divisão de Vias Navegáveis
- g) Divisão de Navegação e Travessias
- h) Divisão de Equipamentos Navais
- i) Divisão de Concessão e Fiscalização
- j) Divisão de Infra-Estrutura Aeroviária
- k) Divisão Operacional
- l) Divisão de Contabilidade
- m) Divisão de Execução Orcamentária e Financeira
- n) Divisão de Recursos Humanos
  - n.1) Seção de Cadastro e Movimentação Funcional
  - n.2) Seção de Desenvolvimento de Rec. Humanos
- o) Divisão de Material e Patrimônio
  - o.1) Seção de Compras
  - o.2) Seção de Almoxarifado
  - o.3) Seção de Patrimônio
- p) Divisão de Serviços Gerais
  - p.1) Seção de Transportes
  - p.2) Seção de Administração de Edifícios
- q) Divisão de Documentação e Informação
  - q.1) Seção de Protocolo e Arquivo
  - q.2) Seção de Acervo Técnico e Informação

#### VI - NÍVEL DE ATUAÇÃO REGIONAL

- a) Divisões Regionais
  - a.1 - Seção Regional de Conservação Rodoviária
  - a.2 - Seção Regional de Administração
  - a.3 - Seção Regional de Apoio Hidroviário e Aeroviário
  - a.4 - Residências Regionais de Conservação
  - a.5 - Serviço Regional de Máquinas e Equipamentos

Parágrafo Único - A composição organizacional da Secretaria de Estado de Transportes, está representada no organograma anexo.

#### TÍTULO III Das Competências

##### CAPÍTULO I

Do nível de Direção Superior e Atuação Colegiada.

##### SEÇÃO I

Do Secretário de Estado de Transportes

Art. 4º Ao Secretário de Estado de Transportes, compete:

I - promover a coordenação e a análise de conveniência da celebração de acordos e convênios com a União, demais estados, municípios e outras entidades que tenham por objetivo a execução de serviços nos setores de competência da pasta;

II - atuar, como presidente, no Conselho Estadual de Transportes;

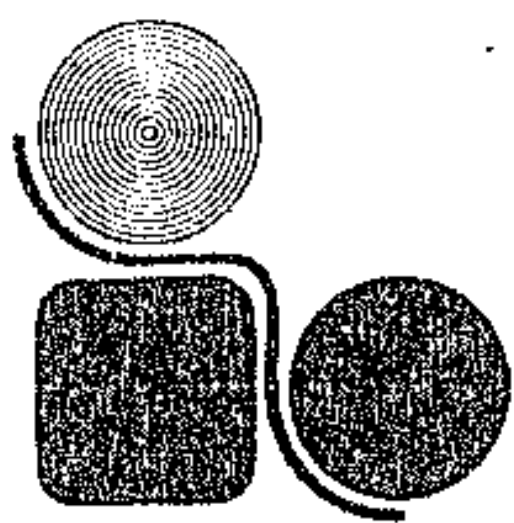
III - promover a elaboração de planos globais e a integração dos planos setoriais de natureza técnica, econômica, financeira e administrativa correspondentes aos diversos sistemas de transportes;

IV - promover a implantação, o aperfeiçoamento e a manutenção de um sistema integrado de transporte, mediante o levantamento das suas necessidades, visando ao atendimento da demanda global pelo menor custo social;

V - administrar a execução dos programas governamentais concernentes a transportes em todas as suas modalidades, no que se

QUINTA-FEIRA, 8 DE SETEMBRO DE 1994

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ



## Imprensa Oficial

**DIRETORIA  
ADMINISTRAÇÃO  
REDAÇÃO  
PARQUE GRÁFICO**

Trav. do Chaco, S/N, próximo a Almirante Barroso  
Belém - Pará

**PBX - 226-7888 (GERAL)**

**FAX..... 226-0556**

Diretor Presidente  
**WALTER GUIMARÃES ROLIM**

Diretor Administrativo  
**ELZEMAN JOSÉ DE OLIVEIRA LOBO**

Diretor Técnico  
**NAZIR RACHID**

Diretor de Documentação e Divulgação  
**LOURIVAL BARBALHO JUNIOR**

Resp. Pela Chefia de Redação  
**ANTÔNIO CARLOS C. DOS SANTOS**

Chefe da Revisão  
**RAIMUNDO WALDIR B. LOBÃO**

### Tabela de Assinaturas e Publicações

|                                      |      |          |
|--------------------------------------|------|----------|
| <b>ASSINATURA TRIMESTRAL:</b>        |      |          |
| Na Capital .....                     | R\$- | 25,00    |
| Outros Estados e<br>Municípios ..... | R\$- | 78,00    |
| <b>PUBLICAÇÕES:</b>                  |      |          |
| Cada centímetro .....                | R\$- | 14,00    |
| Preço por página .....               | R\$- | 2.772,00 |
| <b>COMPOSIÇÃO:</b>                   |      |          |
| (centímetro) .....                   | R\$- | 2,00     |
| <b>FOTOLITO:</b>                     |      |          |
| (centímetro) .....                   | R\$- | 1,00     |

**PREÇO DO EXEMPLAR. . . R\$- 0,40**

### MATÉRIA PARA PUBLICAÇÃO

Das 08:00h. às 18:00h. de segunda a sexta-feira.

**RECLAMAÇÕES:** 24 horas após a circulação do Diário na Capital e 8 dias nos Municípios e outros Estados.

**OFÍCIOS OU MEMORANDOS:** devem acompanhar publicações a cobrar.

**ASSINATURAS:** Capital, Municípios e outros Estados em qualquer época.

**PAGAMENTOS:** Sempre em Cheque Nominal para a **IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO**.

**OBS.:** As assinaturas do **DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO** não dão direito ao recebimento de **Caderno Especial**, elaborado exclusivamente para distribuição aos órgãos interessados.

refere aos investimentos e inversões ferroviárias, portuárias, rodoviárias, aeroportuárias, hidroviárias e outras de características especiais.

VI - promover a compatibilização dos planos, estudos e projetos de transporte com as diretrizes estaduais e nacionais de preservação do meio-ambiente, bem como fazer respeitar os dispositivos legais atinentes à matéria;

VII - autorizar, quando couber, as prorrogações de prazos dos contratos e convênios, celebrados por órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta;

VIII - representar o Estado junto a instituições oficiais e privadas, nacionais e internacionais em assuntos etinentes à Pasta;

IX - promover, a perfeita articulação com o Governo Federal, em assuntos referentes a transportes;

X - promover o atendimento tempestivo e eficaz de solicitações de outros setores de Governo do Estado à Secretaria;

XI - baixar resoluções pertinentes à Pasta;

XII - resolver os casos omissos, bem como esclarecer as dúvidas suscitadas na fase de execução deste regulamento, expedido, para tais fins os atos necessários.

XIII - exercer outras atividades correlatas;

### SEÇÃO II

Do Secretário-Adjunto

Art. 5º Ao Secretário-Adjunto, subordinado diretamente ao Secretário de Estado de Transportes, compete:

I - substituir o titular da Pasta quando do seu impedimento, executando neste caso, as atribuições que são próprias ao Secretário de Estado de Transportes.

II - executar as atividades delegadas diretamente pelo Secretário de Estado de Transportes;

### SEÇÃO III

Do Conselho Estadual de Transporte

Art. 6º Ao Conselho Estadual de Transportes, compete:

I - apreciar o planejamento global das atividades de transportes da Secretaria;

II - aprovar planos e programas para execução de serviços de transporte comercial afetos ao Estado e autorizar a sua concessão;

III - propor medidas necessárias ao aperfeiçoamento da Política de Transportes do Estado;

IV - participar da formulação e coordenação da Política de Transporte do Estado;

V - deliberar "ad referendum" do titular da pasta sobre planos, programas e projetos relativos a serviços, linhas e terminais: regulamentação e normas básicas relativos à concessão de linhas e à localização de terminais; instrumentos contratuais de exploração de linhas e terminais, composição de tarifas;

VI - deliberar, a nível de recursos sobre autorização, alteração, renovação, transferência, suspensão, proposta de outorga e cassação e outros atos relativos a linhas e terminais;

Art. 7º São membros do Conselho Estadual de Transportes:

I - o Secretário de Estado de Transportes;

II - um (01) representante da Secretaria de Estado da Fazenda;

III - um (01) representante do Governo do Estado;

IV - um representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN;

V - um (01) representante do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem - DNSR;

VI - um (01) representante da Secretaria Nacional dos Transportes;

VII - um (01) representante da Empresa de Transporte do Estado do Pará - ETERPA;

VIII - um (01) representante das Prefeituras Municipais, escolhido pelo chefe do Poder Executivo;

IX - um (01) representante do Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial e Lacustre e das agências da Navegação do Estado do Pará - SINDARPA;

X - um (01) representante do Sindicato das Empresas de Cargas do Estado do Pará - SINDICARPA;

XI - um (01) representante de Empresas de Transportes Rodoviárias Intermunicipal do Pará;

XII - um (01) representante do Sindicato dos Engenheiros do Estado do Pará;

XIII - um (01) representante da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM;

XIV - um (01) representante do Departamento de Aviação Civil-DAC;

XV - um (01) representante da Assembleia Legislativa

XVI - um (01) representante da Federação da Indústria ou da Associação Comercial mediante rodízio semestral;

XVII - um (01) representante da Capitania dos Portos;

XVIII - um (01) representante da Federação de Agricultura do Estado do Pará;

IX - um (01) representante do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Pará;

Parágrafo Único - O Secretário de Estado de Transportes será o Presidente do Conselho Estadual de Transportes, e o Vice-Presidente será eleito dentre seus membros para um período de dois (02) anos.

Art. 82 Os membros do Conselho Estadual de Transportes e seus suplentes, a exceção do Secretário de Estado de Transportes, que será membro nato, serão nomeados pelo Governador do Estado, mediante indicação dos órgãos e entidades, na forma definida no regimento do órgão colegiado, para um mandato não inferior a dois (02) anos.

Art. 92 O Conselho Estadual de Transportes reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, quantas vezes forem necessárias, convocados por seu Presidente ou por maioria de seus membros.

Art. 10 Os membros do Conselho farão jus a "JETONS" pagos por reuniões a que comparecerem, não excedentes a quatro por mês.

Art. 11 O Conselho Estadual de Transportes terá regimento próprio aprovado por ato do Governador do Estado, o qual definirá sua sistemática de funcionamento.

### SEÇÃO III Do Secretário Adjunto

Art. 12 Ao Secretário Adjunto, subordinado diretamente ao Secretário de Estado, compete:

- I - as responsabilidades estabelecidas no art. 19 do Decreto nº 2231, de 12 de maio de 1982;
- II - coordenar, supervisionar, controlar e avaliar os planos, programas, projetos e atividades da Secretaria;
- III - promover a administração geral da Secretaria, em estreita observância às disposições legais;
- IV - adotar medidas que visem assegurar o fornecimento sistemático da Secretaria;
- V - delegar competências, quando necessário.

### CAPÍTULO II Do Nível de Assessoramento Superior

#### SEÇÃO I Do Gabinete do Secretário

Art. 13 Ao Gabinete, compete:

- I - apoiar o Secretário de Estado no desempenho de suas atribuições e compromissos oficiais;
- II - executar os serviços relacionados com as audiências e representações do Secretário;
- III - realizar a triagem de pessoas, documentos e processos encaminhando às unidades competentes;
- IV - receber, examinar, preparar e encaminhar o expediente sujeito à apreciação do Secretário;
- V - organizar a agenda dos compromissos assumidos pelo Secretário;
- VI - providenciar a articulação do Secretário de Estado com as unidades da Secretaria, bem como com outros órgãos;
- VII - coordenar e executar a divulgação interna e externa dos assuntos de interesse do Secretário.

#### SEÇÃO II Da Auditoria e Acompanhamento Interno

Art. 14 A Auditoria e Acompanhamento Interno, subordinada diretamente ao Secretário de Estado de Transportes compete:

- I - programar, executar, orientar e coordenar as atividades de auditoria, no âmbito da Secretaria;
- II - proceder às inspeções, análises e verificações dos fatos administrativos, financeiros e técnicos dos diversos setores da Secretaria;
- III - verificar a fiel observância das normas relativas às operações de caixa e movimentação de contas bancárias;
- IV - comprovar sistematicamente a exatidão e veracidade de balanços, balancetes e outros demonstrativos contábeis;
- V - verificar a correspondência entre os valores e as quantidades constantes dos registros de controle de estoque e os valores e as quantidades existentes nos documentos de aquisição;
- VI - verificar a exatidão dos registros relativos a pessoal, cadastro funcional e financiamento;
- VII - verificar a fiel elaboração das folhas de pagamento dos descontos efetuados e do recolhimento ou crédito às contas próprias;
- VIII - verificar a precisa correlação entre as despesas realizadas na execução dos projetos, obras e atividades dos diversos setores do órgão;
- IX - verificar a observância dos dispositivos sobre a realização de licitações seja para fornecimento de material ou para a prestação de serviços, seja para alienação de bens da Secretaria.

### CAPÍTULO III

Do Nível de Gerência Superior, Prog. e Operacional

#### SEÇÃO I

Da Diretoria de Transportes Terrestre

Art. 15 A Diretoria de Transportes Terrestre, subordinada diretamente ao Secretário de Estado de Transportes, compete:

- Planejar, coordenar, executar, controlar e avaliar a Política de Transporte Terrestre do Estado, nos aspectos de construção, restauração, melhoramentos e conservação dos sub-modais rodoviário, ferroviário e metroviário, bem como o que concerne à concessão dos serviços públicos dos transportes terrestres, e a fiscalização das normas relativas à servidões e limitações do uso e dos acessos à prioridades limitrofes às rodovias estaduais e ao direito de vizinhança.

Art. 16 Ao Departamento de Infra-Estrutura compete:

- I - promover a elaboração de projetos, cálculos e especificações de obras nas rodovias estaduais;
- II - realizar estudos que objetivem o fornecimento de subsídios à avaliação da viabilidade dos projetos rodoviários;
- III - colaborar no fornecimento de dados e informações para a organização e manutenção de cadastro técnico da rede rodoviária estadual;
- IV - identificar e propor vias de acesso rodoviário, intercessões e passagens, que facilitem o trânsito na rede rodoviária estadual.

Art. 17 A Divisão de Obras, compete:

- I - executar e/ou fiscalizar a execução de estudos de viabilidade técnico-econômica e de projetos de engenharia para construção, melhoramentos e restauração de rodovias;
- II - realizar estudos, pesquisas e projetos referentes a custos e produção de serviços e obras;
- III - propor medidas que assegurem o cumprimento do cronograma de execução e dos padrões de qualidade das obras de engenharia na rede rodoviária;
- IV - propor critérios a serem adotados, bem como realizar a medição, avaliação ou classificação de materiais a serem utilizadas em obras, nas medições, avaliação e classificação de materiais para obras;
- V - propor normas necessárias ao desenvolvimento de atividades de construção rodoviária, no Estado.

Art. 18 A Seção de Obras Contratadas, compete:

- I - orientar, fiscalizar e controlar a execução de obras rodoviárias, executadas por terceiros;
- II - promover medidas que assegurem o cumprimento do cronograma de execução de obras contratadas, bem como o seu padrão de qualidade;
- III - controlar e conferir avaliações e medições das obras e serviços.

Art. 19 A Seção de Obras Especiais, compete:

- I - realizar estudos e promover a elaboração de projetos de obras especiais das rodovias estaduais;
- II - realizar e/ou verificar os cálculos estruturais das obras de arte a serem construídas;
- III - supervisionar as obras e fiscalizar o cumprimento do cronograma de construção das obras de arte;
- IV - realizar, controlar e supervisionar a construção de pontes de madeira.

Art. 20 A Divisão de Conservação, compete:

- I - realizar estudos e propor providências para a formulação de política de conservação rodoviária na rede estadual, bem como a adoção dos instrumentos físicos e institucionais para efetivá-la;
- II - programar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades relativas a conservação, preservação ambiental e paisagismo na rede rodoviária estadual;
- III - manter sistema de informação sobre condições de trafegabilidade da rede rodoviária estadual, através da coleta permanente de informações atualizadas;
- IV - colaborar com subsídios para a elaboração da programação de restauração e melhoramentos de rodovias estaduais;

V - organizar e manter o cadastro técnico da rede rodoviária estadual;

VI - elaborar especificações, normas e tabelas de custos de serviços e obras de conservação, através de apropriações, de realizações por administração direta, por contratos com terceiros e em pistas experimentais.

Art. 21 A Seção de Conservação Rodoviária, compete:

- I - executar os trabalhos de conservação e melhoramento da faixa de domínio, revestimento primário, pavimento estradal, sistema de drenagem e obras d'arte correntes e especiais;
- II - executar as medidas necessárias ao perfeito fluxo de veículos nas rodovias estaduais;
- III - comunicar em tempo hábil à Divisão de Conservação, acerca da necessidade de manutenção de equipamentos rodoviários;

QUINTA-FEIRA, 8 DE SETEMBRO DE 1994

## DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ

IV - manter permanente articulação com os distritos regionais para identificação das necessidades de conservação da sinalização horizontal e vertical rodoviárias;

V - elaborar e propor planos de conservação da sinalização rodoviária;

VI - manter sistematicamente atualizados, bancos de dados sobre as condições do sistema de sinalização rodoviária do Estado;

VII - supervisionar a qualidade técnica dos serviços de manutenção de sinalização.

Art. 22 à Seção de Máq. e Equipamentos, compete:

I - prestar assistência técnica às oficinas das Divisões Regionais, no que concerne à manutenção de equipamentos, inspecionando-os periodicamente;

II - organizar e manter atualizado o cadastro geral dos equipamentos rodoviários da SETRAN, assim como dados históricos e técnicos e sua localização;

III - estabelecer padrões para controle da vida útil do equipamento rodoviário;

IV - promover os serviços de reparação do equipamento mecânico, das máquinas e veículos das Divisões Regionais quando encaminhado para seu atendimento;

V - opinar sobre a necessidade e o emprego de equipamentos nos diversos setores da SETRAN;

VI - promover o levantamento dos equipamentos e materiais inservíveis, bem como propor a sua alienação.

Art. 23 Ao Departamento de Operações Rodoviárias, compete:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação relativa a transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e cargas;

II - supervisionar o transporte coletivo intra e intermunicipal de passageiros e cargas;

III - promover a fiscalização do tráfego de veículos coletivos intra e intermunicipal nas estradas estaduais e nos terminais rodoviários;

IV - realizar estudos que propiciem a melhoria dos serviços de transportes de cargas e passageiros no âmbito do Estado;

V - realizar estudos que objetivem a criação, ampliação, transferência, prorrogação e concessão de linhas e itinerários rodoviários;

VI - apreciar processo de concessão e/ou autorização de linhas intermunicipais;

VII - fiscalizar o cumprimento de horário de saída e chegada nos terminais rodoviários, dos veículos de passageiros;

VIII - fiscalizar a lotação dos coletivos das linhas intermunicipais;

IX - propor normas de concessão e fiscalização do transporte coletivo intermunicipal;

X - revisar permanentemente, mantendo-o atualizado, o Regulamento de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros;

XI - estudar, elaborar e propor um regulamento estadual de transporte rodoviário de bens, a fim de regulamentar o transporte de carga na rede rodoviária estadual, compatibilizando-o com o regulamento federal para o setor.

Art. 24 à Divisão Técnica, compete:

I - promover pesquisas técnico-econômicas, sobre sistema de transporte coletivo intermunicipal de passageiros;

II - efetuar estudos para criação de linhas;

III - efetuar estudos sobre regime de funcionamento de linhas;

IV - estudar horários e itinerários;

V - promover o levantamento estatístico de passageiros e coeficientes de aproveitamento;

VI - instruir processos de concessão e autorizações;

VII - lavrar termos relativos à conclusões e autorizações;

VIII - efetuar estudos sobre transferência, renovação e rescisão de concessão de linhas;

IX - acompanhar a execução dos contratos de concessão de linhas;

X - controlar o registro de motoristas e cobradores;

XI - fornecer licenças especiais e de fretamento;

XII - revisar, periodicamente, e manter atualizado o Regulamento de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros;

XIII - estudar e propor regulamentação para o transporte de carga na rede estadual, compatibilizando-o com a Regulamentação Federal para o setor;

XIV - controlar e fiscalizar o tráfego de veículos de transporte coletivo intermunicipal nas estradas estaduais e nos terminais rodoviários;

XV - dirigir e controlar as atividades dos fiscais de tráfego;

XVI - colaborar nos estudos de normas de fiscalização do transporte coletivo intermunicipal, bem como de cargas;

XVII - colaborar com os órgãos de policiamento rodoviário, na fiscalização do transporte de carga nas rodovias estaduais e travessias.

Art. 25 à Divisão de Operações, compete:

I - registrar todas as linhas intermunicipais de passageiros com seus itinerários e horários;

II - manter atualizado o cadastro das linhas concedidas, das empresas e prontuários dos concessionários;

III - controlar as datas de vencimento das licenças e concessões;

IV - controlar as datas de vencimento das vistorias, a fim de mantê-las atualizadas;

V - manter atualizado cadastro de empresas e linhas de transporte rodoviário, interestadual que interessam ao Estado do Pará;

VI - organizar estatísticas de movimentação de passageiros no transporte rodoviário intermunicipal;

VII - promover estudos que visem fomentar e melhorar a intermodalidade entre o transporte rodoviário e o hidroviário;

VIII - coordenar as vistorias, a serem efetuadas nos veículos registrados pelas empresas intermunicipais de passageiros através de Comissão de Vistoria;

IX - manter cadastro atualizado dos veículos em tráfego nos serviços intermunicipais de passageiros;

X - providenciar junto à direção do Departamento de Operações Rodoviárias, a nomeação da Comissão Permanente de Vistoria;

XI - calcular e registrar as atualizações periódicas das tarifas de transporte rodoviário de passageiros e de cargas, com base nos dados colhidos pelos órgãos de pesquisa;

XII - calcular taxas incidentes sobre os serviços de fretamento e sobre os serviços executados pelo Departamento de Operações Rodoviárias.

## SEÇÃO II

## Da Diretoria de Transportes Hidroviário

Art. 26 à Diretoria de Transportes Hidroviário, subordinada diretamente ao Secretário de Transporte, compete:

I - planejar, coordenar, executar, controlar e avaliar a política de transportes hidroviários do estado, objetivando viabilizar o deslocamento de pessoas e cargas;

II - viabilizar o projeto, a implantação e a fiscalização dos portos, trapiches, cais de aportagem, terminais hidroviários, armazéns portuários;

III - promover o balizamento e a sinalização dos trechos navegáveis;

IV - promover obras de engenharia a fim de tornar navegáveis vias fluviais e lacustres, bem como acompanhar as ações visando outras utilizações das vias navegáveis que interfiram com a função transporte.

Art. 27 Ao Departamento de Infra-Estrutura Hidroviária, compete:

I - elaborar, programar e planejar estudos, projetos, execução direta ou indireta de portos, atracadouros, rampas, cais do acostamento, estações de passageiros e armazéns portuários, obras de engenharia, desobstrução e sinalização para melhoramento de vias navegáveis, bem como, acompanhar as ações pertinentes de iniciativa dos governos federal e municipais, inclusive aquelas concernentes às outras utilizações de curso d'água, que não de navegação.

Art. 28 à Divisão de Infra-Estrutura Portuária, compete:

I - planejar, programar e coordenar o desenvolvimento do sistema de portos do Estado;

II - estabelecer as normas de acompanhamento e controle da construção e manutenção do sistema de portuário estadual;

III - promover o cadastramento do sistema portuário do Estado;

IV - articular-se com demais órgãos públicos e privados na resolução dos problemas concernentes a portos do Estado.

Art. 30 À Divisão de Vias Navegáveis, compete:

I - planejar, programar e coordenar o desenvolvimento do sistema de vias navegáveis do Estado;

II - promover o cadastramento do sistema de vias navegáveis do Estado;

III - articular-se com demais órgãos públicos e privados na resolução dos problemas concernentes às vias navegáveis do Estado;

IV - organizar e atualizar as cartas náuticas das vias navegáveis;

V - balizar e sinalizar os trechos navegáveis;

VI - executar as atividades relativas ao estudo, pesquisa e ao desenvolvimento das vias navegáveis de interesse do Estado;

VII - executar e/ou supervisionar os serviços de engenharia destinados a melhorar as condições das vias navegáveis.

Art. 31 Ao Departamento de Operações Hidroviárias, compete:

I - programar, controlar e executar as atividades relativas à navegação e as travessias, quando executadas diretamente pela SETRAN;

II - promover os estudos para concessão de serviços de transportes hidroviários, a terceiros;

III - controlar e fiscalizar os concedidos;

IV - organizar e manter atualizadas informações e dados estatísticos sobre embarcações;

V - elaborar tabelas de tarifas.

Art. 32 A Divisão de Navegação e Travessias, compete:

I - coordenar, controlar e executar as ações concernentes à operação das embarcações sob responsabilidade da SETRAN;

II - elaborar e manter atualizada o cadastro de embarcações, armadores e linhas de navegação que operam no Estado;

III - elaborar e controlar a escala de serviços das guarnições que desempenham atividades nas embarcações da SETRAN, inclusive a das travessias;

IV - controlar os prazos de vigência das vistorias a seco e flutuantes das embarcações sob responsabilidade da Secretaria;

V - elaborar e controlar o horário de serviço das embarcações da SETRAN, exceto as das travessias;

VI - manter regularizadas, junto aos órgãos competentes, as embarcações da SETRAN, e a respectiva tripulação;

VII - informar, periodicamente, à Divisão de Equipamentos Navais, a situação dos cascos e dos demais equipamentos das embarcações da SETRAN;

VIII - colaborar com estudos e observações sobre o desempenho das embarcações para melhoria dos projetos;

IX - coordenar, controlar e executar direta e/ou indiretamente as ações pertinentes à operação dos serviços de travessia;

X - elaborar e manter atualizado o cadastro de empresas e embarcações que operam as travessias localizadas no Estado do Pará, mesmo aquelas não jurisdicionadas à SETRAN;

XI - controlar o prazo de vigência da vistoria a seco e flutuante das embarcações de terceiros utilizadas nas travessias;

XII - elaborar e controlar o horário de serviço das embarcações de travessias da SETRAN;

XIII - providenciar o abastecimento de embarcações operadas diretamente pela SETRAN, nas travessias;

XIV - informar à Diretoria, periodicamente, a situação dos cascos e demais equipamentos das embarcações que operam nas travessias.

Art. 33 A Divisão de Equipamentos Navais, compete:

I - programar, promover, controlar e fiscalizar os serviços de construção, reparos e conservação das embarcações e equipamentos navais da Secretaria;

II - elaborar projetos de engenharia de construção e de reparos navais das embarcações da SETRAN;

III - acompanhar o processo de aprovação dos projetos junto aos setores competentes;

IV - promover os testes, vistorias e legalização das embarcações recém construídas, antes de entregá-las as atividades operacionais;

V - prover as embarcações da SETRAN, de equipamentos de proteção e segurança aos passageiros;

VI - supervisionar e/ou executar os serviços de manutenção periódica das embarcações e equipamentos marítimos, atendendo as normas técnicas da Capitania dos Portos e da Diretoria de Portos e Costas (DPC);

VII - promover as vistorias periódicas nas embarcações da SETRAN;

VIII - supervisionar o estado de conservação e a manutenção das embarcações de terceiros, utilizadas nos serviços concedidos pela SETRAN, quando solicitada pelas unidades responsáveis da Diretoria de Transportes Hidroviários.

Art. 34 A Divisão de Concessão e Fiscalização, compete:

I - fiscalizar o cumprimento das normas e regulamentos referentes a travessias fluviais lacustres e marítimas jurisdicionadas à SETRAN;

III - analisar processo de solicitação de concessão de linhas e travessias;

IV - realizar cálculos e propor tarifas para as linhas fluviais, marítima e lacustres;

V - controlar o horário de saída e chegada de embarcações que operam nas travessias fluviais operadas por terceiros;

VI - fiscalizar o cumprimento de tabela de tarifas das diversas linhas e travessias;

VII - realizar estudos e propor a criação e ampliação de linhas e travessias fluviais, marítimas e lacustres;

VIII - fiscalizar o uso de portos, trapiches, cais de arrimo, rampas e terminais hidroviários, jurisdicionados à SETRAN;

IX - realizar a arrecadação das tarifas das travessias por administração direta e remeter ao Departamento de Finanças os valores arrecadados, com os respectivos comprovantes;

- organizar e manter organizado o quadro estatístico da movimentação de passageiros e de cargas, inclusive veículos, transportados pelo sistema hidroviário, com informações coletadas nas unidades do DTH, das Empresas Públicas e Privadas e entidades arrecadadoras de impostos municipais, estaduais e federais.

#### SEÇÃO III Da Diretoria de Transportes Aeroviários

Art. 35 A Diretoria de Transportes Aeroviários, subordinada diretamente ao Secretário de Estado de Transportes, compete:

I - elaborar, supervisionar e executar o plano aeroviário estadual;

II - promover a coordenação, execução, fiscalização e supervisão, no Estado, de todas as atividades de aviação civil e comercial que lhe forem delegadas pela União;

III - estudar, programar e executar direta ou contratualmente, a construção, ampliação e melhoria dos aeródromos e aeroportos civis, a cargo do Estado, inclusive mediante prévio convênio com órgãos federais competentes;

IV - assistir aos órgãos municipais em assuntos referentes à aeronáutica civil;

V - efetuar, periodicamente, o levantamento de dados estatísticos referentes à aviação civil e comercial do Estado, visando a um permanente controle da situação aeronáutica estadual;

VI - elaborar, propor, rever ou detalhar programas e projetos relacionados com a atividade aeronáutica do Estado, estimulando e apoiando o desenvolvimento do transporte aéreo regional no Pará;

VII - promover e celebrar convênios com órgãos federais visando a transferência para o âmbito da competência estadual, de matéria referentes à manutenção, administração, ampliação, melhoramentos e construção de aeroportos e aeródromos, e também, a execução da política federal de aeronáutica civil, no plano estadual;

VIII - analisar a ocupação do solo em torno dos aeroportos e aeródromos e adotar as medidas necessárias a garantia do bom relacionamento entre as atividades aeronáuticas e a comunidade urbana;

IX - manter permanente intercâmbio com órgãos ligados direta ou indiretamente aos transportes aéreos, a nível nacional, regional e estadual;

X - participar da elaboração de planos gerais de trabalho e orçamento referentes às atividades de sua área de atuação;

XI - administrar a operação dos equipamentos de transporte aéreo de propriedade da SETRAN;

XII - elaborar uma política de desenvolvimento de transportes aeroviário, de modo a apoiar regiões remotas e carentes de outros modos de transporte.

Art. 36 A Divisão de Infra-Estrutura Aeroviária, compete:

I - implantar o Plano Aeroviário do Estado do Pará;

II - manter um sistema de cooperação técnica com os Governos Federal e Municipais;

III - propor a construção e o melhoramento de aeródromos da rede aeroportuária estadual;

IV - manter os aeródromos sob sua responsabilidade em perfeito Estado de funcionamento;

V - organizar e manter o cadastro da rede aeroviária do Estado;

VI - coordenar, controlar e executar a conservação de campos de pouso;

VII - manter um processo de verificação sistemática das condições de operacionalidade dos campos de pouso;

VIII - efetuar levantamento e projetos técnicos para as obras de construção, restauração, ampliação e melhoramentos que venham a ser programados pela Diretoria de Transportes Aeroviários;

IX - compatibilizar os projetos de obras aeroportuários com as normas e padrões estabelecidos pelo Ministério da Aeronáutica e as legislações federal e estadual.

Art. 37 A Divisão Operacional, compete:

I - dirigir, controlar e suprir as administrações dos aeroportos para a sua operação eficiente e contínua;

II - promover a coordenação das diversas entidades e setores que operam nos aeroportos, destacando os órgãos encarregados dos serviços de proteção ao voo, as empresas de abastecimento de combustível, as companhias regionais de transporte aéreo, e outros;

III - promover as articulações com o Ministério da Aeronáutica e com os órgãos responsáveis pelo controle e fiscalização das operações e arrecadação das tarifas aeroportuárias;

IV - acompanhar o incremento de passageiros e aeronaves nos aeroportos compilando estatísticas de sua evolução;

V - estabelecer e otimizar métodos e rotinas operacionais visando facilitar e tornar mais eficientes as operações dos aeroportos e o atendimento aos usuários;

VI - coordenar a operação de aeronaves da SETRAN ou sob sua responsabilidade;

VII - manter cadastro das empresas e aeronaves que atuam no serviço de taxi-aéreo do Estado;

VIII - coletar dados relacionados com o movimento de passageiros e cargas nos aeroportos e campos de pouso da rede estadual para subsidiar o planejamento aeroportuário estadual.

#### SEÇÃO IV Da Diretoria Administrativa

Art. 38 A Diretoria Administrativa e Financeira, subordinada, diretamente ao Secretário de Estado de Transportes, compete:

I - programar, controlar e avaliar as atividades orçamentárias e financeiras relacionadas com a aplicação dos recursos da Secretaria;

II - proceder medidas necessárias à prestação de contas da Secretaria em articulação com a Secretaria da Fazenda, e quando necessário, com outros órgãos;

III - planejar, coordenar, executar, controlar e avaliar as atividades relativas a recursos humanos, materiais, patrimônio, transporte, serviços gerais, comunicação e administração de imóveis no âmbito da Secretaria;

IV - articular-se com a Secretaria de Estado de Administração nas atividades correlatas e quando necessário com outros órgãos.

Art. 39 Ao Departamento de Finanças, compete:

I - autorizar, por delegação do Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, o pagamento das despesas orçamentárias e extra-orçamentárias, de acordo com o cronograma de caixa e desembolso que for estabelecido.

II - manter o registro e o controle das receitas da Secretaria.

III - acompanhar a execução orçamentária e a movimentação financeira da Secretaria;

IV - processar, em tempo oportuno a identificação e classificação de receitas transferidas ou creditadas à Secretaria sem as especificações necessárias;

V - revisar os comprovantes alusivos e recebimentos e pagamentos, fazendo exigências, quando for o caso;

VI - encaminhar à Divisão de Contabilidade o Boletim Financeiro Diário, anexado à documentação comprobatória dos recebimentos e pagamentos;

VII - sustar o provisionamento às Divisões Regionais, quando for identificada de irregularidades ou atraso nas prestações de contas das provisões de crédito;

VIII - autorizar a abertura de contas correntes bancárias, quando necessário;

IX - manter sob controle e supervisão os convênios celebrados.

Art. 40 À Divisão de Contabilidade, compete:

I - coordenar e supervisionar as atividades contábeis da Secretaria, propondo normas e procedimentos sobre os assuntos a serem expedidos através de instruções de serviços da Diretoria Administrativa e Financeira;

II - registrar os atos e fatos relativos à execução das receitas e despesas orçamentárias e extra-orçamentárias, bem como as variações patrimoniais decorrentes;

III - manter, com regularidade, a remessa dos documentos de entrada do sistema contábil ao Centro de Processamento de Dados do Pará - PRODEPA;

IV - orientar os órgãos da Secretaria sobre assuntos de natureza contábil e de prestação de contas;

V - examinar e opinar sobre os processos de pagamento da Secretaria;

VI - zelar pelo cumprimento dos princípios gerais de contabilidade, geralmente aceitos e exigidos pela Administração Financeira do Estado;

VII - receber e conferir as Prestações de Contas de responsáveis por suprimentos individuais e de ordenadores de despesas nos casos de processamento normal de despesa;

VIII - analisar os demonstrativos financeiros, bem como os balancetes mensais e eventuais dos sistemas orçamentários, financeiro, patrimonial emitidos pelo Centro de Processamento de Dados do Pará - PRODEPA;

IX - elaborar na forma e prazos fixados o balanço do exercício e respectivo anexos;

X - efetuar e manter sob sua guarda, durante o prazo estabelecido pela Administração Financeira do Estado, o arquivo sistemático da documentação comprobatória dos lançamentos contábeis.

Art. 41 À Divisão de Execução Orçamentária e Financeira, compete:

I - registrar e controlar a execução orçamentária da Secretaria e os créditos adicionais, através de processamento eletrônico de dados;

II - solicitar ao Departamento Financeiro, os pedidos de abertura de crédito suplementar do orçamento do exercício prestando informações a respeito da disponibilidade das diversas dotações;

III - emitir, observando as normas e procedimentos próprios, em ordem sequencial única, os seguintes documentos: lançamento de receita; nota de empenho; liquidação total/parcial de empenho, empenhos de adiantamento;

IV - organizar os processos de empenho global e por estimativa, para a emissão de sub-empenhos, de conformidade com as instruções emanadas pelo Departamento Financeiro;

V - remeter, nos prazos estabelecidos, para fins de processamento de dados, os documentos destacados do inciso III;

VI - proceder, com a autorização da chefia do Departamento Financeiro, a remessa de suprimento de fundo para as Divisões Regionais;

VII - conferir e manter arquivados, em ordem mensal, os relatórios produzidos pelo computador, procedendo as correções que se fizerem necessárias;

VIII - manter-se atualizada com a legislação concernente a orçamento e respectiva execução;

IX - fornecer ao Departamento Financeiro os elementos necessários a elaboração das Propostas Orçamentárias;

X - elaborar, em conjunto com a Divisão de Contabilidade nos prazos estabelecidos pelo Departamento de Finanças, o cronograma de caixa e desembolso da Secretaria;

XI - providenciar a abertura de contas correntes bancárias, quando devidamente autorizada pelo Chefe de Departamento de Finanças;

XII - realizar, de acordo com a programação financeira, a transferência dos recursos financeiros destinados ao atendimento das despesas correntes das Divisões Regionais;

XIII - manter, em consonância com a Divisão de Contabilidade, o controle gráfico por credor, das despesas empenhadas e liquidadas no exercício, para pagamento oportuno, arquivando em ordem alfabética e por credor, das Ordens de Pagamento das despesas orçamentárias e extra-orçamentárias, restos a pagar;

XIV - remeter, aos ordenadores de despesas, para efetivo de liquidação, as ordens de pagamento e documentação comprobatória legalmente exigida;

XV - efetuar inventários mensais das Contas a Pagar, confrontando com os registros da contabilidade, corrigindo eventuais diferenças encontradas;

XVI - registrar, sinteticamente, em fichas próprias os recebimentos e pagamentos feitos por Contas Bancárias;

XVII - conferir diariamente, os saldos constantes do Boletim Financeiro com os de iguais contas do item anterior;

XVIII - preencher, após verificar se a despesa foi devidamente liquidada, o cheque, a Ordem de Saque ou a Ordem Bancária correspondente;

XIX - providenciar as assinaturas de cheques, Ordens de Saque ou Ordens Bancárias, por parte do Chefe do Departamento de Finanças e do Diretor Administrativo Financeiro;

XX - efetuar, diariamente os recebimentos e pagamentos, de acordo com as normas e procedimentos internos da Secretaria, revisando as guias alusivas a recebimentos e os comprovantes de pagamento;

XXI - elaborar, diariamente, para remessa à Divisão de Contabilidade, o Boletim Financeiro no Diário, de acordo com a documentação relativa às receitas e despesas, efetivamente realizadas, demonstrando os saldos existentes nas diversas contas bancárias;

XXII - revisar o preenchimento dos cheques bancários, das Ordens de Saque e das Ordens Bancárias destinadas ao pagamento de sua competência;

XXIII - registrar, guardar e controlar títulos e valores que pertençam a Secretaria ou que estejam a seus cuidados;

XXIV - manter atualizado os registros das procurações;

XXV - organizar e manter atualizado o fichário de assinaturas autorizadas.

Art. 42 Ao Departamento de Administração, compete:

I - planejar, controlar e avaliar as atividades relativas a recursos humanos, materiais, patrimônio, transportes, serviços gerais, comunicação e administração de imóveis da Secretaria;

II - articular-se com a Secretaria de Administração do desenvolvimento de atividades correlatas e quando necessário com outros órgãos.

Art. 43 À Divisão de Recursos Humanos, compete:

I - programar, controlar e avaliar as atividades relativas a identificação de necessidade, alocação, registro, movimentação, e avaliação de desempenho, dos recursos humanos da Secretaria, bem como as atividades relativas;

Art. 44 À Seção de Cadastro e Mov. Funcional, compete:

I - identificar necessidade de recursos humanos da Secretaria, nos aspectos quantitativos;

II - participar do processo de admissão, dispensa e afastamento do pessoal da Secretaria;

III - manter o controle do quadro de cargos da Secretaria;

IV - organizar e manter atualizado os registros funcionais e financeiros dos servidores da Secretaria;

V - elaborar, quando solicitado, atos administrativos, bem como instruir processos referentes a vida funcional do servidor; emitir certidões, declarações e atestados sobre a vida financeira dos servidores, quando solicitado;

VI - proceder a análise e propor a criação, alteração, extinção de cargos, empregos e funções;

VII - realizar o cadastramento dos servidores no PIS/PASEP;

VIII - elaborar a escala de férias dos servidores, apurar a frequência;

IX - controlar o afastamento funcional dos servidores;

X - coordenar o processo de avaliação de desempenho dos servidores da Secretaria;

XI - prestar informações aos servidores a respeito de seus interesses.

Art. 45 À Seção de Desenvolvimento de Rec. Humanos, compete:

I - identificar necessidades de treinamento de servidores da Secretaria, visando elaborar a programação anual de treinamento em articulação com a Secretaria de Estado de Administração;

II - formular, com base em sugestão das unidades, proposta de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos;

III - executar, em articulação com a Secretaria de Estado de Administração, treinamento introdutório para novos servidores, bem como treinamento específico nas áreas de atuação da Secretaria;

IV - efetuar, em conjunto com as chefias, o acompanhamento de servidores pós-treinamento;

V - promover o intercâmbio interinstitucional que visem identificar oportunidades de treinamento e desenvolvimento dos recursos humanos da Secretaria.

Art. 46 à Divisão de Serviços Gerais, compete:

I - programar, executar, controlar e avaliar as atividades de transportes, manutenção, limpeza e segurança da Secretaria.

Art. 47 à Seção de Transportes, compete:

I - controlar a utilização, guarda e conservação dos veículos oficiais da Secretaria;

II - controlar o consumo de combustível e a quilometragem dos veículos pertencentes à Secretaria;

III - propor planos de renovação da frota, bem como a alienação dos veículos;

IV - providenciar, controlar e/ou executar os serviços de manutenção, reparo, lavagem, lubrificação e abastecimento dos veículos oficiais da Secretaria;

V - providenciar o registro e o licenciamento dos veículos, bem como sua regularização nos órgãos oficiais competentes;

VI - organizar e manter organizado o cadastro dos veículos da Secretaria.

Art. 48 à Seção de Administração de Edifícios, compete:

I - executar e/ou supervisionar as atividades de limpeza, conservação e vigilância dos prédios da Secretaria;

II - efetuar e/ou promover a execução dos serviços de manutenção e reparos de imóveis, móveis e utensílios da Secretaria;

III - controlar e fiscalizar o cumprimento dos contratos de prestação de serviços de limpeza, vigilância e de manutenção;

IV - atestar faturas de contratos de prestação de serviços;

V - controlar a circulação de visitantes e servidores no prédio da Secretaria;

VI - coordenar, executar, controlar e/ou supervisionar a execução do serviço copa;

VII - coordenar, controlar, supervisionar a sala de controle de ponto.

Art. 49 à Divisão de Material e Patrimônio, compete:

I - programar, executar, controlar e avaliar as atividades pertinentes a aquisição, guarda e distribuição de materiais e bens patrimoniais.

Art. 50 à Seção de Compras, compete:

I - realizar o levantamento de necessidades de bens patrimoniais e de material da Secretaria;

II - efetuar a previsão do material e bens patrimoniais a serem adquiridos;

III - efetuar a pesquisa de preços de materiais e bens patrimoniais identificando melhores fontes de fornecimento;

IV - realizar a aquisição de materiais;

V - manter organizado o cadastro de fornecedores;

VI - propor, quando necessário, a constituição de comissão de licitação e a aquisição de material;

VII - acompanhar o processo licitatório.

Art. 51 à Seção de Almoxarifado, compete:

I - receber, conferir e atestar o recebimento dos materiais adquiridos, observando as especificações, preços e quantidades;

II - executar as atividades de armazenagem, controle e distribuição de materiais;

III - elaborar a programação de distribuição de material;

IV - controlar o desempenho dos fornecedores, quanto à entrega de material;

V - manter o controle físico-financeiro dos materiais para fins de inventário;

VI - zelar pela conservação e segurança do material sob sua guarda;

VII - efetuar o controle de estoque dos materiais, através de fichas e formulários próprios;

VIII - realizar o inventário físico e financeiro dos materiais.

Art. 52 à Seção de Patrimônio, compete:

I - efetuar o registro, tombamento dos bens patrimoniais da Secretaria, mantendo atualizado o cadastro físico-financeiro dos mesmos;

II - emitir termos de responsabilidade dos bens patrimoniais, por unidade administrativa;

III - controlar a movimentação dos bens patrimoniais;

IV - assegurar o cumprimento das normas sobre conservação e utilização dos bens patrimoniais da Secretaria;

V - propor a alienação, permuta e baixa dos bens patrimoniais;

VI - fazer o inventário do acervo patrimonial da Secretaria.

VII - solicitar a avaliação dos bens patrimoniais, quando necessário;

VIII - propor e controlar a construção e renovação de seguros dos bens patrimoniais da Secretaria.

Art. 53 à Divisão de Documentos e Informação, compete:

I - programar, executar, controlar e avaliar as atividades relativas a recepção, distribuição, divulgação, expedição e arquivo de documentos.

Art. 54 à Seção de Protocolo e Arquivo, compete:

I - executar, as atividades de recebimento, registro, distribuição e expedição de atos administrativos de interesse da Secretaria;

II - acompanhar e controlar a tramitação de processos e documentos;

III - prestar informações, quando solicitado, sobre o andamento de processo e documentos de interesse público;

IV - realizar o arquivamento, guarda e conservação de atos administrativos da Secretaria;

V - manter o arquivo de custódia da Secretaria, objetivando facilitar a recuperação de informações;

VI - manter a administração superior informada sobre os processos e documentos em trânsito na Secretaria.

Art. 55 à Seção de Acervo Técnico e Informação, compete:

I - elaborar inventário do acervo documental e bibliográfico existente na Secretaria, visando sua centralização, registro e controle;

II - efetuar a classificação e arquivamento de livros, manuais, revistas e informativos, controlando a sua utilização;

III - propor a aquisição de livros, revistas e periódicos de interesse da Secretaria;

IV - manter intercâmbio com entidades congêneres;

V - relacionar matérias de interesse da Secretaria, editadas em publicações em geral, promover a divulgação interna;

VI - executar as atividades de coleta, seleção, análise, tratamento, guarda e divulgação de livros, revistas e periódicos;

VII - propor normas para uso da Seção de Acervo Técnico e Informação;

VIII - registrar e controlar os empréstimos de obras pertencentes ao acervo bibliográfico da Secretaria;

IX - desenvolver e gerenciar sistemas de microfilmagem;

X - desenvolver e gerenciar sistemas informatizados de classificação, arquivo e disseminação de acervo.

#### CAPÍTULO IV Do Nível de Atuação Regional Divisões Regionais

Art. 56 As Divisões Regionais subordinadas diretamente ao Secretário de Estado de Transportes, compete:

I - executar, controlar e fiscalizar serviços de travessias fluviais por administração direta, dentro da área de atuação de unidade regional;

II - supervisionar os serviços de travessia executados por terceiros em sua área de atuação;

III - propor a manutenção da SETRAN;

IV - apoiar as atividades operacionais de embarcações e aeronaves, da SETRAN, na sua área de jurisdição;

V - supervisionar e/ou fiscalizar e controlar os serviços de construção, restauração, melhoramento e conservação de obras hidroviárias e campos de pouso e obras rodoviárias, especialmente as obras de artes especiais;

VI - promover coleta de elementos indicativos dos processos e operações de construção de obras de arte correntes e especiais, mantendo em arquivo a documentação respectiva;

VII - colaborar na coleta de dados sobre a infraestrutura, os equipamentos e a operação das modalidades de transportes rodoviário, hidroviário e aeroviário, na área de atuação da Divisão;

VIII - propor a construção, restauração, melhoramento e conservação de rodovias, campos de pouso e obras hidroviárias na sua área de atuação;

IX - colaborar na orientação técnica e/ou fiscalização de obras e serviços de infraestrutura viária executadas por outras entidades sob cooperação com a SETRAN;

X - promover o levantamento sistemático de dados referentes à Conservação de Rodovias e encaminhá-los periodicamente à Diretoria de Conservação da Diretoria de Transportes Terrestres;

XI - manter atualizado o cadastro das rodovias de jurisdição da Divisão Regional;

XII - zelar pela manutenção e conservação dos veículos e equipamentos à disposição da Divisão Regional.



# Diário Oficial

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

0145

CADERNO 2

ANO CIII — 104º DA REPÚBLICA — Nº 27.797

BELEM — QUINTA-FEIRA, 08 DE SETEMBRO DE 1994

Art. 57 Cada Divisão Regional, conta com as seguintes unidades.

- I - Seção Regional de Conservação Rodoviária,
- II - Serviço Regional de Máquinas e Equipamentos,
- III - Residências Regionais de Conservação,
- IV - Seção Regional de Administração,
- V - Seção Regional de Apoio Hidroviário e Aeroviário.

Art. 58 A Seção Regional de Conservação Rodoviária, compete:

- I - executar e/ou fiscalizar atividades de restauração, melhoramento e conservação das rodovias estaduais, bem como de implantar plano de paisagismo e outros de restauração e preservação do meio ambiente, modificado em consequência de ações de transporte;
- II - propor a aquisição de máquinas, equipamentos e veículos destinados aos trabalhos de restauração e melhoramento da infraestrutura, bem como coordenar a redistribuição de equipamentos nas Residências Regionais de Conservação, de sua área de atuação;
- III - promover, controlar e fiscalizar a manutenção preventiva e corretiva de máquinas, veículos e equipamentos alocados nos serviços subordinados à Divisão.

Art. 59 Ao Serviço Regional de Máquinas e Equipamentos, compete:

- I - realizar, propor a efetivação, orientar e fiscalizar serviços de manutenção preventiva e correlativa das máquinas, veículos, equipamentos e embarcações lotadas e à disposição no Núcleo Regional;
- II - solicitar e manter materiais necessários aos serviços de recuperação e manutenção de máquinas, equipamentos e embarcações, bem como confeccionar peças de reposição e ferramentas e utensílios, sempre que necessário e possível;
- III - organizar e manter atualizado o fichário de máquinas, equipamentos e veículos a serviço no Núcleo Regional, com todos os dados históricos, bem como manter atualizado o quadro de seu posicionamento operacional;
- IV - coletar dados necessários ao cálculo de custo de utilização de máquinas, equipamento e veículos.

Art. 60 As Residências Regionais de Conservação, compete:

- I - executar as atividades de conservação de trechos rodoviários, de acordo com as orientações do Núcleo Regional;
- II - coletar, sistematicamente, dados relativos à conservação de rodovias, cursos d'água navegáveis, obras hidroviárias e campos de pouso, encaminhando-os ao Núcleo Regional;
- III - coletar dados necessários à atualização periódica do cadastro de infra-estrutura viária, dados estatísticos sobre movimentação de passageiros e bens, bem como dados operacionais das modalidades de transportes correntes na sua área de atuação.

Art. 61 A Seção Regional de Administração, compete:

- I - apurar, a frequência e elaborar a escala de férias dos servidores na Divisão Regional;
- II - propor, remanejamento e treinamento de pessoal;
- III - providenciar o encaminhamento de servidores aos órgãos de assistência médica, odontológica, hospitalar e social;
- IV - solicitar e controlar materiais necessários ao desempenho do Núcleo Regional;
- V - solicitar e prestar contas da suprimimento de fundos;
- VI - solicitar pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços;
- VII - executar e controlar os serviços de comunicação;
- VIII - controlar o uso e movimentação dos bens patrimoniais, bem como propor a alienação dos mesmos, quando considerados inservíveis;
- IX - providenciar os serviços de segurança e limpeza dos prédios do Núcleo Regional.

Art. 62 A Seção Regional de Apoio Hidroviário e Aeroviário, compete:

- I - efetuar a coleta de dados necessários a elaboração de projetos de sinalização e balizamento de vias navegáveis e de sinalização de campos de pouso;
- II - fiscalizar e supervisionar serviços de travessias fluviais, por administração direta ou indireta;
- III - executar o Plano de Manutenção das embarcações da SETRAN;
- IV - executar e/ou supervisionar serviços e obras hidroviárias, campos de pouso e atividades operacionais de embarcações e aeronaves.

TÍTULO IV  
Das Responsabilidades e Atribuições

CAPÍTULO I  
Dos Dirigentes

Seção I  
Do Secretário de Estado de Transportes

Art. 63 São atribuições do Secretário de Estado de Transportes, além do estabelecido na Constituição Estadual.

- I - as responsabilidades previstas no art. 24 Lei nº 4780, de 19, do Decreto nº 2231, de 12 de maio de 1982;
- II - formular e assegurar o cumprimento da Política de Transportes do Estado;
- III - executar as atividades político-institucionais da Secretaria;
- IV - aprovar o Orçamento-Programa e Plano Anual de Trabalho da Secretaria;
- V - estabelecer convênios, contatos ou ajustes que visem a ação conjunta, complementar ou suplementar o desenvolvimento da Política Estadual de Transporte;
- VI - referendar os atos do Poder Executivo, concernentes à Pasta e os de caráter geral;
- VII - assessorar ao Governador do Estado, bem como aos Secretários de Estado, em assuntos pertinentes à Pasta;
- VIII - designar representantes para solenidades;
- IX - delegar competências, quando necessário.

Seção II  
Do Secretário Adjunto

Art. 64 Ao Secretário Adjunto, atribui-se:

- I - as responsabilidades estabelecidas no ART. 19 do Decreto nº 2231, de 12 de maio de 1982;
- II - coordenar, supervisionar, controlar e avaliar os planos, programas, projetos e atividades da Secretaria;
- III - promover a administração geral da Secretaria, em estreita observância às disposições legais;
- IV - adotar medidas que visem assegurar o funcionamento sistêmico da Secretaria;
- V - delegar competências, quando necessário.

SEÇÃO III  
Dos Diretores das Diretorias

Art. 65 - Aos Diretores das Diretorias subordinadas ao Secretário de Estado, atribui-se:

- I - programar, organizar e controlar as atividades desenvolvidas pela sua unidade;
- II - promover reuniões com as unidades subordinadas;
- III - substituir o Secretário Adjunto nas suas ausências e impedimentos;
- IV - expedir atos administrativos necessários ao funcionamento da unidade;
- V - propor a abertura de inquérito administrativo;
- VI - cumprir e fazer cumprir as determinações da Secretaria na unidade sob sua responsabilidade;
- VII - informar, sistematicamente, à Assessoria de Planejamento, acerca do andamento dos Programas e Projetos do Plano de Ação da Secretaria, executados sob sua responsabilidade.

SEÇÃO IV  
Do Chefe de Gabinete do Secretário

Art. 66 Ao Chefe de Gabinete do Secretário, subordinado ao Secretário de Estado, atribui-se:

- I - promover a Administração do gabinete e o apoio e assistência ao Secretário no desempenho de suas atribuições;
- II - preparar a agenda de compromissos, receber e encaminhar pessoas que desejam audiência com o Secretário de Estado de Transportes;
- III - representar o Secretário, quando designado;
- IV - manter organizado o cadastro de autoridades e personalidades;
- V - manter o Secretário informado de processos e documentos em tramite na Secretaria;
- VI - realizar tarefas de caráter confidencial determinadas pelo Secretário de Estado;

VII - submeter à consideração do Secretário de Estado os assuntos que merecem sua imediata aprovação, pelo caráter de vigência e importância;  
VIII - elaborar o expediente e correspondência oficiais e particulares do Secretário.

SEÇÃO IV  
Das Atribuições Comuns dos Dirigentes

Art. 67 Constituem atribuições comuns a todos os dirigentes das unidades da Secretaria, além do previsto no artigo 19 do Decreto nº 2231, de 12 de maio de 1982;

- I - propor ao superior hierárquico o provimento e as substituições de chefes no âmbito de sua competência;
- II - coordenar, controlar e avaliar atividades desenvolvidas pelas unidades subordinadas, observando níveis de qualidade, prazo e custos;
- III - propor medidas de aperfeiçoamento para as atividades desenvolvidas pela unidade;
- IV - zelar pelo relacionamento harmônico de sua unidade, com as demais unidades da Secretaria;
- V - assessorar a chefia imediata nos assuntos pertinentes a unidade;
- VI - propor escala de férias dos servidores sob sua coordenação;
- VII - responsabilizar-se pelos bens patrimoniais alocados na unidade sob sua coordenação.

CAPÍTULO II

SEÇÃO I  
Da Secretaria do Gabinete do Secretário

Art. 68 A Secretaria do Gabinete, atribui-se:

- I - datilografar, revisar e providenciar a reprodução de expediente do gabinete;
- II - providenciar a requisição, guarda, distribuição e controle do material de expediente do gabinete;
- III - controlar o acesso de pessoas ao gabinete;
- IV - receber, registrar, distribuir e arquivar documentos;
- V - manter atualizada a agenda de endereços e telefones de órgãos e autoridades;
- VI - organizar e manter organizado o arquivo do gabinete;
- VII - supervisionar o serviço de copa e limpeza das dependências do gabinete;
- VIII - recepcionar as pessoas, fornecendo informações e orientações;
- IX - providenciar os contatos do Secretário de Estado de Transportes com as unidades da Secretaria e com dirigentes de outros órgãos.

SEÇÃO II  
Das Secretarias do Secretário-Adjunto e das Diretorias

Art. 69 As Secretarias do Secretário-Adjunto e das Diretorias, atribui-se:

- I - agendar os compromissos assumidos pelo titular da unidade;
- II - supervisionar os serviços de limpeza e copa da unidade;
- III - efetuar e receber ligações telefônicas;
- IV - datilografar e revisar os trabalhos da unidade, bem como providenciar a reprodução;
- V - organizar e manter organizado o arquivo da unidade;
- VI - solicitar, guardar e controlar o material de expediente e consumo necessário ao funcionamento da unidade;
- VII - atender e recepcionar o público em geral, prestando as informações e orientando quanto aos procedimentos a serem adotados;
- VIII - manter atualizada a agenda de endereços e telefones dos órgãos e autoridades;
- IX - providenciar a execução da programação de transportes;
- X - providenciar os contatos e reuniões dos titulares da unidade com as demais unidades da Secretaria;

CAPÍTULO III

Das responsabilidades dos demais servidores

Art. 70 Aos demais servidores da Secretaria, além do dispositivo em determinações legais, cumpre executar com zelo e presteza as tarefas que lhes forem atribuídas; cumprir solicitações e instruções superiores, sem prejuízo de sua participação construtiva e responsabilidade na formulação de sugestões que visem o aperfeiçoamento das ações da Secretaria.

TÍTULO V  
Das Disposições Gerais

Art. 73 O processo de Regionalização das ações da Secretaria será efetivado através da implantação de Divisões Regionais em diferentes regiões do Estado, definidas por estudos especializados, observados os dispostos no Decreto nº 2231 de 12 de maio de 1982 e Decreto nº 3480 de 24 de outubro de 1984.

Art. 74 Os Distritos Regionais integrantes das Divisões Regionais terão o nível de setor.

Parágrafo Único - A implantação de Distritos Regionais será através de ato do titular da Secretaria de Estado de Transportes.

Art. 75 Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas na execução deste Regimento Interno serão dirimidos pelo Secretário de Estado de Transportes, em articulação com o Secretário de Estado de Administração, que para tal fim baixará atos necessários.

Art. 76 Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DECRETO Nº 2817... DE ...06... DE SETEMBRO... DE 1994.....

APRÓVA O REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL - SETEPS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas no artigo 135, inciso V e VII da Constituição Estadual,

DECRETA:

Art. 12 - Fica aprovado na forma do anexo I, deste Decreto, o Regimento Interno da Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social.

Art. 22 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 06 de setembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS  
Governador do Estado

RAYMUNDO NONATO MORAES DE ALBUQUERQUE  
Secretário de Estado de Administração

CP94/0169419-2

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL-SETEPS

TÍTULO I

DA FINALIDADE E FUNÇÕES BÁSICAS

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 12 - A Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social, criada pela Lei nº 4.893, de 26 de dezembro de 1977 e alterada pela Lei nº 5.837 de 23 de março de 1994, tem por finalidade o planejamento, a coordenação, a execução, a supervisão e a normatização de assuntos relativos à Política Social no Estado nas áreas do Trabalho, Assistência Social e Habitação.

CAPÍTULO II

DAS FUNÇÕES BÁSICAS

Art. 22 - São funções básicas da Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social:

- I - definir, coordenar, executar e avaliar a Política do Trabalho no âmbito Estadual;
- II - orientar, apoiar, estimular e promover ações direcionadas à organização dos trabalhadores em sindicatos, associações, cooperativas e similares, ao fornecimento de informações e subsídios que facilitem a negociação coletiva, a mediação, a arbitragem e ao cumprimento das leis trabalhistas;

III - planejar, orientar, controlar e supervisionar ações desenvolvidas pelo Estado na área do Trabalho, em articulação com outras entidades públicas e privadas no que se refere à segurança e saúde do trabalhador;

QUINTA-FEIRA, 8 DE SETEMBRO DE 1994

DIÁRIO OFICIAL - CADERNO 2

0147

Pág. 3

IV - estimular e apoiar a pequena produção, através de ações que propiciem oportunidade de geração de renda;

V - planejar, coordenar, executar e controlar as ações relativas à concessão de Vale-Transporte aos trabalhadores dos órgãos da administração pública estadual, em consonância com a legislação vigentes;

VI - planejar, coordenar, executar, controlar e acompanhar, ações educativas que propiciem condições de organização, desenvolvimento e formação profissional e política dos trabalhadores, visando o exercício pleno dos seus direitos de cidadania;

VII - planejar, coordenar, executar e avaliar as ações relativas a política de emprego e renda do trabalhador;

VIII - propor, coordenar, supervisionar, executar e avaliar a Política de Assistência Social no Estado;

IX - planejar, coordenar, executar e controlar as atividades relativas a Assistência Social Básica aos segmentos menos favorecidos da sociedade;

X - supervisionar as ações relativas à Assistência Social à criança e adolescentes que necessitem de proteção especial;

XI - supervisionar as ações relativas à execução da política habitacional voltada para a população carente do Estado.

## TÍTULO II

## DA COMPOSIÇÃO ORGANIZACIONAL

Art. 39 - Para cumprimento de sua finalidade e funções básicas, a Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social tem a seguinte composição organizacional:

## I - NÍVEL DE DIREÇÃO SUPERIOR E ATUAÇÃO COLEGIADA

- a) Secretário de Estado do Trabalho e Promoção Social
- b) Secretário-Adjunto
- c) Conselho Estadual de Apoio às Pessoas Portadoras de Deficiência
- d) Conselho Estadual da Mulher
- e) Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

## II - NÍVEL DE ATUAÇÃO VINCULADA

- a) Fundação da Criança e do Adolescente do Pará - FUNCAP
- b) Companhia de Habitação do Pará - COHAB

## III - NÍVEL DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR

- a) Gabinete do Secretário

## IV - NÍVEL DE GERÊNCIA SUPERIOR

- a) Diretoria do Trabalho - DITRA
- b) Diretoria do Programa de Emprego do Estado do Pará - SINE/PA
- c) Universidade do Trabalho - UNITRA
- d) Diretoria de Assistência Básica - DAB
- e) Diretoria de Administração e Finanças - DAF

## V - NÍVEL DE ATUAÇÃO PROGRAMÁTICA

- a) Coordenadoria de Relações do Trabalho - CRT
- b) Coordenadoria de Apoio à Pequena Produção - CAP
- c) Coordenadoria de Segurança e Saúde do Trabalhador - CST
- d) Coordenadoria de Intermediação de Mão-de-Obra e Seguro Desemprego - CISO
- e) Coordenadoria de Estudos, Projetos e Informação - CEPI
- f) Coordenadoria de Capacitação e Desenvolvimento do Trabalhador - CCOT
- g) Coordenadoria de Atendimento à Criança - CAC
- h) Coordenadoria de Educação Pelo Trabalho - CET
- i) Coordenadoria de Atendimento à Terceira Idade - CAT
- j) Coordenadoria de Projetos Especiais - CPE
- k) Departamento de Administração - DEPAD
- l) Departamento de Finanças - DEFIN

## VI - NÍVEL DE ATUAÇÃO OPERACIONAL

- a) Divisão de Regulação Coletiva - DINECO
- b) Divisão de Apoio Sindical e Informação Trabalhista - DASIT
- c) Divisão de Vale-Transporte - DIVAT
- d) Divisão de Organização e Legalização de Entidades Associativas - COLEN
- e) Divisão de Apoio ao Artesanato - DIART
- f) Divisão de Avaliações em Ambientes de Trabalho - DIAT
- g) Divisão de Prevenção e Ações Integradas - DIPAI
- h) Divisão de Intermediação de Mão-de-Obra para o Setor Formal - DIMOF
- i) Divisão de Intermediação de Mão-de-Obra para o Setor Informal - DIMIF
- j) Divisão de Atendimento ao Seguro Desemprego - DASED
- k) Divisão de Estudos e Projetos Educacionais - DEPE
- l) Divisão de Biblioteca - DIR
- m) Divisão de Formação Sócio-Política do Trabalhador - DFSP
- n) Divisão de Qualificação de Mão-de-Obra - DOMO
- o) Unidade Operacional Meio-Aberto - UOMA
- p) Unidade Operacional de Internamento - UOPI
- q) Unidade Operacional Emergencial - UOPE
- r) Divisão de Recursos Humanos - DRH
- s) Divisão de Material e Patrimônio - DMP
- t) Divisão de Serviços Gerais - DSG
- u) Divisão de Protocolo e Arquivo - DPA
- v) Divisão de Editoração e Informática - DEI
- x) Divisão Orçamentária - DO
- y) Divisão Financeira - DF
- z) Divisão de Convênios e Contratos - DC

## VII - NÍVEL DE ATUAÇÃO REGIONAL

- a) Núcleos Regionais

Parágrafo Único - A Representação gráfica da estrutura organizacional está demonstrada no organograma em anexo.

## TÍTULO III

## DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS

## CAPÍTULO I

## DO NÍVEL DE DIREÇÃO SUPERIOR E ATUAÇÃO COLEGIADA

## SEÇÃO I

## DO CONSELHO ESTADUAL DE APOIO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA

Art. 42 - O Conselho Estadual de Apoio às Pessoas Portadoras de Deficiência, instituído pelo Decreto nº 22741, de 11 de março de 1983, alterado pelas disposições do Decreto nº 95054 de 08 de outubro de 1987 e modificado no seu art. 2º pelo Decreto nº 66683 de 20 de março de 1990, permanece vinculado à SETEPS através da presente LEI.

## SEÇÃO II

## DO CONSELHO ESTADUAL DA MULHER

Art. 59 - O Conselho Estadual da Mulher, instituído pela Lei nº 5671 de 12 de julho de 1991, está vinculado à SETEPS através da LEI nº 5.839 de 23 de março de 1994 e tem suas funções e composição definidas na Lei de criação.

## SEÇÃO III

## DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 69 - O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei nº 5.819 de 11 de fevereiro de 1994, fica vinculado à SETEPS, através da presente Lei.

Parágrafo Único - O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, de que trata este artigo, tem suas atribuições e composição definidas na Lei de criação.

## CAPÍTULO II

## DO NÍVEL DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR

## SEÇÃO I

## DO GABINETE DO SECRETÁRIO

Art. 72 - Ao Gabinete, unidade de assessoramento e apoio direto ao Secretário e Secretário Adjunto, compete:

- I - assessorar e assistir ao Secretário, no estabelecimento, manutenção e desenvolvimento de suas atividades político-institucionais, assim como, ao Secretário Adjunto, em suas atribuições;
- II - organizar a agenda diária do Secretário e Secretário Adjunto, bem como a elaboração da agenda e roteiro de viagens oficiais;
- III - receber o público externo e interno, encaminhando-o ao Secretário, Secretário Adjunto ou demais unidades da Secretaria;
- IV - selecionar e preparar o expediente para despacho pelo Secretário, efetuando o resumo dos documentos, visando subsidiá-lo na tomada de decisões;
- V - realizar atividades de redação, datilografia, digitação, expedição, arquivo de documentação e controle de correspondências do Gabinete;
- VI - organizar e manter atualizado cadastro dos órgãos públicos e entidades privadas, em nível federal, estadual e municipal, bem como o de autoridades de interesse da Secretaria;
- VII - prover e controlar a utilização dos meios necessários ao funcionamento do Gabinete.

## CAPÍTULO III

## DO NÍVEL DE GERÊNCIA SUPERIOR

## SEÇÃO I

## DA DIRETORIA DO TRABALHO - DITRA

Art. 82 - A Diretoria do Trabalho, diretamente subordinada ao Secretário de Estado do Trabalho, compete:

- I - planejar, coordenar, executar e avaliar as atividades relacionadas à organização e relações de trabalho;
- II - dinamizar, promover, garantir e intensificar ações que priorizem o trabalhador, fornecendo subsídios teórico-práticos que possibilitem o processo de transformação da realidade no campo do trabalho;
- III - fomentar a organização e o desenvolvimento do associativismo, no sentido de intensificar a implantação de ações que viabilizem a geração de emprego e renda;
- IV - articular a implementação de ações educativas na área de segurança, higiene e medicina do trabalho, de maneira a assegurar o direito à informação sobre os riscos à saúde no ambiente de trabalho;
- V - administrar o Sistema de Vale-Transporte junto aos órgãos da administração pública estadual;
- VI - planejar e elaborar a programação de trabalho da Diretoria para subsidiar a proposta orçamentária da SETEPS, consubstanciada no Plano Plurianual de Trabalho e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- VII - propor, opinar e participar da elaboração de acordos e convênios entre a SETEPS e outras entidades locais, nacionais e

internacionais, relacionados com as áreas de organização e relações de trabalho.

## SEÇÃO II

## DA DIRETORIA DO PROGRAMA DE EMPREGO DO ESTADO DO PARA-SINE/PA

Art. 92 - A Diretoria do Programa de Emprego do Estado do Pará, diretamente subordinada ao Secretário de Estado do Trabalho, compete:

- I - planejar, coordenar e controlar o funcionamento do Programa Sistema Nacional de Emprego - SINE, no âmbito do Estado;
- II - analisar e avaliar o desempenho do mercado de trabalho e suas perspectivas, inclusive os impactos da política econômica do governo federal sobre a economia local;
- III - estimular projetos e ações que resultem na geração ou promoção de oportunidades de emprego;
- IV - acompanhar e avaliar projetos de emprego e renda;
- V - planejar e elaborar a programação de trabalho da Diretoria, para subsidiar a proposta orçamentária da SETEPS, consubstanciada no Plano Plurianual de Trabalho e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- VI - propor, opinar e participar da celebração de acordos e convênios entre a SETEPS e outras entidades locais, nacionais e internacionais, relacionados com as atividades de intermediação de mão-de-obra, atendimento do seguro-desemprego, reciclagem profissional e geração de informações sobre mercado de trabalho.

## SEÇÃO III

## DA UNIVERSIDADE DO TRABALHO - UNITRA

Art. 10 - A Universidade do Trabalho, diretamente subordinada ao Secretário de Estado, compete:

- I - planejar, coordenar e avaliar ações político-educativas de caráter profissional e cultural, visando o desenvolvimento, capacitação e organização do trabalhador, em sintonia com a realidade sócio-econômica do Estado;
- II - promover articulação com fontes de financiamento em organismos públicos e/ou privados, visando a captação de recursos para a realização das ações educativas;
- III - contribuir na busca do pleno exercício da cidadania dos trabalhadores: formais e informais, organizados e não organizados, empregados e desempregados, urbanos e rurais, inclusive o trabalhador indígena;
- IV - realizar e apoiar estudos e pesquisas operacionais, que visem ampliar a compreensão do mundo do trabalho pelo trabalhador, assim como sua integração ao processo de desenvolvimento das forças produtivas;
- V - resgatar e fomentar tecnologias alternativas viáveis, de baixo custo, culturalmente aceitas e que preservem a vida e o meio ambiente;
- VI - desenvolver e promover atividades artísticas-educativas, que envolvam o mundo do trabalho, mobilizando recursos e esforços integrados com organizações governamentais e não governamentais, através de convênios e outros mecanismos formais e informais em benefício do trabalhador;
- VII - possibilitar ao trabalhador informações e qualificação profissional que o prepare para a transformação da matéria prima, no processo produtivo;
- VIII - coordenar e supervisionar as atividades relacionadas à divulgação sistemática de informações, estudos e pesquisas efetuadas pela Secretaria;
- IX - manter Biblioteca especializada nas áreas de interesse da Secretaria, adquirindo e controlando o acervo de livros e periódicos, em articulação com as diversas Diretorias e outras Instituições;

QUINTA-FEIRA, 8 DE SETEMBRO DE 1994

DIÁRIO OFICIAL - CADERNO 2

X - planejar e elaborar a programação de trabalho da Diretoria para subsidiar a proposta orçamentária da SETEPS, consubstanciada no Plano Plurianual de Trabalho, e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

XI - propor, opinar e participar da celebração de acordos e convênios entre a SETEPS e outras entidades locais, nacionais e internacionais, relacionados com a formação profissional e política dos trabalhadores.

## SEÇÃO IV

## DA DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA BÁSICA - DAB

Art. 11 - A Diretoria de Assistência Básica, diretamente subordinada ao Secretário de Estado compete:

I - planejar, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades relacionadas a Assistência Básica no Estado direcionadas à família, priorizando a criança, o adolescente, a 3ª idade, o migrante, a mulher, o deficiente e outros segmentos sociais minoritários no sentido de garantir seus direitos de cidadania;

II - promover, incentivar e articular ações de parcerias com órgãos governamentais e não governamentais visando assegurar atendimento qualitativo à população atendida pela Assistência Básica;

III - promover e garantir a participação de órgãos e entidades assistenciais na formulação de Políticas de Assistência Básica;

IV - garantir a integração dos serviços desenvolvidos pela Assistência Básica;

V - articular com as demais Diretorias, a fim de garantir a integração das atividades da Secretaria;

VI - promover a ampla participação da família nos serviços desenvolvidos pelas unidades operacionais;

VII - desenvolver estudos e pesquisas sobre as realidades municipais, visando fomentar articulações e convênios de cooperação técnica-financeira na área da Assistência Básica;

VIII - promover a descentralização política administrativa, considerando os municípios como instâncias básicas de atendimento e execução de programas e projetos que visem a fixação do homem em seu município;

IX - incentivar a troca de experiência na área de Assistência Básica entre os municípios através do intercâmbio e divulgação de relatórios técnico-administrativos sobre os dados levantados;

X - proporcionar a capacitação e reciclagem do pessoal envolvido nas atividades da Assistência Básica, visando contribuir para a melhoria da qualidade do atendimento;

XI - planejar e elaborar a programação de trabalho da Diretoria, para subsidiar a proposta orçamentária da SETEPS, consubstanciada no Plano Plurianual de Trabalho e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

XII - propor, opinar e participar da celebração de acordos e convênios entre a SETEPS e outras entidades locais, nacionais e internacionais, relacionados com a área de assistência social da Secretaria.

## SEÇÃO V

## DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - DAF

Art. 12 - A Diretoria de Administração e Finanças, diretamente subordinada ao Secretário de Estado compete:

I - planejar, coordenar, controlar, articular, promover e avaliar as atividades administrativas e financeiras da Secretaria;

II - elaborar, acompanhar e avaliar as normas e procedimentos administrativos adotados nas diversas áreas de atuação da Diretoria;

III - contribuir para a elaboração de planos, programas e projetos a serem desenvolvidos pela Secretaria, em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual de Trabalho;

IV - elaborar a proposta orçamentária da SETEPS, compatibilizando os programas de trabalho das Diretorias, em termos de projeto e atividades específicos;

V - articular, quando autorizada pelo Secretário, junto aos órgãos conveniados, negociação de recursos financeiros para a Secretaria;

VI - apoiar o Secretário e demais unidades, no que se refere às atividades administrativas e financeiras da Secretaria;

VII - promover o interrelacionamento sistêmico dos setores da unidade, aperfeiçoando o sistema organizacional;

VIII - coordenar, em conjunto com os Departamentos de Administração e Finanças, a elaboração do relatório anual de atividades;

IX - participar, em articulação com a SEAD, do processo de modernização administrativa, a fim de acompanhar o sistema estadual vigente, propiciando as ações de desenvolvimento organizacional.

X - programar, elaborar e acompanhar a execução das atividades relacionadas à área de editoração e informática, dos diversos setores da Secretaria.

XI - participar dos estudos e das elaborações de convênios e contratos e, ainda, registrar as obrigações e os direitos deles decorrentes, que impliquem direta ou indiretamente em obrigações administrativo-financeiras para a SETEPS.

## CAPÍTULO IV

## DO NÍVEL DE ATUAÇÃO PROGRAMÁTICA E OPERACIONAL

## SEÇÃO I

## DA COORDENADORIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO - CRT

Art. 13 - A Coordenadoria de Relações do Trabalho, diretamente subordinada à Diretoria do Trabalho, compete:

I - promover e estabelecer ações direcionadas à organização sindical e o cumprimento das leis trabalhistas;

II - fornecer informações e subsídios às atividades sindicais, que facilitem a negociação coletiva, a mediação e a arbitragem;

III - programar, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações relativas ao Sistema Vale-Transporte direcionado aos funcionários públicos estaduais, de acordo com a legislação vigente;

IV - elaborar relatórios periódicos das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria.

## SUBSEÇÃO I

## DA DIVISÃO DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA - DINECO

Art. 14 - A Divisão de Negociação Coletiva, diretamente subordinada à Coordenadoria de Relações do Trabalho, compete:

I - mediar os conflitos de trabalho, no setor público, assim como as negociações no setor privado, quando solicitado pelas partes;

II - analisar acordos coletivos e indicadores salariais;

III - analisar e formular propostas de acordos, quando solicitados;

IV - levantar perdas salariais.

## SUBSEÇÃO II

## DA DIVISÃO DE APOIO SINDICAL E INFORMAÇÃO TRABALHISTA - DASIT

Art. 15 - A Divisão de Apoio Sindical e Informação Trabalhista,

diretamente subordinada à Coordenadoria de Relações do Trabalho, compete:

- I - apoiar, promover e estimular a formação política do trabalhador, através da organização sindical;
- II - cadastrar e manter atualizados os registros das atividades trabalhistas em todo o Estado;
- III - apoiar, orientar e acompanhar os sindicatos no desenvolvimento de ações que envolvam a organização jurídica e administrativa das entidades, assim como as reivindicações dos trabalhadores;
- IV - agregar informações que subsidiem as entidades sindicais, servidores públicos, empregadores, estudantes e pesquisadores sobre as questões de natureza trabalhista;
- V - manter organizados e atualizados todos os dados referentes aos estudos e informações pertinentes a área de atuação, para utilização imediata da demanda interna e externa.

#### SUBSEÇÃO III

##### DA DIVISÃO DE VALE TRANSPORTE - DIVAT

Art. 16 - A Divisão de Vale-Transporte, diretamente subordinada à Coordenadoria de Relações do Trabalho, compete:

- I - cadastrar os órgãos e instituições estaduais no Sistema de Vale-Transporte e manter atualizados os respectivos registros;
- II - orientar os usuários quanto à obtenção de Vale-Transporte e controlar a concessão e distribuição dos mesmos;
- III - registrar as inclusões e exclusões e demais alterações de dados enviados pelos órgãos, tendo em vista a alimentação de dados do sistema;
- IV - fiscalizar o desempenho dos órgãos cadastrados, quanto ao direito de aquisição dos Vales-Transporte;
- V - conferir os relatórios de concessão e subsídios de Vale-Transporte e preparar a prestação de contas ao órgão fiscalizador;
- VI - reavaliar periodicamente o sistema vale-transporte e sua operacionalização.

#### SEÇÃO II

##### DA COORDENADORIA DE APOIO A PEQUENA PRODUÇÃO - CAP

Art. 17 - A Coordenadoria de Apoio à Pequena Produção, diretamente subordinada à Diretoria do Trabalho, compete:

- I - estimular, apoiar e instrumentalizar a organização política do pequeno produtor, através do associativismo, no sentido de viabilizar a geração de emprego e renda;
- II - subsidiar trabalhadores e entidades, através de informações e orientações sobre as formas e procedimentos necessários à formalização do processo de legalização jurídica das organizações;
- III - apoiar, promover e estabelecer ações que viabilizem o desenvolvimento das atividades artesanais em consonância com os princípios e diretrizes do Programa do Artesanato Brasileiro - PAB;
- IV - elaborar relatórios periódicos das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria.

#### SUBSEÇÃO I

##### DA DIVISÃO DE ORGANIZAÇÃO E LEGALIZAÇÃO DE ENTIDADES ASSOCIATIVAS

- DOLEN

Art. 18 - A Divisão de Organização e Legalização de Entidades Associativas, diretamente subordinada à Coordenadoria de Apoio à Pequena Produção, compete:

- I - apoiar, promover e estimular a organização e o desenvolvimento de grupos de trabalho, associações, cooperativas e sindicatos, no sentido de garantir o necessário fortalecimento da classe trabalhadora;
- II - incentivar o associativismo e a busca de alternativas locais, visando a melhoria da qualidade de vida, através da geração de emprego e renda;
- III - atuar no âmbito das organizações comunitárias, visando estimular a consciência coletiva, onde a integração e a participação dos diferentes segmentos sociais, propiciem a produção de bens e serviços;
- IV - orientar e acompanhar o processo jurídico normativo de legalização das entidades associativas;
- V - prestar assessoramento técnico a trabalhadores e entidades, tendo em vista a criação, reativação ou transformação das formas de organização do trabalho associativo;
- VI - levantar e manter atualizados os registros das formas de organização de trabalhadores em todo o Estado.

#### SUBSEÇÃO II

##### DA DIVISÃO DE APOIO AO ARTESANATO - DIART

Art. 19 - A Divisão de Apoio ao Artesanato, diretamente subordinada à Coordenadoria de Apoio à Pequena Produção, compete:

- I - promover, estimular, apoiar, desenvolver e executar atividades ligadas ao setor artesanal do Estado em consonância com as diretrizes nacionais emanadas pela Coordenação Nacional do Artesanato;
- II - fomentar e executar ações de estímulo a formas associativas tendo em vista o fortalecimento da categoria como força grupal, contribuindo para a valorização e reconhecimento do trabalho artesanal e do artesão como trabalhador sujeito do conhecimento e da ação;
- III - adotar medidas de assistência e cooperação capazes de contribuir para o aprimoramento do trabalhador artesão do nível qualitativo de sua produção final, tendo em vista sua inserção ao sistema econômico e social;
- IV - viabilizar um sistema de informações sobre a área artesanal do Estado, capaz de resgatar, reunir, unificar, organizar e difundir essas informações como forma de criação do acervo sobre a produção artesanal do Pará tendo em vista sua divulgação, promoção e comercialização;
- V - promover e fomentar ações que contribuam para a qualificação e aprimoramento do artesão profissional, cidadão consciente de seus direitos e deveres, bem como ao seu crescimento econômico e social;
- VI - apoiar medidas de participação de artesãos e entidades representativas da categoria em eventos como feiras, exposições, amostras como forma de contribuir à comercialização da produção artesanal do Estado.

#### SEÇÃO III

##### DA COORDENADORIA DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHADOR - CST

Art. 20 - A Coordenadoria de Segurança e Saúde do Trabalhador, diretamente subordinada à Diretoria do Trabalho, compete:

- I - articular com órgãos de atuação similar a implantação de ações educativas na área de segurança, higiene e medicina do trabalho;
- II - assegurar ao trabalhador o direito às informações sobre os riscos à saúde no ambiente de trabalho, medidas preventivas, métodos de trabalho adequados, visando a redução de acidentes e doenças decorrentes do trabalho;
- III - elaborar relatórios periódicos das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria.

QUINTA-FEIRA, 8 DE SETEMBRO DE 1994

DIÁRIO OFICIAL - CADERNO 2

## SUBSEÇÃO I

## DA DIVISÃO DE AVALIAÇÃO EM AMBIENTE DE TRABALHO - DIAT

Art. 21 - A Divisão de Avaliação em Ambiente de Trabalho, diretamente subordinada à Coordenadoria de Segurança e Saúde do Trabalhador, compete:

- I - promover, orientar e realizar ações na área de segurança, higiene e medicina do trabalho;
- II - colaborar com o fornecimento de dados para elaboração de programas em nível estadual, bem como, para a formação, especialização e aperfeiçoamento de técnicos na sua respectiva área.

## SUBSEÇÃO II

## DA DIVISÃO DE PREVENÇÃO E AÇÕES INTEGRADAS - DIPAI

Art. 22 - A Divisão de Prevenção e Ações Integradas, diretamente subordinada à Coordenadoria de Segurança e Saúde do Trabalhador, compete:

- I - promover e elaborar estudos e normas para a realização de seminários, encontros, palestras e campanhas no âmbito estadual, sobre a prevenção de acidentes de trabalho;
- II - utilizar elementos e estratégias pedagógicas que leve o trabalhador e o empregador a adotarem procedimentos que colaborem para a redução de acidentes nos diversos setores de trabalho, em articulação com a UNITRA;
- III - articular com os órgãos de atuação na área, para desenvolvimento de ações integradas.

## SEÇÃO IV

## DA COORDENADORIA DE INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E SEGURO DESEMPREGO - CISO

Art. 23 - A Coordenadoria de Intermediação de Mão-de-Obra e Seguro Desemprego, diretamente subordinada à Diretoria do Programa de Emprego do Estado do Pará, compete:

- I - realizar a intermediação do trabalhador desempregado ou candidato a primeiro emprego, para efeito de colocação no mercado de trabalho e/ou encaminhamento para treinamento e qualificação profissional;
- II - prestar informações ao mercado consumidor de mão-de-obra sobre a disponibilidade de recursos humanos;
- III - manter articulação com as entidades de formação de mão-de-obra, fornecendo-lhes subsídios para que seu planejamento e programação de atividades ocorra de acordo com as reais necessidades do mercado;
- IV - orientar os candidatos que procuram o SINE, sobre a possibilidade de exercerem no mercado uma atividade eventual ou especializada, sem vínculo empregatício, como alternativa para diminuir seu tempo de desocupação ou para construir uma atividades por conta própria;
- V - disseminar experiências de projetos de geração de emprego e renda;
- VI - estabelecer condições para adequação entre a oferta e a demanda de emprego;
- VII - atender e orientar o trabalhador nas ações do Sistema Seguro-Desemprego de acordo com a legislação em vigor;
- VIII - acompanhar o desenvolvimento das ações de intermediação e seguro-desemprego executadas em cooperação com as Prefeituras Municipais e/ou demais entidades, de acordo com o Programa de interiorização do SINE/PA;
- IX - elaborar projetos que gerem e promovam oportunidades de emprego;

- X - acompanhar e avaliar projetos que estimulem o emprego e, conseqüentemente, criem renda entre os envolvidos;
- XI - elaborar relatórios periódicos das atividades desenvolvidas pelo Coordenador(a).

## SUBSEÇÃO I

## DA DIVISÃO DE INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA O SETOR FORMAL - DIMOT

Art. 24 - A Divisão de Intermediação de Mão-de-Obra para o Setor Formal do mercado de trabalho, diretamente subordinada à Coordenadoria de Intermediação de Mão-de-Obra e Seguro-Desemprego, compete:

- I - realizar o cadastramento dos candidatos a procura de emprego e encaminhá-los ao mercado, segundo as características dos postos de trabalho oferecidos pelas empresas e/ou orientá-los para treinamento;
- II - visitar empresas para captar vagas, divulgar a oferta de mão-de-obra disponível no cadastro do SINE, avaliar os resultados da intermediação e registrar as carências de mão-de-obra e necessidades de treinamento;
- III - colocar trabalhadores nos postos de trabalho oferecidos pelas empresas e/ou obter vagas para treinamento;
- IV - manter atualizados os cadastros dos candidatos a emprego e das empresas que atuam com o SINE;
- V - fornecer, através do serviço TELEMPREGO, orientações trabalhistas e informações sobre o processo de intermediação de mão-de-obra;
- VI - divulgar as vagas captadas especificando as exigências do empregador, remuneração, jornada de trabalho etc;
- VII - fornecer a todas as entidades treinadoras de mão-de-obra, a relação de vagas ofertadas ao SINE/PA;
- VIII - implantar Postos de Atendimento para promover a intermediação de mão-de-obra, em conjunto com a Divisão de Atendimento ao Seguro-Desemprego.

## SUBSEÇÃO II

## DA DIVISÃO DE INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA O SETOR INFORMAL - DIMIF

Art. 25 - A Divisão de Intermediação de Mão-de-obra para o Setor Informal do mercado de trabalho, subordinada à Coordenadoria de Intermediação de Mão-de-Obra e Seguro-Desemprego, compete:

- I - promover a intermediação de trabalhadores autônomos para a realização de serviços em unidades domiciliares e, eventualmente, em empresas;
- II - cadastrar os trabalhadores que procuram o SINE em busca da realização de trabalhos eventuais e encaminhá-los de acordo com as solicitações da clientela;
- III - promover a realização de cursos de qualificação e/ou aperfeiçoamento de profissionais autônomos, através da Unitra e/ou outras entidades atuantes na área;
- IV - divulgar as atividades desenvolvidas pelo setor, junto a comunidade com o objetivo de aumentar as solicitações por profissionais autônomos;
- V - realizar análises sobre os procedimentos dos trabalhos executados, com o objetivo de criar condições de aprimoramento no desenvolvimento dos mesmos;
- VI - divulgar experiências de projetos de geração de emprego e renda.

## SUBSEÇÃO III

## DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO SEGURO-DESEMPREGO - DASED

Art. 26 - A Divisão de Atendimento ao Seguro-Desemprego,

diretamente subordinada à Coordenadoria de Intermediação de Mão-de-Obra e Seguro-Desemprego, compete:

- I - promover o atendimento do trabalhador desempregado de modo a facilitar o acesso aos benefícios do Seguro-Desemprego no âmbito do Estado do Pará;
- II - realizar treinamentos sobre o Sistema Seguro-Desemprego, nos departamentos de pessoal de empresas, sindicatos e outros interessados, abrangendo toda a Área metropolitana de Belém;
- III - realizar treinamentos sobre o Sistema Seguro-Desemprego em municípios paraenses para funcionários de prefeituras municipais, departamentos de pessoal de empresas, sindicatos e outros;
- IV - avaliar a necessidade de qualificação e/ou reciclagem do trabalhador para a recolocação no mercado de trabalho;
- V - implantar Postos de Atendimento ao trabalhador para promover o atendimento do Seguro-Desemprego em ação conjunta com a Divisão de Intermediação de Mão-de-Obra.

## SEÇÃO V

## DA COORDENADORIA DE ESTUDOS, PROJETOS E INFORMAÇÃO - CEPI

Art. 27 - A Coordenadoria de Estudos, Projetos e Informação diretamente subordinada à Universidade do Trabalho, compete:

- I - programar, desenvolver e avaliar estudos e projetos educacionais que visem subsidiar a UNITRA e as demais Unidades da SETEPS, com informações gerais e específicas, concorrendo, assim, para o aumento da compreensão das questões pertinentes ao campo de atuação desta Secretaria;
- II - elaborar estudos de análise ocupacional e levantamentos de necessidades de capacitação, visando subsidiar o planejamento das ações educativas e a definição do seu conteúdo programático, adequando-os às exigências do mercado de trabalho;
- III - manter intercâmbio técnico e cultural com entidades afins, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, buscando a constante atualização de informações, pertinentes às áreas de atuação da SETEPS;
- IV - desenvolver atividades de extensão, visando a educação sócio-política e cultural do trabalhador;
- V - proceder a normalização técnica e divulgação dos trabalhos, projetos e documentos produzidos na SETEPS;
- VI - elaborar relatórios periódicos das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria.

## SUBSEÇÃO I

## DA DIVISÃO DE ESTUDOS E PROJETOS EDUCACIONAIS - DEPE

Art. 28 - A Divisão de Estudos e Projetos Educacionais, diretamente subordinada à Coordenadoria de Estudos, Projetos e Informação compete:

- I - elaborar estudos e projetos que visem a sistematização do conhecimento sobre o mundo do trabalho;
- II - implementar pesquisas operacionais nas áreas de competência desta Secretaria, a fim de propiciar condições de organização e desenvolvimento desses segmentos, em prol da classe trabalhadora.

## SUBSEÇÃO II

## DA DIVISÃO DE BIBLIOTECA - DIB

Art. 29 - A Divisão de Biblioteca diretamente subordinada à Coordenadoria de Estudos e Projetos Educacionais compete:

- I - estabelecer as diretrizes, acompanhar e avaliar todas as atividades relativas à aquisição, processamento técnico e

emprestimo do acervo bibliográfico da SETEPS;

- II - prover a Biblioteca de recursos bibliográficos e multimeios, visando suprir as necessidades de informação da SETEPS, extensiva à classe trabalhadora;
- III - desenvolver um sistema informatizado, capaz de catalogar, analisar, armazenar e recuperar as informações geradas sobre as temáticas referente às áreas de atuação;
- IV - manter intercâmbio com instituições afins, nacionais e internacionais, públicas e privadas, visando a doação e permuta de publicações sobre assuntos de interesse da SETEPS;
- V - desenvolver projetos de extensão da Biblioteca, visando a educação sócio-política e cultural do trabalhador;
- VI - organizar um sistema de divulgação de informações sobre assuntos de interesse das diversas unidades da SETEPS e da classe trabalhadora.

## SEÇÃO VI

## DA COORDENADORIA DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TRABALHADOR - CDT

Art. 30 - A Coordenadoria de Capacitação e Desenvolvimento do Trabalhador, diretamente subordinada à Universidade do Trabalho, compete:

- I - programar, executar, coordenar e avaliar as atividades de capacitação voltadas para o trabalhador;
- II - identificar, apoiar e desenvolver metodologias alternativas e simplificadas de capacitação e organização profissional e política, de acordo com as características sócio-culturais das diversas categorias do mundo do trabalho;
- III - definir estratégias de capacitação para o trabalhador, a partir da demanda de necessidades específicas, oriunda das unidades organizacionais da Secretaria, e da sociedade civil organizada;
- IV - viabilizar as atividades de desenvolvimento e qualificação profissional do trabalhador;
- V - desenvolver, de forma articulada, métodos específicos para acompanhamento e avaliação das atividades;
- VI - elaborar relatórios periódicos das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria.

## SUBSEÇÃO I

## DA DIVISÃO DE FORMAÇÃO SOCIO-POLÍTICA DO TRABALHADOR - DFSP

Art. 31 - A Divisão de Formação Sócio-Política do Trabalhador, diretamente subordinada à Coordenadoria de Capacitação e Desenvolvimento do Trabalhador, compete:

- I - executar, coordenar e supervisionar visitas técnicas, seminários, congressos, encontros, palestras e outros eventos de natureza pedagógica que propiciem a formação e organização sócio-política do trabalhador, em consonância com as demais unidades organizacionais da Secretaria;
- II - prestar orientações na escolha dos eventos e definição do conteúdo programático das ações educativas programadas;
- III - realizar o acompanhamento e controle dos eventos educacionais, através de instrumentos pedagógicos específicos a cada programa elaborado;
- IV - aplicar instrumentos de avaliação adequados, procedendo a tabulação de dados que ponham para uma aferição dos resultados finais alcançados;
- V - proporcionar e manter atualizados os cadastros de instrutores.



# Diário Oficial

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

CADERNO 3

ANO CIII — 104º DA REPÚBLICA — Nº 27.797

BELEM — QUINTA-FEIRA, 08 DE SETEMBRO DE 1994

## SUBSEÇÃO II

DA DIVISÃO DE QUALIFICAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA — DQMO

Art. 32 — A Divisão de Qualificação de Mão-de-Obra, diretamente subordinada à Coordenadoria de Capacitação e Desenvolvimento do Trabalhador, compete:

- I — elaborar, coordenar, executar, avaliar e acompanhar a implantação de projetos de treinamento de mão-de-obra, em articulação com organismos federais, estaduais e municipais e não-governamentais;
- II — prestar orientação para a definição da modalidade e conteúdo programático dos treinamentos;
- III — desenvolver metodologias alternativas e produzir recursos instrucionais de apoio às ações de capacitação de mão-de-obra;
- IV — aplicar instrumentos de avaliação adequados a cada ação que venham subsidiar a aferição dos resultados alcançados.

## SEÇÃO VII

DA COORDENADORIA DE ATENDIMENTO A CRIANÇA — CAC

Art. 33 — A Coordenadoria de Atendimento à Criança, diretamente subordinada à Diretoria de Assistência Básica, compete:

- I — garantir o atendimento integral à criança na faixa etária de zero a seis anos;
- II — assegurar o processo sócio-educativo que contribua para a formação da criança;
- III — proporcionar o atendimento nutricional da criança no sentido de possibilitar um crescimento adequado às etapas do desenvolvimento infantil;
- IV — garantir atividades recreativas, culturais e de lazer para as crianças atendidas na creche e pré-escola, visando contribuir para o processo de socialização;
- V — favorecer atendimento à família, a fim de promover sua participação nas atividades sócio-educativas das Unidades Operacionais;
- VI — administrar situações encaminhadas pelas Unidades Operacionais na Garantia do Atendimento;
- VII — elaborar relatórios periódicos das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria.

## SEÇÃO VIII

DA COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO PELO TRABALHO — CET

Art. 34 — A Coordenadoria de Educação pelo Trabalho, diretamente subordinada à Diretoria de Assistência Básica, compete:

- I — desenvolver atividades sócio-educativas, visando contribuir para o processo de formação e socialização, envolvendo o grupo familiar nestas atividades;
- II — promover a inserção adequada do adolescente no mercado de trabalho garantindo o processo educativo e formação compatível com as determinações do ECA;
- III — garantir o desenvolvimento de atividades produtivas visando a geração de renda;
- IV — incentivar e promover atividades de esporte, cultura e lazer voltados ao processo educativo e o desenvolvimento físico;

V — desenvolver estudos e pesquisas sobre este segmento social no sentido de subsidiar políticas de atendimento condizentes com a sua realidade;

VI — administrar situações encaminhadas pelas unidades operacionais visando o seu atendimento;

VII — elaborar relatórios periódicos das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria.

## SEÇÃO IX

DA COORDENADORIA DE ATENDIMENTO A TERCEIRA IDADE — CAT

Art. 35 — A Coordenadoria de Atendimento à 3ª idade, diretamente subordinada à Diretoria de Assistência Básica, compete:

- I — assegurar condições para promover a participação e integração efetiva da 3ª idade à sociedade;
- II — incentivar a participação do idoso atendido pelas unidades operacionais em suas atividades organizacionais;
- III — desenvolver o atendimento da 3ª idade, fundamentado em princípios de geriatria e gerontologia social;
- IV — desenvolver atividades ocupacionais, de esporte, cultura e lazer visando estimular a participação social da 3ª idade;
- V — desenvolver atividades que visem a participação conjunta dos segmentos atendidos objetivando a integração e consequentemente a socialização de saberes entre as diversas faixas etárias;
- VI — garantir o atendimento a 3ª idade, evitando sempre que possível sua internação, assegurando sua convivência familiar;
- VII — desenvolver junto aos idosos internos, atendimento visando a garantia de suas necessidades básicas e emergenciais, além de sua participação social;
- VIII — realizar estudos e pesquisas a fim de contribuir para uma política de atendimento com as modalidades de meio aberto e asilar;
- IX — administrar situações encaminhadas pelas unidades operacionais no sentido de garantir o atendimento;
- X — elaborar relatórios periódicos das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria.

## SEÇÃO X

DA COORDENADORIA DE PROJETOS ESPECIAIS — CPE

Art. 36 — A Coordenadoria de Projetos Especiais, diretamente subordinada à Diretoria de Assistência Básica, compete:

- I — garantir o atendimento emergencial à família e/ou pessoas em situações de risco, assegurando seus direitos de cidadania;
- II — garantir o atendimento emergencial ao migrante em trânsito por Belém;
- III — assegurar o atendimento social à mulher com os direitos sociais violados, resgatando seu papel na sociedade;
- IV — garantir o atendimento global ao homem de rua, visando assegurar sua integração e participação social;
- V — apoiar as estratégias de sobrevivência da população de baixa renda;
- VI — apoiar as reivindicações dos movimentos sociais das minorias visando a garantia de seus direitos de cidadania;

- VII - apoiar as entidades de atendimento as pessoas portadoras de deficiência, assegurando o direito de cidadania;
- VIII - realizar estudos e pesquisas sobre as demandas emergentes no Estado a fim de implantar políticas de atendimento;
- IX - administrar situações encaminhadas pelas unidades operacionais visando seu atendimento;
- X - elaborar relatórios periódicos das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria.

## SEÇÃO XI

## DAS UNIDADES OPERACIONAIS DE MEIO ABERTO - UOMA

Art. 37 - As Unidades Operacionais de Meio Aberto correspondem aos centros de atendimento à população de suas áreas de abrangência, através dos serviços de Creche, Pré-escola, Espaço de Criação e Educação Pelo Trabalho e atendimento à Terceira Idade, visando garantir os seus direitos sociais.

Art. 38 - As Unidades Operacionais de Meio Aberto, subordinadas administrativamente à Diretoria de Assistência Básica e vinculadas tecnicamente às Coordenadorias de Atendimento à Criança, Atendimento ao Adolescente e Atendimento à Terceira Idade, compete:

- I - garantir o atendimento integral à criança na faixa etária de zero a seis anos;
- II - proporcionar atendimento nutricional;
- III - garantir atividades recreativas, culturais e de lazer;
- IV - fornecer atendimento à família visando seu engajamento nos serviços prestados;
- V - desenvolver atividades sócio-educativas, visando a socialização da criança, do adolescente, do idoso e familiares;
- VI - promover o desenvolvimento de atividades produtivas, visando geração de renda;
- VII - incentivar a participação do idoso em suas entidades organizacionais;
- VIII - desenvolver atividades conjuntas entre os diversos segmentos atendidos, visando a sua integração;
- IX - articular com a comunidade local, assim como às demais unidades a fim de estabelecer sua integração ao contexto social.

## SEÇÃO XII

## DAS UNIDADES OPERACIONAIS DE INTERNAMENTO - UOPI

Art. 39 - As Unidades Operacionais de Internamento correspondem aos centros de atendimento em regime de internação para as pessoas da 3ª idade em situação de abandono familiar, cabendo ao Estado a garantia de suas necessidades básicas e imediatas.

Art. 40 - As Unidades Operacionais de Internamento, subordinadas administrativamente à Diretoria de Assistência Básica e vinculadas tecnicamente à Coordenadoria de Atendimento à Terceira Idade, compete:

- I - desenvolver o atendimento ao idoso interno a partir dos princípios da geriatria e gerontologia social;
- II - desenvolver atividades ocupacionais de esporte, cultura e lazer, adequados a esta faixa etária;
- III - assegurar a participação do idoso interno em suas entidades organizativas a fim de promover sua integração;
- IV - incentivar a participação da família do interno, visando criar condições para o seu retorno à família.

## SEÇÃO XIII

## DAS UNIDADES OPERACIONAIS DE ATENDIMENTO EMERGENCIAL - UOPE

Art. 41 - As Unidades Operacionais de Atendimento Emergencial correspondem aos Centros de Atendimento Temporário que visam

atender a população em trânsito pela cidade e/ou em risco social a fim de garantir seus direitos sociais ameaçados.

Art. 42 - As Unidades Operacionais Emergenciais, subordinadas administrativamente à Diretoria de Assistência Básica e vinculadas tecnicamente à Coordenadoria de Projetos Especiais, compete:

- I - garantir o atendimento emergencial em situação de risco social;
- II - garantir o atendimento ao migrante em trânsito por Belém;
- III - assegurar o atendimento social à mulher com seus direitos sociais violados;
- IV - assegurar o atendimento global ao homem de rua, visando sua integração ao contexto social.

## SEÇÃO XIV

## DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO - DEPAD

Art. 43 - Ao Departamento de Administração, diretamente subordinado à Diretoria de Administração e Finanças, compete:

- I - programar, executar e controlar as atividades relativas a recursos humanos, material, patrimônio, serviços gerais, protocolo, arquivo e editoração e informatização dos trabalhos da Secretaria;
- II - colaborar com os estudos para a elaboração da proposta do Orçamento Programa da Secretaria;
- III - orientar e controlar a aplicação de leis, regulamentos e normas referentes às atividades administrativas;
- IV - analisar e emitir parecer sobre matéria de natureza administrativa;
- V - subsidiar a Diretoria com informações ágeis e precisas, sobre sua área de atuação, que sirvam como instrumento na tomada de decisões;
- VI - propor a atualização de normas e procedimentos, visando o constante aperfeiçoamento das atividades pertinentes;
- VII - propor medidas necessárias para os controles administrativos;
- VIII - elaborar relatórios periódicos das atividades administrativas.

## SUBSEÇÃO I

## DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS - DRH

Art. 44 - A Divisão de Recursos Humanos, diretamente subordinada ao Departamento de Administração, compete:

- I - fornecer subsídios que visem definir a política de pessoal a ser definida pela Secretaria, em consonância com a SEAD;
- II - organizar e manter atualizados os registros funcional e financeiro do pessoal lotado na Secretaria, visando a concessão de certidões, atos administrativos e avaliação de desempenho do pessoal;
- III - manter atualizado o controle de cargos e funções ocupados, propiciando o conhecimento completo do Quadro Geral de Pessoal da SETEPS;
- IV - controlar frequência, férias, licenças e penas disciplinares, a fim de fornecer subsídios para a elaboração da folha de pagamento;
- V - instruir processos relativos a pedidos de aposentadoria, licenças, gratificações e outros benefícios, dando o encaminhamento devido;

QUINTA-FEIRA, 8 DE SETEMBRO DE 1994

DIÁRIO OFICIAL - CADERNO 3

- VI - elaborar, anualmente, a escala de férias e outros documentos determinados por lei;
- VII - organizar e manter atualizada a legislação referente a assunto de pessoal;
- VIII - efetuar levantamento de necessidade de treinamento em articulação com as demais unidades da Secretaria, objetivando o aperfeiçoamento e desenvolvimento do pessoal, bem como a elaboração da proposta de treinamento;
- IX - providenciar treinamento para os novos servidores, visando a adaptação ao serviço na Secretaria;
- X - promover o acompanhamento dos participantes de cursos, visando a aplicabilidade do treinamento no trabalho e avaliar o efeito na produtividade;
- XI - realizar o acompanhamento administrativo dos estagiários lotados nas diversas unidades;
- XII - realizar estudos, emitir pareceres e prestar informações pertinentes a legislação de pessoal e demais assuntos e orientar sobre procedimentos a serem adotados;
- XIII - empossar servidores concursados e nomeados para o exercício de cargos e funções.

## SUBSEÇÃO II

## DA DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO - DMP

Art. 45 - A Divisão de Material e Patrimônio, diretamente subordinada ao Departamento de Administração, compete:

- I - manter organizados e atualizados os registros físicos e financeiros dos materiais existentes na SETEPS;
- II - subsidiar o Departamento de Administração na formulação de previsão, programação e provisionamento de recursos materiais para as diversas unidades da Secretaria;
- III - operacionalizar o processo de licitação para aquisição de material ou proceder aquisição direta, quando couber, de acordo com a legislação vigente;
- IV - receber, conferir, classificar e registrar todo o material adquirido;
- V - proceder o armazenamento do material adquirido, observando as peculiaridades e a natureza de cada material;
- VI - manter organizados e atualizados os cadastros de fornecedores e prestadores de serviço;
- VII - participar das comissões de licitações, de acordo com o art. 36, inciso II, da Lei 5.416, de 11.12.87;
- VIII - controlar o atendimento de materiais em função dos estoques estabelecidos e do cronograma de entrega previsto;
- IX - elaborar demonstrativos necessários ao acompanhamento e controle de materiais consumidos e/ou adquiridos pelas diversas unidades da SETEPS;
- X - manter cadastrados todos os bens patrimoniais da Secretaria;
- XI - acompanhar e controlar a movimentação dos bens patrimoniais como: transferência, devolução, empréstimo e baixa;
- XII - supervisionar os inventários periódicos e executar anualmente o inventário geral de materiais em estoque e dos bens patrimoniais;
- XIII - propor a alienação dos bens patrimoniais considerados inservíveis.

## SUBSEÇÃO III

## DA DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS - DSG

Art. 46 - A Divisão de Serviços Gerais, diretamente subordinada ao Departamento de Administração, compete:

- I - supervisionar e/ou executar a limpeza do prédio e dos bens móveis da Secretaria;
- II - providenciar, periodicamente, vistoria nos sistemas elétrico, hidráulico e de telefonia e adotar medidas de segurança necessárias;
- III - acompanhar e controlar os contratos de manutenção de máquinas e equipamentos da SETEPS, mantendo atualizadas as informações sobre prazos, vigência e validade dos mesmos;
- IV - executar e controlar ligações telefônicas interurbanas;
- V - proceder a instalação de equipamentos e/ou acompanhar a execução por terceiros;
- VI - supervisionar e fiscalizar o serviço de vigilância, se necessário;
- VII - fiscalizar e controlar o consumo de energia elétrica, água, telefone e gás;
- VIII - fiscalizar a entrada e saída de materiais, bem como o ingresso de pessoas estranhas na Secretaria;
- IX - providenciar a transferência de móveis, máquinas e equipamentos de um local para outro;
- X - providenciar registros, seguros, licenciamento e renovação dos veículos da Secretaria;
- XI - controlar a utilização dos veículos, bem como o consumo de combustível e os custos operacionais;
- XII - executar e controlar o serviço de copa e providenciar o atendimento de alimentação, para servidores, quando autorizado.

## SUBSEÇÃO IV

## DA DIVISÃO DE PROTOCOLO E ARQUIVO - DPA

Art. 47 - A Divisão de Protocolo e Arquivo, diretamente subordinada ao Departamento de Administração, compete:

- I - propor diretrizes básicas para aplicação de normas de controle e arquivamento do acervo documental dos arquivos setoriais correntes e permanentes;
- II - gerir o Sistema de informações administrativas da Secretaria e participar do Sistema Estadual de Arquivo e de outros afins;
- III - receber, registrar e expedir documentos e correspondências externas;
- IV - conferir, numerar, distribuir e controlar a entrada, a saída e a movimentação internas de documentos;
- V - arquivar documentos e cópias de correspondências expedidas e proceder abertura e arquivamento de processos;
- VI - preservar os documentos de valor histórico, administrativo e legal, em consonância com a legislação vigente e a tabela de temporalidade;
- VII - tornar acessível o acervo documental aos usuários, para fins de pesquisa.

## SUBSEÇÃO V

## DA DIVISÃO DE EDITORAÇÃO E INFORMÁTICA - DEI

Art. 48 - A Divisão de Editoração e Informática, diretamente subordinada ao Departamento de Administração, compete:

- I - promover a normalização, composição e revisão dos trabalhos a serem editados, mediante articulação com o(s) autor(es), indicando o melhor processo para sua impressão e/ou reprodução;
- II - acompanhar as atividades de impressão dos trabalhos a serem editados;
- III - coletar, selecionar e revisar matérias das diversas áreas de atuação da Secretaria, para divulgação interna e externa e para elaboração de periódicos da Secretaria;

- IV - normalizar a apresentação de trabalhos científicos, técnicos e documentais da Secretaria, de acordo com as normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);
- V - elaborar, em articulação com as demais Unidades, o Plano Diretor de Informática da Secretaria, desenvolvendo os sistemas e programas que se fizerem necessários ao seu cumprimento;
- VI - executar e acompanhar as atividades relacionadas à área de informática nas diversas unidades da Secretaria;
- VII - promover interfaces com o PRODEPA, no que se refere aos diversos sistemas utilizados pela Secretaria;
- VIII - executar e controlar a reprodução de impressos e outros documentos referentes à rotina de trabalho da Secretaria;
- IX - centralizar todo o equipamento reprográfico e controlador da rede de computadores, zelando pela conservação e manutenção dos mesmos.

## SEÇÃO XV

## DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS - DEFIN

Art. 49 - Ao Departamento de Finanças, diretamente subordinado à Diretoria de Administração e Finanças, compete:

- I - oferecer subsídios para elaboração da proposta orçamentária da Secretaria;
- II - acompanhar e controlar a execução do orçamento programa anual e a aplicação dos recursos financeiros da Secretaria;
- III - auxiliar a Diretoria na orientação às demais unidades integrantes da Secretaria, na área financeira;
- IV - analisar e emitir parecer sobre matéria de natureza financeira;
- V - subsidiar a Diretoria com informações ágeis e precisas sobre sua área de atuação, que sirvam como instrumento na tomada de decisões;
- VI - apurar custos operacionais das atividades desenvolvidas pela Secretaria;
- VII - submeter a apreciação da Diretoria de Administração e Finanças, as prestações de contas trimestrais de recursos oriundos do Tesouro Estadual e de convênios celebrados com outras entidades, assim como os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial do exercício;
- VIII - organizar e manter atualizada a legislação pertinente ao assunto de sua área;
- IX - programar os pagamentos autorizados pela Diretoria de Administração e Finanças;
- X - elaborar relatórios periódicos das atividades do Departamento.

## SUBSEÇÃO I

## DA DIVISÃO ORÇAMENTÁRIA - DO

Art. 50 - A Divisão Orçamentária, diretamente subordinada ao Departamento de Finanças, compete:

- I - analisar, organizar e manter atualizados os documentos relativos aos atos e fatos da questão orçamentária;
- II - classificar, registrar e controlar os valores orçamentários destinados a atender a programação da Secretaria;
- III - manter controle atualizado de todos os saldos orçamentários e dos respectivos empenhos globais;
- IV - elaborar a documentação necessária para alteração orçamentária relativa ao orçamento anual;
- V - verificar a legalidade de toda a documentação passível de registro contábil;
- VI - proceder a conferência e o registro dos documentos de

despesa, relativos ao orçamento do Estado;

- VII - analisar as prestações de contas de suprimento de fundos, orientando quanto as providências que se fizerem necessárias à sua regularização;
- VIII - encaminhar, mensalmente, os demonstrativos de acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial, ao Departamento Financeiro;
- IX - processar e fornecer os balancetes mensais e os relatórios de acompanhamento de custos, aos órgãos competentes;
- X - relacionar os processos passíveis de liquidação, encaminhando-os à Divisão Financeira para serem executados;
- XI - conferir os documentos referentes à consignações oriundos da Divisão de Pessoal, procedendo a emissão de guias de pagamento para liquidação;
- XII - classificar e registrar os contratos celebrados com outras entidades para fins de estimativa de despesa;
- XIII - zelar pela observância das obrigações sociais e fiscais a que a Secretaria está sujeita;
- XIV - executar a escrituração contábil e elaborar as prestações de contas, balanços, balancetes e relatórios contábeis.

## SUBSEÇÃO II

## DA DIVISÃO FINANCEIRA - DF

Art. 51 - A Divisão Financeira, diretamente subordinada ao Departamento de Finanças, compete:

- I - proceder a emissão de cheques ou ordens bancárias, devidamente autorizados, efetuando o pagamento das despesas empenhadas;
- II - organizar o boletim de caixa;
- III - registrar e controlar as emissões de cheque e ordem bancária, mantendo atualizados os saldos de forma a fornecer informações;
- IV - relacionar todos os pagamentos efetuados, encaminhando a documentação à Divisão Orçamentária para escrituração;
- V - notificar a cada fornecedor interessado, os depósitos referentes a fornecimentos diversos, efetuados em agências bancárias através da ordem bancária;
- VI - cumprir com a programação de pagamento, previamente estabelecida;
- VII - examinar e conferir os documentos de pagamento;
- VIII - manter atualizadas as informações sobre contas a pagar;
- IX - providenciar a organização e a guarda da documentação necessária à Divisão.

## SUBSEÇÃO III

## DA DIVISÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS - DC

Art. 52 - A Divisão de Convênios e Contratos, diretamente subordinada ao Departamento de Finanças, compete:

- I - elaborar minuta de convênios e contratos para posterior análise do consultor jurídico;
- II - classificar, registrar e controlar os valores oriundos de convênios destinados a atender projetos a serem realizados pela Secretaria;
- III - providenciar a documentação necessária para o processamento de pagamentos a serem efetuados através de convênios;
- IV - manter controle atualizado de todos os saldos orçamentários e financeiros dos respectivos convênios;
- V - orientar as diversas unidades da Secretaria na aplicação dos recursos de convênios e manter atualizadas as informações para maior operacionalização dos mesmos;
- VI - elaborar demonstrativos de acompanhamento da execução

QUINTA-FEIRA, 8 DE SETEMBRO DE 1994

DIÁRIO OFICIAL - CADERNO 3

orçamentária e financeira e prestação de contas dos convênios, conforme acordo efetuado com os órgãos financiadores, e manter o controle dos prazos de vigência;

VII - proceder a conferência e o registro dos documentos de despesa relativos a convênios;

VIII - registrar e controlar os contratos e convênios efetuados entre SETEPS e terceiros, atendendo as normas legais junto ao Tribunal de Contas.

Art. 53 - Todas as Diretorias desenvolvem procedimentos informatizados na agilização e suporte de suas atividades, em consonância com o Plano Diretor de Informática da Secretaria.

## CAPÍTULO V - DO NÍVEL DE ATUAÇÃO REGIONAL

## SEÇÃO I

## DOS NÚCLEOS REGIONAIS

Art. 54 - Aos Núcleos Regionais, diretamente subordinados ao Secretário de Estado, compete: programar, coordenar, orientar, executar, controlar e avaliar as atividades de competência da Secretaria em sua área de circunscrição, de acordo com as normas do órgão central.

## TÍTULO IV

## DAS RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES

## CAPÍTULO I

## NO NÍVEL DE DIREÇÃO SUPERIOR

## SEÇÃO I

## DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL

Art. 55 - São atribuições do Secretário de Estado do Trabalho e Promoção Social, além das previstas na Constituição Estadual (Art. 138 a 144), no art. 24 da Lei nº 4.780 de 19 de Junho de 1978 e no art. 19 do Decreto nº 2.231 de 12 de maio de 1982:

I - assessorar ao Governador do Estado, bem como aos Secretários de Estado, em assuntos pertinentes à Secretaria;

II - formular e assegurar o cumprimento da Política do Trabalho, Assistência Social e Habitação do Estado;

III - exercer atividades político-institucionais, bem como, a coordenação geral da Secretaria;

IV - aprovar o Orçamento-Programa e o Plano Plurianual de Trabalho da Secretaria;

V - estabelecer convênios, contratos e ajustes que visem a ação conjunta, complementar ou suplementar, no desenvolvimento das áreas do Trabalho e Assistência Social no Estado;

VI - autorizar a concessão de subvenções à entidades e pessoas físicas que atuem no setor;

VII - transmitir ao Governador do Estado, indicações ou designações de pessoas para posição de direção e assessoramento, no âmbito da Secretaria;

VIII - designar entre assessores e dirigentes de unidades da Secretaria, representantes para solenidades e outros eventos;

IX - desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas por atos legais.

## SEÇÃO II

## DO SECRETÁRIO-ADJUNTO

Art. 56 - São atribuições do Secretário Adjunto, além das previstas no Art. 19 do Decreto nº 2.231 de 12 de maio de 1982:

I - assessorar ao Secretário de Estado na formação de planos e programas voltados à área de atuação da Secretaria e na tomada de decisões;

II - substituir o Secretário em suas ausências e impedimentos e sucedê-lo em caráter interino, até a nomeação do novo titular;

III - coordenar as ações voltadas para a Área de Trabalho e Assistência Social Básica do Estado;

IV - apreciar pesquisas, estudos, projetos, programas e planos elaborados pelas unidades técnicas, submetendo ao Secretário para aprovação;

V - subsidiar as atividades das unidades técnicas no nível de execução programática da Secretaria;

VI - orientar técnica e administrativamente as unidades organizacionais da Secretaria;

VII - articular-se com os assessores e diretores de unidades em nível de assessoramento e atuação programática, a fim de integrar a ação global da Secretaria e compatibilizar normas e procedimentos;

VIII - desempenhar, em conjunto com o Secretário ou Diretor competente, as atividades de coordenador de despesa;

IX - manter intercâmbio em nível técnico, com instituições públicas e privadas.

## CAPÍTULO II

## NO NÍVEL DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR

## SEÇÃO I

## DO ASSESSOR JURÍDICO

Art. 57 - São atribuições do Assessor Jurídico:

I - prestar assessoramento jurídico ao Secretário, Secretário Adjunto e Diretorias;

II - emitir parecer sobre todos os assuntos de natureza jurídico-institucional de interesse direto ou indireto da Secretaria;

III - fornecer à Procuradoria Geral do Estado, quando solicitado, os elementos necessários pela elaboração de defesa dos interesses judiciais do Estado, envolvendo a SETEPS;

IV - encaminhar e analisar estatutos, convênios, acordos, termos, contratos, destratos e outros documentos legais de interesse da Secretaria;

V - manter atualizados ementários de jurisprudência, doutrinas e legislação em níveis Federal, Estadual e Municipal de interesse da Secretaria;

VI - manter-se atualizado quanto aos atos publicados nos diários Oficiais do Estado e da União, analisando as Leis, Decretos-Lei, Portaria e demais atos administrativos, informando às Diretorias os assuntos relacionados com sua área de atuação.

VII - prestar assistência jurídica às licitações e inquéritos instalados no âmbito da Secretaria.

## SEÇÃO II

## DO ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 58 - São atribuições do Assessor de Comunicação Social:

I - assessorar ao Secretário e aos demais níveis de Direção e Gerência Superiores, em assuntos relacionados aos órgãos de comunicação;

II - acompanhar o Secretário, quando solicitado, em visitas, solenidades ou cerimônias e se fazer presente na realização de eventos da Secretaria;

III - manter perfeito entrosamento entre a Secretaria e os órgãos de comunicação;

IV - manter organizadas e atualizadas as listagens dos órgãos de comunicação (imprensa escrita, falada e televisionada), órgãos públicos e entidades privadas, bem como o cadastro de autoridades e personalidades de interesse para sua área de atuação;

V - selecionar notícias, através da leitura diária de periódicos e publicações diversas, mantendo atualizada a resenha de matéria de interesse da Secretaria e divulgando-a ao Secretário e demais Diretorias;

- VI - redigir minutas de correspondência oficial para divulgação externa, como notas oficiais, resumo de editais e atos análogos;
- VII - elaborar correspondência oficial destinada a cumprimentar autoridades, segmentos da comunidade e servidores da Secretaria, nas datas e eventos pertinentes;
- VIII - estabelecer e divulgar calendário de eventos civis, sociais, políticos e culturais, que se relacionarem com os interesses do Governo e da Secretaria, bem como programar e coordenar a execução dos mesmos, desde a preparação e expedição de convites à recepção dos visitantes;
- IX - manter o intercâmbio social entre a Secretaria e a Comunidade, assessorando as Diretorias nas atividades voltadas para a participação comunitária;
- X - acompanhar e avaliar o desempenho interno e externo da Secretaria, através de esquemas de avaliação da opinião pública;
- XI - providenciar e manter devidamente protegidos equipamentos que estiverem sob sua responsabilidade.

## SEÇÃO III

## DOS ASSESSORES TÉCNICOS

Art. 59 - São atribuições dos Assessores Técnicos:

- I - prestar assessoramento técnico ao Secretário, Secretário Adjunto e Diretorias nos assuntos específicos de sua área de atuação;
- II - promover a articulação do Secretário com órgãos e entidades, direta ou indiretamente relacionados com a área de atuação da Secretaria;
- III - cooperar na elaboração de instrumentos de captação de recursos para o financiamento de planos, programas e projetos setoriais;
- IV - assessorar na elaboração e acompanhamento da execução física dos planos, programas e projetos, favorecendo a análise e avaliação dos mesmos, propondo reformulação se necessário;
- V - realizar estudos e elaborar procedimentos sobre organização e métodos de trabalho;
- VI - realizar estudos, pesquisas, levantamento de dados e pareceres, dentro de sua área de especialização, que subsidiem tomadas de decisões dos dirigentes da SETEPS;
- VII - analisar dados, informações e decisões relativas a programação das entidades vinculadas à Secretaria, avaliando seu desempenho e propondo alternativas para redução dos possíveis entraves;
- VIII - supervisionar a implantação da política do Governo Estadual nas áreas de assistência social e habitação junto às entidades vinculadas.

## CAPÍTULO III

## NOS NÍVEIS DE GERÊNCIA SUPERIOR, ATUAÇÃO PROGRAMÁTICA E OPERACIONAL

## SEÇÃO I

## DOS DIRETORES DE ÁREA, COORDENADORIAS, DEPARTAMENTOS E CHEFES DE DIVISÃO

Art. 60 - São atribuições comuns dos Diretores de Área, Coordenadorias, Departamentos e Chefes de Divisão, além das previstas no art. 17 do Decreto n. 2231 de 12 de maio de 1982:

- I - coordenar, supervisionar e controlar as atividades da unidade que dirige;
- II - coordenar e supervisionar a elaboração de planos, projetos, atividades e relatórios da unidade;
- III - avaliar o desempenho da(s) unidade(s) subordinada(s) e

implantar medidas para melhoria do funcionamento;

- IV - orientar seus subordinados quanto às políticas, os objetivos e metas da Secretaria, no desempenho de suas funções;
- V - dar parecer, despachar processos, assinar atos e documentos relativos à unidade que dirige;
- VI - prestar assessoramento ao seu superior imediato, nos assuntos de sua competência;
- VII - delegar atribuições específicas de seu cargo, com autorização prévia do seu superior imediato;
- VIII - realizar reuniões periódicas com o pessoal da unidade, para melhor desenvolvimento das atividades;

IX - zelar e responsabilizar-se pelos bens da Secretaria alocados na Unidade, bem como pela disciplina e apresentação de seus subordinados.

## SEÇÃO II

## DAS SECRETARIAS

Art. 61 - São atribuições comuns às Secretárias:

- I - agendar os compromissos e assuntos do Diretor da unidade;
- II - informar o Diretor da unidade das ocorrências e recados na sua ausência;
- III - receber, registrar e distribuir documentos;
- IV - arquivar a documentação, mantendo organizado o arquivo da unidade;
- V - receber e encaminhar as pessoas que se dirigem à unidade, fornecendo informações e orientações quando necessário;
- VI - datilografar, revisar e providenciar reprodução de documentos;
- VII - providenciar, junto ao Gabinete, listagem atualizada de autoridades, órgãos públicos e instituições em nível federal, estadual e municipal, quando necessário à unidade;
- VIII - manter atualizada agenda de endereços e telefones necessários à unidade;
- IX - efetuar e receber ligações telefônicas;
- X - providenciar requisição, guarda, distribuição e controle de material de expediente da unidade.

## SEÇÃO III

## DOS DEMAIS SERVIDORES

Art. 62 - Aos demais servidores, compete executar o disposto em determinações legais e regimentais, com zelo e presteza, sem prejuízo de sua participação construtiva e responsável na formulação de sugestões que visem o aperfeiçoamento das ações da Secretaria de Estado de Trabalho e Promoção Social.

## TÍTULO V

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 63 - O planejamento técnico orçamentário da SETEPS, atenderá aos princípios contidos no Plano Plurianual de Trabalho, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e terá elaboração, coordenação, controle e acompanhamento por um assessor especializado, vinculado à Diretoria de Administração e Finanças.

Art. 64 - Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na execução deste Regimento, serão dirimidas pelo Secretário de Estado de Trabalho e Promoção Social, em articulação com a Secretaria de Estado de Administração, que baixará os atos necessários.

Art. 65 - Este Regimento entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

DECRETO Nº 2818 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO a necessidade do Governo do Estado analisar o atual de sembolso com a folha de pagamento de pessoal;

CONSIDERANDO a imprescindibilidade da otimização das atividades inerentes ao quadro funcional.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Criar o Grupo Especial de Trabalho, destinado a promover uma análise emergencial no crescimento no quadro de pessoal do Estado e respectivo incremento financeiro nas folhas de pagamento mensal.

Parágrafo Único - Designar RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE, CLEBER NEWTON VELASCO, NATALINO NASCIMENTO RODRIGUES FILHO, EDGAR PINTO DE SOUZA PORTO e RUTH DE FÁTIMA AMBROSIO LIMA PINA, para sob a presidência do primeiro e Coordenação do segundo, comporem o Grupo criado no caput deste artigo.

Art. 2º - Atribuir ao referido Grupo Especial de Trabalho - GET, competência e atribuições para estabelecer todas as gestões necessárias junto aos Órgãos da administração estadual, a fim de que se possa ter um Sistema de Informações Administrativas que compatibilize a capacidade financeira do Estado com a necessidade de Recursos Humanos.

Art. 3º - Estabelecer o prazo de até noventa (90) dias para a conclusão do trabalho e apresentação do respectivo relatório.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 06 de setembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS  
Governador do Estado

EDGAR PINTO DE SOUZA PORTO  
Secretário de Estado de Administração, em exercício

CP94/0182425-6

DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994

Delega atribuições ao Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado para exercer controle na concessão de diárias em viagens a serviço, em obediência ao disposto no art. 145 e seguintes da Lei nº 5.810, de 24 de Janeiro de 1994.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais e,

Considerando a urgente necessidade de disciplinar a concessão de diárias ao servidor que, em missão oficial ou de estudos, afastar-se, temporariamente, da sede em que seja lotado;

Considerando que o § 2º do artigo 145 da Lei nº 5.810, de 24 de Janeiro de 1994 estabelece que as diárias serão pagas antecipadamente;

Considerando que essa despesa, para ser processada, precisa ser quantificada a fim de ser incluída no Quadro de Detalhamento de Quota Trimestral, pela SEPLAN;

Considerando que o Governo Estadual está empenhado em cumprir o cronograma de contenção de despesas estabelecido, objetivando viabilizar suas decisões administrativas,

**SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO**

DECRETO DE 02 DE SETEMBRO DE 1994  
O GOVERNADOR DO ESTADO,

Considerando o disposto no art. 81 § 2º letra "b" da Lei nº 8713, de 30.09.94,

**RESOLVE:**

EXONERAR de acordo com o artigo 60, item II da Lei nº 5.810, de 24.01.94, CARLOS MAGNO FREITAS CAMARA, do cargo em comissão de Assessor, Código GEP-DAS-0123, lotado na Secretaria de Estado de Administração, a contar de 31.08.94.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 02 de setembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS  
Governador do Estado

RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE  
Secretário de Estado de Administração

CP94/0182467-3

DECRETO DE 06 DE SETEMBRO DE 1994

O GOVERNADOR DO ESTADO,

**RESOLVE:**

EXONERAR a pedido, de acordo com o artigo 60, inciso II da Lei nº 5.810, de 24.01.94, ARMANDO CAMARINHA RODRIGUES, do cargo em comissão de Assessor Especial, lotado na Governadoria do Estado, atuando

junto a Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará.  
PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 06 de setembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS

RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE  
Secretário de Estado de Administração

CP94/0182524-6

DECRETO DE 06 DE SETEMBRO DE 1994

O GOVERNADOR DO ESTADO,

**RESOLVE:**

EXONERAR, a pedido de acordo com o artigo 60, inciso II da Lei nº 5.810, de 24.01.94, ANTONIETA DE FÁTIMA POMPEU DOS SANTOS, do cargo em comissão de Coordenador de Recursos Financeiros, Código GEP-DAS-0114, lotada na Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 06 de setembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS

RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE  
Secretário de Estado de Administração

CP94/0182516-5

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica o Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado autorizado a exercer controle na concessão de diárias ao servidor estadual que, em missão oficial ou de estudo, afastar-se temporariamente da sede em que seja lotado.

Art. 2º - A concessão das diárias a que se refere o art. 1º deste Decreto fica condicionada à análise dos seguintes documentos:

- a - apresentação, pelo Secretário da área com antecedência de, pelo menos, quinze (15) dias, de justificativa da necessidade e oportunidade da viagem;
- b - Indicação do local, duração do deslocamento e respectivo período;
- c - número de servidores e respectivas qualificações funcionais e lotação.

Parágrafo Único - Excetuam-se desse planejamento os Secretários de Estado cuja solicitação e respectiva autorização são pertinentes ao Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º - Determinar aos Secretários de Estado e/ou assessores, em suas respectivas áreas, que elaborem um Plano de viagens para cada trinta (30) dias, a fim de que quantificado, a Secretaria de Estado de Fazenda possa, examinando o Quadro de Detalhamento de Quota Trimestral e as disponibilidades de Caixa, efetuar os repasses necessários ao atendimento das concessões.

Art. 4º - Quando o afastamento for em virtude de estudos, fica o servidor obrigado a apresentação do respectivo Certificado de Frequência e devolução da capa do Bilhete de Passagem ao Chefe da Casa Civil, no prazo máximo de cinco (5) dias, a contar de seu retorno a sede.

Art. 5º - Se o afastamento for em missão oficial do Estado, no âmbito de cada área do governo, fica o servidor obrigado, no retorno da missão, a apresentar ao Chefe da Casa Civil, no prazo máximo de cinco (05) dias, Relatório sucinto de suas atividades e devolução da capa do Bilhete de passagem.

Parágrafo Único - O Relatório de que trata o "Caput" deste artigo será analisado pelo Secretário da área e encaminhado ao Secretário de Estado de Administração para as providências que julgar necessárias.

Art. 6º - As autorizações serão concedidas através Portaria que, publicada no Diário Oficial do Estado, deverá mencionar o nome do servidor, a função que exerce, o lugar para onde se desloca, o período de permanência e o assunto a tratar.

Parágrafo Único - Na mesma Portaria deverá constar, também, se for o caso, o nome do substituto eventual do servidor em viagem.

Art. 7º - O Chefe da Casa Civil da Governadoria encaminhará à SEAD, cópia de todos os atos expedidos para controle e assentamento na fichas funcionais de cada servidor.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, 06 de setembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS  
Governador do Estado

EDGAR PINTO DE SOUZA PORTO

Secretário de Estado de Administração,  
em exercício CP94/0182469-6

DECRETO DE 02 DE SETEMBRO DE 1994

O GOVERNADOR DO ESTADO,

Considerando o disposto no art. 81 § 2º letra "b" da Lei nº 8713, de 30.09.94,

**RESOLVE:**

NOMEAR de acordo com o artigo 6º, item II da Lei nº 5.810, de 24.01.94, NILDA DE SOUZA NERI, para exercer o cargo em comissão de Assessor, Código GEP-DAS-0123, lotado na Secretaria de Estado de Administração, a contar de 01.09.94.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 02 de setembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS

RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE  
Secretário de Estado de Administração

CP94/0182455-2

DECRETO DE 06 DE SETEMBRO DE 1994

O GOVERNADOR DO ESTADO,

**RESOLVE:**

NOMEAR de acordo com o artigo 6º, inciso II da Lei nº 5.810, de 24.01.94, ARMANDO CAMARINHA RODRIGUES, para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Recursos Financeiros, Código GEP-

DAS-0114, lotado na Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará.  
PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 06 de setembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS  
Governador do Estado  
RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE  
Secretário de Estado de Administração

CP94/0182450-9

DECRETO DE 06 DE SETEMBRO DE 1994  
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:  
NOMEAR, de acordo com o artigo 6º, inciso II, da Lei nº 5.810, de 24.01.94, PAULO ALANO CRAVO SALUSTIANO, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial, lotado na Governadoria do Estado, para atuar junto à Paraminérios.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 06 de setembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS  
Governador do Estado  
RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE  
Secretário de Estado de Administração

CP94/0182443-5

DECRETO DE 06 DE SETEMBRO DE 1994  
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:  
Tornar sem efeito o Decreto datado de 29.08.94, e publicado no DOE nº 27.792, de 30.08.94, que exonerou, a pedido, PAULO LAÉRCIO ANGE-LIM MENDES, do cargo de Assessor, Código GEP-DAS-0123, lotado na Vice-Governadoria do Estado.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 06 de setembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS  
Governador do Estado  
RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE  
Secretário de Estado de Administração

CP94/0182451-7

DECRETO DE 02 DE SETEMBRO DE 1994  
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:  
Autorizar o Dr. JOSÉ ROBERTO VELHO DA CRUZ, Secretário de Estado de Saúde Pública, nos dias 22 e 23 de agosto do corrente ano, a fim de participar da Reunião Tripartite, devendo responder pelo expediente do Órgão, durante o impedimento do titular, o Dr. PAULO EDSON FURTA-DO PEREIRA DE SOUZA, Secretário Adjunto.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 02 de setembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS  
Governador do Estado  
RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE  
Secretário de Estado de Administração

CP94/0182468-1

DECRETO DE 02 DE SETEMBRO DE 1994  
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:  
Autorizar o Dr. CARLOS ALBERTO DA SILVA FRANCO, Secretário de Estado de Agricultura, a viajar para Brasília, nos dias 28 e 29 de julho do corrente ano, a fim de participar do Fórum Nacional de Secretários de Agricultura, devendo responder pelo expediente do Órgão, durante o impedimento do titular, o Dr. FRANCISCO BENEDITO BARBOSA, Diretor Técnico.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 02 de setembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS  
Governador do Estado  
RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE  
Secretário de Estado de Administração

CP94/0182476-2

DECRETO DE 02 DE SETEMBRO DE 1994  
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:  
Autorizar o Dr. WALTER GUIMARÃES-ROLIM, Presidente da Imprensa Oficial do Estado, a ausentar-se do Estado, no período de 06 a 11 de setembro do corrente ano, a fim de participar da Reunião da Associação das Imprensas Oficiais do Brasil, a ser realizada em Belo Horizonte, devendo responder pelo expediente do Órgão, durante o impedimento do titular, o Dr. ELZEMAN JOSÉ DE OLIVEIRA LOBO, Diretor Administrativo e Financeiro.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 02 de setembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS  
Governador do Estado  
RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE  
Secretário de Estado de Administração

CP94/0182506-3

DECRETO DE 02 DE SETEMBRO DE 1994  
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:  
Autorizar o Prof. MANOEL VIEGAS CAMPBELL MOUTINHO, Reitor da Universidade do Estado do Pará, a viajar no período de 10 a 18 de agosto do corrente ano a fim de realizar visita técnica às Universidades Estaduais de Santa Catarina, Ceará e Rio Grande do Norte.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 02 de setembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS  
Governador do Estado  
RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE  
Secretário de Estado de Administração

CP94/0182507-5

DECRETO DE 02 DE SETEMBRO DE 1994  
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:  
Autorizar o Dr. JOSÉ ROBERTO VELHO DA CRUZ, Secretário de Estado de Saúde Pública, a viajar para Belo Horizonte, no período de 25 a 28 de agosto do corrente ano, a fim de participar da Reunião Ordinária do CO-NASS, devendo responder pelo expediente do titular, o Dr. PAULO EDSON FURTADO PEREIRA DE SOUZA, Secretário Adjunto.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 02 de setembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS  
Governador do Estado  
RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE  
Secretário de Estado de Administração

CP94/0182509-4

DECRETO DE 02 DE SETEMBRO DE 1994  
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:  
Autorizar a Dra. LEDA APARECIDA CÂMARA DE AZEVEDO, Secretária de Estado de Trabalho e Promoção Social, a viajar para Fortaleza-CE, no período de 31.08 a 03.09.94, a fim de participar do XXXIII Fórum Nacional de Secretarias do Trabalho.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 02 de setembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS  
Governador do Estado  
RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE  
Secretário de Estado de Administração

CP94/0182394-4

DECRETO DE 02 DE SETEMBRO DE 1994  
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:  
Autorizar o Dr. LINOMAR SARAIVA BAHIA, Presidente da Fundação de Telecomunicações do Pará, a viajar, no período de 17 a 28 de agosto do corrente ano, a fim de participar de reuniões com os Presidentes da Fundação Roquette Pinto, no Rio de Janeiro e da Fundação Padre Anchieta, em São Paulo, bem como reunião com o Presidente da Fundação TV Educativa de Manaus, devendo responder pelo expediente do Órgão, durante o impedimento do titular, o Dr. RAIMUNDO IZIDORO VIANA SEPEDA, Diretor da Rádio Cultura do Pará.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 02 de setembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS  
Governador do Estado  
RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE  
Secretário de Estado de Administração

CP94/0182410-0

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

DECRETO DE 06 DE SETEMBRO DE 1994  
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:  
Autorizar o Dr. WILSON MODESTO FIGUEIREDO, a viajar para Florianópolis, no período de 11 a 15.09.94 e para Londrina no período de 16 a 21.09.94, a fim de participar do "I Encontro DIRAF/CPLAN com A.R.N.M.L.", promoção do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial a realizar-se em Florianópolis e do Fórum Nacional de Secretários de Justiça e Cidadania a realizar-se em Londrina, devendo responder pelo expediente do Órgão, durante o impedimento do titular o Secretário Adjunto Dr. WILSON MODESTO FIGUEIREDO JUNIOR.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 06 de setembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS  
Governador do Estado  
EDGAR PINTO DE SOUZA PORTO  
Secretário de Estado de Administração, em exercício  
WILSON MODESTO FIGUEIREDO  
Secretário de Estado de Justiça

CP94/0182484-3

\*DECRETO DE 02 DE SETEMBRO DE 1994

O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:  
Autorizar o Dr. RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE, a viajar a Porto Alegre-RS, no período de 06 a 10 de setembro para participar, na qualidade de Secretário de Estado de Administração do I Congresso de Administradores do MERCOSUL e a Belo Horizonte, no período de 11 a 13 de setembro para, como representante, do Governo do Estado do Pará, participar do XIII Encontro Brasileiro de Administradores, devendo responder pelo expediente do Órgão durante o impedimento do titular o Dr. EDGAR PINTO DE SOUZA PORTO, Secretário Adjunto.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 02 de setembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS  
Governador do Estado  
WILSON MODESTO FIGUEIREDO  
Secretário de Estado de Justiça

\*Republicado por ter saldo com incorreções no D.O. de 06.09.94.

CP94/0182402-9

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

DECRETO DE 06 DE SETEMBRO DE 1994  
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:  
Considerando o disposto no art. 81 § 2º, letra "b" da Lei nº 8.713, de 30.09.93, EXONERAR de acordo com o artigo 60, item I da Lei nº 5.810, de 24.01.94, AUGUSTO CARLOS CORDERO MOREIRA, do cargo em comissão de Assessor de Rede Física, Código GEP-DAS-0124, lotado na Secretaria de Educação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 06 de setembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS  
Governador do Estado  
EDGAR PINTO DE SOUZA PORTO  
Secretário de Estado de Administração, em exercício  
MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS  
Secretária de Estado de Educação

CP94/0182378-2

DECRETO DE 06 DE SETEMBRO DE 1994  
O GOVERNADOR DO ESTADO,

RESOLVE:  
Considerando o disposto no art. 81 § 2º, letra "b" da Lei nº 8.713, de 30.09.93, EXONERAR de acordo com o artigo 60, item I da Lei nº 5.810, de 24.01.94, CELSO CASTRO GOMES, do cargo em comissão de Assessor da Diretoria de Suporte Administrativo, Código GEP-DAS-0123, lotado na Secretaria de Estado de Educação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 06 de setembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS  
Governador do Estado  
EDGAR PINTO DE SOUZA PORTO  
Secretário de Estado de Administração, em exercício  
MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS  
Secretária de Estado de Educação

CP94/0182499-1

DECRETO DE 02 DE SETEMBRO DE 1994  
O GOVERNADOR DO ESTADO

Considerando o disposto no art. 81 § 2º, letra "b" da Lei nº 8.713, de 30.09.93,

RESOLVE:  
Exonerar de acordo com o artigo 60, item I da Lei nº 5.810, de 24.01.94, MARIA DILMA CORDEIRO PINTO, do cargo em comissão de Presidente da comissão Permanente de Licitação, Código GEP-DAS-0113, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 29.08.94.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 02 de setembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS  
Governador do Estado  
RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE  
Secretário de Estado de Administração  
MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS  
Secretária de Estado de Educação

CP94/0182395-3

DECRETO DE 02 DE SETEMBRO DE 1994  
O GOVERNADOR DO ESTADO

Considerando o disposto no art. 81 § 2º, letra "b" da Lei nº 8.713, de 30.09.93,

RESOLVE:  
Exonerar de acordo com o artigo 60, item I da Lei nº 5.810, de 24.01.94, MARIA DE FÁTIMA DE ALMEIDA PEIXOTO, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Programação e Atendimento ao Estudante, Código GEP-DAS-0113, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 29.08.94.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 02 de setembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS  
Governador do Estado  
RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE  
Secretário de Estado de Administração  
MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS  
Secretária de Estado de Educação

CP94/0182385-5

DECRETO DE 02 DE SETEMBRO DE 1994  
O GOVERNADOR DO ESTADO

Considerando o disposto no art. 81 § 2º, letra "b" da Lei nº 8.713, de 30.09.93,

RESOLVE:  
Exonerar de acordo com o artigo 60, item I da Lei nº 5.810, de 24.01.94, NILMA DO SOCORRO NOGUEIRA MACHADO, do cargo em comissão de Assessor do Departamento de Administração de Material, Código GEP-DAS-0122, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 29.08.94.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 02 de setembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS  
Governador do Estado  
RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE  
Secretário de Estado de Administração  
MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS  
Secretária de Estado de Educação

CP94/0182403-7

DECRETO DE 02 DE SETEMBRO DE 1994

O GOVERNADOR DO ESTADO,

Considerando o disposto no art. 81 § 2º da letra "b" da Lei nº 8.713, de 30.09.93,

RESOLVE:  
EXONERAR de acordo com o art. 60 item I da Lei nº 5.810, de 24.01.94, GUILHERME ALVES DE LIMA, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Controle e Estoque, código GEP-DAS-0113, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 29.08.94.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 02 de setembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS  
Governador do Estado  
RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE  
Secretário de Estado de Administração  
MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS  
Secretária de Estado de Educação

CP94/0182377-4

DECRETO DE 02 DE SETEMBRO DE 1994

O GOVERNADOR DO ESTADO

Considerando o disposto no art. 81 § 2º, letra "b" da Lei nº 8.713, de 30.09.93,

RESOLVE:  
Nomear de acordo com o artigo 6º, item II da Lei nº 5.810, de 24.01.94, AUGUSTO CÉSAR SANTOS SILVA, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Programação e Atendimento ao Estudante, Código GEP-DAS-0113, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 29.08.94.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 02 de setembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS  
Governador do Estado  
RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE  
Secretário de Estado de Administração  
MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS  
Secretária de Estado de Educação

CP94/0182418-5

DECRETO DE 02 DE SETEMBRO DE 1994  
O GOVERNADOR DO ESTADO

Considerando o disposto no art. 81 § 2º, letra "b" da Lei nº 8.713, de 30.09.93,

RESOLVE:  
Nomear de acordo com o artigo 6º, item II da Lei nº 5.810, de 24.01.94, GEORGETE GOMES RODRIGUES, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Curso, Código GEP-DAS-0113, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 29.08.94.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 02 de setembro de 1994.

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS  
Governador do Estado  
RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE  
Secretário de Estado de Administração  
MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS  
Secretária de Estado de Educação

CP94/0182435-5



# Diário Oficial

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

0161

CADERNO 4

ANO CIII - 104º DA REPÚBLICA - Nº 27.797

BELEM - QUINTA-FEIRA, 08 DE SETEMBRO DE 1994

**DECRETO DE 02 DE SETEMBRO DE 1994**  
**O GOVERNADOR DO ESTADO**  
Considerando o disposto no art. 81 § 2º, letra "b" da Lei nº 8.713, de 30.09.93,

**RESOLVE:**  
Nomear de acordo com o artigo 6º, item II da Lei nº 5.810, de 24.01.94, ELIANA NAZARÉ CONTENTE MAGNO GOMES, para exercer o cargo em comissão de Assessor da Diretoria de Ensino, Código GEP-DAS-012.3, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 15.05.94.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 02 de setembro de 1994.**

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS

Governador do Estado

RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE

Secretário de Estado de Administração

MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS

Secretária de Estado de Educação

CP94/0169340-4

**DECRETO DE 02 DE SETEMBRO DE 1994**  
**O GOVERNADOR DO ESTADO**  
Considerando o disposto no art. 81 § 2º, letra "b" da Lei nº 8.713, de 30.09.93,

**RESOLVE:**  
Nomear de acordo com o artigo 6º, item II da Lei nº 5.810, de 24.01.94, FRANCISCO ANTÔNIO ROCHA, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Assistência ao Estudante, Código GEP-DAS-011.5, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 03.07.94.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 02 de setembro de 1994.**

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS

Governador do Estado

RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE

Secretário de Estado de Administração

MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS

Secretária de Estado de Educação

CP94/0169332-3

**DECRETO DE 02 DE SETEMBRO DE 1994**  
**O GOVERNADOR DO ESTADO**  
Considerando o disposto no art. 81 § 2º, letra "b" da Lei nº 8.713, de 30.09.93,

**RESOLVE:**  
Nomear de acordo com o artigo 6º, item II da Lei nº 5.810, de 24.01.94, PROSPERINA MARIA TOFOLO, para exercer o cargo em comissão de Secretária da Diretoria de Assistência ao Estudante, Código GEP-DAS-011.1, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 14.05.94.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 02 de setembro de 1994.**

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS

Governador do Estado

RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE

Secretário de Estado de Administração

MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS

Secretária de Estado de Educação

CP94/0169331-5

**DECRETO DE 02 DE SETEMBRO DE 1994**  
**O GOVERNADOR DO ESTADO**  
Considerando o disposto no art. 81 § 2º, letra "b" da Lei nº 8.713, de 30.09.93,

**RESOLVE:**  
Nomear de acordo com o artigo 6º, item II da Lei nº 5.810, de 24.01.94, PAULO ROBERTO DIAS DA COSTA, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Recebimento e Armazenagem de Gênero, Código GEP-DAS-011.3, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 08.06.94.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 02 de setembro de 1994.**

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS

Governador do Estado

RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE

Secretário de Estado de Administração

MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS

Secretária de Estado de Educação

CP94/0169380-3

**DECRETO DE 02 DE SETEMBRO DE 1994**  
**O GOVERNADOR DO ESTADO**  
Considerando o disposto no art. 81 § 2º, letra "b" da Lei nº 8.713, de 30.09.93,

**RESOLVE:**  
Nomear de acordo com o artigo 6º, item II da Lei nº 5.810, de 24.01.94, OSCAR RODRIGUES GONÇALVES FILHO, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Rede Física, Código GEP-DAS-012.4, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 24.08.94.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 02 de setembro de 1994.**

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS

Governador do Estado

RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE

Secretário de Estado de Administração

MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS

Secretária de Estado de Educação

CP94/0169348-0

**DECRETO DE 02 DE SETEMBRO DE 1994**

**O GOVERNADOR DO ESTADO,**  
Considerando o disposto no art. 81 § 2º da Lei nº 8.713, de 30.09.93,

**RESOLVE:**  
NOMEAR de acordo com o art. 6º item II da Lei nº 5.810, de 24.01.94, JOSÉ RIBAMAR DOS SANTOS, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Controle e Estoque, código GEP-DAS-011.3, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 29.08.94.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 02 de setembro de 1994**

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS

Governador do Estado

RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE

Secretário de Estado de Administração

MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS

Secretária de Estado de Educação

CP94/0169356-0

**DECRETO DE 02 DE SETEMBRO DE 1994**

**O GOVERNADOR DO ESTADO,**  
Considerando o disposto no art. 81 § 2º da Lei nº 8.713, de 30.09.93,

**RESOLVE:**  
NOMEAR de acordo com o art. 6º item II da Lei nº 5.810, de 24.01.94, NILMA DO SOCORRO NOGUEIRA MACHADO, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Compras, código GEP-DAS-011.3, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 29.08.94.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 02 de setembro de 1994**

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS

Governador do Estado

RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE

Secretário de Estado de Administração

MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS

Secretária de Estado de Educação

CP94/0169364-1

**DECRETO DE 02 DE SETEMBRO DE 1994**

**O GOVERNADOR DO ESTADO,**  
Considerando o disposto no art. 81 § 2º da Lei nº 8.713, de 30.09.93,

**RESOLVE:**  
NOMEAR de acordo com o art. 6º item II da Lei nº 5.810, de 24.01.94, JOSÉ LUCENA DE ARAÚJO, para exercer o cargo em comissão de Assessor da Diretoria de Suporte Administrativo, código GEP-DAS-012.3, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 29.08.94.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 02 de setembro de 1994**

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS

Governador do Estado

RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE

Secretário de Estado de Administração

MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS

Secretária de Estado de Educação

CP94/0169372-2

**DECRETO DE 02 DE SETEMBRO DE 1994**

**O GOVERNADOR DO ESTADO,**  
Considerando o disposto no art. 81 § 2º da Lei nº 8.713, de 30.09.93,

**RESOLVE:**  
NOMEAR de acordo com o art. 6º item II da Lei nº 5.810, de 24.01.94, MARIA DE FÁTIMA DE ALMEIDA PEIXOTO, para exercer o cargo em comissão de Presidente da Comissão de Licitação, código GEP-DAS-011.3, lotado na Secretaria de Estado de Educação, a contar de 29.08.94.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 02 de setembro de 1994**

CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS

Governador do Estado

RAYMUNDO NONNATO MORAES DE ALBUQUERQUE

Secretário de Estado de Administração

MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA SANTOS

Secretária de Estado de Educação

CP94/0169321-8

## GABINETE DO GOVERNADOR

**RESUMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO**

**CONTRATANTE: GABINETE DO GOVERNADOR**

**CONTRATADO: ADAMOR PRAIA FONSECA**

**LOTAÇÃO: GOVERNADORIA DO ESTADO**

**CARGO: AGENTE DE PORTARIA**

**C. HORÁRIA: 40 HORAS**

**PRAZO: 01.09.94 A 01.02.95**

**DOTAÇÃO ORÇAM.: 11101.03.07.021.2012.3111.01**

**SALÁRIO: R\$ 67,16**

CP94/0169329-3

**CONTRATANTE: GABINETE DO GOVERNADOR**

**CONTRATADO: ADELIA DE SOUZA LOBO**

**LOTAÇÃO: GOVERNADORIA DO ESTADO**

**CARGO: AGENTE DE PORTARIA**

**C. HORÁRIA: 40 HORAS**

**PRAZO: 01.09.94 A 01.03.95**

**DOTAÇÃO ORÇAM.: 11101.03.07.021.2012.3111.01**

**SALÁRIO: R\$ 67,16**

CP94/0169322-5

**CONTRATANTE: GABINETE DO GOVERNADOR**

**CONTRATADO: ALBANIZA FRANCELINA DE SOUZA**

**LOTAÇÃO: GOVERNADORIA DO ESTADO**

**CARGO: AGENTE DE PORTARIA**

**C. HORÁRIA: 40 HORAS**

**PRAZO: 01.09.94 A 01.03.95**

**DOTAÇÃO ORÇAM.: 11101.03.07.021.2012.3111.01**

**SALÁRIO: R\$ 67,16**

CP94/0169323-4

**CONTRATANTE: GABINETE DO GOVERNADOR**

**CONTRATADO: ALEX ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA**

**LOTAÇÃO: GOVERNADORIA DO ESTADO**

**CARGO: AGENTE DE PORTARIA**

**C. HORÁRIA: 40 HORAS**

**PRAZO: 01.09.94 A 01.03.95**

**DOTAÇÃO ORÇAM.: 11101.03.07.021.2012.3111.01**

**SALÁRIO: R\$ 67,16**

CP94/0169324-2

**CONTRATANTE: GABINETE DO GOVERNADOR**

**CONTRATADO: ALZIRA DO SOCORRO DOS SANTOS GOMES**

**LOTAÇÃO: GOVERNADORIA DO ESTADO**

**CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO**

**C. HORÁRIA: 40 HORAS**

**PRAZO: 01.09.94 A 01.03.95**

**DOTAÇÃO ORÇAM.: 11101.03.07.021.2012.3111.01**

**SALÁRIO: R\$ 83,43**

CP94/0169328-5

**CONTRATANTE: GABINETE DO GOVERNADOR**

**CONTRATADO: ALZIRA NOGUEIRA DE SOUSA**

**LOTAÇÃO: GOVERNADORIA DO ESTADO**

**CARGO: AGENTE DE PORTARIA**

**C. HORÁRIA: 40 HORAS**

**PRAZO: 01.09.94 A 01.03.95**

**DOTAÇÃO ORÇAM.: 11101.03.07.021.2012.3111.01**

**SALÁRIO: R\$ 67,16**

CP94/0169327-7

**CONTRATANTE: GABINETE DO GOVERNADOR**

**CONTRATADO: ANA MARIA FONTES DA COSTA**

**LOTAÇÃO: GOVERNADORIA DO ESTADO**

**CARGO: ASSISTENTE TÉCNICO**

**C. HORÁRIA: 40 HORAS**

**PRAZO: 28.08.94 A 28.02.95**

**DOTAÇÃO ORÇAM.: 11101.03.07.021.2012.3111.01**

**SALÁRIO: R\$ 98,09**

CP94/0169486-9

**CONTRATANTE: GABINETE DO GOVERNADOR**

**CONTRATADO: ANA PAULA LEÃO DE OLIVEIRA SILVA**

**LOTAÇÃO: GOVERNADORIA DO ESTADO**

**CARGO: ASSISTENTE TÉCNICO**

**C. HORÁRIA: 40 HORAS**

**PRAZO: 01.09.94 A 01.03.95**

**DOTAÇÃO ORÇAM.: 11101.03.07.021.2012.3111.01**

**SALÁRIO: R\$ 98,09**

CP94/0169478-8

**CONTRATANTE: GABINETE DO GOVERNADOR**

**CONTRATADO: ANDRÉ FERNANDO LIMA PONTES**

**LOTAÇÃO: GOVERNADORIA DO ESTADO**

**CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO**

**C. HORÁRIA: 40 HORAS**

**PRAZO: 01.08.94 A 01.02.95**

**DOTAÇÃO ORÇAM.: 11101.03.07.021.2012.3111.01**

**SALÁRIO: R\$ 83,43**

CP94/0169508-3

**CONTRATANTE: GABINETE DO GOVERNADOR**

**CONTRATADO: ANDRÉA SERRA SALES**

**LOTAÇÃO: GOVERNADORIA DO ESTADO**

**CARGO: AGENTE DE PORTARIA**

**C. HORÁRIA: 40 HORAS**

**PRAZO: 01.09.94 A 01.03.95**

**DOTAÇÃO ORÇAM.: 11101.03.07.021.2012.3111.01**

**SALÁRIO: R\$ 67,16**

CP94/0169500-8

**CONTRATANTE: GABINETE DO GOVERNADOR**

**CONTRATADO: ÂNGELA MARIA JOSÉ HOUAT**

**LOTAÇÃO: GOVERNADORIA DO ESTADO**

**CARGO: AGENTE DE PORTARIA**

**C. HORÁRIA: 40 HORAS**

**PRAZO: 01.09.94 A 01.03.95**

**DOTAÇÃO ORÇAM.: 11101.03.07.021.2012.3111.01**

**SALÁRIO: R\$ 67,16**

CP94/0169492-3

## CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO

**RESUMO DE DISPENSA DE SERVIDOR TEMPORÁRIO**

**PORTARIA: Nº 200/94-CMG DE 31/08/94**

**NOME: PAULO PEDRO PESSOA**

**MOTIVO: NÃO NECESSITAR DE SEUS SERVIÇOS**

**CARGO: PILOTO DE AERONAVE PADRÃO C**

**DATA DA DISPENSA: 31.08.94**

**FAUSTINO ANTONIO GONÇALVES NETO - Ten. CEL. PM**

**Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado**

CP94/0182475-4

**PORTARIA Nº 201/94-CMG DE 02 DE SETEMBRO DE 1994**

**O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais,**

**RESOLVE:**

**Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referentes ao exercício de 1993, aos Policiais Militares abaixo relacionados, lotados na Casa Militar da Governadoria do Estado no período de 01 a 30.10.94.**

**CAP. QOPM RG 12674 ANTONIO CARLOS DE BRITO AZEVEDO**

**CAP. QOPM RG 7811 EDSON JOSÉ DA COSTA BENTES**

**1º SGT PM RG 6801 ADILSON DOS SANTOS ASSUNÇÃO**

**2º SGT PM RG 7174 AMERICO BARBOSA DO ESPIRITO SANTO**

**3º SGT PM RG 11054 GERSON CARLOS VASCONCELOS DE OLIVEIRA**

**3º SGT PM RG 9558 JOSÉ AUGUSTO CARDOZO MARTINS**

**3º SGT PM FEM RG 8927 ERNESTINA ALMEIDA CONCEIÇÃO**

**SD PM FEM RG 14103 DIRCILENE MAGNO ROCHA**

**SD PM FEM RG 19629 ELYS REGINA BARBOSA TRINDADE**

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE**



QUINTA-FEIRA, 8 DE SETEMBRO DE 1994

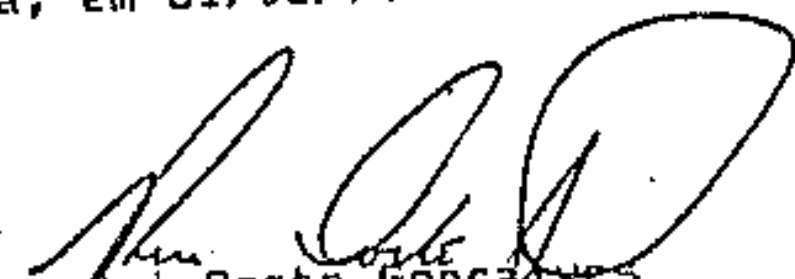
DIÁRIO OFICIAL - CADERNO 4

0163 Pág. 3

00.29791-7, proposta pela União Federal (C.P.C., art. 231, I).

Sede de Juízo: Seção Judiciária do Estado do Pará, 23ª Vara, Av. Generalíssimo Deodoro, 697, Belém, Pará.

Belém, Pa, em 31/08/94

  
Rui Costa Gonçalves  
Juiz Federal Substituto  
23ª Vara

(G.Reg-5373)

33ª VARA

EDITAL DE CITACÃO  
(Prazo : 30 dias)

PROCESSO Nº: 92.3260-5

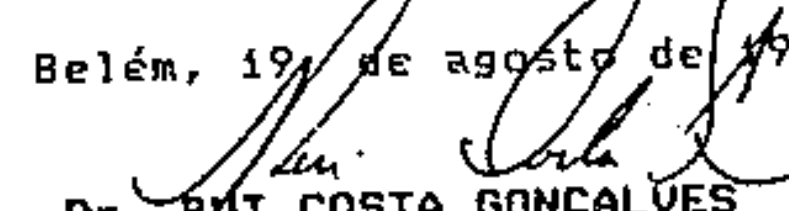
DE ELINA NAKANO RANGEL

FINALIDADE : Citacão para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar(em) a dívida de CR\$741.522,00(SETECENTOS E QUARENTA E UM MIL, QUINHENTOS E VINTE E DOIS CRUZEIROS), (valor original) acrescido de juros, correção monetária e encargos legais, ou garantir a Execução Fiscal nº 92.3260-5 proposta pelo CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO - CRA contra ELINA NAKANO RANGEL.

NATUREZA DA DÍVIDA : TRIBUTÁRIA, conforme Certidão de Dívida Ativa nº 9740.

SEDE DO JUÍZO : Seção Judiciária Pará, 33ª Vara, Av. Generalíssimo Deodoro, 697, Umarizal.

Belém, 19 de agosto de 1994.

  
Dr. RUI COSTA GONCALVES  
Juiz Federal da 23ª Vara,  
no exerc. cum. da 3a. Vara.

EDITAL DE CITACÃO  
(Prazo : 30 dias)

PROCESSO Nº: 92.0097-5

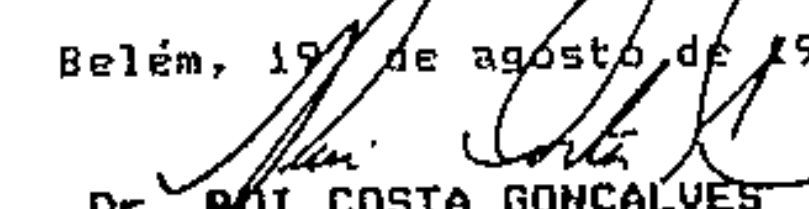
DE JOÃO VIEIRA DE MELO NETO

FINALIDADE : Citacão para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar(em) a dívida de CR\$74.500,00(SETENTA E QUATRO MIL E QUINHENTOS CRUZEIROS) (valor original) acrescido de juros, correção monetária e encargos legais, ou garantir a Execução Fiscal nº 92.0097-5 proposta pelo CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO - CRA contra JOÃO VIEIRA DE MELO NETO.

NATUREZA DA DÍVIDA : TRIBUTÁRIA, conforme Certidão de Dívida Ativa nº. 656.

SEDE DO JUÍZO : Seção Judiciária Pará, 33ª Vara, Av. Generalíssimo Deodoro, 697, Umarizal.

Belém, 19 de agosto de 1994.

  
Dr. RUI COSTA GONCALVES  
Juiz Federal da 23ª Vara,  
no exerc. cum. da 3a. Vara.

EDITAL DE CITACÃO  
(Prazo : 30 dias)

PROCESSO Nº: 93.2690-9

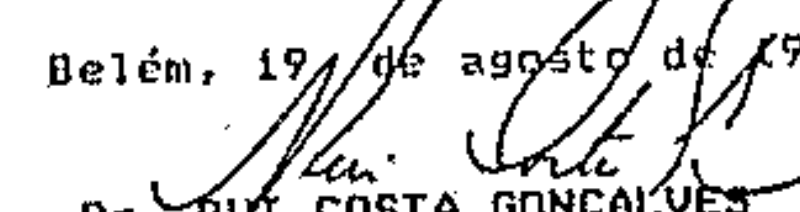
DE CARMEM DOLORES CABRAL FELIPE

FINALIDADE : Citacão para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar(em) a dívida de CR\$3.481,72(TRÊS MIL, QUATROCENTOS E OITENTA E UM CRUZEIROS REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS), (valor original) acrescido de juros, correção monetária e encargos legais, ou garantir a Execução Fiscal nº 93.2690-9 proposta pelo CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO - CRA contra CARMEM DOLORES CABRAL FELIPE.

NATUREZA DA DÍVIDA : TRIBUTÁRIA, conforme Certidão de Dívida Ativa nº. 2394.

SEDE DO JUÍZO : Seção Judiciária Pará, 33ª Vara, Av. Generalíssimo Deodoro, 697, Umarizal.

Belém, 19 de agosto de 1994.

  
Dr. RUI COSTA GONCALVES  
Juiz Federal da 23ª Vara,  
no exerc. cum. da 3a. Vara.

EDITAL DE CITACÃO  
(Prazo : 30 dias)

PROCESSO Nº: 92.3246-0

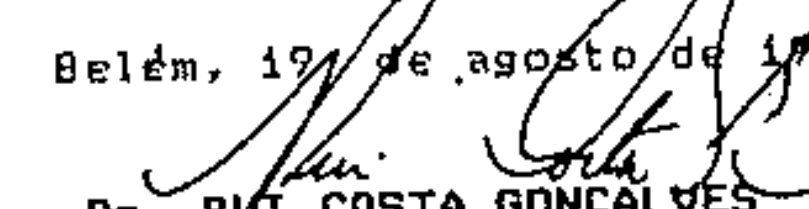
DE BERNADETE MONTEIRO DOS SANTOS

FINALIDADE : Citacão para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar(em) a dívida de CR\$741.522,00(SETECENTOS E QUARENTA E UM MIL, QUINHENTOS E VINTE E DOIS CRUZEIROS), (valor original) acrescido de juros, correção monetária e encargos legais, ou garantir a Execução Fiscal nº 92.3246-0 proposta pelo CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO - CRA contra BERNADETE MONTEIRO DOS SANTOS.

NATUREZA DA DÍVIDA : TRIBUTÁRIA, conforme Certidão de Dívida Ativa nº. 1613.

SEDE DO JUÍZO : Seção Judiciária Pará, 33ª Vara, Av. Generalíssimo Deodoro, 697, Umarizal.

Belém, 19 de agosto de 1994.

  
Dr. RUI COSTA GONCALVES  
Juiz Federal da 23ª Vara,  
no exerc. cum. da 3a. Vara.

EDITAL DE CITACÃO  
(Prazo : 30 dias)

PROCESSO Nº: 93.2609-7

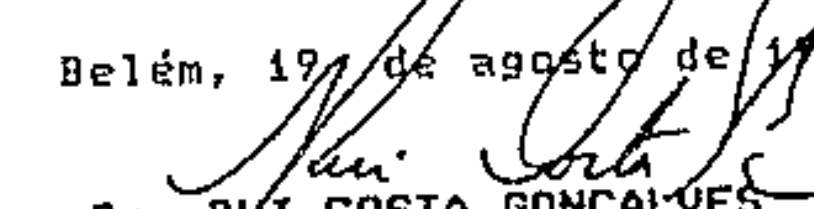
DE PAULO ROBERTO FERNANDES COUTINHO

FINALIDADE : Citacão para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar(em) a dívida de CR\$3.601.000,00(TRÊS MILHÕES SEISCENTOS E UM MIL CRUZEIROS), (valor original) acrescido de juros, correção monetária e encargos legais, ou garantir a Execução Fiscal nº 93.2609-7 proposta pelo CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-CRECI contra PAULO ROBERTO FERNANDES COUTINHO.

NATUREZA DA DÍVIDA : TRIBUTÁRIA, conforme Certidão de Dívida Ativa nº. 3493.

SEDE DO JUÍZO : Seção Judiciária Pará, 33ª Vara, Av. Generalíssimo Deodoro, 697, Umarizal.

Belém, 19 de agosto de 1994.

  
Dr. RUI COSTA GONCALVES  
Juiz Federal da 23ª Vara,  
no exerc. cum. da 3a. Vara.

EDITAL DE CITACÃO  
(Prazo : 30 dias)

PROCESSO Nº: 92.3654-6

DE LUIZ OTAVIO MOY

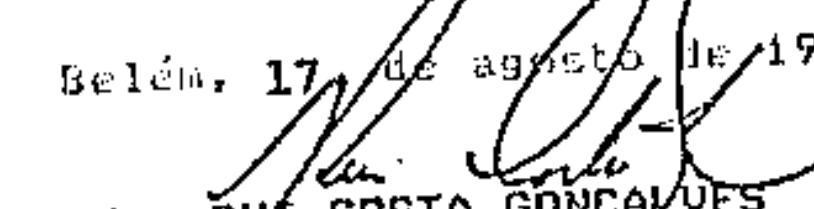
FINALIDADE : Citacão para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar(em) a dívida de CR\$22.103.330,76(VINTE E DOIS MILHÕES, CENTO E TRÊS MIL, TREZENTOS E TRINTA CRUZEIROS E SEIS CENTAVOS),

(valor original), acrescido de juros, correção monetária e encargos legais, ou garantir a Execução Fiscal nº 92.3654-6, proposta pela FAZENDA NACIONAL contra LUIZ OTAVIO MOY

NATUREZA DA DÍVIDA : TRIBUTÁRIA, conforme Certidão de Dívida Ativa nº 2019261-52

SEDE DO JUÍZO : Seção Judiciária Pará, 33ª Vara, Av. Generalíssimo Deodoro, 697, Umarizal.

Belém, 17 de agosto de 1994.

  
Dr. RUI COSTA GONCALVES  
Juiz Federal da 23ª Vara,  
no exerc. cum. da 3a. Vara.

EDITAL DE CITACÃO  
(Prazo : 30 dias)

PROCESSO Nº: 92.3588-4

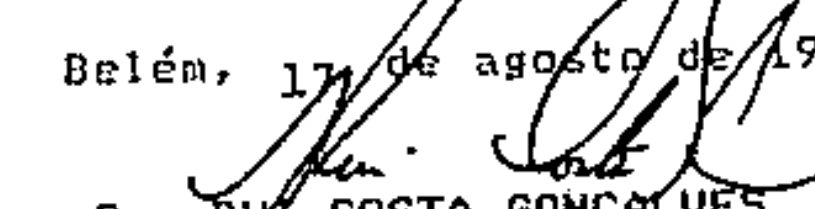
DE : TECNEL ENGENHARIA LTDA

FINALIDADE : Citacão para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar(em) a dívida de CR\$64.977.577,68(SESSENTA E QUATRO MILHÕES, NOVECENTOS E SETENTA E SETE MIL, QUINHENTOS E SETENTA E SETE CRUZEIROS E SESENTA E OITO CENTAVOS), (valor original), acrescido de juros, correção monetária e encargos legais, ou garantir a Execução Fiscal nº 92.3588-4, proposta pela FAZENDA NACIONAL contra TECNELEN-TECNEL ENGENHARIA LTDA.

NATUREZA DA DÍVIDA : TRIBUTÁRIA, conforme Certidão de Dívida Ativa nº 206.9264-00

SEDE DO JUÍZO : Seção Judiciária Pará, 33ª Vara, Av. Generalíssimo Deodoro, 697, Umarizal.

Belém, 17 de agosto de 1994.

  
Dr. RUI COSTA GONCALVES  
Juiz Federal da 23ª Vara,  
no exerc. cum. da 3a. Vara.

EDITAL DE CITACÃO  
(Prazo : 30 dias)

PROCESSO Nº: 92.3564-7

DE : M APARECIDA VIEIRA REST E LANCHONETE KAMI

FINALIDADE : Citacão para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar(em) a dívida de CR\$10.932.871,66(DEZ MILHÕES, NOVECENTOS E TRINTA E DOIS MIL, OITOCENTOS E SETENTA E UM CRUZEIROS E SESENTA E SEIS CENTAVOS),

(valor original), acrescido de juros, correção monetária e encargos legais, ou garantir a Execução Fiscal nº 92.3564-7, proposta pela FAZENDA NACIONAL contra M APARECIDA VIEIRA REST E LANCHONETE KAMI

NATUREZA DA DÍVIDA : TRIBUTÁRIA, conforme Certidão de Dívida Ativa nº 2059293-63

SEDE DO JUÍZO : Seção Judiciária Pará, 33ª Vara, Av. Generalíssimo Deodoro, 697, Umarizal.

Belém, 17 de agosto de 1994.

  
Dr. RUI COSTA GONCALVES  
Juiz Federal da 23ª Vara,  
no exerc. cum. da 3a. Vara.

EDITAL DE CITACÃO  
(Prazo : 30 dias)

PROCESSO Nº: 92.3570-1

DE : FRANCISCO RODRIGUES REIS SONHOS DRINKS

FINALIDADE : Citacão para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar(em) a dívida de CR\$1.976.180,26(UM MILHÃO, NOVECENTOS E SETENTA E SEIS MIL, CENTO E OITENTA CRUZEIROS E VINTE E SEIS CENTAVOS),

(valor original), acrescido de juros, correção mo-

netária e encargos legais, ou garantir a Execução Fiscal nº 92.3570-1, proposta pela FAZENDA NACIONAL contra FRANCISCO RODRIGUES REIS SONHOS DRINKS

NATUREZA DA DÍVIDA : TRIBUTÁRIA, conforme Certidão da Dívida Ativa nº 20592112-60

SEDE DO JUÍZO : Seção Judiciária Pará, 3ª Vara, Av. Generalíssimo Deodoro, 697, Umarizal.

Belém, 17 de agosto de 1994.

Dr. RUI COSTA GONÇALVES  
Juiz Federal da 2ª Vara,  
no exerc. cum. da 3ª. Vara.

EDITAL DE CITACÃO  
(Prazo : 30 dias)

PROCESSO Nº: 89.2235-0

DE : ASCLEPIADES BASTOS DE MORAES

FINALIDADE : Citacão para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar(em) a dívida de NCZ\$90.310,71 (NOVENTA MIL, TREZENTOS E DEZ CRUZADOS NOVOS E SETENTA E UM CENTAVOS),

(valor original),  
acrescido de juros, correção monetária e encargos legais, ou garantir a Execução Fiscal nº 89.2235-0, proposta pela FAZENDA NACIONAL contra ASCLEPIADES BASTOS DE MORAES

NATUREZA DA DÍVIDA : TRIBUTÁRIA, conforme Certidão da Dívida Ativa nº PA-012988-88-6

SEDE DO JUÍZO : Seção Judiciária Pará, 3ª Vara, Av. Generalíssimo Deodoro, 697, Umarizal.

Belém, 17 de agosto de 1994.

Dr. RUI COSTA GONÇALVES  
Juiz Federal da 2ª Vara,  
no exerc. cum. da 3ª. Vara.

EDITAL DE CITACÃO  
(Prazo : 30 dias)

PROCESSO Nº: 00.37162-9

DE : ROBIN HOLLIE MC GLOHN

FINALIDADE : Citacão para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar(em) a dívida de CZ\$1.093.672,82 (UM MILHÃO, NOVENTA E TRÊS MIL, SEISCENTOS E SETENTA E DOIS CRUZADOS E OITENTA E DOIS CENTAVOS),

(valor original),  
acrescido de juros, correção monetária e encargos legais, ou garantir a Execução Fiscal nº 00.37162-9, proposta pela FAZENDA NACIONAL contra ROBIN HOLLIE MC GLOHN

NATUREZA DA DÍVIDA : TRIBUTÁRIA, conforme Certidão da Dívida Ativa nº PA-003385-88-5

SEDE DO JUÍZO : Seção Judiciária Pará, 3ª Vara, Av. Generalíssimo Deodoro, 697, Umarizal.

Belém, 17 de agosto de 1994.

Dr. RUI COSTA GONÇALVES  
Juiz Federal da 2ª Vara,  
no exerc. cum. da 3ª. Vara.

EDITAL DE CITACÃO  
(Prazo : 30 dias)

PROCESSO Nº: 00-35591-7

DE : NIVALDO DE OLIVEIRA LIMA

FINALIDADE : Citacão para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar(em) a dívida de CZ\$48.060,20 (QUARENTA E OITO MIL, SESSENTA CRUZADOS E VINTE CENTAVOS),

(valor original),  
acrescido de juros, correção monetária e encargos legais, ou garantir a Execução Fiscal nº 00.35591-7, proposta pela FAZENDA NACIONAL contra NIVALDO DE OLIVEIRA LIMA

NATUREZA DA DÍVIDA : TRIBUTÁRIA, conforme Certidão da Dívida Ativa nº PA-079096-86-6

SEDE DO JUÍZO : Seção Judiciária Pará, 3ª Vara, Av. Generalíssimo Deodoro, 697, Umarizal.

Belém, 17 de agosto de 1994.

Dr. RUI COSTA GONÇALVES  
Juiz Federal da 2ª Vara,  
no exerc. cum. da 3ª. Vara.

EDITAL DE CITACÃO  
(Prazo : 30 dias)

PROCESSO Nº: 00.37374-5

DE : LEOPOLDINO CORREA DE MIRANDA

FINALIDADE : Citacão para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar(em) a dívida de CZ\$185.176,68 (CENTO E OITENTA E CINCO MIL, CENTO E SETENTA E SEIS CRUZADOS E SESSENTA E OITO CENTAVOS),

(valor original),  
acrescido de juros, correção monetária e encargos legais, ou garantir a Execução Fiscal nº 00.37374-5, proposta pela FAZENDA NACIONAL contra LEOPOLDINO CORREA DE MIRANDA

NATUREZA DA DÍVIDA : TRIBUTÁRIA, conforme Certidão da Dívida Ativa nº PA-012281-88-0

SEDE DO JUÍZO : Seção Judiciária Pará, 3ª Vara, Av. Generalíssimo Deodoro, 697, Umarizal.

Belém, 17 de agosto de 1994.

Dr. RUI COSTA GONÇALVES  
Juiz Federal da 2ª Vara,  
no exerc. cum. da 3ª. Vara.

EDITAL DE CITACÃO  
(Prazo : 30 dias)

PROCESSO Nº: 00.34338-2

DE : CIA AGROPECUARIA E IND.MARINGA CAPIM

FINALIDADE : Citacão para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar(em) a dívida de CZ\$52.007,43 (CINQUENTA E DOIS MIL, SETE CRUZADOS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS),

(valor original),  
acrescido de juros, correção monetária e encargos legais, ou garantir a Execução Fiscal nº 00.34338-2, proposta pela FAZENDA NACIONAL contra CIA AGROPECUARIA E IND.MARINGA CAPIM

NATUREZA DA DÍVIDA : TRIBUTÁRIA, conforme Certidão da Dívida Ativa nº PA-099101-86-6

SEDE DO JUÍZO : Seção Judiciária Pará, 3ª Vara, Av. Generalíssimo Deodoro, 697, Umarizal.

Belém, 17 de agosto de 1994.

Dr. RUI COSTA GONÇALVES  
Juiz Federal da 2ª Vara,  
no exerc. cum. da 3ª. Vara.

EDITAL DE CITACÃO  
(Prazo : 30 dias)

PROCESSO Nº: 00.34400-1

DE : MARCELINO ANTONIO DO AMARAL

FINALIDADE : Citacão para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar(em) a dívida de CZ\$5.267,32 (CINCO MIL, DUZENTOS E SESSENTA E SETE CRUZADOS E TRINTA E DOIS CENTAVOS),

(valor original),  
acrescido de juros, correção monetária e encargos legais, ou garantir a Execução Fiscal nº 00.34400-1, proposta pela FAZENDA NACIONAL contra MARCELINO ANTONIO DO AMARAL

NATUREZA DA DÍVIDA : TRIBUTÁRIA, conforme Certidão da Dívida Ativa nº PA-113880-86-5

SEDE DO JUÍZO : Seção Judiciária Pará, 3ª Vara, Av. Generalíssimo Deodoro, 697, Umarizal.

Belém, 17 de agosto de 1994.

Dr. RUI COSTA GONÇALVES  
Juiz Federal da 2ª Vara,  
no exerc. cum. da 3ª. Vara.

EDITAL DE CITACÃO  
(Prazo : 30 dias)

PROCESSO Nº: 00.36733-8

DE : AGROPECUARIA BOIADEIRA DO NORTE S.A

FINALIDADE : Citacão para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar(em) a dívida de CZ\$106.647,21 (CENTO E SEIS MIL SEISCENTOS E QUARENTA E SETE CRUZADOS E VINTE E UM CENTAVOS),

(valor original),  
acrescido de juros, correção monetária e encargos legais, ou garantir a Execução Fiscal nº 00.36733-8, proposta pela FAZENDA NACIONAL contra AGROPECUARIA BOIADEIRA DO NORTE S.A

NATUREZA DA DÍVIDA : TRIBUTÁRIA, conforme Certidão da Dívida Ativa nº GO-000492-86-5

SEDE DO JUÍZO : Seção Judiciária Pará, 3ª Vara, Av. Generalíssimo Deodoro, 697, Umarizal.

Belém, 17 de agosto de 1994.

Dr. RUI COSTA GONÇALVES  
Juiz Federal da 2ª Vara,  
no exerc. cum. da 3ª. Vara.

EDITAL DE CITACÃO  
(Prazo : 30 dias)

PROCESSO Nº: 00.36957-8

DE : FELIPE DIAS GUERREIRO

FINALIDADE : Citacão para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar(em) a dívida de CZ\$122.058,63 (CENTO E VINTE E DOIS MIL, CINQUENTA E OITO CRUZADOS E SESSENTA E TRÊS CENTAVOS),

(valor original),  
acrescido de juros, correção monetária e encargos legais, ou garantir a Execução Fiscal nº 00.36957-8, proposta pela FAZENDA NACIONAL contra FELIPE DIAS GUERREIRO.

NATUREZA DA DÍVIDA : TRIBUTÁRIA, conforme Certidão da Dívida Ativa nº PA-009486-88-8

SEDE DO JUÍZO : Seção Judiciária Pará, 3ª Vara, Av. Generalíssimo Deodoro, 697, Umarizal.

Belém, 17 de agosto de 1994.

Dr. RUI COSTA GONÇALVES  
Juiz Federal da 2ª Vara,  
no exerc. cum. da 3ª. Vara.

(G.Reg.5359)

# SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

PORTARIA Nº 1208 de 08 de setembro de 1994.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da competência que lhe é conferida por Lei, e

CONSIDERANDO que, por motivo de força maior, os DAE's para recolhimento de ICMS, referente a 2ª quinzena de agosto de 1994, com vencimento em 05.09.94, não foram entregues em tempo hábil aos contribuintes,

## RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar até o dia 12.09.94, o prazo legal para recolhimento de ICMS dos contribuintes jurisdicionados à Agência de Eldorado do Carajás pertencente a 3ª Região Fiscal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, em 06 de setembro de 1994.

JOÃO BAPTISTA FERREIRA RAMOS  
Secretário de Estado da Fazenda

CP94/0169435-4

(Fat. nº 023, Reg. nº 023, Dia: 08/09/94)

| DIRETORIA DE EXECUÇÃO FINANCEIRA<br>COORDENADORIA FINANCEIRA<br>BALANÇETE FINANCEIRO |               |       |                           | R\$ 1,00      |       | JULHO/94 |  |
|--------------------------------------------------------------------------------------|---------------|-------|---------------------------|---------------|-------|----------|--|
| RECEITA                                                                              | VALORES       | %     | DESPESA                   | VALORES       | %     |          |  |
| 01 RECEITA PRÓPRIA                                                                   | 34.492.911,11 | 53,92 | 01 PESSOAL E ENC. SOCIAIS | 30.441.342,83 | 19,26 |          |  |
| ICMS                                                                                 | 33.472.201,64 |       | PESSOAL ATIVO             | 28.802.383,60 |       |          |  |
| IPVA                                                                                 | 665.087,74    |       | PESSOAL INATIVO           | 1.238.452,69  |       |          |  |
| IRPF                                                                                 | 33.679,11     |       | ORÇ. PATRONAIS            | 214.412,37    |       |          |  |
| OUTRAS                                                                               | 256.336,89    |       | DIÁRIAS                   | 134.094,17    |       |          |  |
| APLICAÇÕES                                                                           | 65.605,73     |       | 02 DÍVIDA PÚBLICA         | 3.564.516,21  | 2,25  |          |  |
|                                                                                      |               |       | INTERNA                   | 2.093.603,22  |       |          |  |
|                                                                                      |               |       | EXTERNA                   | 1.470.936,99  |       |          |  |
|                                                                                      |               |       | 03 OUT. DESP. CORRENTES   | 4.764.443,23  | 3,01  |          |  |

|                                 |               |        |                            |               |       |
|---------------------------------|---------------|--------|----------------------------|---------------|-------|
| 02 RECEITA TRANSFERIDA          | 27.957.674,57 | 43,72  | DIRETAS                    | 1.302.280,19  |       |
| F.P.E.                          | 25.562.689,48 |        | INDIRETAS                  | 725.751,77    |       |
| F.E.X.P.                        | 1.801.387,76  |        | EGE /SEFA                  | 2.529.831,75  |       |
| REC.NIN.                        | 147.877,19    |        | EGE /SEAD                  | 186.197,87    |       |
| FL / ISO                        | 30.855,62     |        | OUTRAS                     | 20.881,65     |       |
| RECURSOS HÍDRICOS               | 418.943,72    |        | 04 INVESTIMENTOS           | 6.118.317,86  | 3,87  |
| ROYALTIES                       | 5.320,60      |        | DIRETAS                    | 3.035.392,26  |       |
|                                 |               |        | INDIRETAS                  | 75.000,00     |       |
| 03 RECEITA VINHOLADA            | 1.505.106,48  | 2,35   | AUMENTO DE CAPITAL         | 1.408.915,22  |       |
| SEQUIP / FIP                    | 19.000,00     |        | F.D.E.                     | 0,00          |       |
| SEQUIP/CONV.FEDERAIS            | 4.497,48      |        | OUTROS                     | 1.599.010,88  |       |
| SEQUIP/CONV.163 L4              | 1.510,51      |        | 05 TRANSF. AOS MUNIC.      | 9.969.179,11  | 6,31  |
| CEF / BELEM                     | 1.242.952,64  |        | ICMS                       | 9.074.032,48  |       |
| COSANPA / PROSANEAR             | 201.915,25    |        | IPVA                       | 329.351,55    |       |
| RENDIMENTOS DE APLIC.           | 32.230,60     |        | IPI / EXP                  | 565.795,08    |       |
|                                 |               |        | 06 OUTROS PODERES          | 8.637.737,00  | 5,46  |
| 06 ANTEC. DE CREDITO TRIBUTARIO | 0,00          | 0,00   | LEGISLATIVO                | 3.875.391,00  |       |
|                                 |               |        | JUDICIARIO                 | 2.862.619,00  |       |
| 07 SUB.TOTAL(1+2+3+4+5+6)       | 63.965.692,16 | 100,00 | H.PUBLICO                  | 1.899.737,00  |       |
|                                 |               |        | 07 RESTOS A PAGAR          | 0,00          | 0,00  |
| 08 SALDO DO 2º TRIMESTRE        | 592,54        | 0,00   | 08 DESP. EXT. ORÇAMENTARIO | 0,00          | 0,00  |
|                                 |               |        |                            |               |       |
| 09 SUB.TOTAL(1+2+3+4+5+6+7+8)   | 63.498.566,24 | 40,17  |                            |               |       |
|                                 |               |        | 10 SALDO DO MES            | 467.710,46    | 0,30  |
| TOTAL (4+5+6)                   | 63.966.284,70 | 100,00 | TOTAL (3+9)                | 63.966.284,70 | 40,46 |

CP94/0169457-5

(Fat. nº 022, Reg. nº 022, Dia: 08/09/94)

## AUTORIZAÇÃO

Autorizo a dispensa de licitação para locação de imóvel não-residencial situado à Avenida Rio Maria, no Município de Rio Maria, de propriedade do Sr. MANOEL MARTINS DO CARMO, com fundamento no art. 24, X, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1994, para funcionamento da Agência da Fazenda Estadual de Rio Maria da 7ª Região Fiscal.

Belém, 25 de agosto de 1994.

JOÃO BAPTISTA FERREIRA RAMOS  
Secretário de Estado da Fazenda

CP94/0169425-7

## RESUMO DE PORTARIA DO GABINETE DO SECRETÁRIO RECONHECER ISENÇÃO DO ICMS

Portaria nº1030 de 18.08.94

RECONHECER, nos termos do convênio ICMS 24/94, de 29.03.94, em favor de JOSE MARIA DE SOUZA OLIVEIRA, a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação-ICMS, na aquisição de um veículo de transporte de passageiros, categoria aluguel-táxi.

Processo nº4738/94/SEFA

CP94/0169409-5

Portaria nº1039 de 18.08.94

RECONHECER, nos termos do Convênio ICMS 24/94, de 29.03.94, em favor de ANTONIO CARLOS SARMENTO DE AZEVEDO, a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação-ICMS, na aquisição de um veículo de transporte de passageiros, categoria aluguel-táxi.

Processo nº4691/94/SEFA

CP94/0169402-8

Portaria nº1069 de 23.08.94

RECONHECER, nos termos do convênio ICMS 24/94, de 29.03.94, em favor de RAIMUNDO ALVARO BECKMAN DA COSTA, a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação-ICMS, na aquisição de um veículo de transporte de passageiros, categoria aluguel-táxi.

Processo nº4793/94/SEFA

CP94/0169377-3

Portaria nº1080 de 26.08.94

RECONHECER, nos termos do convênio ICMS 24/94, de 29.03.94, em favor de LAZARO MARTINS BARBOSA, a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação-ICMS, na aquisição de um veículo de transporte de passageiros, categoria aluguel-táxi.

Processo nº4856/94/SEFA

CP94/0169401-0

Portaria nº1082 de 26.08.94

RECONHECER, nos termos do Convênio ICMS 24/94, de 29.03.94, em favor de RAIMUNDO NONATO DA SILVA OLIVEIRA, a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação-ICMS, na aquisição de um veículo de transporte de passageiros, categoria aluguel-táxi.

Processo nº4838/94/SEFA

CP94/0169433-8

Portaria nº1101 de 29.08.94

RECONHECER, nos termos do Convênio ICMS 24/94, de 29.03.94, em favor de DORIVAL MARTINS DA SILVA, a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação-ICMS, na aquisição de um veículo de transporte de passageiros, categoria aluguel-táxi.

Processo nº4841/94/SEFA

CP94/0169393-5

Portaria nº1102 de 29.03.94

RECONHECER, nos termos do Convênio ICMS 24/94, de 29.03.94, em favor de MARIA LUCIA OLIVEIRA SOARES, a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação-ICMS, na aquisição de um veículo de transporte de passageiros, categoria aluguel-táxi.

Processo nº4890/94/SEFA

CP94/0169369-2

Portaria nº1106 de 29.08.94

RECONHECER, nos termos do Convênio ICMS 24/94, de 29.03.94, em favor de HAROLD LIMA DOS ANJOS, a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação-ICMS, na aquisição de um veículo de transporte de passageiros, categoria aluguel-táxi.

Processo nº4911/94

CP94/0169385-4

Portaria nº1107 de 29.08.94

RECONHECER, nos termos do Convênio ICMS 24/94, de 29.03.94, em favor de JOSE RODRIGUES LIMA, a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação-ICMS, na aquisição de um veículo de transporte de passageiros, categoria aluguel-táxi.

to sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação-ICMS, na aquisição de um veículo de transporte de passageiros, categoria aluguel-táxi.

Processo nº4857/94/SEFA

CP94/0169441-9

Portaria nº1108 de 30.08.94

RECONHECER, nos termos do Convênio ICMS 24/94, de 29.03.94, em favor de GERALDO SILVIO DE MIRANDA SILVA, a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação-ICMS, na aquisição de um veículo de transporte de passageiros, categoria aluguel-táxi.

Processo nº4878/94/SEFA

CP94/0169465-6

## ISENÇÃO DE IPVA

Portaria nº1064 de 23.08.94

Motivo: Isenção de IPVA

Processo: 4724/94/SEFA

Base Legal: Art. 150, Inciso VI, alínea "c" da Const.Federal Interessado: OBRAS SOCIAIS DA DIOCESE DE BRAGANÇA

| MARCA     | TIPO          | PLACA     |
|-----------|---------------|-----------|
| VW/GOL GL | PAS/AUTOMOVEL | BA - 4250 |

Portaria nº1065 de 23.08.94

Motivo: Isenção de IPVA

Processo: 4775/94/SEFA

Base Legal: Art. 150, Inciso VI, alínea "b" da Const.Federal Interessado: ARQUIDIOCESE DE BELEM- PAROQUIA SAO CAETANO

| MARCA        | TIPO          | PLACA     |
|--------------|---------------|-----------|
| VW/PARATI CL | PAS/AUTOMOVEL | NS - 6918 |

Portaria nº1076 de 25.08.94

Motivo: Isenção de IPVA

Processo: 4840/94/SEFA

Base Legal: Art. 4º, Inciso V, da Lei 5.297, de 26.12.85 e Art. 3º, Inciso V do Regulamento do IPVA, Decreto nº4.187-A de 30.12.85.

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Interessado: ARQUIDIOCESE DE BELEM</p> <p>MARCA TIPO PLACA<br/>FIAT/FAITA UNO CL PASS/AUTOMOVEL BFB - 7694<br/>CP94/0169417-6</p> <p>Portaria nº1077 de 25.08.94<br/>Motivo: Isenção de IPVA<br/>Processo: 4723/94/SEFA<br/>Base Legal: Art 4º, Inciso V, da Lei 5.297, de 26.12.85 e Art 3º, Inciso V, do Regulamento do IPVA, Decreto 4.187-A de 30.12.85.</p> <p>Interessado: SISTEMA EDUCATIVO RADIOFONICO DE BRAGANCA</p> <p>MARCA TIPO PLACA<br/>FIAT/UNO MILLE PASS/AUTOMOVEL BA - 3430<br/>CP94/0169442-7</p> <p>Portaria nº1079 de 25.08.94<br/>Motivo: Isenção de IPVA<br/>Processo: 4839/94/SEFA<br/>Base Legal: Art 4º, Inciso V, da Lei nº5.297, de 26.12.85 e Art 3º, Inciso V do Regulamento do IPVA, Decreto nº4.187-A de 30.12.85</p> <p>Interessado: ARQUIDIOCESE DE BELEM</p> <p>MARCA TIPO CHASSI<br/>VW/GOL 1000 PASS/AUTOMOVEL 98WZZ332R063842<br/>CP94/0169473-7</p> <p>Portaria nº1103 de 29.08.94<br/>Motivo: Isenção de IPVA<br/>Processo: 3965/94/SEFA<br/>Base Legal: Lei nº5.297 de 26.12.85, Art. 4º, Inciso I.<br/>Interessado: AUTO VIAÇÃO ICOARACIENSE LTDA</p> <p>MARCA TIPO CHASSI<br/>SCANIA PASS/ONIBUS 98SFU4X2ZR3405637<br/>SCANIA PASS/ONIBUS 98SFU4X2ZR3405636<br/>SCANIA PASS/ONIBUS 98SFU4X2ZR3405635<br/>SCANIA PASS/ONIBUS 98SFU4X2ZR3405634<br/>SCANIA PASS/ONIBUS 98SFU4X2ZR3405633<br/>SCANIA PASS/ONIBUS 98SFU4X2ZR3405632<br/>SCANIA PASS/ONIBUS 98SFU4X2ZR3405631<br/>SCANIA PASS/ONIBUS 98SFU4X2ZR3405630<br/>SCANIA PASS/ONIBUS 98SFU4X2ZR3405629<br/>SCANIA PASS/ONIBUS 98SFU4X2ZR3405628<br/>SCANIA PASS/ONIBUS 98SFU4X2ZR3405626<br/>CP94/0169434-6</p> <p>Portaria nº1105 de 29.08.94<br/>Motivo: Isenção de IPVA<br/>Processo: 4593/94/SEFA<br/>Base Legal: Lei nº5.297 de 26.12.85, Art. 4º, Inciso I.<br/>Interessado: TRANSPORTES MARITUBA LTDA</p> <p>MARCA TIPO CHASSI<br/>FORD PASS/ONIBUS 98FYTABORDB03695<br/>FORD PASS/ONIBUS 98FYTABORDB04366<br/>FORD PASS/ONIBUS 98FYTABORDB03963<br/>FORD PASS/ONIBUS 98FYTABORDB03731<br/>FORD PASS/ONIBUS 98FYTABORDB04339<br/>FORD PASS/ONIBUS 98FYTABORDB03694<br/>FORD PASS/ONIBUS 98FYTABORDB04554<br/>FORD PASS/ONIBUS 98FYTABORDB04173<br/>FORD PASS/ONIBUS 98FYTABORDB03748<br/>FORD PASS/ONIBUS 98FYTABORDB03896<br/>FORD PASS/ONIBUS 98FYTABORDB03966<br/>FORD PASS/ONIBUS 98FYTABORDB03886<br/>FORD PASS/ONIBUS 98FYTABORDB04372<br/>FORD PASS/ONIBUS 98FYTABORDB71107<br/>CP94/0169410-9</p> <p>Portaria nº1109 de 30.08.94<br/>Motivo: Isenção de IPVA<br/>Processo: 4594/94/SEFA<br/>Base Legal: Lei nº5.297, de 26.12.85, Art IV, Inciso I<br/>Interessado: VIAÇÃO PERPÉTUO SOCORRO LTDA</p> <p>MARCA TIPO CHASSI<br/>VOLKSWAGEN PASS/ONIBUS 98WYTARBORDB71656<br/>VOLKSWAGEN PASS/ONIBUS 98WYTARBORDB71607<br/>VOLKSWAGEN PASS/ONIBUS 98WYTARBORDB71655<br/>VOLKSWAGEN PASS/ONIBUS 98WYTARBORDB71606<br/>VOLKSWAGEN PASS/ONIBUS 98WYTARBORDB71543<br/>VOLKSWAGEN PASS/ONIBUS 98WYTARBORDB08091<br/>VOLKSWAGEN PASS/ONIBUS 98WYTARBORDB71957<br/>VOLKSWAGEN PASS/ONIBUS 98WYTARBORDB71544<br/>VOLKSWAGEN PASS/ONIBUS 98WYTARBORDB71542<br/>VOLKSWAGEN PASS/ONIBUS 98WYTARBORDB08087<br/>VOLKSWAGEN PASS/ONIBUS 98WYTARBORDB08088<br/>VOLKSWAGEN PASS/ONIBUS 98WYTARBORDB08089<br/>VOLKSWAGEN PASS/ONIBUS 98WYTARBORDB08090<br/>CP94/0169481-8</p> <p>Portaria nº1128 de 31.08.94<br/>Motivo: Isenção de IPVA<br/>Processo: 5147/94/SEFA<br/>Base Legal: Art. 150, Inciso VI, Alínea "a" da Const. Federal<br/>Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO</p> <p>MARCA TIPO CHASSI<br/>CHEVROLET/ADETT AUTOMOVEL/MEULANCIA 98GKA35GRC360245<br/>CP94/0169353-6</p> <p>Portaria nº1129 de 31.08.94<br/>Motivo: Isenção de IPVA<br/>Processo: 5148/94/SEFA<br/>Base Legal: Art. 150, Inciso VI, Alínea "a" da Const. Federal<br/>Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO</p> <p>MARCA TIPO CHASSI<br/>CHEVROLET MONZA SL PASS/AUTOMOVEL 98GJG11RPNB014995<br/>CP94/0169370-6</p> <p>Portaria nº1130 de 31.08.94<br/>Motivo: Isenção de IPVA<br/>Processo: 5081/94/SEFA</p> | <p>Base Legal: Lei nº5.297, de 26.12.85, Art. 4º, Inciso I e Art. 3º, Inciso I do Regulamento do IPVA, anexo ao Decreto nº4.187-A, de 30.12.85.</p> <p>Interessado: ELIM CAVALCANTE DE PAULA GUIMARAES</p> <p>MARCA TIPO CHASSI<br/>FIAT/PREMIO CS PASS/AUTOMOVEL 8AS146000R7141433<br/>DISPENSA DE FUNÇÃO<br/>CP94/0169418-4</p> <p>Portaria nº1093 de 26.08.94<br/>Nome do Servidor: OLINDA DE ALMEIDA COUTINHO<br/>Matrícula: 0045969-019<br/>Cargo: Agente Tributário<br/>Função: Chefe da Agência Centro 4º RF<br/>Tipo de Gratificação: FG-4<br/>Ofício nº239/94- Gab. DEL. 4º RF<br/>CP94/0169450-8</p> <p>Portaria nº1095 de 26.08.94<br/>Nome do servidor: RODRIGO MARTINS MAIA<br/>Matrícula: 0045977-010<br/>Cargo: Agente Auxiliar de Fiscalização<br/>Função: Chefe da Agência Metropolitana -4º RF<br/>Tipo de Gratificação: FG-4<br/>Ofício nº239/94-GAB DEL 4ºRF<br/>CP94/0169489-3</p> <p>Portaria nº1097 de 26.08.94<br/>Nome do Servidor: FABIANO DE CRISTO CRUZ<br/>Matrícula: 0048690-010<br/>Cargo: Fiscal de Tributos Estaduais<br/>Função: Chefe do Serviço regional de Fiscalização - 4ºRF<br/>Tipo de Gratificação: FG-4<br/>Ofício nº239/94- GAB DEL 4ºRF<br/>CP94/0169458-3</p> <p>Portaria nº1099 de 26.08.94<br/>Nome do servidor: ZELIA MARIA MAIA<br/>matrícula: 0053040-016<br/>Cargo: Fiscal de Tributos Estaduais<br/>Função: Chefe do Serviço Regional de Fiscalização -3º RF<br/>Tipo de Gratificação: FG-3<br/>Ofício nº239/94- GAB DEL 4ºRF<br/>CP94/0169411-7</p> <p>Portaria nº1110 de 30.08.94<br/>Nome do Servidor: ADILSON SALGADO VIEIRA<br/>matrícula: 0048305-012<br/>Cargo: Fiscal de Tributos Estaduais<br/>Função: Chefe do Serviço regional de Fiscalização - 13ºRF<br/>Tipo de Gratificação: FG-3<br/>Processo nº4456/94.<br/>CP94/0169426-5</p> <p>Portaria nº1152 de 01.09.94<br/>Nome do Servidor: FELISBELA OTAVIA FERNANDES MOTA<br/>Matrícula: 0052442-018<br/>Cargo: Fiscal de Tributos Estaduais<br/>Função: Chefe da Agência da Fazenda Est. Cid. Nova - 9º RF<br/>Tipo de Gratificação: FG-3<br/>Data da Dispensa: a partir de 08.08.94<br/>Ofício nº 196/94-GAB DEL 9ºRF<br/>CP94/0169456-4</p> <p>Portaria nº1153 de 01.08.94<br/>Nome do Servidor: HANA SAMPAIO GHASSAN<br/>Matrícula: 5134480-023<br/>Cargo: Chefe da Ag. Faz. Estadual da Castanheira - 9º RF<br/>Tipo de Gratificação: FG-4 - DISPENSAR a partir de 08.08.94<br/>Ofício nº196/94-GAB DEL 9º RF<br/>CP94/0169474-5</p> <p>Portaria nº1154 de 01.09.94<br/>Nome do servidor: MIERCIO CARDOSO ALCANTARA<br/>Matrícula: 0049182-015<br/>Cargo: Agente Auxiliar de Fiscalização<br/>Função: Chefe da Ag. Faz. Estadual de Benevides - 9º RF<br/>Tipo de Gratificação: FG-2<br/>Data da Dispensa: a partir de 08.08.94<br/>Ofício nº196/94-GAB DEL 9º RF<br/>CP94/0169497-4</p> <p>REMOÇÃO DE SERVIDOR ENTRE UNIDADES</p> <p>Portaria nº1099 de 26.08.94<br/>Data da remoção: 26.08.94<br/>Nome do servidor: ZELIA MARIA MAIA<br/>Cargo: Fiscal de Tributos Estaduais<br/>Lotação: 4º RF<br/>Local de Remoção: 3º RF<br/>Ofício nº239/94- GAB DEL 4ºRF<br/>CP94/0169505-9</p> <p>Portaria nº1110 de 30.08.94<br/>Data da Remoção: 30.08.94<br/>Nome do Servidor: ADILSON SALGADO VIEIRA<br/>Cargo: Fiscal de Tributos Estaduais<br/>Lotação: 1º RF<br/>Local de Remoção: 13º RF<br/>Processo nº4456/94.<br/>CP94/0169394-3</p> <p>Portaria nº1162 de 01.09.94<br/>Data da Remoção: 08.08.94<br/>Nome do Servidor: ROSANA CARVALHO DA SILVA PEREIRA<br/>Cargo: Agente Auxiliar de Fiscalização<br/>Lotação: 9º RF<br/>Local de Remoção: 15º RF<br/>Ofício nº195/94-GABDEL 9ºRF e Processo nº4557/94.<br/>DESIGNAÇÃO PARA EXERCER FG<br/>CP94/0169386-2</p> <p>Portaria nº1162 de 01.09.94<br/>Nome do Servidor: ROSANA CARVALHO DA SILVA PEREIRA<br/>Matrícula: 5128307-014<br/>Cargo: Agente Auxiliar de Fiscalização<br/>Função: Chefe da Divisão Regional de Administração</p> | <p>Lotação: 9º RF<br/>Tipo de FG: 3<br/>Ofício nº195/94-GAB DEL 9ºRF e Processo nº4557/94.</p> <p>Portaria nº1098 de 26.08.94<br/>Nome do Servidor: ZELIA MARIA MAIA<br/>Matrícula: 0053040-016<br/>Cargo: Fiscal de Tributos Estaduais<br/>Função: Chefe do Serviço Regional de Fiscalização<br/>Lotação: 4º RF<br/>Tipo de FG: 3<br/>Ofício nº239/94-GAB DEL 4º RF<br/>CP94/0169482-6</p> <p>Portaria nº1096 de 26.08.94<br/>Nome do Servidor: RODRIGO MARTINS MAIA<br/>Matrícula: 0045977-010<br/>Cargo: Agente Auxiliar de Fiscalização<br/>Função: Chefe da Agência centro - 4º RF<br/>Lotação: 4º RF<br/>Tipo de FG: 4<br/>Ofício nº 239/94-GAB DEL -4º RF<br/>CP94/0169490-7</p> <p>Portaria nº1094 de 26.08.94<br/>Nome do Servidor: OLINDA DE ALMEIDA COUTINHO<br/>Matrícula: 0045969-019<br/>Cargo: Agente Tributário<br/>Função: Chefe do S.R.A.G. - 4º RF<br/>Lotação: 4º RF<br/>Tipo de gratificação: FG-3<br/>Ofício nº239/94-GAB DEL 4º RF<br/>CP94/0169451-6</p> <p>DESIGNAÇÃO PARA RESPONDER DAS</p> <p>Portaria nº1087 de 26.08.94<br/>Nome do Servidor: LAURA RIBEIRO RAMOS<br/>Matrícula: 0079537-012<br/>Cargo: Agente Administrativo<br/>Função: Chefe da DAD/DERH/Divisão de Pessoal<br/>Lotação: DAD/DERH/Divisão de Pessoal<br/>Nível do DAS: 011.3<br/>Período: 14 a 24.07.94<br/>Memº502/94-DIPES<br/>CP94/0169378-1</p> <p>Portaria nº1088 de 26.08.94<br/>Nome do Servidor: MARIA DE JESUS BRIGIDO NASCIMENTO THOMAZ<br/>Matrícula: 0001597-019<br/>Cargo: Administrador<br/>Função: Responde pelo Deptº Recursos Humanos<br/>Lotação: DAD/DERH<br/>Período: nas faltas e impedimentos da titular<br/>Memº400-DEHH<br/>CP94/0169403-6</p> <p>DESIGNAÇÃO PARA RESPONDER POR FG</p> <p>Portaria nº1085 de 26.08.94<br/>Nome do Servidor: ELIONILZA MACIEL DA SILVA<br/>Matrícula: 0004138-010<br/>Cargo: Agente Administrativo<br/>Função: Chefe da PFE/Setor de Expediente de Certidão Negativa<br/>Lotação: PFE/Setor de Exp. Certidão Negativa<br/>Tipo de FG: 3 - de 01 a 30.07.94<br/>CP94/0169459-1</p> <p>Portaria nº1086 de 26.08.94<br/>Nome do Servidor: ANTONIETA MOTA DE JESUS<br/>Matrícula: 0031747-019<br/>Cargo: Agente Administrativo<br/>Função: Secretária da DAD/DEOP/DISAD<br/>Tipo de FG: 4<br/>Período: 08.07 a 07.08.94<br/>Memº nº090/94-DISAD<br/>CP94/0169467-2</p> <p>Portaria nº1089 de 26.08.94<br/>Nome do Servidor: MARGARETE CLEIDE SUSSUARANA PENA<br/>Matrícula: 0376280-026<br/>Cargo: Contador<br/>Função: Secretária da Diretoria de execução Financeira<br/>Tipo de FG: 4 - de 08.07 a 06.08.94<br/>Memº nº028/94-DEF<br/>CP94/0169498-2</p> <p>DISPENSA DE FUNÇÃO</p> <p>Portaria nº1159 de 01.09.94<br/>Nome do Servidor: DEUSARINA MARIA DA SILVA FARO<br/>Matrícula: 0085650-015<br/>Cargo: Agente Administrativo<br/>Função: Chefe da Divisão Regional de Administração - 9ºRF<br/>Tipo de gratificação: FG-3<br/>Data da Dispensa: a partir de 08.08.94<br/>Ofício nº187/94-GAB DEL 9ºRF<br/>CP94/0169475-3</p> <p>Portaria nº1163 de 01.09.94<br/>Nome do Servidor: RAIMUNDA COMESANHA CHAVES<br/>Matrícula: 0050563-014<br/>Cargo: Agente Administrativo<br/>Função: Chefe da Seção de Administração de Edifícios - 1ºRF<br/>Tipo de Gratificação: FG-2<br/>Data da Dispensa: 03.08.94<br/>Ofício nº142/94-GAB DEL 1ºRF<br/>CP94/0169493-4</p> <p>Portaria nº1165 de 01.09.94<br/>Nome do Servidor: ROSE MARY SILVA FONSECA<br/>Matrícula: 0048550-019<br/>Cargo: Agente Auxiliar de Fiscalização<br/>Função: Chefe da Divisão Regional de Adm. Geral- 1º RF<br/>Data da Dispensa: 03.08.94<br/>Tipo de Gratificação: FG-4<br/>Ofício nº142/94GAB DEL 1º RF<br/>CP94/0169506-7</p> |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

## SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº128/94-SEDUC/ENTIDADE FUNDAÇÃO JESUS BITTENCOURT.  
Destina-se o presente Termo Aditivo a alterar as Cláusulas SEGUNDA E SEXTA DO CONVÊNIO Original por Conveniência Administrativa, que passarão a vigorar com a seguinte redação:  
DA RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA PEDAGÓGICA: A SEDUC, fará funcionar na E.R.C. PADRE FRANCISCO BERTON, sob sua inteira responsabilidade administrativa pedagógica os Cursos de 1º Grau Pré-Escolar à 2ª série e Supletivo 1ª e 2ª Etapa atendendo as normas educacionais em vigor ficando a Entidade FUNDAÇÃO JESUS BITTENCOURT, oferecer sugestões e acompanhar o desenvolvimento do processo escolar.  
DO FUNCIONAMENTO E ATENDIMENTO DA E.R.C. A ESCOLA funcionará em 04 turnos para atender 320 alunos, em 11 turmas de Pré-escolar à 2ª série do 1º Grau e Curso de Supletivo 1ª e 2ª Etapas. Ficam mantidas e ratificadas todas as demais Cláusulas do Convênio Original que não colidirem com o presente Termo Aditivo.  
DATA DA ASSINATURA: 01.09.94.

PELA SEDUC/PROF.ª TADEU MANOEL RODRIGUES ARAÚJO-Subsecretário de Estado de Educação.  
PELA ENTIDADE/JOAQUIM DE JESUS DOS ANJOS BITTENCOURT.

CP94/0169491-5

1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº129/94-SEDUC/ENTIDADE FUNDAÇÃO JESUS BITTENCOURT.  
Destina-se o presente Termo Aditivo ao alterar as Cláusulas SEGUNDA E SEXTA do Convênio Original por Conveniência Administrativa, que passarão a vigorar com a seguinte redação:  
DA RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA PEDAGÓGICA: A SEDUC, fará funcionar na E.R.C. COMUNITARIA BENVINDA BITTENCOURT, sob sua inteira responsabilidade administrativa pedagógica os Cursos de 1º Grau Pré-Escolar à 3ª séries e Supletivo 1ª e 2ª Etapas atendendo as normas educacionais em vigor.

DO FUNCIONAMENTO E ATENDIMENTO DA E.R.C. A Escola funcionará em 04 turnos para atender 263 alunos, em 11 turmas de Pré-escolar à 3ª séries do 1º Grau e Curso Supletivo 1ª e 2ª Etapas.  
DATA DA ASSINATURA: 01.09.94.

PELA SEDUC/TADEU MANOEL RODRIGUES ARAÚJO-Subsecretário de Estado de Educação.

PELA ENTIDADE/JOAQUIM DE JESUS DOS ANJOS BITTENCOURT.

CP94/0169276-9

CONTRATO DE Nº088/94-SEDUC/FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARÁ (FCAP).

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto o empréstimo gratuito, sob a forma de COMODATO do imóvel de propriedade da COMODANTE, sito à Av. Perimetral, S/Nº, Bairro da Terra Firme, destinado ao funcionamento da E.E. de 1º Grau PROFESSOR VIRGÍLIO FERREIRA LIBONATI.

VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência por 03(três)anos, a contar da data de sua assinatura.  
DATA DA ASSINATURA: 01.09.94.

PELA SEDUC/PROF.ª TADEU MANOEL RODRIGUES ARAÚJO-Subsecretário de Estado de Educação.

PELA FCAP/ FERNANDO ANTÔNIO SOUZA BEMERGUI-Diretor da FCAP.

CP94/0169493-0

1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº127/94-SEDUC/ENTIDADE FUNDAÇÃO JESUS BITTENCOURT.

Destina-se o presente Termo Aditivo a alterar as Cláusulas SEGUNDA E SEXTA do Convênio Original por Conveniência Administrativa, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA:  
DA RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA: A SEDUC, fará funcionar na E.R.C. PADRE TEODOLINO NOVELLO, sob sua inteira responsabilidade Administrativa Pedagógica os cursos de 1º Grau de 1ª a 4ª séries e Supletivo 1ª e 2ª Etapas atendendo as normas educacionais em vigor ficando a Entidade FUNDAÇÃO JESUS BITTENCOURT, oferecer sugestões e acompanhar o desenvolvimento do Processo Escolar.

CLÁUSULA SEXTA:  
DO FUNCIONAMENTO E ATENDIMENTO DA E.R.C.: A ESCOLA, funcionará em 04(quatro) turnos, para atender 534 alunos, em 18 turmas de 1ª a 4ª séries do primeiro grau Supletivo 1ª e 2ª Etapas. Ficam mantidas e ratificadas todas as demais Cláusulas do Convênio Original que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

DATA DA ASSINATURA: 01.09.94.

PELA SEDUC/PROF.ª TADEU MANOEL RODRIGUES ARAÚJO-Subsecretário de Estado de Educação.

PELA ENTIDADE/ JOAQUIM DE JESUS DOS ANJOS BITTENCOURT.

CP94/0169468-0

1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 122/94-SEDUC/ENTIDADE FUNDAÇÃO JESUS BITTENCOURT.

Destina-se o presente Termo Aditivo a alterar as Cláusulas SEGUNDA E SEXTA do Convênio Original por conveniência Administrativa, que passarão a vigorar com a seguinte redação.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA PEDAGÓGICA: A SEDUC, fará funcionar na E.R.C. PADRE JOSÉ GRISMOND, sob sua inteira responsabilidade administrativa pedagógica os Cursos de 1º Grau Pré-Escolar à 3ª série e Supletivo 1ª a 2ª Etapas atendendo as normas educacionais em vigor.

CLÁUSULA SEXTA: DO FUNCIONAMENTO E ATENDIMENTO E.R.C. : A E.R.C. PADRE JOSÉ GRISMOND, funcionará em 04 turnos para atender 341 alunos em 12 turmas de pré-escolar à 3ª série do 1º Grau e Curso Supletivo 1ª e 2ª Etapas. Ficam mantidas e ratificadas todas as demais Cláusulas do Convênio Original que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

DATA DA ASSINATURA: 01.09.94.

PELA SEDUC/PROF.ª TADEU MANOEL RODRIGUES ARAÚJO-Subsecretário de Estado de Educação.

PELA ENTIDADE/JOAQUIM DE JESUS DOS ANJOS BITTENCOURT.

CP94/0169395-1

(Fat. nº 030, Reg. nº 030, Dia: 08/09/94)

## SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL

Resumo de Portarias de Suprimento de Fundos

Portaria nº 711/94-SETEPS, de 14.07.94

Nome da Servidora: Andrelina Ribeiro Ramos

Matrícula: 0013692-010

Valor do Suprimento: R\$ 709,09

Elementos de Despesa: 3120 - R\$ 509,09

3131 - R\$ 100,00

3132 - R\$ 100,00

Período de Aplicação: 30 (trinta) dias da data do recebimento

Data da Concessão: 21.07.94

CP94/0169362-5

Portaria nº 718/94-SETEPS, de 15.07.94

Nome da Servidora: Marcia Carolina de Aviz de Souza

Matrícula: 3240553-010

Valor do Suprimento: R\$ 540,00

Elementos de Despesa: 3120 - R\$ 540,00

Período de Aplicação: 30 (trinta) dias da data do recebimento

Data da Concessão: 26.07.94

CP94/0169345-5

Portaria nº 721/94-SETEPS, de 19.07.94

Nome da Servidora: Edinerson Lagoia Macedo

Matrícula: 5289645-016

Valor do Suprimento: R\$ 640,00

Elementos de Despesa: 3120 - R\$ 640,00

Período de Aplicação: 30 (trinta) dias da data do recebimento

Data da Concessão: 21.07.94

CP94/0169354-4

Portaria nº 734/94 - SETEPS, de 20.07.94

Nome da Servidora: Durval Machado Carvalho Neto

Matrícula: 5051134-038

Valor do Suprimento: R\$ 150,00

Elementos de Despesa: 3120 - R\$ 150,00

Período de Aplicação: 30 (trinta) dias da data do recebimento

Data da Concessão: 29.07.94

CP94/0169387-0

Portaria nº 774/94 - SETEPS, de 27.07.94

Nome da Servidora: Altair Jacinta da Silva

Matrícula: 0183458-011

Valor do Suprimento: R\$ 840,00

Elemento de Despesa: 3132 - R\$ 840,00

Período de Aplicação: 30 (trinta) dias da data do recebimento

Data da Concessão: 29.07.94

CP94/0169379-0

Portaria nº 792/94 - SETEPS, de 04.08.94

Nome da Servidora: Durval Machado Carvalho Neto

Matrícula: 5051134-038

Valor do Suprimento: R\$ 450,00

Elemento de Despesa: 3120 - R\$ 450,00

Período de Aplicação: 30 (trinta) dias da data do recebimento

Data da Concessão: 05.08.94

CP94/0169371-4

Portaria nº 793/94 - SETEPS, de 04.08.94

Nome da Servidora: Raimunda Santos do Nascimento

Matrícula: 3228509-013

Valor do Suprimento: R\$ 500,00

Elemento de Despesa: 3132 - R\$ 500,00

Período de Aplicação: 30 (trinta) dias da data do recebimento

Data da Concessão: 19.08.94

CP94/0169452-4

Resumo de Portarias de Designação Por FG

Portaria nº 964/94 - SETEPS, de 31.08.94

Designar o funcionário ROBERTO CARVALHO DE MIRANDA, datilógrafo, para exercer a função de Secretário do Depto de Administração, símbolo FG-3, a partir de 01.08.94.

CP94/0169363-3

Portaria nº 965/94 - SETEPS, de 31.08.94

Designar a funcionária ADELIA MARIA ARAÚJO MONTEIRO, agente administrativo, para exercer a função de Secretária do Departamento de Finanças, símbolo FG-3, a partir de 01.08.94.

CP94/0169355-2

Resumo de Portaria para responder por DAS

Portaria nº 966/94 - SETEPS, de 31.08.94

Autorizar a substituição da servidora JOÃO ANTONIO ARAÚJO ROSSO, agente administrativo, para responder pela servidora MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA ALBUQUERQUE, Chefe da Div. de Competência, no período de 06 a 09.09.94.

CP94/0169436-2

(Fat. nº 006, Reg. nº 006, Dia: 08/09/94)

PORTARIA Nº 838/94-SETEPS, de 11.08.94

Formalizar a designação da servidora OCÍLIA DE SOUZA FARIAS, agente administrativo, para exercer a função Gratificada de Secretária da Coordenadoria de Segurança do Trabalhador, símbolo FG-3, a partir de 09.08.94.

CP94/0169345-3

PORTARIA Nº 839/94-SETEPS, de 11.08.94

Formalizar a designação da servidora ROSA MARIA BRITO LOPES, auxiliar de serviço em comunicação, para exercer a função Gratificada de Secretária da Coordenadoria de Apoio a Pequena Produção, símbolo FG-3, a partir de 09.08.94.

CP94/0169338-2

PORTARIA Nº 840/94-SETEPS, de 11.08.94

Formalizar a designação da servidora LUIZA HELENA TAVARES MARQUES, agente administrativo, para exercer a função Gratificada de Secretária da Coordenadoria de Relações do Trabalho, símbolo FG-3, a partir de 09.08.94.

CP94/0169337-4

PORTARIA Nº 845/94-SETEPS, de 11.08.94

Formalizar a designação da servidora LILLIAN MÁRCIA DO SOCORRO CAMARÃO, agente administrativo, para exercer a função Gratificada de Secretária da Coordenadoria de Capacitação e Desenvolvimento do Trabalho, símbolo FG-3, a partir de 09.08.94.

CP94/0169420-6

PORTARIA Nº 846/94-SETEPS, de 12.08.94

Formalizar a designação da servidora ROSA CRISTINA RODRIGUES CARDOSO, auxiliar técnica, para exercer a função de Secretária da Coordenadoria de Estudos Projetos e Informações, símbolo FG-3, a partir de 09.08.94.

CP94/0169347-1

PORTARIA Nº 954/94-SETEPS, de 31.08.94

CESSAR A LICENÇA SEM VENCIMENTOS  
NOME: SILVIA COELHO CARVAL SOARES

CARGO: Assistente Social

DATA DA CESSÃO: 01.09.94

CP94/0169497-5

PORTARIA Nº 963/94-SETEPS, de 02.09.94

TORNAR SEM EFEITO A DISPOSIÇÃO

NOME: RAIMUNDO ALEXANDRE CORRÊA DOS SANTOS

CARGO: agente administrativo

LOCAL DA DISPOSIÇÃO: Consultoria Geral do Estado

DATA DO CANCELAMENTO: 29.08.94

CP94/0169444-3

PORTARIA Nº 967/94-SETEPS, de 02.09.94

NOME E CARGO: ANTONIO CARLOS DA SILVA PEREIRA, Contador, MA

RIA PRISCILA SAMPAIO DE ALMEIDA, Técnico-B e ENALDO ANTÔNIO DA SILVA LOPES, agente administrativo.

MOTIVO DA LICITAÇÃO: Carta Convite, a fim de adquirir carnes para atendimento das unidades da Assistência Básica.

PORTARIA Nº 970/94-SETEPS, de 02.09.94

CESSAR A LICENÇA SEM VENCIMENTOS

NOME: LUCIANO SILVA GOMES

CARGO: Auxiliar Técnico

DATA DA CESSÃO: 31.07.94

CP94/0169460-5

CP94/0169476-1

(Fat. nº 007, Reg. nº 007, Dia: 08/09/94)

### ERRATA DE PUBLICAÇÃO

ÓRGÃO: SETEPS

Referente a Carta Convite nº 041/94-Aquisição de Carnes em Geral, para as Unidades de Assistência Básica - Processo Licitatório nº 2813/94.

Onde se lê: FIRMA VENCEDORA: Golden Carne Ltda - Itens: 01, 02, 03, 04, 05 e 06.  
Leia-se: FIRMAS VENCEDORAS/ITENS: Golden Carne Ltda-01, 02, 03, 04, 05 e 06; Distribuidora Village Ltda-07.

Referente a Carta Convite nº 028/94

Onde se lê: FIRMA(S)VENCEDORA(S)ITENS: Credial Comercial Ltda: 04, 06, 07, 08, 13, 18, 19, 21, 22, 25, 26, 33, 34, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 52, 53, 57, 58, 60, 65, 69, 73, 74, 76, 77, 82, 83, 84, 85, 91.  
Leia-se: FIRMA(S)VENCEDORA(S)ITENS: Credial Comercial Ltda: 04, 06, 07, 08, 13, 18, 19, 21, 22, 25, 26, 33, 34, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 52, 53, 57, 58, 60, 65, 69, 73, 74, 76, 77, 78, 82, 83, 84, 85, 91.

Referente a Carta Convite nº 027/94

Onde se lê: FIRMA(S)VENCEDORA(S)ITENS: Distribuidora Village: 02, 04, 05, 07, 08, 11, 12, 17, 19, 20, 21, 24, 26 e 31. Credial Comercial Ltda: 03, 15, 16, 27, 28, 29, 32 e 38. BRS Distribuidora Ltda: 18, 23, 25, 33 e 34.  
Leia-se: FIRMA(S)VENCEDORA(S)ITENS: Distribuidora Village Ltda: 01, 03, 04, 05, 06, 08, 09, 12, 14, 15, 16, 18, 20, 24; Credial Comercial Ltda: 02, 11, 21, 22, 23, 25, 10, 28; A.A. Comercial de Negócios Ltda: 07; B.R.S. Distribuidora Ltda: 13, 17, 19, 26, 27.

Referente a Carta Convite nº 022/94 - Processo nº 1181/94 - Aquisição de Medicamentos para as Unidades de Assistência Básica

Onde se lê: FIRMAS VENCEDORAS/ITENS: F. Cardoso & Cia Ltda: 05, 05, 15, 27, 28, 39, 46, 50, 64, 65, 66, 70, 90, 91, 110, 111, 112; Imifarma SA: 01, 02, 03, 04, 08, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 25, 26, 30, 32, 34, 45, 46, 47, 40, 41, 42, 43, 57, 48, 51, 52, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 69, 72, 73, 75, 77, 96, 105, 117, 118, 120, 121.

Leia-se: FIRMA(S)VENCEDORA(S)ITENS: F. Cardoso & Cia Ltda: 05, 06, 15, 27, 28, 39, 46, 50, 64, 65, 66, 70, 90, 91, 110, 111, 112; Imifarma SA: 01, 02, 03, 04, 08, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 25, 26, 30, 32, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 45, 47, 48, 51, 52, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 67, 68, 69, 72, 73, 75, 77, 96, 105, 117, 118, 120 e 121.

Referente a Carta Convite nº 033/94 - Aquisição de Materiais de Construção, para as Unidades de Assistência Básica - Processo Licitatório nº 0817/94.

ÓRGÃO: SETEPS

Onde se lê: FIRMA VENCEDORA/ITENS: T.J. Materiais de Construção: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 12, 14, 15, 16.  
Leia-se: FIRMA VENCEDORA/ITENS: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16.

Referente a Carta Convite nº 046/94 - Aquisição de Medicamentos para as Unidades de Assistência Básica - Processo Licitatório nº 3316/94.

Onde se lê: FIRMA(S)VENCEDORA(S): Imifarma Produtos Farmacêuticos S/A: 09, 20, 23, 27, 47, 52, 61, 68, 73, 83, 85, 86, 87, 89, 90, 94, 97, 99, 111, 112, 113, 117, 118, 119, 120, 122, 124, 125, 127, 128, 130, 131, 134, 135, 136, 138; F. Cardoso e Cia Ltda: 10, 12, 100, 109, 110, 121, 123; Recon - Comercial Ltda: 01, 02, 03, 04, 07, 08, 13, 14, 16, 17, 18, 22, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 51, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 65, 67, 69, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 88, 96, 98, 101, 102, 103, 114, 115, 116, 129, 137.

Leia-se: FIRMAS VENCEDORAS/ITENS: Imifarma Produtos Farmacêuticos S/A: 09, 20, 23, 27, 47, 52, 61, 68, 73, 83, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 94, 95, 97, 99, 111, 112, 113, 117, 118, 119, 120, 122, 124, 125, 127, 128, 130, 131, 134, 135, 136, 138; F. Cardoso e Cia Ltda: 10, 12, 100, 109, 110, 121, 123; Recon Comercial Ltda: 01, 02, 03, 04, 07, 08, 13, 14, 16, 17, 18, 22, 24, 25, 26, 28, 2

77,78,79,80,81,84,88,96,98, 101,102,113,114, 115,116, 129, 137e 32.

Belém, 02 de Setembro de 1994

**JOSÉ DO CARMO MARQUES DA SILVA**  
Secretário de Estado do Trabalho e Promoção Social  
em exercício CP94/0169412-5

(Fat. nº 002, Reg. nº 002, Dia: 08/09/94)

## SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

DA - DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS  
RESUMO DAS PORTARIAS BAIXADAS DO SR. SECRETÁRIO  
DE ESTADO DE TRANSPORTES.

- A- Portaria nº-219 de 31.08.94  
Assunto: Designa a funcionária ZENEIDE FIGUEIREDO DA SILVA, para, no período de 1º a 30 de setembro do corrente ano, substituir o funcionário Carlos Augusto Bartolomeu de Oliveira no cargo de Assessor DAS-03, desta SETRAN. CP94/0169330-7
- B- Portaria nº-220 de 31.08.94  
Assunto: Designa Comissão de Inquérito Administrativo para, sob a presidência do Consultor Jurídico RONALDO BRUNO FERNANDES DE MEDEIROS, apurar o abandono de cargos dos seguintes funcionários:  
1- MANOEL SANTIAGO DA COSTA - Motorista  
2- JOSÉ ALDEMIR PEREIRA DE QUEIROZ - Aux. de Operador  
3- FRANCISCO DE ASSIS NUNES - Braçal  
4- JOSÉ DOS SANTOS SARMENTO - Braçal  
5- SEBASTIÃO ALVES DE OLIVEIRA - Braçal
- C- Portaria nº-221 de 10.09.94 CP94/0169339-0  
Assunto: Designa o funcionário SEZINANDO FRANCO VIEIRA, para, no período de 3 de outubro a 19 de novembro do corrente ano, responder pela Chefia da Divisão de Concessão e Fiscalização-DTH desta SETRAN.
- D- Portaria nº-222 de 10.09.94 CP94/0169404-4  
Assunto: Designa a funcionária MARIA JULIETA CHERMONT COSTA, para, no período de 1º a 30 de setembro do corrente ano, responder pela Chefia da Divisão de Execução Orçamentária-DAF desta SETRAN.
- E- Portaria nº-223 de 10.09.94 CP94/0169386-0  
Assunto: Designa os funcionários ODIMIR CASTELO BRANCO FURTADO e MARIA DA CONCEIÇÃO ESPÍRITO SANTO LIMA, para, no período de 1º a 30 de setembro do corrente ano, integrarem a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO desta SETRAN, em substituição aos funcionários Carlos Fernando de Castro Macedo e Ronald Reis Ferreira. CP94/0169388-9

(Fat. nº 005, Reg. nº 005, Dia: 08/09/94)

## SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

SUBSTITUIÇÃO DE TITULAR DURANTE IMPEDIMENTO (FÉRIAS, LICENÇA, ETC.)  
PORTARIA Nº/DATA: 152/94 - CAB/SECRETARIA DE 02 DE SETEMBRO DE 1994  
NOME E MATRÍCULA DO SERVIDOR SUBSTITUÍDO: ANA ROSA MESQUITA DE FIGUEIREDO MAT. 0013072-023  
CARGO/FUNÇÃO/LOTÇÃO: QUÍMICA/ASSESSORA/DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE  
MOTIVO DA SUBSTITUIÇÃO: O TITULAR SE ENCONTRA PARTICIPANDO DA REUNIÃO PP-C7, EM BRASÍLIA  
PERÍODO DA SUBSTITUIÇÃO: 20.07.94 a 23.07.94 CP94/0169373-0

PORTARIA Nº/DATA: 153/94 - CAB/SECRETARIA DE 02 DE SETEMBRO DE 1994  
NOME E MATRÍCULA DO SERVIDOR SUBSTITUÍDO: ANA ROSA MESQUITA DE FIGUEIREDO MAT. 0013072-023  
CARGO/FUNÇÃO/LOTÇÃO: QUÍMICA/ASSESSORA/DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE  
MOTIVO DA SUBSTITUIÇÃO: O TITULAR SE ENCONTRA PARTICIPANDO DA REUNIÃO PP-C7, EM BRASÍLIA  
PERÍODO DA SUBSTITUIÇÃO: 04.08.94 a 08.08.94 CP94/0169414-1

PORTARIA Nº/DATA: 154/94 - CAB/SECRETARIA DE 02 DE SETEMBRO DE 1994  
NOME E MATRÍCULA DO SERVIDOR SUBSTITUÍDO: ANA ROSA MESQUITA DE FIGUEIREDO MAT. 0013072-023  
CARGO/FUNÇÃO/LOTÇÃO: QUÍMICA/ASSESSORA/DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE  
MOTIVO DA SUBSTITUIÇÃO: O TITULAR SE ENCONTRA PARTICIPANDO DO SEMINÁRIO DE DESCENTRALIZAÇÃO - ITANA  
PERÍODO DA SUBSTITUIÇÃO: 15.08.94 a 18.08.94 CP94/0169389-7

PORTARIA Nº/DATA: 155/94 - CAB/SECRETARIA DE 02 DE SETEMBRO DE 1994  
NOME E MATRÍCULA DO SERVIDOR SUBSTITUÍDO: ANA ROSA MESQUITA DE FIGUEIREDO MAT. 0013072-023  
CARGO/FUNÇÃO/LOTÇÃO: QUÍMICA/ASSESSORA/DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE  
MOTIVO DA SUBSTITUIÇÃO: O TITULAR SE ENCONTRA PARTICIPANDO DA REUNIÃO PP-C7, EM BRASÍLIA  
PERÍODO DA SUBSTITUIÇÃO: 31.03.94 a 05.09.94 CP94/0169429-0

SUBSTITUIÇÃO DE TITULAR DURANTE IMPEDIMENTO (FÉRIAS, LICENÇA, ETC.)  
PORTARIA Nº/DATA: 156/94 - CAB/SECRETARIA DE 02.09.94  
NOME E MATRÍCULA DO SERVIDOR SUBSTITUÍDO: FRANCISCO CARLOS GUERREIRA DA FONSECA MAT. 5055470-013  
CARGO/FUNÇÃO/LOTÇÃO: BIÓLOGO/ASSESSORIA DA DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE  
MOTIVO DA SUBSTITUIÇÃO: O TITULAR SE ENCONTRA RESPONDENDO PELA DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE  
PERÍODO DA SUBSTITUIÇÃO: 31.08.94 a 05.09.94 CP94/0169479-6

SUBSTITUIÇÃO DE TITULAR DURANTE IMPEDIMENTO (FÉRIAS, LICENÇA, ETC.)  
PORTARIA Nº/DATA: 157/94 - CAB/SECRETARIA DE 02.09.94  
NOME E MATRÍCULA DO SERVIDOR SUBSTITUÍDO: JOÃO NEPOMUCENO DE FARIAS MAT. 5562848-014  
CARGO/FUNÇÃO/LOTÇÃO: ENGENHEIRO SANITARISTA/CHEFIA DA DIVISÃO DE PROJETOS INFR-ESTRUTURAIS  
MOTIVO DA SUBSTITUIÇÃO: O TITULAR SE ENCONTRA PARTICIPANDO DO SEMINÁRIO DE DESCENTRALIZAÇÃO, EM BRASÍLIA  
PERÍODO DA SUBSTITUIÇÃO: 15.08.94 a 18.08.94  
LICENÇA SAÚDE:  
LICENÇA MÉDICA Nº/DATA: 150/94  
NOME DO SERVIDOR: MÁRIO SÉRVULO NOGUEIRA DE BARROS  
MATRÍCULA: 0086819-010  
CARGO/FUNÇÃO/LOTÇÃO: ENGENHEIRO/DIVISÃO DE PROJETOS INDUSTRIAIS-D.M.A.  
PERÍODO: 23.08.94 a 03.09.94

ASSISTIR PESSOA DA FAMÍLIA:  
LICENÇA MÉDICA Nº/DATA: 143/94  
NOME DO SERVIDOR: MARIA HELENA CUNHA OLIVEIRA  
MATRÍCULA: 5108756-013  
Nº DE DIAS DE LICENÇA: 30 DIAS  
PERÍODO: 10.08.94 a 10.09.94  
ANULAÇÃO DO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO: CP94/0169484-2

PORTARIA Nº/DATA: 160/94 - CAB/SECRETARIA DE 02.09.94  
NOME DO SERVIDOR: ANDRÉ DA SILVA NASCIMENTO  
CARGO/FUNÇÃO/LOTÇÃO: ADVOGADO/D.M.A.  
DATA DA ANULAÇÃO: A PARTIR DA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO CP94/0169407-7

PORTARIA Nº/DATA: 161/94 - CAB/SECRETARIA DE 02.09.94  
NOME DO SERVIDOR: HARY CHOCOR MIRANDA  
CARGO/FUNÇÃO/LOTÇÃO: ADVOGADO/D.M.A.  
DATA DA ANULAÇÃO: A PARTIR DA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO CP94/0169342-0

PORTARIA Nº/DATA: 162/94 - CAB/SECRETARIA DE 02.09.94  
NOME DO SERVIDOR: MARGARETH SANTOS BRAGANÇA  
CARGO/FUNÇÃO/LOTÇÃO: ADVOGADO/D.M.A.  
DATA DA ANULAÇÃO: A PARTIR DA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO CP94/0169365-0

SUBSTITUIÇÃO DE TITULAR DURANTE IMPEDIMENTO (FÉRIAS, LICENÇA, ETC.)  
PORTARIA Nº/DATA: 163/94 - CAB/SECRETARIA DE 06.09.94  
NOME E MATRÍCULA DO SERVIDOR SUBSTITUÍDO: JOÃO NEPOMUCENO DE FARIAS MAT. 5562848-014  
CARGO/FUNÇÃO/LOTÇÃO: ENGENHEIRO SANITARISTA/CHEFIA DA DIVISÃO DE PROJETOS INFR-ESTRUTURAIS/D.M.A.  
MOTIVO DA SUBSTITUIÇÃO: O TITULAR SE ENCONTRA RESPONDENDO PELA ASSESSORIA DE DEPARTAMENTO DA DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE  
PERÍODO DA SUBSTITUIÇÃO: 31.08.94 a 05.09.94 CP94/0169428-1

(Fat. nº 011, Reg. nº 011, Dia: 08/09/94)

## COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CT Nº 200/92-COSANPA  
PARTES: COSANPA x REDE ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA;  
OBJETO: Atualização/Conversão/Acréscimo de quantidade;  
VALOR: R\$2.013.714,43.  
Belém, 06 de setembro de 1994  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS CP94/0169381-1

(Fat. nº 027, Reg. nº 027, Dia: 08/09/94)

### RESULTADO DE LICITAÇÃO

ÓRGÃO: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ-COSANPA;  
MODALIDADE: Carta Convite nº 92/94-COSANPA;  
OBJETO: Prestação de serviço de rebovinamento do motor do Sistema de Abastecimento de Água de Tucuruí-Pa;  
VALOR: R\$-990,94;  
RECURSOS: Próprios da COSANPA;  
FIRMA VENCEDORA: ELÉTRICA MOURA;  
Belém, 06 de setembro de 1994  
Engº ANTÔNIO CARLOS CRISOSTOMO FERNANDES  
Presidente da Comissão CP94/0169445-1

(Fat. nº 029, Reg. nº 029, Dia: 08/09/94)

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/94-COSANPA

PARTES: COSANPA X SERVIÇO DE VIGILÂNCIA DIUTURNA DE MARABÁ;  
OBJETO: Prestação de serviço de vigilância nas dependências da COSANPA, na Cidade de Marabá-Pa;  
VIGÊNCIA: 06 meses;  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recursos próprios da COSANPA;  
VALOR TOTAL: R\$13.656,00;  
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 29.08.94.  
Belém, 06 de setembro de 1994  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS CP94/0169462-1

(Fat. nº 028, Reg. nº 028, Dia: 08/09/94)

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ

RESUMO DE PORTARIAS  
PORTARIA Nº 962 de 29.08.94 - Conceder aos funcionários abaixo relacionados 30 (TRINTA) dias de férias regulamentares:  
PERÍODO CONCESSIVO DE 08.09.94 a 07.10.94:  
- RITA DO SOCORRO PANTOJA MOLA, Mat. 5250927-012, Ag. Saúde Nível A, lotada no DAS-PERÍODO AQUISITIVO: 11.12.92 a 10.12.93.

- PAÍMIRA DE FÁTIMA RODRIGUES TAVARES, Mat. 6120903-019, Ag. Saúde Nível C, lotada no DAS-PERÍODO AQUISITIVO: 07.03.93 a 06.03.94.

PERÍODO CONCESSIVO DE 12.09.94 a 11.10.94  
- ADEMIR SENA OLIVEIRA, Mat. 5510317-013, Téc. Nível A, lotada no DAS-PERÍODO AQUISITIVO: 08.07.93 a 07.07.94.  
- MILITA AMES, Mat. 2010445-010, Aux. Administração Nível C, lotada no DEP-PERÍODO AQUISITIVO: 16.03.93 a 15.03.94.  
PERÍODO CONCESSIVO DE 01.09.94 a 30.09.94  
- FRANCISCO PEREIRA DOS REIS, Mat. 3156257-018, Téc. Nível C, lotado no DAS-PERÍODO AQUISITIVO: 14.05.92 a 13.05.93. A presente Portaria entra em vigor a partir da data de cada período concessivo. REPUBLICADA POR ERRO EM SEU CONTEÚDO. CP94/0169470-2

PORTARIA Nº 970 de 30.08.94 - Conceder a TEREZINHA DE JESUS COSTA DE SOUZA, Téc. Nível E, Mat. 3154041-018, lotada no DAS-KÁTIA REJANE ARAÚJO DA IGREJA, Téc. Nível C, Mat. 3158420-018, lotada no DEA e OTÁVIO SILVA BARBOSA, motorista Nível C lotado no DEA, Mat. 3156834-016, 01 (uma) diária para cada um, para fazer face as despesas com alimentação e pousada nos Municípios de BARCARENA, IGARAPÉ MIRI e ABATETUBA, no dia 29.08.94, a serviços deste Instituto. A presente Portaria retroagirá os seus efeitos a partir do dia 29.08.94. CP94/0169446-0

PORTARIA Nº 971 de 31.08.94 - Conceder a MARIA DE LOURDES FERRAZ CODINHO, Téc. Nível F, Mat. 3152448-011, lotada na Coordenadoria Regional e JOSÉ JORGE NETO, Motorista Nível C, Mat. 3158608-014, lotado no DEA, 02 (DUAS) Diárias para cada um, para fazer face as despesas com alimentação e pousada no Município de Colares nos dias 01 e 02.09.94, a serviço deste Instituto. A presente Portaria entrará em vigor a partir do dia 01.09.94. CP94/0169454-0

PORTARIA Nº 972 de 31.08.94 - Conceder a WILSON WALDEMAR CAMPOS DOS PASSOS, Motorista Nível A, Mat. 6120008-016, lotado no DEA, 01 (UMA) Diária para fazer face as despesas com alimentação e pousada no Município de Vigia no dia 08.08.94, a serviço deste Instituto. A presente Portaria retroagirá os seus efeitos a partir do dia 08.08.94. CP94/0169455-9

PORTARIA Nº 976 de 01.09.94 - Conceder a IEDA MARIA CUNHA DE AZEVEDO, Téc. Nível C, Mat. 6121071-014, lotada no DAS, 05 (CINCO) Diárias para fazer face as despesas com alimentação e pousada na cidade de Curitiba no período de 03 a 07.09.94, para participar do XXXIII Congresso Brasileiro de Otorrinolaringologia. A presente Portaria entrará em vigor a partir do dia 03.09.94. CP94/0169432-0

PORTARIA Nº 2023 de 22.08.94 - NOMEAR, LUIZ FERNANDO DE FREITAS MOREIRA, para exercer o Cargo em Comissão de Procurador Chefe, Código DAS-01.5, com lotação na Procuradoria. A presente Portaria entrará em vigor a partir do dia 29.08.94.

PORTARIA Nº 2039 de 31.08.94 - DISPENSAR, MARIA DO SOCORRO DE ALENCAR BECKMANN, Aux. Téc. Nível C, Mat. 3156877-013, lotada no DEA, da Função Gratificada de Chefe de Seção de Patrimônio, Código DAI-02.3. A presente Portaria entra em vigor a partir desta data. CP94/0169438-9

PORTARIA Nº 2044 de 01.08.94 - NOMEAR, MARIZE DE FÁTIMA DE OLIVEIRA RAMOS, Téc. Nível A, Mat. 5242991-019, lotada na Coordenadoria Regional, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor, Código DAS-01.1. A presente Portaria retroagirá os seus efeitos a partir do dia 01.07.94. CP94/0169456-7

PORTARIA Nº 2045 de 01.08.94 - EXONERAR, HOLDERMAN DA SILVA RODRIGUES, Téc. Nível A, Mat. 3151107-018, lotado no DAS, do Cargo em Comissão de Supervisor Administrativo, Código DAS-01.2. A presente Portaria retroagirá os seus efeitos a partir do dia 01.08.94. CP94/0169447-8

PORTARIA Nº 2046 de 01.08.94 - DESIGNAR, HOLDERMAN DA SILVA RODRIGUES, Téc. Nível A, Mat. 3151107-018, lotado no DAS, para exercer a Função Gratificada de Chefe de Divisão do Posto de Serviço de Icoaraci, Código DAI-02.4. A presente Portaria retroagirá os seus efeitos a partir do dia 01.08.94. CP94/0169448-6

PORTARIA Nº 2047 de 01.08.94 - NOMEAR, GRACA MARIA DA ROCHA CORREA, para exercer o Cargo em Comissão de Supervisor Administrativo, Código DAS-01.2, do DAS. A presente Portaria retroagirá os seus efeitos a partir do dia 01.08.94. CP94/0169384-6

(Fat. nº 024, Reg. nº 024, Dia: 08/09/94)

## INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ

### ATOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA Nº 000682 DE 24 DE AGOSTO DE 1994.  
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ-ITERPA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, letra "b" da Lei Estadual nº 4.584, de 08 de outubro de 1975:

#### RESOLVE:

I. TORNAR sem efeito a Portaria nº 00097/91 de 14.05.91, que atribuiu ao servidor JOSÉ CLAUDIO MAUES BARRA, Matrícula nº 3165825-016, Procurador, para exercer o cargo em Comissão de Coordenador de NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS a nível de Assessoria.  
II. FAZER RETROAGIR os efeitos da presente Portaria a partir de 14 de Abril de 1994.  
De-se ciência, cumprase e publique-se.  
FERNANDO NILSON VELASCO  
Presidente CP94/0169488-5

PORTARIA Nº 000683 DE 24 DE AGOSTO DE 1994.  
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ-ITERPA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, letra "b" da Lei Estadual nº 4.584, de 08 de outubro de 1975:

#### RESOLVE:

I. TORNAR sem efeito a Portaria nº 000457 de 22.04.94, que atribuiu ao servidor JOSÉ CLAUDIO MAUES BARRA, Matrícula nº 3165825-016, Procurador, para responder pela Diretoria do Departamento Técnico.  
II. FAZER RETROAGIR os efeitos da presente Portaria a partir de 14 de Abril de 1994.  
De-se ciência, cumprase e publique-se.  
FERNANDO NILSON VELASCO  
Presidente CP94/0169464-8

(Fat. nº 014, Reg. nº 014, Dia: 08/09/94)



# Diário Oficial

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

0169

CADERNO 5

ANO CIII - 104º DA REPÚBLICA - Nº 27.797

BELÉM - QUINTA-FEIRA, 08 DE SETEMBRO DE 1994

## COMPANHIA PARAENSE DE TURISMO

CGC: 04.834.305/0001-50

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

PARTES: PARATUR x NORAUTO  
 OBJETO: Prestação de serviços de locação de veículos  
 VIGÊNCIA: 09-09-94 a 06-01-95  
 DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA: 24.205 11.07.021.6101 3132.00  
 VALOR: R\$ 1.420,00 (Três mil, quatrocentos e vinte reais)  
 DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 12-05-94.

Belém-PA, 06 de setembro de 1994.  
 MADURO CEZAR KLAUFER BOMBA  
 Presidente

CP94/0169359-5

(Fat. nº 020, Reg. nº 020, Dia: 08/09/94)

## DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ

ERRATA AO DIÁRIO OFICIAL Nº 27.796 DE 6.9.94, REFERENTE AO EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/94, SOBRE A VIGÊNCIA: CNDE SE LER: 01.09.1994 A 21.8.1995 LEIA-SE CORRETO VIGÊNCIA 01.09.1994 A 31.08.1995.

### SUPRIMENTO DE FUNDOS

Portaria nº 648/94-DS/DAF/CA - 31.05.94

Nome do servidor: Célio Jorge Correa  
 Matrícula: 3264467-018

Valor do suprimento: 800.000,00  
 Elementos de despesas: 4.337-3120-00  
 Período de aplicação: 30 dias  
 Data da concessão: 31 de maio de 1994.

CP94/0169430-3

Portaria nº 694/94-DS/DAF - 15.06.94

Nome do servidor: Raimundo Nonato Barbosa Lima  
 Matrícula: 329.6651-067

Valor do suprimento: 800.000,00  
 Elementos de despesas: 4.337-3120-00  
 Período de aplicação: 30 dias  
 Data da concessão: 15 de junho de 1994.

CP94/0169326-9

Portaria nº 695/94-DS/DAF - 15.06.94

Nome do servidor: Raimundo Nonato Barbosa Lima  
 Matrícula: 329.6651-067

Valor do suprimento: 200.000,00  
 Elementos de despesas: 4.337-3132-00  
 Período de aplicação: 30 dias  
 Data da concessão: 15 de junho de 1994.

CP94/0169334-0

Portaria nº 1072/94-DS/DAF/CA - 12.08.94.

Nome do servidor: José Ubiratan da Silva  
 Valor do suprimento: 1.000,00

Elementos de despesas: 4.100-3120-00  
 Período de aplicação: 30 dias  
 Data da concessão: 12 de agosto de 1994.

CP94/0169325-0

Portaria nº 1073/94-DS/DAF/CA - 12.08.94

Nome do servidor: José Ubiratan da Silva  
 Valor do suprimento: 400,00

Elementos de despesas: 4.100-3132-00  
 Período de aplicação: 30 dias  
 Data da concessão: 12 de agosto de 1994.

CP94/0169358-7

Portaria nº 1115/94-DS/DAF/CA - 16.08.94.

Nome do servidor: Jaime Nascimento Filho  
 Matrícula: 3180328-023

Valor do suprimento: 300,00  
 Elementos de despesas: 4.337-3120-00  
 Período de aplicação: 30 dias  
 Data da concessão: 16 de agosto de 1994.

CP94/0169366-8

Portaria nº 1132/94-DS/DAF - 24.08.94

Nome do servidor: Arnaldo Rente de Oliveira  
 Matrícula: 3266052-012

Valor do suprimento: 150,00  
 Elementos de despesas: 4.337-3120-00  
 Período de aplicação: 30 dias  
 Data da concessão: 24 de agosto de 1994.

CP94/0169382-0

Portaria nº 1135/94-DS/DAF/CA - 24.08.94.  
 Nome do servidor: Gilberto Augusto Alves  
 Matrícula: 3003396-038  
 Valor do suprimento: 300,00  
 Elementos de despesas: 4.337-3132-00  
 Período de aplicação: 30 dias  
 Data da concessão: 24 de agosto de 1994.

CP94/0169375-7

Portaria nº 1139/94-DS/DAF/CA - 26.08.94  
 Nome do servidor: Carlos Alberto Amoras  
 Matrícula: 0685882-023  
 Valor do suprimento: 706,00  
 Elementos de despesas: 4.100-3120-00  
 Período de aplicação: 30 dias  
 Data da concessão: 26 de agosto de 1994.

CP94/0169344-7

Portaria nº 1140/94-DS/DAF - 26.08.94  
 Nome do servidor: Rosa Maria Monteiro de Paiva  
 Matrícula: 3261243-010  
 Valor do suprimento: 550,00  
 Elementos de despesas: 4.337-3120-00  
 Período de aplicação: 30 dias  
 Data da concessão: 26 de agosto de 1994.

CP94/0169336-6

Portaria nº 1141/94-DS/DAF - 26.08.94  
 Nome do servidor: Rosa Maria Monteiro de Paiva  
 Matrícula: 3266637-010  
 Valor do suprimento: 1.000,00  
 Elementos de despesas: 4.337-3132-00  
 Período de aplicação: 30 dias  
 Data da concessão: 26 de agosto de 1994.

CP94/0169352-8

Portaria nº 1142/94-DS/DAF - 26.08.94  
 Nome do servidor: Ailton Francisco de Souza  
 Matrícula: 3367332-038  
 Elementos de despesas: 4.337-3120-00 - Valor: 300,00  
 Período de aplicação: 30 dias  
 Data da concessão: 26 de agosto de 1994.

CP94/0169367-6

Portaria nº 1146/94-DS/DAF - 26.08.94  
 Nome do servidor: Jorge Henrique Santos Lima  
 Matrícula: 3261743-029  
 Valor do suprimento: 100,00  
 Elementos de despesas: 4.337-3120-00  
 Período de aplicação: 30 dias  
 Data da concessão: 26 de agosto de 1994.

CP94/0169335-8

Portaria nº 1147/94-DS/DAF - 26.08.94  
 Nome do servidor: Jorge Henrique Santos Lima  
 Matrícula: 3261743-019  
 Valor do suprimento: 100,00  
 Elementos de despesas: 4.337-3132-00  
 Período de aplicação: 30 dias  
 Data da concessão: 26 de agosto de 1994.

CP94/0169343-9

Portaria nº 1148/94-DS/DAF/CA - 26.08.94  
 Nome do servidor: Glair Soares de Sousa  
 Matrícula: 3263150-020  
 Valor do suprimento: 120,00  
 Elementos de despesas: 4.337-3132-00  
 Período de aplicação: 30 dias  
 Data da concessão: 26 de agosto de 1994.

CP94/0169374-9

Portaria nº 1152/94-DS/DAF - 30.08.94  
 Nome do servidor: Maria Thereza Bandeira Dutra  
 Matrícula: 3265200-012  
 Valor do suprimento: 550,00  
 Elementos de despesas: 4.337-3132-00  
 Período de aplicação: 30 dias  
 Data da concessão: 30 de agosto de 1994.

CP94/0169415-0

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 011/94

PARTES: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ  
 ARGEMIRO LEAL ABRAES  
 OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL COLETADO SOB Nº 252 NO MUNICÍPIO DE XINGUARA/PA ONDE FUNCIONA A 24ª CIRETRAN.  
 PRAZO DE VIGÊNCIA: 08.09.1994 a 07.09.1995.  
 DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA | 21.201.0607021-4.337-COORDENAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES TÉCNICO ADMINISTRATIVO-3132-00  
 OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS = FONTE - 12.202-RECURSOS PRÓ-PRÍOS  
 VALOR: R\$ 2.400,00  
 DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 08 de setembro de 1994.

CP94/0169399-4

## FUNDAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ

### EDITAL

Tornar sem efeito a publicação do Termo de Compromisso de Estágio, feita no D.O.E. nº 27.795 de 02.09.94, dos referidos estagiários:

- Iranildo Ferreira Pereira  
 - Carlos André Neves do Vale

CP94/0169392-7

### LICENÇA ESPECIAL

Portaria nº 249/94 de 30.08.94  
 Nº de dias de licença: 30 (Trinta) dias  
 Nome do servidor: Antonio Leonildo A. de Oli  
 Matrícula: 7004540 - 010  
 Cargo/Função: Auxiliar Administrativo II  
 Período: 08.09. à 07.10.94  
 Quinquênio Referente: 01.05.89 à 30.04.94

Idenomar Saraiva Bahia  
 Presidente

CP94/0169400-1

(Fat. nº 012, Reg. nº 012, Dia: 08/09/94)

MOLPASA MOLDURAS PARA S/A - C.G.C. (MF) Nº 05.088.877/0001-08 - Extrato da Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, realizada dia 08/07/94, às 16hs, na sede social da empresa situada na Trav. Benjamin Constant, nº 1158 - Belém/PA. Convocação feita através de Carta-Convite endereçada a todos os acionistas. Presença 100% dos acionistas. Mesa Diretora dos Trabalhos, presidente o acionista Fernando Vieira de Almeida e Secretário José Antonio de Almeida Júnior. Deliberações da AGO: Aprovação da Contas dos Administradores, representadas pelo Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/93. b) Aprovação da Correção do Capital Integralizado no valor de R\$ 191.875.806,71, incluindo a importância de R\$ 8.997.548,58 já incorporado ao Capital Social, restando um saldo de R\$ 182.878.258,13, que convertidos em Reais corresponde a R\$ 66.501,18; c) Integralização do saldo da Reserva de Correção Monetária do Capital no valor de R\$ 66.501,18, como também incorporação ao Capital Integralizado a Rubrica de Lucro do Exercício, no valor de R\$ 37.744,93. O Capital Integralizado passa de R\$ 9.078.334,60, que convertidos em Reais, representam R\$ 3.301,55, para a importância de R\$ 107.547,65, conf. consta na íntegra desta Ata. d) Aumento do Capital Autorizado de R\$ 15.000.000,00 para R\$ 150.000,00. Alteração do Artigo 5º do Estatuto Social que passa a ter a seguinte redação: O Capital Social Autorizado é de R\$ 150.000,00, distribuídos da seguinte maneira: R\$ 111.825,00 em Ações Pref. Cl. "a", R\$ 38.115,00, em ações ordinárias e R\$ 60,00 em Ações Pref. Cl. "B" todas nominativas e/ou endossáveis Capital e Subscrever pass: a de R\$ 5.920.885,19, Transformado em Reais, corresponde a R\$ 31.648,21 em passará para R\$ 42.452,35 distribuídos da seguinte maneira: R\$ 31.648,21 em Ações Pref. Cl. "A", R\$ 10.797,57 em Ações Ord. e R\$ 6,57 em Ações Pref. Cl. "B", todas nominativas ou endossáveis. Deliberações da AGE: a) Reeleição de todos os membros da Diretoria e Conselho de Administração para o biênio de 1993 a 1995 a saber: Fernando Vieira de Almeida - Diretor-Presidente, José Antonio de Almeida Júnior - Diretor Comercial, Ana Maria de Almeida Martins - Diretora Administrativa, Membros do Conselho de Administração: Fernando Vieira de Almeida - Presidente, Emilio Gutierrez Porpino Martins - Conselheiro, Carlos Vieira - Conselheiro. Ata corresponde a este extrato encontra-se assinada por todos os presentes na reunião. Arquivamento Jucepa em 17/08/94 sob nº 94.00000088. José Antonio de Almeida Júnior - Secretário.

(Fat. nº 018, Reg. nº 018, Dia: 08/09/94)

AGRO-PECUÁRIA RIO DEZOITO S/A. C.G.C./M.F. Nº 46.991.329/0001-62. NIRC 1218/78. EXTRATO DA ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 11/07/94. Aos 11/07/94, às 8:00 horas, na sede social na Fazenda RIO DEZOITO, Lote 295, Cumarú do norte-PA, reuniram-se em AGE os acionistas da empresa, sob a Presidência do Dr. HÉLIO DUARTE DE ARRUDA FILHO, convocados por carta-convite e decidiram: a) agrupar as ações da empresa conforme Medida Provisória nº 542, de 30/06/94, passando cada 2.750 (duas mil setecentas e cinquenta) ações a serem representadas por uma única ação de R\$ 1,00 (hum real); b) deliberar a distribuição de ações entre os acionistas, assegurando a proporcionalidade de participação dos minoritários e FINAM; c) alterar o Artigo 5º do Estatuto Social passando o capital Social Autorizado para R\$ 727.273,00 (setecentos e vinte e sete mil, duzentos e setenta e três reais). Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia para lavratura desta ata, cujo texto integral foi transcrito em livro próprio e arquivado na JUCEPA em 31/08/94, sob o nº 9.40008210, por despacho do Sr. ALFREDO FERREIRA COELHO - SECRETÁRIO GERAL.

(Fat. nº 021, Reg. nº 021, Dia: 08/09/94)

Nome: ECOLAB - Laboratório de Estudos dos Ecossistemas Costeiros - Associação Civil sem fins lucrativos; fins: Promover a pesquisa científica em especial o evento ECOLAB 95; sede: Conj. Costa e Silva, Tv. K, Bl. 5, E, Belém, Pará; Administrada pelo Diretor-presidente, auxiliado pelo Diretor-Tesoureiro; Estatutos reformáveis pela Assembleia-Geral; Os membros não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais; A associação se extinguirá em 20 de maio de 1995, com seus bens destinados às instituições científicas.

(Fat. nº 034, Reg. nº 034, Dia: 08/09/94)

MOLPAS - MOLDURAS PARA S/A - C.G.C. 05.008.877/0001-09 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Senhores Acionistas em atendimento às disposições legais e Estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. O Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras, encerradas em 31 de Dezembro de 1993. Colocamos à disposição de V. Sas. para qualquer esclarecimento que julgarem necessários. Belém-Pará, 30 de Agosto de 1994. - A ADMINISTRAÇÃO.

**BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DEZEMBRO DE 1993**  
(Valores Expressos em Cruzeiros Reais)

| ATIVO                        | 1992 - Cr\$      | 1993 - Cr\$        | PASSIVO                             | 1992 - Cr\$      | 1993 - Cr\$        |
|------------------------------|------------------|--------------------|-------------------------------------|------------------|--------------------|
| <b>CIRCULANTE</b>            | <b>2.078.030</b> | <b>195.804.208</b> | <b>CIRCULANTE</b>                   | <b>1.023.480</b> | <b>29.523.071</b>  |
| Caixa Geral                  | 1.597.047        | 144.032.415        | Fornecedores                        | 7.299            | 11.450             |
| Caixa - Belém                | 1.248.238        | 124.968.187        | Financiamento                       | 494.460          | 8.514.393          |
| Caixa - Sta. Izabel          | 320.809          | 13.882.500         | Obrigações Sociais a Recolher       | 181.887          | 839.213            |
| Caixa - Paraupis             | 4.507            | 5.203.740          | INSS                                | 54.099           | 289.398            |
| Bancos e Cartões             | 3.475            | 371.837            | FGTS                                | 12.593           | 68.409             |
| Banco do Estado do Pará S/A  | 1.032            | 16.000             | Contribuições Sociais               | 24.795           | 1.770.405          |
| Banco Bradesco do Brasil S/A | -                | 51.333.461         | PIS - Faturamento                   | 69.887           | 5.440.971          |
| Aplicações Financeiras       | -                | 51.321.063         | Confinis                            | 197.501          | 6.300.734          |
| Banqueiros do Brasil         | -                | 12.398             | Obrigações Tributárias a Pagar      | 7.200            | 144.588            |
| Outros                       | 117.108          | -                  | IPI                                 | 9.983            | 696.112            |
| Duplicatas a Receber         | 349.814          | -                  | ICMS                                | 178.972          | 5.459.210          |
| Adiantamentos a Fornecedores | 2.000            | -                  | ISS                                 | 1.406            | 844                |
| Adiantamento a Funcionário   | 31.500           | 166.395            | Funeral                             | 117.508          | 10.040.987         |
| Estoque                      | 7.058            | -                  | Provisão p/Imposto de Renda         | 44.765           | 4.656.397          |
| Impostos a Recuperar         | 5.532.032        | 129.375.949        | Provisão p/Contribuição Social      | 6.587.582        | 295.758.186        |
| PERMANENTE                   | 29.509           | 865.385            | <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>           | <b>272.976</b>   | <b>191.190</b>     |
| Investimento                 | 9.100.848        | 194.944.023        | Capital Autorizado                  | (191.190)        | (191.190)          |
| Imobilizado                  | 148.858          | 3.703.843          | Capital a Subreaver                 | 9.013.776        | 191.875.806        |
| Terras e Imóveis             | 1.459.208        | 36.802.112         | Reserva de Capital                  | 5.139.035        | 131.590.487        |
| Edificações                  | 1.478.492        | 3.230.458          | Reserva de C.M. do Capital          | 3.658.513        | 60.285.319         |
| Maquinário Industrial        | 654.506          | 41.381.832         | Reserva da C.M.C./IPC-90 s/ Capital | 16.228           | -                  |
| Trator e Veículos            | 583.278          | 14.725.717         | Reserva Legal                       | (2.507.980)      | 103.798.594        |
| Instalações                  | 38.553           | 733.592            | <b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>       | <b>7.611.082</b> | <b>325.280.157</b> |
| Móveis e Utensílios          | 508.542          | 12.775.30          |                                     |                  |                    |
| Reforçoamento                | 4.313.413        | 81.590.864         |                                     |                  |                    |
| CMC/IPC-90 s/ Imobilizado    | (3.688.325)      | (66.433.459)       |                                     |                  |                    |
| (-) Depreciação Acumulada    | 2.000.045        | 29.824.448         |                                     |                  |                    |
| Depreciação s/ Imobilizado   | 1.598.280        | 36.609.019         |                                     |                  |                    |
| Depreciação s/CMC/IPC-90     | 7.611.082        | 325.280.157        |                                     |                  |                    |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>        | <b>7.611.082</b> | <b>325.280.157</b> |                                     |                  |                    |

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1993**  
(Valores expressos em Cruzeiros Reais)

| EXERCÍCIOS                                   | 1992 - Cr\$ | 1993 - Cr\$     | DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1993 | 1992 - Cr\$    | 1993 - Cr\$    |
|----------------------------------------------|-------------|-----------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------|
| Receitas Operacionais                        | 3.750.555   | 268.748.293     | <b>CAPITAL REALIZADO ATUALIZADO</b>                                                              | <b>272.976</b> | <b>191.190</b> |
| Venda de Produtos                            | 171.395     | 4.736.407       | Capital Autorizado                                                                               | (191.190)      | (191.190)      |
| Venda de Serviços                            | 3.579.160   | 264.011.886     | Capital a Subreaver                                                                              | 9.013.776      | 182.862.031    |
| (-) Impostos Faturados                       | 3.438.401   | 255.426.552     | Reserva de Capital                                                                               | (2.507.980)    | (51.919.588)   |
| Recella Líquida                              | (2.168.905) | (42.677.670)    | Reserva de Capital                                                                               | -              | 191.875.806    |
| (-) Custos dos Produtos e Serviços           | 102.562     | 7.831.835       | Lucro Acumulado                                                                                  | -              | 103.798.594    |
| Lucro Bruto                                  | (402.499)   | (45.611.275)    |                                                                                                  |                |                |
| (-) Despesas Operacionais                    | 47.779      | 868.778         |                                                                                                  |                |                |
| Despesas Administrativas                     | 252.158     | 9.081.547       |                                                                                                  |                |                |
| Despesas Tributárias                         | 191.828     | 178.229.154     |                                                                                                  |                |                |
| Despesas Financeiras                         | 1.058.825   | (3.305.628)     |                                                                                                  |                |                |
| Outras Receitas Operacionais                 | 572.004     | 172.923.526     |                                                                                                  |                |                |
| Resultado Líquido Operacional                | 488.821     | (16.227)        |                                                                                                  |                |                |
| (-) Saldo Devidor da Contr. Monetária        | (11.013)    | (11.013)        |                                                                                                  |                |                |
| Resultado do Exerc. Antes do I.R.            | (11.013)    | (11.013)        |                                                                                                  |                |                |
| (-) Reserva Legal                            | (11.013)    | (11.013)        |                                                                                                  |                |                |
| (-) Provisão p/Imposto de Renda, P. Jurídica | (4.656.397) | (4.656.397)     |                                                                                                  |                |                |
| (-) Provisão p/Contribuição Social           | (5.598)     | (5.598)         |                                                                                                  |                |                |
| (-) Provisão Adicional Estadual              | 308.320     | 158.228.142     |                                                                                                  |                |                |
| Resultado a Disposição da A.G.O.             | 3.76        | 1.934.63        |                                                                                                  |                |                |
| <b>LUCRO POR AÇÃO</b>                        | <b>3.76</b> | <b>1.934.63</b> |                                                                                                  |                |                |

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1993. 01) - CONTEXTO OPERACIONAL - A Sociedade tem por objetivo a industrialização de madeira para qualquer finalidade, em qualquer nível tecnológico, e comércio correlato com sua atividade industrial como também explora o ramo da construção civil. Somente a partir da execução de 1992 teve incremento neste setor. 02) - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, Lei 6404/76, legislação em vigor e demais disposições complementares. 03) - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - a) Correção Monetária: foi Patrimônio Líquido, de acordo com as variações na conta demonstração de resultado do exercício. b) - Monetária está demonstrada no sistema PEPS (Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair) e c) Imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição monetariamente corrigido até a data do balanço. 04) CAPITAL SOCIAL - O capital

Magepa-Maju Agroindustrial e Energética S/A. C.G.C.-ME: 07.915.416/0001-89. Extrato da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30.07.94, às 08:00hs, na Sede Social, Magepa-Hello Trigueiro Londres Barreto (Presidente), Niseles Nogueira da Costa Barros (Secretário), Quorum: Mais de 2/3 do Capital Total Votante. Convocação: Através de Carta-Convite, Deliberações: Todas unânimes: 1) Apreciação do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial encerrado em 31.12.93 e respectivas Demonstrações Financeiras; 2) Aumento do Capital Social p/CRS-1.000.000,00, mediante a incorporação de CRS-880.086.074,00, resultante da correção monetária do Capital Realizado; 3) Transformação das Ações de valor nominal p/ ações sem valor nominal; 4) Alteração do Estatuto Social ao novo padrão monetário através da medida provisória nº 542 de 30.06.94, mediante a integralização de mais 13.318 ações sem valor nominal, sendo 6.445 preferenciais que foram distribuídas como bonificações entre os acionistas e o agrupamento pretendido referidas bonificações foram retiradas da conta "Crédito para Aumento de Capital". Após a integralização e conversão em real o Capital Integralizado passou a ser convertido ao novo padrão monetário para R\$-372.295.88, bem como a conversão do limite de autorização do Capital Social ao novo padrão monetário, ficando o Caput do Artigo 49 com a seguinte redação: Artigo 49: O Capital Social Autorizado é de R\$-1.200.000,00 de ações sem valor nominal assim distribuídas: a) R\$-327.272,73 de ações ordinárias p/ serem subscrições e integralizadas com recursos próprios; b) R\$-280.999,09 de ações preferenciais Classe "A"; c) R\$-368.636,36 de ações preferenciais Classe "B"; e d) R\$-218.181,82 de ações preferenciais Classe "C" p/ serem subscrições e integralizadas com recursos do FINAM. Referida Ata foi encerrada em 30.07.94, tendo seu texto sido lavrado em livro próprio e arquivado na JUCEPA sob o nº 9.400/788,9 em 24.08.94. Alfredo Ferreira Coelho-Secretário Geral.

(Fat. nº 025, Reg. nº 025, Dia: 08/09/94)

AGROPECUÁRIA DO NORTE S/A. C.G.C.-ME: 01.146.029/0001-85. EXTRATO DA ATA REALIZADA EM 30.08.94, às 08:00 horas do dia 30.08.94, na sede social sita à Rodovia BR-222, Km Zero em Paragominas-Pará, reuniram-se os acionistas para deliberar sobre a emissão de 118.220 debêntures nominativas especiais, para subscrição pelo FINAM no montante equivalente a R\$-118.220,00, com vencimento em 5,5 anos, conforme ao Ano Calendário de 1994, cuja emissão se procedeu da seguinte forma: 88.665 de debêntures convertíveis em ações de R\$-1,00 cada uma, totalizando R\$-88.665,00 e 29.555 de debêntures simples ou não convertíveis no valor de R\$-1,00 cada uma, totalizando R\$-29.555,00 com forma Boletim de Subscrição datado de 30.08.94, assinado por Orlindo Gomes de Vasconcelos, representante da empresa, José Artur Guedes Tourinho e José A. dos Santos Lima, representantes do FINAM. Referida Ata encerrada em 30.08.94, tendo seu texto integral sido lavrado em livro próprio e arquivado na JUCEPA sob o nº 9.400/946,6 de 05.09.94. Alfredo Ferreira Coelho-Secretário Geral.

(Fat. nº 031, Reg. nº 031, Dia: 08/09/94)

AGROPECUÁRIA DO NORTE S/A. C.G.C.-ME: 01.146.029/0001-85. EXTRATO DA ATA REALIZADA EM 30.08.94, às 08:00 horas do dia 30.08.94, na sede social sita à Rodovia BR-222, Km Zero em Paragominas-Pará, reuniram-se os acionistas para deliberar sobre a emissão de 118.220 debêntures nominativas especiais, para subscrição pelo FINAM no montante equivalente a R\$-118.220,00, com vencimento em 5,5 anos, conforme ao Ano Calendário de 1994, cuja emissão se procedeu da seguinte forma: 88.665 de debêntures convertíveis em ações de R\$-1,00 cada uma, totalizando R\$-88.665,00 e 29.555 de debêntures simples ou não convertíveis no valor de R\$-1,00 cada uma, totalizando R\$-29.555,00 com forma Boletim de Subscrição datado de 30.08.94, assinado por Orlindo Gomes de Vasconcelos, representante da empresa, José Artur Guedes Tourinho e José A. dos Santos Lima, representantes do FINAM. Referida Ata encerrada em 30.08.94, tendo seu texto integral sido lavrado em livro próprio e arquivado na JUCEPA sob o nº 9.400/946,6 de 05.09.94. Alfredo Ferreira Coelho-Secretário Geral.

(Fat. nº 032, Reg. nº 032, Dia: 08/09/94)

**FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ**

CURSO CONCEDENTE: ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DO PARÁ  
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ  
ESTABELECIMENTO: HAZZAN PINTO DE SOUZA  
CURSO: PROCESSAMENTO DE DADOS  
Período: 01/09/94 a 27/02/95  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 202021307021A3223111.01  
VALOR DA BOLSA DE ESTUDO: R\$ 45,35  
CARGA HORÁRIA: 120 horas mensais  
CP94/0169408-7

CURSO CONCEDENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ  
ESTABELECIMENTO: MARISTAS CARVALHO DE ALMEIDA  
CURSO: ESTATÍSTICA  
Período: 01/09/94 a 27/02/95  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 202021307021A3223111.01  
VALOR DA BOLSA DE ESTUDO: R\$ 64,79  
CARGA HORÁRIA: 180 horas mensais  
CP94/0169495-8

PARTES: FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ  
OBJETOS: PROMOÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
VIGÊNCIA: 27/08/94 a 31/12/95  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 202021307021A3223111.01  
VALOR: R\$ 371,95  
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 27/08/94  
CP94/0169398-6

PARTES: FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ  
OBJETOS: PROMOÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
VIGÊNCIA: 27/08/94 a 31/12/95  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 202021307021A3223111.01  
VALOR: R\$ 371,95  
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 27/08/94  
CP94/0169416-8

PARTES: FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ  
OBJETOS: PROMOÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
VIGÊNCIA: 27/08/94 a 31/12/95  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 202021307021A3223111.01  
VALOR: R\$ 371,95  
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 27/08/94  
CP94/0169487-7

(Fat. nº 010, Reg. nº 010, Dia: 08/09/94)

Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - EletroNorte, torna público que recebeu da Secretaria de Estado de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM, a Licença de Instalação nº 034/94, para a implantação do Sistema de Transmissão 230 Kv Utinga/Santa Maria, com validade de 365 dias a partir de 26.08.1994.

(Fat. nº 015, Reg. nº 015, Dia: 02/03/94)

**INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL DO PARÁ**

PORTARIA Nº 0411/94  
O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL DO PARÁ, usando de suas atribuições legais, e, CONSIDERANDO o despacho da Direção Geral, contido na C.I. s/nº, datada de 01 de agosto de 1994;

RESOLVE:  
DESIGNAR a partir de 25 de agosto de 1994, o técnico DAYSE ANA BATISTA SANTOS, para exercer o Cargo de Diretora do Departamento de Administração e Finanças/DAF, percebendo a Gratificação correspondente. Dê-se Ciência e Cumpra-se.  
GABINETE DO DIRETOR GERAL, em 25 de agosto de 1994.  
FLÁVIO AZEVEDO DA SILVA  
Diretor Geral CP94/0169494-0

(Fat. nº 004, Reg. nº 004, Dia: 08/09/94)

**EXTRATO DE PORTARIA**

Portaria nº. 0449/94  
Objeto: Suprimento de Fundos a JOSÉ MARIA LOURENÇO CARNEIRO  
Valor: R\$-1.000,00 (Um Mil Real)  
Processo: nº. 001722/94  
Rubrica Orçamentária: 19.208.0307.0214.312 - RS- 550,00  
313309.0011.100 - RS- 450,00  
312000.0011.100 - RS- 450,00  
TOTAL: R\$-1.000,00  
FLÁVIO AZEVEDO DA SILVA - Diretor Geral CP94/0169493-1

(Fat. nº 009, Reg. nº 009, Dia: 08/09/94)

BELCONAV S/A - CONSTRUÇÃO NAVAL CGC-MF Nº 04.146.800/0001-87 EX-TRATO DA ATA DA AGE DE 10.08.94, DATA E LOCAL: 08:00 horas, Dia 10.08.94, Sede Social na Quadra 1, Lote 1, Setor A; Dist. Ind. de Icoaracy, Belém-PA. PRESENÇA E QUORUM: Acionistas 2/3 do Capital Social: MESA DIRETORA: Presidente Josuan Piassi Moraes e Secretária: Maria Angela Kirchner Moraes. DELIBERAÇÕES: a) A adaptação do capital social autorizado, subscrito e integralizado ao novo padrão monetário de "REAL", agrupando-se os valores na proporção de que para cada CRS 2.750,00, corresponderá a R\$ 1,00; b) Agrupamento do número de ações na proporção de que para cada lote de 2.750, ações corresponderá a (uma) ação e que foram feitos os ajustes das frações de ações entre os acionistas, para números inteiros; c) Posição do Capital Social em Cruzeiros Reais, é a seguinte: Capital Autorizado CRS 3.000.002.500,00; Capital Subscrito CRS 303.985.000,00; Capital Integralizado CRS 303.985.000,00; d) Alteração do Caput do Art. 5º dos Estatutos Sociais que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 5º - A sociedade tem um Capital Social Autorizado de R\$ 1.090.910,00, representado por ações nominativas, sem valor nominal, assim distribuído: R\$ 345.455,00 em Ações Ordinárias Nominativas; R\$ 727.273,00 em Ações Preferenciais Nominativas, Classe A; e c) R\$ 18.182,00 em Ações Preferenciais Nominativas, Classe B; e) A posição do Capital Social em REAIS, é a seguinte: Capital Autorizado R\$ 1.090.910,00; Capital Subscrito R\$ 110.540,00; Capital Integralizado R\$ 110.540,00; f) Emissão e Subscrição de 9.000 Ações Ordinárias Nominativas, do valor de R\$ 16,43 cada uma, no montante de R\$ 147.870,00, a serem subscrições atuais possuidores deste tipo de ações; g) A reunião foi suspensa para convocação do Bolalim de Subscrição; h) Realizada a sessão, o Presidente informou que a totalidade das ações emitidas haviam sido subscritas. ENCERRAMENTO: A reunião foi encerrada com a lavratura da presente ata, aprovada por unanimidade dos acionistas, sob a forma de Sumário e arquivada na JUCEPA sob o nº 9.400/946,6 em 31.08.94. Alfredo Coelho, Secretário Geral.

(Fat. nº 013, Reg. nº 013, Dia: 08/09/94)

CITAG-Companhia Tocantins Agroindustrial-CGC-MF: 04.871.372/0001-41. Extrato da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30.07.94, às 10:00hs, na Sede Social, Magepa-Hello Trigueiro Londres Barreto (Presidente), Claudio Antonio G. Barros (Secretário), Quorum: Mais de 2/3 do Capital Votante. Convocação: Através de Carta-Convite, Deliberações: Todas unânimes: 1) Apreciação do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial encerrado em 31.12.93 e respectivas Demonstrações Financeiras; 2) Aumento do Capital Social p/CRS-696.097.049,00 mediante a incorporação de CRS-570.171.362,00 resultante da correção monetária do capital realizado; 3) Transformações das ações de valor nominal p/ ações sem valor nominal; 4) Adaptação do Estatuto Social ao novo padrão monetário através da Medida Provisória nº 542 de 30.06.94, mediante a integralização de mais 11.951 ações sem valor nominal, sendo 6.147 Ordinárias e 5.804 preferenciais que foram distribuídas como bonificações entre os acionistas de forma a permitir a adequação ao Novo Padrão Monetário e o agrupamento pretendido referidas bonificações foram retiradas da conta "Crédito para Aumento de Capital". Após a integralização e conversão em real o Capital Integralizado passou a ser convertido ao novo padrão monetário p/ R\$-353.126,20, bem como a conversão do limite de autorização do Capital Social ao novo padrão monetário ficando o Caput do Artigo 49 com a seguinte redação: Artigo 49: O Capital Social Autorizado é de R\$-545.456,00 de ações sem valor nominal assim distribuídas: a) R\$-254.546,00 de ações ordinárias p/ serem subscrições e integralizadas com Recursos Próprios; b) R\$-290.910,00 de ações preferenciais p/ serem subscrições e integralizadas com Recursos do FINAM. Referida Ata foi encerrada em 30.07.94, tendo seu texto integral sido lavrado em Livro Próprio e arquivado na JUCEPA sob o nº 9.400/788,8 em 24.08.94. Alfredo F. Coelho, Secret. Geral.

(Fat. nº 026, Reg. nº 026, Dia: 08/09/94)

Telecomunicações do Pará S/A - TELEPARÁ  
CGC/MF No. 04.815.411/0001-96

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Ficam os senhores acionistas da Telecomunicações do Pará S/A - TELEPARÁ, convocados para reunir em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em sua sede social à Travessa Dr. Moraes, no 21, nesta cidade às 10:00 horas do dia 16 de setembro de 1994, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:  
a) alteração do Estatuto Social para adaptar a expressão monetária do capital ao real;  
b) alterações estatutárias referentes a composição e competência da Diretoria;  
c) eleição de membros do Conselho de Administração, em complementação de mandato.  
Belém 06 de setembro de 1994.  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
CP94/0169424-7

(Fat. nº 001, Reg. nº 001, Dia: 03 e 03/03/94)

**AGROPASTORIL MURRAH S/A - AGROMURRAH.** CGC/MF Nº 04.856.522/0001-40. RELATÓRIO DA DIRETORIA. Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a apreciação de Vossas Senhorias, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do Exercício Social encerrado em 31/12/93, acompanhadas das Notas Explicativas. Colocamo-nos a disposição de Vossas Senhorias para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Belém (PA), 31 de dezembro de 1993. a) A DIRETORIA.

| BALANÇO PATRIMONIAL   |  | 1992                 | 1993               |
|-----------------------|--|----------------------|--------------------|
| <b>ATIVO</b>          |  |                      |                    |
| CIRCULANTE            |  | 52.672.201           | 21.403.887         |
| DISPONÍVEL            |  | 15.069.211           | 15.278.036         |
| - Caixa e Bancos      |  | 353.611              | 15.278.036         |
| - Adiant. a Terceiros |  | 14.715.600           | -                  |
| REALIZÁVEL A C/PRAZO  |  | 37.602.990           | 6.125.851          |
| - Estoque             |  | 37.602.990           | 37.603             |
| - Adiantamentos       |  | -                    | 6.088.248          |
| PERMANENTE            |  | 5.226.506.209        | 179.179.580        |
| - Investimentos       |  | -                    | -                  |
| - Imobilizado         |  | 2.018.139.093        | 59.182.566         |
| - Diferido            |  | 3.208.367.116        | 119.997.014        |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b> |  | <b>5.279.178.410</b> | <b>200.583.467</b> |

| DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO DIFERIDO |  | 1992                 | 1993               |
|--------------------------------|--|----------------------|--------------------|
| Discriminação                  |  |                      |                    |
| - Saldo do Exercício           |  | 211.438.717          | 3.208.367          |
| - Estudos e Projetos           |  | 3.700.000            | 1.528.432          |
| - Gastos de Implantação        |  | -                    | 2.429.945          |
| - Correção Monetária           |  | 2.421.080.633        | 79.820.078         |
| - Resultado da CM              |  | 572.147.766          | 33.010.192         |
| <b>TOTAL DO DIFERIDO</b>       |  | <b>3.208.367.116</b> | <b>119.997.014</b> |

| DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES |  | 1992         | 1993         |
|---------------------------------------|--|--------------|--------------|
| Discriminação                         |  |              |              |
| 1. ORIGENS DOS RECURS.                |  | 642.481.326  | 198.431.018  |
| - Integ. Cap. Social                  |  | 54.000.000   | 29.717.645   |
| - Contrib. p/ Reservas                |  | 510.352.435  | 165.642.086  |
| - Depreciação                         |  | 23.281.916   | 3.126.728    |
| - Exigível a L/ Prazo                 |  | 54.846.975   | (55.441)     |
| 2. APLIC. DOS RECURS.                 |  | 609.582.599  | 177.079.803  |
| - Aumento do Imobilizado              |  | 171.530.119  | 60.291.156   |
| - Aumento do Diferido                 |  | 438.052.480  | 116.788.647  |
| - Aplic. Investimentos                |  | -            | -            |
| 3. AUM/RED. CAP. CIRC. LÍQ.           |  | (32.898.727) | (21.351.215) |

**NOTAS EXPLICATIVAS:** 1. O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras foram elaborados em obediência às disposições legais constantes da Lei 6.404 de 15.12.76; 2. O Ativo Permanente e o Patrimônio Líquido foram corrigidos mediante coeficiente das UFIR's, com correção direta dos saldos das contas, em 31.12.93; 3. As despesas foram contabilizadas segundo o regime de competência; 4. O Capital Social, na data do Balanço, está representado em 34.940.500 Ações, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, sendo 8.966.391 Ações Ordinárias e 25.974.109 Ações Preferenciais, Subscritas e Integralizadas; 5. O Resultado da CM apresentou saldo Devedor igual a R\$ 33.010.192,00.

Resultados da CM apresentados pelo Devedor igual a R\$ 33.010.192,00. **NIORMAR VIEGAS DE CARVALHO E OLIVEIRA** - Diretor Presidente; **LEA LOBATO DE CARVALHO E OLIVEIRA** - Diretora Superintendente; **RAIMUNDO ANTONIO DA SILVA BARRA** - Contador CRC/PA 5634.

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES:** Aos Administradores e Acionistas da AGROPASTORIL MURRAH S/A - AGROMURRAH. 01. Examinamos os Balanços Patrimoniais da AGROPASTORIL MURRAH S/A - AGROMURRAH levantado em 31/12/93, as Mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis. 02. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria que requerem que os exames sejam realizados com objetivo de assegurar que as demonstrações contábeis estão apresentadas de maneira adequada em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos trabalhos compreenderam, entre outros procedimentos: (a) - O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controle internos da companhia; (b) - A constatação, com bases das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas, e (c) - A avaliação das diretrizes e estimativas da empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 03. Face a Empresa estar em fase de implantação, ensajou a não elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício. 04. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da AGROPASTORIL MURRAH S/A - AGROMURRAH em 31.12.1993, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade. Belém (PA), 30.04.94. Tadeu Manoel Rodrigues de Araújo - Cont. CRC/PA 2671, Ibracon 1800.

(Fat. nº 033, Reg. nº 033, Dia: 08/09/94)

## CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A

### DISPENSA DE LICITAÇÃO

A CELPA, resolve reconhecer a "Dispensa de Licitação, fundamentada no art. 25, inciso II, combinado com o inciso IV do art. 13 da Lei Federal 8.666 de 21.06.1993, para a Contratação de Serviços de Suporte Técnico dos Programas: ARC/INFO Básico; Nertword e Imagem e a Contratação de Serviços de Treinamento dos Software ARC/INFO e ERDAS IMAGINE, com a empresa GEMPI - Gestão Empresarial e Informática Ltda.

Belém 08/09/94

DIRETORIA ADMINISTRATIVA/FINANCEIRA

CP94/0169360-9

(Fat. nº 036, Reg. nº 036, Dia: 08/09/94)

### DISPENSA DE LICITAÇÃO

A CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A - CELPA, resolve reconhecer a Dispensa de Licitação fundamentada no inciso IV do Art. 24 da Lei 8.666/93, para aquisição de materiais e contratação de serviços necessários à recuperação da cabine de comando das unidades 6 e 7 e respectiva base, bem como da cabine do grupo gerador 5 da UDE - ALTAMIRA.

a) A Diretoria; CP94/0169351-3

(Fat. nº 037, Reg. nº 037, Dia: 08/09/94)

### EXTRATO CONTRATUAL:

Contrato nº 079/94  
Partes: CELPA E ELETROLUX MATERIAL ELÉTRICO LTDA.  
Objeto: Aquisição de Performados para Distribuição.  
Mod. de Licitação: TP-DESUP-018/94  
Prazo: 50% em 30 Dias e 50% em 60 Dias.  
Valor: R\$ 89.846,20  
Cobertura Financeira: Orçamento de Investimento para o Exercício de 1994 - DESUP-111 e 682.  
Código Funcional: SEPLAN-24203/09/51/268/5.073-Distribuição de Energia Elétrica.

Belém, 08 de Setembro de 1994

José Augusto de Melo Alves  
Superintendente Administrativo

CP94/0169510-5

### EXTRATO CONTRATUAL:

Contrato nº 080/94  
Partes: CELPA E ENDICON - ENGENHARIA DE INSTALAÇÕES E CONSULTÓRIAS LTDA.  
Objeto: Aquisição de Performados para Distribuição.  
Mod. de Licitação: TP-DESUP-018/94  
Prazo: 50% em 30 Dias e 50% em 60 Dias.  
Valor: R\$ 126.459,00  
Cobertura Financeira: Orçamento de Investimento para o Exercício de 1994 - DESUP-111 e 682.  
Código Funcional: SEPLAN-24203/09/51/268/5.073-Distribuição de Energia Elétrica.

Belém, 08 de Setembro de 1994

José Augusto de Melo Alves  
Superintendente Administrativo

CP94/0169511-3

### EXTRATO CONTRATUAL:

Contrato nº 055/94  
Partes: CELPA E INEPAR S/A. ELETROELETRÔNICA.  
Objeto: Aquisição de Para-Raios na Tensão de 15KV, para UDE Curilândia do Norte.  
Mod. de Licitação: TP-ASCOIT-012/94  
Prazo: 60 Dias.  
Valor: R\$ 816,84  
Cobertura Financeira: Orçamento de Investimento para o Exercício de 1994 - DECOB-021.

Código Funcional: SEPLAN-24203/09/51/268/5.073-Distribuição de Energia Elétrica.

Belém, 08 de Setembro de 1994

José Augusto de Melo Alves  
Superintendente Administrativo

CP94/0169503-2

### EXTRATO CONTRATUAL:

Contrato nº 098/94  
Partes: CELPA E J.LINO COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA.  
Objeto: Aquisição de Reatores.  
Mod. de Licitação: TP-DESUP-024/94  
Prazo: 50% em 30 Dias e 50% em 60 Dias.  
Valor: R\$ 56.699,04  
Cobertura Financeira: Orçamento de Investimento para o Exercício de 1994, DESUP-111, 682 e 902.  
Código Funcional: SEPLAN-24203/09/51/268/5.073-Distribuição de Energia Elétrica.

Belém, 08 de Setembro de 1994

José Augusto de Melo Alves  
Superintendente Administrativo

### EXTRATO CONTRATUAL:

Contrato nº 103/94  
Partes: CELPA E ENGETEC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.  
Objeto: Aquisição de Reatores.  
Mod. de Licitação: TP-DESUP-024/94  
Prazo: 50% em 30 Dias e 50% em 60 Dias.  
Valor: R\$ 4.194,00  
Cobertura Financeira: Orçamento de Investimento para o Exercício de 1994, DESUP-111, 682 e 902.  
Código Funcional: SEPLAN-24203/09/51/268/5.073-Distribuição de Energia Elétrica.

Belém, 08 de Setembro de 1994

José Augusto de Melo Alves  
Superintendente Administrativo

### EXTRATO CONTRATUAL:

Contrato nº 104/94  
Partes: CELPA E INDÚSTRIA ELETROMECÂNICA LINSA LTDA.  
Objeto: Aquisição de Reatores.  
Mod. de Licitação: TP-DESUP-024/94  
Prazo: 50% em 30 Dias e 50% em 60 Dias.  
Valor: R\$ 4.752,00  
Cobertura Financeira: Orçamento de Investimento para o Exercício de 1994, DESUP-111, 682 e 902.  
Código Funcional: SEPLAN-24203/09/51/268/5.073-Distribuição de Energia Elétrica.

Belém, 08 de Setembro de 1994

José Augusto de Melo Alves  
Superintendente Administrativo

CP94/0169501-6

### EXTRATO CONTRATUAL:

Contrato nº 105/94  
Partes: CELPA E ELETROLUX MATERIAL ELÉTRICO LTDA.  
Objeto: Aquisição de Reatores.  
Mod. de Licitação: TP-DESUP-024/94  
Prazo: 50% em 30 Dias e 50% em 60 Dias.  
Valor: R\$ 44.730,00  
Cobertura Financeira: Orçamento de Investimento para o Exercício de 1994, DESUP-111, 682 e 902.  
Código Funcional: SEPLAN-24203/09/51/268/5.073-Distribuição de Energia Elétrica.

Belém, 08 de Setembro de 1994

José Augusto de Melo Alves  
Superintendente Administrativo

CP94/0169368-4

### EXTRATO CONTRATUAL:

Contrato nº 056/94  
Partes: CELPA E FERREIRA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS LTDA.  
Objeto: Prestação de Serviços de Manutenção em Transformadores, Medidores de Energia, Equipamentos de Distribuição de Energia Elétrica, Veículos e seus Equipamentos.  
Mod. de Licitação: CONC-ASCOIT-007/94  
Prazo: 12 Meses.  
Valor: R\$ 819.395,15  
Cobertura Financeira: DEMAN-539/633.

Belém, 08 de Setembro de 1994

José Augusto de Melo Alves  
Superintendente Administrativo

CP94/0169502-4

(Fat. nº 038, Reg. nº 038, Dia: 08/09/94)

**VALE DO GRAJAU AGROPECUÁRIA S/A** CGC/MF Nº 10.870.898/0001-43. REGISTRO NA C.V.M. Nº 50.615-0. EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA EM 30.08.94. Às 7:00 horas do dia 30.08.94, na sede social da Vale do Grajau Agropecuária S/A, à Rua Manoel Barata, 718, sala 904-A-Belém-PA, reuniram-se os membros do Conselho de Administração em sua totalidade para deliberar sobre a eleição e eleição dos membros da Diretoria, para um período de 03 anos, a contar desta data, a saber: Foi eleito para Diretor Presidente o Sr. Joaquim Guilherme de Moraes Pontes, e eleito para Diretor Superintendente o Sr. Rone Feijó de Pontes Neto, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Jorge de Albuquerque, 44-Monteiro - Recife-PE, portador do CPF/MF Nº 070.486.454-15 e Identidade nº 893.773-SSP-PE. Esclareceu o Presidente que o Conselho Fiscal da empresa não foi instalado, pelo que não há pronunciamento do mesmo. Aprovadas integralmente, a eleição e posse dos novos Diretores. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada em 30.08.94, aprovada por unanimidade, lendo seu texto integral sido lavrada em livro próprio e arquivada na Jucepa sob o nº 9.4000841,8 do dia 05.09.94. a) Alfredo Coelho, Secretário Geral.

(Fat. nº 014, Reg. nº 014, Dia: 08/09/94)

**EMPESCA NORTE S/A**  
CGC (MF) N.º 05.430.954/0001-58**COPIA AUTÊNTICA DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 20 DE JULHO DE 1994.****DATA:** 20 de julho de 1994**LOCAL E HORA:** Sede da companhia, situada na Rua da Maguari n.º 457, Distrito de Icoaraci - Belém-PA, às 10:00 (dez) horas.**CONVOCAÇÃO:** Convocação efetuada através de editais publicados no "Diário Oficial do Estado do Pará" e no jornal "O Liberal" nos dias 11, 12 e 13 de julho do corrente ano, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDEN DE LIA:** Modificação do Capital Social em decorrência do novo padrão monetário com a criação do REAL.**PRESEÇA:** Acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital votante, conforme se verifica no livro da Presença de Acionistas.**COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente, José Mário Gomes de Carvalho, secretária Clínea Maria Conceição Souza.**DELIBERAÇÕES:** Foi aprovada por unanimidade dos presentes a seguinte proposta: a) Modificação do art. 4.º do Estatuto Social para adequar o valor do capital autorizado ao novo padrão monetário nacional, instituído pela Medida Provisória n.º 542 de 30 de junho de 1994, passando o capital autorizado de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros reais) para R\$ 1.090.909,00 (Hum milhão, noventa mil e novecentos e nove reais), passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação: "Art. 4.º - O Capital Autorizado é da importância de R\$ 1.090.909,00 (Hum milhão, noventa mil e novecentos e nove reais), representado por 1.090.909 (Hum milhão, noventa mil e novecentos e nove) de ações nominativas, sendo: I- 408.000 (quatrocentos e oito mil) de ações ordinárias classe "A"; II- 121.091 (cento e vinte e um mil e noventa e um) de ações ordinárias classe "C"; III- 463.636 (quatrocentos e sessenta e três mil, seiscentos e trinta e seis) de ações preferenciais classe "A"; IV- 32.727 (trinta e dois mil e setecentos e vinte e sete) de ações preferenciais classe "B"; V- 65.455 (sessenta e cinco mil e quatrocentos e cinquenta e cinco) de ações preferenciais classe "C". b) Conversão do valor do capital subscrito e integralizado de R\$ 1.365.000.000,00 (Hum bilhão, trezentos e sessenta e cinco milhões de cruzeiros reais) para R\$ 496.363,00 (Quatrocentos e noventa e seis mil e trezentos e sessenta e três reais), reduzindo-se por consequência a quantidade de ações na proporção de uma ação nova para cada lote de 2.750 ações passíveis, ajustando-se a diferença de R\$ 0,64 (sessenta e quatro centavos de reais) para a conta de resultado de planos econômicos.

Esgotada a pauta o senhor Presidente, franqueou a palavra e dela ninguém fazendo uso, declarou integral cumprimento da Ordem do Dia e suspendeu os trabalhos temporariamente para que fosse lavrada a presente.

**DISSIDÊNCIAS:** Não houve.**POSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL**

| TIPO DE AÇÃO          | AUTORIZADO          | SUBSCRITO         | INTEGRALIZADO     |
|-----------------------|---------------------|-------------------|-------------------|
| Ordinárias Cl. "A"    | 408.000,00          | 224.726,00        | 224.726,00        |
| Ordinárias Cl. "C"    | 121.091,00          | 5,00              | 5,00              |
| Preferenciais Cl. "A" | 463.636,00          | 271.627,00        | 271.627,00        |
| Preferenciais Cl. "B" | 32.727,00           |                   |                   |
| Preferenciais Cl. "C" | 65.455,00           | 5,00              | 5,00              |
| <b>Total</b>          | <b>1.090.909,00</b> | <b>496.363,00</b> | <b>496.363,00</b> |

Reaberta a reunião, foi determinada a leitura deste instrumento e, ao final, submetido a discussão e votação, merecendo aprovação de todos os presentes.

**ASSINATURAS:** José Mário Gomes de Carvalho - Presidente, Clínea Maria Conceição Souza - Secretária, José Mário Gomes de Carvalho por si e por Empesca S.A. - Construções Navais, Pesca e Exportação, Carlos Marcelo Gomes de Carvalho, Sílvia Romero Gomes Teixeira de Carvalho, João Teixeira de Carvalho Neto, Antônio José Gomes Teixeira de Carvalho, Luiz Gonzaga Teixeira de Carvalho Sobrinho e Clínea Maria Conceição Souza.

A presente é cópia da Ata lançada no livro de Atas das Assembléias Gerais da Sociedade.

**CLÍNEA MARIA CONCEIÇÃO SOUZA****JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ****CERTIDÃO:** Certifico que este documento foi arquivado sob n.º e data apostos mecanicamente.**ALFREDO FERREIRA COELHO** - Secretário Geral**JUCEPA 9.4000795,0**

**FRUTA AMAZONICA S/A - C.G.C. 58.127.669/0001-08 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ATAS DE ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA.** Ficam convidados os senhores Acionistas a comparecerem às 11:00 (onze) horas do dia 12 de setembro de 1994, na sede social da Companhia à Avenida Presidente Vargas n.º 112, Belém, Estado do Pará, quando realizarem-se as Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, com a seguinte ordem do dia: **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA:** a) Aprovação das contas deliberadas, atos e demais documentos relativos às operações do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1993, inclusive Demonstrações Financeiras; b) Homologação da Capitalização da Reserva de Correção Monetária do Capital Integralizado, com a consequente correção do Capital Autorizado; c) Eleição do Conselho de Administração e fixação dos honorários globais mensais; d) Tomar conhecimento da eleição da Diretoria promovida pelo Conselho de Administração e fixação dos honorários globais mensais para os membros; e) Assuntos de interesse geral. **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** a) Aprovação e homologação dos atos da Assembléia Geral Ordinária por ter esta se realizado fora do prazo legal; b) Aprovação do aumento de Capital com aproveitamento de parte da Reserva Livre a Capitalizar; c) Modificação da Redação dos Artigos 3º e 5º dos Estatutos Sociais; d) Aprovação do Laudo de reavaliação do Ativo Imobilizado elaborado no exercício de 1993; e) Reificação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 18 de Outubro de 1993, por ter havido engano no número de ações integralizadas; f) Assuntos de interesse geral. Belém (Pa), 05 de Setembro de 1994. **CHRISTOVAM COLOMBO DE ARRUDA FRANCA**

(Fat. n.º 992, Reg. n.º 992, Dia: 06/09/94)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM ELISEU**  
**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/94**  
**OBJETO:** Aquisição de Gêneros Alimentícios.  
**ABERTURA:** Dia 22 de Setembro de 1994  
**HORA:** 10:00 Hs.  
**LOCAL:** Sala de Reuniões da Prefeitura  
Os interessados poderão adquirir o Edital completo, gratuitamente, na Sala do Secretário de Administração da Prefeitura - Av. JK, Km 02, S/Nº.  
Dom Eliseu, 07 de Setembro de 1994  
**IVAN DA SILVA CRUZ**  
Presidente

(Fat. n.º 008, Reg. n.º 008, Dia: 08/09/94)

**PODER JUDICIÁRIO**  
**COMARCA DE REDENÇÃO**  
**ESTADO DO PARÁ**  
**EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO (20) DIAS**  
O Exmo. Sr. Dr. JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO - MM. Juiz de Direito desta Cidade e Comarca de Redenção, Esta do do Pará, na forma da Lei, etc.

**FAZ SABER** a todos quanto o presente edital vierem o conhecimento dele tiverem que por este Juízo e Cartório do Único Ofício Judicial se processam os termos de uma ação **DE EXECUÇÃO FORÇADA**, movida por **MADEIREIRA JUARY LTDA**, contra **CIMA - COM. E INDÚSTRIA DE MADEIRAS LTDA**, inscrita

(Fat. n.º 003, Reg. n.º 003, Dia: 08/09/94)

no C.G.C. sob o n.º 01.020.817/0001-94, atualmente em lugar incerto e não sabido, aí sendo expedido o presente edital pelo qual fica devidamente INTIMADA os representantes legais da executada da penhora a saber: - 01 (Um) Terreno Urbano localizado nesta Cidade medindo uma área de 4.840,00 Ha, com os seguintes limites e confrontações, Marco 01, cravado a margem direita da Rod. PA 287 e segue limitando com a referida Rod. no azimute 96º 50' 00", e distancia de 100,00 m, até o Marco Mº 02, deste e segue confrontando com a área demanesciente de Benedito Dumont Vargas, no azimute de 201º 35' 00" e distancia de 484,00 m., até o Marco M-03, deste segue com a mesma confrontação no azimute 276º 10' 00" a distancia de 100,00 m, até o Marco M-04, deste segue na mesma confrontação no azimute de 20º 30' 00" e distancia de 484,00 m, até o Marco M-01 ponto de partida da descrição deste polígono regular cercado em arame liso, Matrícula n.º 2.617, às fls. 001 do liv. nº 02 e Escritura Pública lavrada aos 29.04.87, di.º 22.11.88, na Comarca de Conceição do Araguaia - PA, com nº 1/M.2.617, sendo a anterior R.1/M.19.060, para querendo, oferecer embargos no prazo de 10' (dez) dias, e para que ninguém possa alegar ignorância no presente e no futuro expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Redenção, Estado do Pará, aos 04 (quatro) dias do mês de agosto (08) do ano de 1.994 mil novecentos e noventa e quatro) EU **JOÃO SOUTO OLIVEIRA**, Escrivão Judicial Interino, datilografei, conferi e subscrevi.

(Fat. n.º 831, Reg. n.º 831, Dias: 29/08 e 08/09/94)

**JUSTIÇA DO TRABALHO****1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM**

**EDITAL DE CITAÇÃO E PENHORA Nº 1ª JCJ-136/94**  
O DOUTOR WALMIR OLIVEIRA DA COSTA, Juiz do Trabalho, Presidente da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém:  
**FAZ SABER** que pelo presente EDITAL, fica CITADO o Sr. MA-NOEL DE SOUZA ROSA (reclamado-executado), ora em lugar incerto e

não sabido, nos autos do Processo nº JCJ-1196/90, em que é reclamante-execuente: JONAS CIRIACO DA SILVA, para pagar no prazo de 48 (QUARENTA E OITO) horas ou garantir à execução, sob pena de Penhora, a quantia de R\$ 476,70 (QUATROCENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E SETENTA CENTAVOS), correspondente ao Principal, Juros de Mora, FGTS, Multa FGTS 40%, e custas, devidos nos termos da Decisão proferida nos autos acima mencionado:

|                     |                     |
|---------------------|---------------------|
| Principal           | R\$ - 271,35        |
| Juros de Mora       | R\$ - 132,48        |
| FGTS                | R\$ - 45,37         |
| Multa FGTS 40%      | R\$ - 18,15         |
| Custas              | R\$ - 9,35          |
| <b>TOTAL DEVIDO</b> | <b>R\$ - 476,70</b> |

Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, será procedida a Penhora em tantos bens quanto bastem para pagamento integral da dívida. E, para que chegue ao conhecimento do interessado é passado o presente EDITAL, que será publicado na IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO e afixado no local de costume, na sede desta Junta, sito a Trav. D. Pedro I, nº 750 - 3º bloco - 2º andar.

Dado e passado nesta cidade de Belém - Estado do Pará, aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa e quatro. Eu J. Araújo - Auxiliar Judiciário, lavrei o presente EDITAL. E eu Raimundo Nonato da Silva, Diretor de Secretaria, subscrevi.

**WALMIR OLIVEIRA DA COSTA**

Juiz do Trabalho

(G. Reg. n.º 5379)

**EDITAL DE PRAÇA COM PRAZO DE 20 DIAS Nº 137/94**

O DOUTOR WALMIR OLIVEIRA DA COSTA, Juiz do Trabalho, Presidente da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém:

**FAZ SABER** a todos quanto o EDITAL vierem o conhecimento dele tiverem, que no dia 27.09.94, às 13:50 horas, será levado a público o pregão de VENDA E ARREMATACÃO, a quem oferecer o maior lance aos bens penhorados na execução movida por: MARIA TELMA DA SILVA BRAGA, contra ASSOCIAÇÃO CIVIL PADRE ANGELO CERRI, nos autos do Processo nº 1ª-JCJ-094/94, bens esses que são os seguintes:

01 (UMA) Máquina de escrever elétrica, marca Olivetti, Modelo Tekne 04, cor cinza, nº 6607662, no estado. Valor R\$-1.000,00.

01 (HUM) Bebedouro Inox, Marca Belliere, com duas torneiras, Modelo GI-201, nº 127.808, no estado. Valor R\$-150,00.

01 (HUM) Arquivo de aço da Imago S/A (FABRICANTE), cor cinza, com 4 gavetões, no estado. Valor R\$-150,00.

01 (HUM) Arquivo de aço com 02 (DOIS) gavetões, cor cinza, sem número visíveis, no estado. Valor R\$-120,00.

**VALOR DA AVALIAÇÃO R\$-1.420,00 (HUM MIL, QUATROCENTOS E VINTE REAIS).**

Quem pretender arrematar os ditos bens, deverá comparecer no dia e hora acima mencionado, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (VINTE POR CENTO) do seu valor. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do Estado do Pará e afixado no local de costume, na Travessa D. Pedro I, nº 750 - 3º bloco - 2º andar.

Dado e passado nesta cidade de Belém - Estado do Pará, aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa e quatro. Eu João Araújo Neto - Auxiliar Judiciário, lavrei o presente EDITAL. E eu, Raimundo Nonato da Silva, Diretor de Secretaria, subscrevi.

**WALMIR OLIVEIRA DA COSTA**

Juiz do Trabalho

(G. Reg. n.º 5380)

**EDITAL DE PRAÇA COM PRAZO DE 20 DIAS Nº 139/94**

O (A) Doutor (A) **WALMIR OLIVEIRA DA COSTA**, Juiz (a) do Trabalho, Presidente da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém:

**FAZ SABER** a todos quanto o EDITAL vierem o conhecimento dele tiverem, que no dia 26.09.94 às 13,50hs horas, será levado a público o pregão de Venda e Arrematação, a quem oferecer o maior lance aos bens penhorados na execução movida por: **JOSÉ PEDRO FARIAS DO AMARAL** / / / / / contra **RODOMAR LTDA** / / / / / nos autos do Processo nº 12.1618/92, bens (s) esse(s) que são (s) seguinte(s):

**01 (HUM) REBOCADOR EM PULVERIZADOR DEMONINADO GRU NETE, REGISTRADO COM Nº.021-018034-0, NO TÍTULO DE INSCRIÇÃO DE EMBARCAÇÃO DA CAPITANIA DOS PORTOS PA/DP, CLASSE J-2-G, COMPRIMENTO 9,75 METROS DE BOCA 2,88 METROS, PONTAL 1,10 METROS, CONTORNO 4,28 METROS, CASCO DE FERRO, COM UMA COBERTURA, TONELAGEM BRUTA DE 5,213 E LÍQUIDA 3,772, PROPULSÃO POR 01 (UMA) HÉLI CE, SEM MOTOR, NO ESTADO. VALOR DE R\$-17.000, (DEZESSETE MIL REAIS). / / / / /**

Quem pretender arrematar os ditos bens, deverá comparecer no dia e hora acima mencionado, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (VINTE POR CENTO) do seu valor. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do Estado do Pará e afixado no local de costume, na Trav. D. Pedro I, nº 750 - 3º bloco - 2º andar. Dado e passado nesta cidade, aos **Vinte e Três** dias do mês de **agosto** de **mil novecentos e noventa e quatro**. Eu **João Araújo** Auxiliar Judiciário, lavrei o presente. E eu **João Araújo** Diretor de Secretaria, subscrevi.

**WALMIR OLIVEIRA DA COSTA**

Juiz do Trabalho

(G. Reg. 5332)

**4ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM****EDITAL DE PRAÇA**

(Prazo de Vinte Dias)

O DOUTOR WALTER ROBERTO PARO, Juiz do Trabalho, no exercício da Presidência da QUARTA Junta de Conciliação e Julgamento de Belém.

**FAZ SABER** a todos quantos o presente Edital vierem o conhecimento dele tiverem, que no dia 06 de OUTUBRO de 1994, às 15:00 horas, na

## QUINTA-FEIRA, 8 DE SETEMBRO DE 1994

## DIÁRIO OFICIAL - CADERNO 5

sede desta Junta, à Trav. D. Pedro I, nº 750, será levado à Hasta Pública para alheação, a quem oferecer o maior lance sobre a avaliação do Oficial de Justiça, o (s) bem (ns) penhorado (s) nos autos do processo nº 48 JCI-748/93, em que são partes, CARLOS ALBERTO DO CARMO MONTEIRO, exequente, e CONDOMÍNIO DO ED. ALDEBARO KLAUTAU, executada, e que é o seguinte:

- 12 (DOZE) BUCHAS DE REDUÇÃO BRBBD 75x50mm; VALOR ATRIBUÍDO A CADA UM DOS BENS SUPRA.....R\$4,00
  - 17 (DEZESSETE) BUCHAS DE REDUÇÃO BRBBD 100x75mm; VALOR ATRIBUÍDO A CADA UM DOS BENS SUPRA.....R\$6,00
  - 18 (DEZOITO) CANTOS J875BB 75mm; VALOR ATRIBUÍDO A CADA UM DOS BENS SUPRA.....R\$15,00
  - 07 (SETE) CURVAS C45BBPA 63mm; VALOR ATRIBUÍDO A CADA UM DOS BENS SUPRA.....R\$11,00
  - 30 (TRINTA) CURVAS C90BBPA 63mm; VALOR ATRIBUÍDO A CADA UM DOS BENS SUPRA.....R\$15,00
  - 03 (TRES) JOELHOS 45HL 75mm; VALOR ATRIBUÍDO A CADA UM DOS BENS SUPRA.....R\$10,00
  - 06 (SEIS) JOELHOS J875BB 100mm; VALOR ATRIBUÍDO A CADA UM DOS BENS SUPRA.....R\$20,00
  - 01 (UM) JOELHO J45HL 150mm; VALOR ATRIBUÍDO AO BEM SUPRA.....R\$25,00
  - 01 (UM) JOELHO J87HL 150mm; VALOR ATRIBUÍDO AO BEM SUPRA.....R\$47,00
  - 03 (TRES) JUNCOS YHL450 75mm; VALOR ATRIBUÍDO A CADA UM DOS BENS SUPRA.....R\$21,00
  - 02 (DUAS) JUNCOS YSBB 100x100mm; VALOR ATRIBUÍDO A CADA UM DOS BENS SUPRA.....R\$33,00
  - 02 (DUAS) JUNCOS YSBB 150x75mm; VALOR ATRIBUÍDO A CADA UM DOS BENS SUPRA.....R\$38,00
  - 12 (DOZE) JUNCOS YSBB 150x100mm; VALOR ATRIBUÍDO A CADA UM DOS BENS SUPRA.....R\$43,00
  - 02 (DUAS) JUNCOS YSBC 150x100mm; VALOR ATRIBUÍDO A CADA UM DOS BENS SUPRA.....R\$40,00
  - 15 (QUINZE) LUVAS LBSBB 50mm; VALOR ATRIBUÍDO A CADA UM DOS BENS SUPRA.....R\$7,00
  - 01 (UMA) LUVA FIXA LBBPA 63mm; VALOR ATRIBUÍDO AO BEM SUPRA.....R\$10,00
  - 20 (VINTE) PLACAS CEGAS PCSBB 100mm; VALOR ATRIBUÍDO A CADA UM DOS BENS SUPRA.....R\$7,00
  - 02 (DOIS) TEE SANITÁRIO TS875BB 50x50mm; VALOR ATRIBUÍDO A CADA UM DOS BENS SUPRA.....R\$12,00
  - 07 (SETE) VARAS DE TUBO TBSB 100mmx3mm; VALOR ATRIBUÍDO A CADA UM DOS BENS SUPRA.....R\$153,00
  - 07 (SETE) VARAS DE TUBO TSBC 200mmx6mm; VALOR ATRIBUÍDO A CADA UM DOS BENS SUPRA.....R\$330,00
- IMPORTA A PRESENTE AVALIAÇÃO EM R\$-6.030,00 (SEIS MIL E TRINTA REAIS)////////////////////

Quem pretender arrematar dito (s) bem (ns), deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando desde logo ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% do valor da arrematação. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados é passado o presente Edital que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará, e afixado no lugar de costume, na Secretaria desta Junta.

Dado e passado nesta cidade de Belém, aos 10 de agosto de 1994. Eu, *Rosa Maria Mendonça* (ROSA MARIA MENDONÇA, Auxiliar Judiciária, digitei). E eu, *Ivani Siqueira Teixeira* (IVANI SIQUEIRA TEIXEIRA),

WALTER ROBERTO PARO  
Juiz do Trabalho

(G.Reg.4992)

EDITAL DE PRAÇA  
E  
NOTIFICAÇÃO  
=====

-PRAZO:20 DIAS-

O Doutor WALTER ROBERTO PARO, Juiz do Trabalho, em exercício na Presidência da DOUTA QUARTA Junta de Conciliação e Julgamento de Belém.

FAZ SABER que no vinturo dia 26-SET-94, às 15:00 horas, na sede desta Junta, na Trav. D. Pedro I, nº 750, serão levados à hasta pública, para venda, a quem oferecer o maior lance sobre a avaliação do Oficial de Justiça, os bens penhorados no Processo de Execução nº 48-JCJ-01167/92, ajuizado por RAIMUNDO NONATO MODESTO DA ROCHA contra a ITA-PEMIRIM, EMPREENDIMENTOS E CONSORCIOS S/C LTDA, conforme segue abaixo:

# DIREITO DE USO E GOZO DE DOIS TERMINAIS TELEFÔNICOS DÍGITOS "224-9928", CONTRATO TPA-87.145 E "223-0196", CONTRATO TPA-93.890, AMBOS DE CATEGORIA NÃO RESIDENCIAL, BEM COMO O DIREITO SOBRE TODAS AS SUAS AÇÕES ORDINÁRIAS.//////////

- Avaliação:.....COTACÃO OFICIAL DO DIA// DA REALIZAÇÃO DA HASTA PÚBLICA. //////////

Quem pretender arrematar dito bem, deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando desde logo bem ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% do valor da arrematação. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados é passado o presente Edital que será publicado no Diário Oficial do Estado, e afixado no local de costume, na Secretaria da Junta.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos QUINZE dia do mês de AGOSTO do ano de mil novecentos e NOVENTA E QUATRO. Eu, *Antônio Barbosa de Oliveira Neto* (ANTÔNIO BARBOSA DE OLIVEIRA NETO, Técnico Judiciário) digitei. E eu, *Ivani Siqueira Teixeira* (IVANI SIQUEIRA TEIXEIRA, Diretora de Secretaria) subscrevi.//////

WALTER ROBERTO PARO  
Juiz do Trabalho

(G.Reg.5180)

EDITAL DE PRAÇA  
E  
NOTIFICAÇÃO  
=====

-PRAZO:20 DIAS-

O Doutor WALTER ROBERTO PARO, Juiz do Trabalho, em exercício na Presidência da QUARTA Junta de Conciliação e Julgamento de Belém.

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele notícia tiverem, que no dia 14 de OUTUBRO de 1994, às 15:00 horas, na sede desta Junta, à Trav. D. Pedro I, nº 750, será levado à Hasta Pública para alheação, a quem oferecer o maior lance sobre a avaliação do Oficial de Justiça, o (s) bem (ns) penhorado (s) nos autos do processo nº 48 JCI-748/93, em que são partes ROBERTO VAMIRINO RAMOS, exequente, e FRIGIDEIRO DINO VERDE, executado, e que é o seguinte:

1. DIREITO DE USO E GOZO E SUAS RESPECTIVAS AÇÕES PATRIMONIAIS SOBRE O TERMINAL TELEFÔNICO DÍGITO "224-9928", CONTRATO TPA-117.628, CLASSE "NÃO RESIDENCIAL"//////////

Quem pretender arrematar dito (s) bem (ns), deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando desde logo ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% do valor da arrematação. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados é passado o presente Edital que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará, e afixado no lugar de costume, na Secretaria desta Junta.

Dado e passado nesta cidade de Belém, aos 18 de agosto de 1994. Eu, *Rosa Maria Mendonça* (ROSA MARIA MENDONÇA, Auxiliar Judiciária, digitei). E eu, *Ivani Siqueira Teixeira* (IVANI SIQUEIRA TEIXEIRA),

WALTER ROBERTO PARO  
Juiz do Trabalho

(G.Reg.5243)

EDITAL DE CITAÇÃO E PENHORA  
(Prazo de Cinco Dias)

O Doutor WALTER ROBERTO PARO, Juiz do Trabalho, em exercício na Presidência da QUARTA Junta de Conciliação e Julgamento de Belém.

FAZ SABER que, através do presente Edital, fica CITADO a Empresa SETORIAL S/A, executada nos autos do Processo nº 48 JCI-405/94, em que JOSE RIBAMAR CAVALCANTE DOS SANTOS, figura como exequente, para pagar em 48 (QUARENTA E OITO HORAS) ou garantir a execução, sob pena de penhora, a importância R\$-6,95 (SEIS REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS), referente a Principal e Custas, nos autos do processo acima mencionado.

Caso não pague, nem garanta a execução no prazo legal, proceder-se-á à penhora em tantos bens quantos bastem para a integral liquidação da dívida, até nos ulteriores de direito até o final.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos 18 de agosto de 1994. Eu, *Rosa Maria Mendonça* (ROSA MARIA MENDONÇA, Auxiliar Judiciária, digitei). E eu, *Ivani Siqueira Teixeira* (IVANI SIQUEIRA TEIXEIRA, Diretora de Secretaria, subscrevi).

WALTER ROBERTO PARO  
Juiz do Trabalho

(G.Reg.5241)

EDITAL DE CITAÇÃO E PENHORA  
(Prazo de Cinco Dias)

O Doutor WALTER ROBERTO PARO, Juiz do Trabalho, em exercício na Presidência da QUARTA Junta de Conciliação e Julgamento de Belém.

FAZ SABER que, através do presente Edital, fica CITADO a Empresa ECOLÓGICA D. M. CAVALCANTE, executada nos autos do Processo nº 48 JCI-501/94, em que CARLOS ERNESTO DOS SANTOS GUINARSES, figura como exequente, para pagar em 48 (QUARENTA E OITO HORAS) ou garantir a execução, sob pena de penhora, a importância de R\$-1.457,86 (UM MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS), referente a Principal e Custas nos autos do processo acima mencionado.

Caso não pague, nem garanta a execução no prazo legal, proceder-se-á à penhora em tantos bens quantos bastem para a integral liquidação da dívida, até nos ulteriores de direito até o final.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos 18 de agosto de 1994. Eu, *Rosa Maria Mendonça* (ROSA MARIA MENDONÇA, Auxiliar Judiciária, digitei). E eu, *Ivani Siqueira Teixeira* (IVANI SIQUEIRA TEIXEIRA, Diretora de Secretaria, subscrevi).

WALTER ROBERTO PARO  
Juiz do Trabalho

(G.Reg.5234)

EDITAL DE PRAÇA  
E  
NOTIFICAÇÃO  
=====

-PRAZO:20 DIAS-

O Doutor WALTER ROBERTO PARO, Juiz do Trabalho, em exercício na Presidência da QUARTA Junta de Conciliação e Julgamento de Belém.

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele notícia tiverem, que no dia 07 de OUTUBRO de 1994, às 15:00 horas, na sede desta Junta, à Trav. D. Pedro I, nº 750, será levado à Hasta Pública para alheação, a quem oferecer o maior lance sobre a avaliação do Oficial de Justiça, o (s) bem (ns) penhorado (s) nos autos do processo nº 48 JCI-2357/91, em que são partes RONALDO DO VALE, exequente, e BELSAI REPRESENTAÇÕES E COMERCIO LTDA, executada, e que é o seguinte:

01 (UM) TERMINAL TELEFÔNICO COM DIREITO DE USO E GOZO E SUAS RESPECTIVAS AÇÕES PATRIMONIAIS, DÍGITO "224-9807", CONTRATO TPA-117.628, CLASSE "NÃO RESIDENCIAL"//////////

COTACÃO OFICIAL DO DIA DA PRAÇA.

Quem pretender arrematar dito (s) bem (ns), deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando desde logo ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% do valor da arrematação. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados é passado o presente Edital que será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará, e afixado no lugar de costume, na Secretaria desta Junta.

Dado e passado nesta cidade de Belém, aos 10 de agosto de 1994. Eu, *Rosa Maria Mendonça* (ROSA MARIA MENDONÇA, Auxiliar Judiciária, digitei). E eu, *Ivani Siqueira Teixeira* (IVANI SIQUEIRA TEIXEIRA),

WALTER ROBERTO PARO  
Juiz do Trabalho

(G.Reg.5021)

5ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM

EDITAL DE PRAÇA COM PRAZO DE VINTE (20) DIAS  
=====

O DOUTOR LUIS JOSE DE JESUS RIBEIRO, Juiz do Trabalho, em exercício na QUINTA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM.

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele notícia tiverem que no dia 26/09/94, às 15:15 horas na sede desta Junta, na Travessa dom Pedro I, 750, 2º andar, será levado a público, pregão de vendas e arrematação a quem oferecer maior lance ao bem penhorado nos autos do Processo nº 54-JCJ-2604/92, em que são partes: ESPOLIO DE HAROLD SERGIO LIMA DE CARVALHO, exequente e EMPRESA DE TRANSPORTES RAPIDO DOM MANUEL LTDA., executada, bem esse que se encontra instalado na sede da executada, na Avenida Senador Lemos, 2800 e a seguir discriminado: - DIREITO AO USO E AS QUOTAS DO TERMINAL TELEFÔNICO 233-0854, AVALIADO EM R\$-1.844,69

Quem pretender arrematar dito bem, deverá comparecer no dia e hora no local acima mencionado, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% de seu valor.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, e passado o presente EDITAL que será afixado em local de costume na sede desta Junta, Aos quinze dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa e quatro. Eu, *Lucia Regina Veiga Silva* (Lucia Regina Veiga Silva), Técnica Judiciária, lavrei o presente. E, eu, *Oscarina de Miranda Bruno* (Oscarina de Miranda Bruno), Diretora de Secretaria, subscrevi.

LUIS JOSE DE JESUS RIBEIRO  
Juiz do Trabalho

(G.Reg.5173)

EDITAL DE PRAÇA COM PRAZO DE 20 DIAS

O DOUTOR ARY BRANDÃO DE OLIVEIRA, JUIZ DO TRABALHO, PRESIDENTE DA MM. 5ª JCI DE BELÉM - PARÁ.

FAZ SABER A TODOS QUANTOS O PRESENTE EDITAL VIREM OU DELE NOTÍCIAS TIVEREM QUE NO DIA 27/09/94, ÀS 15:15 HORAS, NA SEDE DESTA JUNTA, NA TV. D. PEDRO I, 750, 3º BLOCO, 2º ANDAR, SERÁ LEVADO A PÚBLICO PREGÃO DE VENDA E ARREMATACÃO, A QUEM OFERECER MAIOR LANCE SOBRE O BEM PENHORADO NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 54, JCI-1751/90, EM QUE SÃO PARTES: REALY ALBERTO RODRIGUES E OUTROS EXEQUENTE E BDM - SOCIEDADE BRASILEIRA DE MADEIRA EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA, EXECUTADA, BEM ESSE ABAIXO DISCRIMINADO:

"UM TERRENO URBANO, SEM NÚMERO, EDIFICADO COM CONSTRUÇÃO DE MADEIRA, SITUADO NA RUA JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS, TAMBÉM CONHECIDA COMO ESTRADA DE BENEFICA, BAIRRO DE BENEFICA, LOCALIDADE DE SANTA MARIA, MUNICÍPIO DE BE-NEVIDES, COM FORMA RETANGULAR, MEDINDO 22,30 M DE FRENTE, 22,90 M PELOS FUNDOS 78,84 M DE COMPRIMENTO PELA LATERAL DIREITA E 93,43 M PELA LATERAL ESQUERDA, COM UMA ÁREA TOTAL DE 1.944 M², REAVALIADOS EM R\$-6.000,00 (SEIS MIL REAIS)".

OBS: POR OCASIÃO DA PRAÇA, O BEM ACIMA, SERÁ REAVALIADO PELO PREÇO DE MERCADO.

QUEM PRETENDER ARREMATAR DITO BEM, DEVERÁ COMPARECER NO DIA E HORA, NA SEDE DESTA JUNTA, NO LOCAL ACIMA MENCIONADO, FICANDO CIENTE DE QUE DEVERÁ GARANTIR O LANCE COM O SINAL CORRESPONDENTE A 20% (VINTE POR CENTO) DE SEU VALOR.

E, PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, É PASSADO O PRESENTE EDITAL, QUE SERÁ PUBLICADO NO D.O.E.

DO PARÁ, AFIXADO EM LOCAL DE COSTUME, NA SEDE DESTA JUNTA, BELEM-PA., AOS DEZOITO DIAS DO MES DE AGOSTO DO ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E QUATRO (18.08.94). EU, LUCIA REGINA VEIGA SILVA, TÉCNICA JUDICIÁRIA, DIGITEI, E EU OSCARINA DE MIRANDA BRUNO, DIRETORA DE SECRETARIA, SUBSCREVI.

O JUIZ: DR. ARY BRANDÃO DE OLIVEIRA  
JUIZ DO TRABALHO, PRESIDENTE  
DA 5ª JCI DE BELEM - PARA.

(G. REG. Nº 5163)

#### EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 48 HORAS

O DOUTOR LUIZ JOSÉ DE JESUS RIBEIRO, JUIZ DO TRABALHO, NA PRESIDÊNCIA DA MM 5ª JCI DE BELEM-PARA.

PELO PRESENTE EDITAL, FICA CITADA A EMPRESA MAIRI CONSTRUTORA LTDA, ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, PARA PAGAR A QUANTIA DE R\$-350,90 (TREZENTOS E CINQUENTA REAIS, NOVENTA CENTAVOS) NO PRAZO DE 48 (QUARENTA E OITO HORAS) OU GARANTIR A EXECUÇÃO, SOB PENA DE PENHORA, REFERENTE AO PRINCIPAL E CUSTAS DEVIDAS NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 5ª JCI-1316/93, EM QUE MANOEL LUIS DA ROCHA, E EXEQUENTE, CASO NÃO PAGUE E NEM GARANTA A EXECUÇÃO, PROCEDER-SE-Á A PENHORA DE TANTOS BENS QUANTOS BASTEM, PARA LIQUIDAÇÃO TOTAL DA DÍVIDA.

O PRESENTE EDITAL DEVERÁ SER PUBLICADO NO PERÍODO DE 18 A 22/08/94.

E PARA QUE NÃO ALEGUE IGNORÂNCIA, VAI O PRESENTE, PUBLICADO NA FORMA DA LEI E NOS LUGARES DE COSTUME AFIXADO.

PASSADO NESTA CIDADE DE BELEM-PARA, AOS DEZESEIS DIAS DO MES DE AGOSTO DO ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E QUATRO (16.08.94). EU DINIZ BRITO MATOS, AUXILIAR JUDICIÁRIO, LAVREI O PRESENTE, E EU, OSCARINA DE MIRANDA BRUNO, DIRETORA DE SECRETARIA, SUBSCREVI.

DR. LUIZ JOSÉ DE JESUS RIBEIRO  
JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO, NA  
PRESIDÊNCIA DA 5ª JCI DE BELEM.

(G. Reg. Nº 5164)

#### EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 48 HORAS

O DOUTOR ARY BRANDÃO DE OLIVEIRA, JUIZ DO TRABALHO, PRESIDENTE DA MM 5ª JCI DE BELEM-PARA.

PELO PRESENTE EDITAL, FICA CITADA A EMPRESA CONDOMINIAL AD MINISTRADORA E SERV. TÉCNICOS LTDA, ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, PARA PAGAR A QUANTIA DE R\$805,30 (OITOCENTOS E CINCO REAIS E TRINTA CENTAVOS), NO PRAZO DE 48 (QUARENTA E OITO HORAS) OU GARANTIR A EXECUÇÃO, SOB PENA DE PENHORA, REFERENTE AO PRINCIPAL E CUSTAS DEVIDAS NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 5ª JCI-1180/93, EM QUE MARIA DE LOURDES DE BRITO CRAVEIRO, E EXEQUENTE.

CASO NÃO PAGUE E NEM GARANTA A EXECUÇÃO, PROCEDER-SE-Á A PENHORA DE TANTOS BENS QUANTOS BASTEM, PARA LIQUIDAÇÃO TOTAL DA DÍVIDA.

O PRESENTE EDITAL DEVERÁ SER PUBLICADO NO PERÍODO DE 22 A 26/08/94.

E, PARA QUE NÃO ALEGUE IGNORÂNCIA, VAI O PRESENTE, PUBLICADO NA FORMA DA LEI E NOS LUGARES DE COSTUME AFIXADO. PASSADO NESTA CIDADE DE BELEM-PARA, AOS DEZOITO DIAS DO MES DE AGOSTO DO ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E QUATRO (18.08.94). EU, DINIZ BRITO MATOS, AUXILIAR JUDICIÁRIO, LAVREI O PRESENTE, E EU, OSCARINA DE MIRANDA BRUNO, DIRETORA DE SECRETARIA SUBSCREVI.

O JUIZ: DR. ARY BRANDÃO DE OLIVEIRA  
JUIZ DO TRABALHO, PRESIDENTE  
DA MM. 5ª JCI DE BELEM-PARA

(G. REG. Nº 5236)

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente EDITAL fica notificado o Sr. RAIMUNDO NUNES DA CONCEICAO, estabelecido em lugar incerto e não sabido, reclamante, nos autos do Processo 5ª JCI-1666/92, em que é reclamado ESPOLIO DE GUILHERME MEDEIROS LOBATO, para ciência da data da audiência inaugural em 17.10.94 às 12:30 horas.

Nessa audiência deverá V.Sa. oferecer as provas que julgar necessárias, constantes de documentos ou testemunhas, estas no máximo de 03 (tres).

O não comparecimento de V.Sa. à referida audiência importará o arquivamento da reclamação.

Solicitamos a V.Sa. manter seu endereço atualizado durante o decorrer do processo, na Secretaria da 5ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belem - Trav. D. Pedro I, 746 - Praca Brasil.

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, e passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta. Dado e passado nesta cidade de Belem, Estado do Pará, Aos dezoito dias do mes de Agosto de 1994. Eu, (ELIZABETH VERONICA SILVA GUERREIRO DE FIGUEIREDO), Auxiliar Judiciário, datilografiei. E eu, (OSCARINA DE MIRANDA BRUNO), Diretora de Secretaria, subscrevi.

ARY BRANDÃO DE OLIVEIRA  
JUIZ DO TRABALHO  
(G. Reg. 5235)

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente EDITAL fica notificado o Sr. SERASTIO FILIPE DA SILVA, reclamante, e a empresa TRANSPORTES BRASILEIRO LTDA, reclamada, e laboratoristas, em lugar incerto e não sabido, nos autos do Processo 5ª JCI-1388/94, para ciência da data da audiência inaugural em 10.10.94 às 12:00 horas, para depoimento das partes, sob pena de revelação.

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, e passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Estado e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta. Dado e passado nesta cidade de Belem, Estado do Pará, Aos dezoito dias do mes de Agosto de 1994. Eu, (ELIZABETH VERONICA SILVA GUERREIRO DE FIGUEIREDO), Auxiliar Judiciário, datilografiei. E eu, (OSCARINA DE MIRANDA BRUNO), Diretora de Secretaria, subscrevi.

ARY BRANDÃO DE OLIVEIRA  
JUIZ DO TRABALHO  
(G. Reg. 5242)

#### SEXTA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELEM

#### EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS

PELO PRESENTE EDITAL, FICA CITADO O SR. APOLINARIO BARROS BAIÁ, QUE SE ENCONTRA ESTABELECIDO EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, EXECUTADO NOS AUTOS DO PROC. 6ª JCI-2006/91, EM QUE REGINALDO DO NASCIMENTO SILVA E EXEQUENTE, PARA PAGAR EM QUARENTA E OITO HORAS OU GARANTIR A EXECUÇÃO, SOB PENA DE PENHORA, A QUANTIA DE R\$-3.631,15 (TRES MIL, SEISCENTOS E TRINTA E UM REAIS E QUINZE CENTAVOS), REFERENTE AO PRINCIPAL E CUSTAS, A QUAL SERÁ REAJUSTADA ATÉ A DATA DE PAGAMENTO, CORRESPONDENTE A:

|                      |     |          |
|----------------------|-----|----------|
| PRINCIPAL CORRIGIDO  | R\$ | 3.559,95 |
| CUSTAS DE CONDENACAO | R\$ | 71,20    |
| TOTAL DEVIDO         | R\$ | 3.631,15 |

CASO NÃO PAGUE E NEM GARANTA A EXECUÇÃO NO PRAZO ACIMA, PROCEDER-SE-Á A PENHORA EM TANTOS BENS QUANTOS BASTEM PARA O INTEGRAL PAGAMENTO DA DÍVIDA.

AS CUSTAS DEVERÃO SER COMPROVADAS ATRAVÉS DE DARF, CUJO CODIGO É 1505.

O QUE CUMPRIR NA FORMA DA LEI.

E PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DO EXECUTADO, E PASSADO O PRESENTE EDITAL, QUE SERÁ PUBLICADO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA E AFIXADO NO LUGAR DE COSTUME, NA SEDE DESTA JUNTA. DADO E PASSADO NESTA CIDADE DE BELEM, ESTADO DO PARÁ, AOS DEITO DIAS DO MES DE AGOSTO DO ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E QUATRO. EU, (CARILDO BRANCO), LAVREI O PRESENTE. E EU, (MARGARIDA DANTAS REIS), DIRETORA DE SECRETARIA, SUBSCREVI.

A DOUTORA:  
MARIA DE NAZARE MEDEIROS ROCHA  
Juiza do Trabalho  
(G. Reg. 5035)

#### EDITAL DE PRACA COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

A DOUTORA MARIA DE NAZARE MEDEIROS ROCHA, JUIZA DO TRABALHO SUBSTITUTA, NA PRESIDENCIA DA SEXTA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELEM.

FAÇO SABER A TODOS QUANTOS DO PRESENTE EDITAL VIEREM OU DELE NOTÍCIAS TIVEREM QUE NO DIA 30.09.94 AS 14 HORAS, NA SEDE DESTA JUNTA, LOCALIZADA NA TRAV. D. PEDRO I, 750, 3º. BLOCO, 3º. ANDAR, SERÁ LEVADO A PUBLICO O PREGÃO DE VENDA E ARREMATACAO A QUEM OFERECER O MAIOR LANCE AD BEM PENHORADO NOS AUTOS DO PROCESSO 6ª JCI-1187/89 ENTRE PARTES: MANOEL DAS GRACAS MENEZES BARROS, EXEQUENTE, E ANTONIO FABIANO DAS NEVES LOBO, EXECUTADO, QUE SE ENCONTRA DEPOSITADO NO DEPOSITO PUBLICO DO TRT DA 8ª REGIAO, SENDO O SEGUINTE:

HUM (1) AUTOMÓVEL-CHEVETTE-CHEVROLET, ANO DE FABRICAÇÃO 1993 DE PLACA AT-1678, COR VERMELHO, CHASSI No. 5E11ACC185091, MODELO GM/CHEVETTE/SL, CONTENDO EM SEU INTERIOR UM VENTILADOR. VALOR ATRIBUÍDO: R\$-2.500,00 (DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS).

QUEM PRETENDER ARREMATAR DITO BEM, DEVERÁ COMPARECER NO DIA, HORA E LOCAL ACIMA MENCIONADO FICANDO CIENTE DE QUE DEVERÁ GARANTIR O LANCE COM O VALOR CORRESPONDENTE A 20% (VINTE POR CENTO) DE SEU VALOR. E, PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, E PASSA DO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ E AFIXADO EM LOCAL DE COSTUME, NA SEDE DESTA JUNTA, AOS DOZE DIAS DO MES DE AGOSTO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E QUATRO. EU, (HELENA LUCIA S. OLIVEIRA), REC. JU DICIÁRIA, LAVREI O PRESENTE, E EU, (ANA MARGARIDA DANTAS REIS) DIRETORA DE SECRETARIA, SUBS CREVI:

A JUIZA:  
MARIA DE NAZARE MEDEIROS ROCHA  
Juiza do Trabalho  
(G. Reg. 5161)

#### EDITAL DE PRACA COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

A DOUTORA MARIA DE NAZARE MEDEIROS ROCHA, JUIZA DO TRABALHO SUBSTITUTA, NA PRESIDENCIA DA SEXTA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELEM.

FAÇO SABER A TODOS QUANTOS DO PRESENTE EDITAL VIEREM OU DELE NOTÍCIAS TIVEREM QUE NO DIA 30.09.94 AS 14 HORAS, NA SEDE DESTA JUNTA, LOCALIZADA NA TRAV. D. PEDRO I, 750, 3º. BLOCO, 3º. ANDAR, SERÁ LEVADO A PUBLICO O PREGÃO DE VENDA E ARREMATACAO A QUEM OFERECER O MAIOR LANCE AD BEM PENHORADO NOS AUTOS DO PROCESSO 6ª JCI-229/93 ENTRE PARTES: MARIA DAS DORES DA SILVA QUEIROZ, EXEQUENTE, E CHARMÉ CENTRO DE BELEZA LTDA, EXECUTADO, QUE SE ENCONTRA DEPOSITADO NO DEPOSITO PUBLICO DO TRT DA 8ª REGIAO, SENDO O SEGUINTE:

HUM (1) CADEIRA ELETTRICA, HIDRAULICA PARA USO EM SALÃO DE BELEZA, MARCA FERRANTE. VALOR ATRIBUÍDO: R\$-1.000,00 (UM MIL REAIS). QUEM PRETENDER ARREMATAR DITO BEM, DEVERÁ COMPARECER NO DIA, HORA E LOCAL ACIMA MENCIONADO FICANDO CIENTE DE QUE DEVERÁ GARANTIR O LANCE COM O VALOR CORRESPONDENTE A 20% (VINTE POR CENTO) DE SEU VALOR. E, PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, E PASSA DO O PRESENTE EDITAL QUE SERÁ PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ E AFIXADO EM LOCAL DE COSTUME, NA SEDE DESTA JUNTA, AOS DOZE DIAS DO MES DE AGOSTO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E QUATRO. EU, (HELENA LUCIA S. OLIVEIRA), REC. JU DICIÁRIA, LAVREI O PRESENTE, E EU, (ANA MARGARIDA DANTAS REIS) DIRETORA DE SECRETARIA, SUBS CREVI:

A JUIZA:  
MARIA DE NAZARE MEDEIROS ROCHA  
Juiza do Trabalho  
Marta de Nazare Medeiros Rocha  
Juiza do Trabalho Substituta  
(G. Reg. 5222)

QUINTA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELEM  
EDITAL DE PRACA COM PRAZO DE 20 DIAS  
A DOUTORA ANTONIA CAMPOS SERRA, Juiza Presidente da 5ª JCI de Belem:

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele noticia tiverem que no dia 27/09/94 as 13:10 h. na sede desta Junta, na Trav. D. Pedro I, 750-2º bloco-2º andar, será levado a publico o pregão de venda e arrematação a quem oferecer o maior lance o bem penhorado na execução movida por ELIAS DA COSTA TENORIO E OUTROS, EDILSON SANTA MA PROTASIO E ANTONIO DA SILVA MACEDO E OUTRO, reclamantes nos autos dos processos Nos 5ª JCI/2220/91, 1412/92 e CPE 8ª JCI/2659/92, em que é reclamada SOCIEDADE DE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA-SENCO, bem como que segue discriminado:

01 (hum) terreno designado pelos Nos 1, 2, 3, sito a Rod. do Casqueiro-Expana, (81-06) medindo 90,78 mts. de frente e 40 mts. pela lateral direita, por onde confina com a Pass. Passa São de Fatima, 35 mts. pela lateral esquerda por onde confina com a Pass. Espeantina, fundos irregulares formando por uma linha quebrada de 3 (tres) segmentos, o 1º medindo 25 mts. paralelo a Rod. 2º medindo 5 mts. para dentro do terreno em direção a referida rodovia, o 3º medindo 6 (seis) mts. até encontrar a lateral esquerda, registrado no Registro de Imóveis de Ananindeua / 2ª PL. Livro No 2-J, fls. 225, o terreno possui uma edificação cuja construção esta paralizada. Avaliação em R\$-6.000,00.

Quem pretender arrematar dito bem, deverá comparecer no dia, hora e local acima citado, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal de 20% (vinte por cento) de seu valor.

E, para chegar ao conhecimento dos interessados, e passado o presente EDITAL que será publicado na Imprensa Oficial do Estado do Pará, e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta.

Dado e passado nesta Cidade de Belem, Estado do Pará, aos tres dias do mes de agosto de 1994. Eu, (ANTONIA CAMPOS SERRA), Aux. Jud. Lavrei o presente, e eu, (CACILDA MILEO), Diretora de Secretaria, subscrevi. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A JUIZA:  
ANTONIA CAMPOS SERRA  
Juiza do Trabalho  
(G. Reg. 4871)

EDITAL DE PRACA COM PRAZO DE 20 DIAS  
A DOUTORA ANTONIA CAMPOS SERRA, Juiza Presidente da 8ª JCI de Belem:

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele noticia tiverem que no dia 28/09/94 as 13:10 h. na sede desta Junta, na Trav. D. Pedro I, 750-2º bloco-2º andar, será levado a publico o pregão de venda e arrematação a quem oferecer o maior lance o bem penhorado na execução movida por KLEBER ANTONIO DA SILVA FERREIRA, exequente nos autos do processo No 8ª JCI/511/94, em que é executada CONSTRUTORA PROCON LTDA, bem como que segue discriminado:

-(01) Hum aparelho telefonico, cor cinza, marca Ericsson, sem No visivel, no estado. Avaliado em R\$-30,00.  
-(01) Hum aparelho telefonico, cor bege, marca Ericsson, No 226249, no estado. Avaliado em R\$-35,00.  
-(01) Uma maquina calculadora com impressora, cor bege, marca Sharp, modelo EL-2607, s/No visivel, no estado. Avaliado em R\$-60,00.  
-(01) Uma maquina calculadora com impressora, marca Sharp, cor bege, modelo Compet Cs-1612, No 86012276, no estado. Avaliado em R\$-60,00.  
-(01) Uma maquina datilografica, eletrica, marca Smith Corona, modelo Elettrica 110, s/No visivel, cor preta e bege, no estado. Avaliada em R\$-85,00.

## QUINTA-FEIRA, 8 DE SETEMBRO DE 1994

## DIÁRIO OFICIAL - CADERNO 5

-(01)Uma máquina datilográfica, manual, marca Olivetti, modelo Linea 98, 210 espaços, cor cinza, no estado. Avaliada em R\$-80,00.

Quem pretender arrematar ditos bens, deve comparecer no dia, hora e local acima citado, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal de 20% (vinte por cento) de seu valor.

E, para chegar ao conhecimento dos interessados, e passado o presente EDITAL que será publicado na Imprensa Oficial do Estado do Pará, e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta.

Dado e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos quatro dias do mês de agosto de 1994. Eu, ANTÔNIA CAMPOS SERRA (CACILDA MILEO), presente e eu, ANTÔNIA CAMPOS SERRA (CACILDA MILEO), Diretora de Secretaria, subscrevi. XXXXXXXXXXXXXXXX

A JUIZA: ANTÔNIA CAMPOS SERRA  
JUIZA DO TRABALHO  
(G.Reg.4873)

## EDITAL DE PRACA COM PRAZO DE 20 DIAS

A Doutora ANTONIA CAMPOS SERRA, Juíza Presidente da 8ª JCI de Belém:

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele notícia tiverem que no dia 29/09/94 às 13:10 horas, na sede desta Junta, na Trav. D. Pedro I, 750-20 bloco-20 andar, será levado a público pregão de venda e arrematação a quem oferecer o maior lance os bens penhorados na execução movida por RAIMUNDO NONATO COSTA DOS SANTOS contra AGENCIA DE SEGURANÇA TAPAJOS LTDA, bens esses que seguem discriminados:

-(01)Uma máquina calculadora, marca SHARP, com impressora, modelo CS-2156, No 79021498, cor bege. Avaliada em R\$-80,00.

-(01)Um aparelho de ar condicionado, marca ELGIN, modelo Compact, Silent Line, de 12.000 BTUs, sem mero visível. Avaliada em R\$-520,00.

-(01)Uma máquina datilográfica, marca Olivetti, modelo Linea 98, cor cinza, de 270 espaços, No 3903962 no estado. Avaliada em R\$-200,00.

Quem pretender arrematar ditos bens, deve comparecer no dia, hora e local acima citado, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal de 20% (vinte por cento) de seu valor.

E, para chegar ao conhecimento dos interessados, e passado o presente EDITAL que será publicado na Imprensa Oficial do Estado do Pará, e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta.

Dado e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos nove dias do mês de agosto de 1994. Eu, ANTÔNIA CAMPOS SERRA (CACILDA MILEO), presente e eu, ANTÔNIA CAMPOS SERRA (CACILDA MILEO), Diretora de Secretaria, subscrevi. XXXXXXXXXXXXXXXX

A JUIZA: ANTÔNIA CAMPOS SERRA  
JUIZA DO TRABALHO  
(G.Reg.5018)

## 11ª JUIZA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE RECURSOS

EDITAL DE PRACA COM PRAZO DE 20 DIAS  
Nº 21/94

A Doutora ODETE DE ALMEIDA ALVES, Juíza de Trabalho, Presidente da 11ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém:

FAZ SABER a todos o presente EDITAL virem ou dele notícia tiverem que no dia 30/09/94 às 13:05 horas, na sede desta Junta, na Trav. D. Pedro I, 750 será levado a público pregão de venda e arrematação a quem oferecer o maior lance, o bem nos autos do Proc. No 111/JCJ-CPE-462/94, em que são partes RUBENS FERREIRA PINA, querente e BELAURA ADMINISTRADORA LTDA, executada constante de:

UM TERRENO LOCALIZADO NA AV. JOSE DE NIFACIO, ANTIGA VILA MARIANA, 105, NO LADO DO PRÉDIO 97, DA BELAURA, COMPOSTO DE VÁRIOS LOTES, COM FORME REGISTROS NA ORDEM SEQUENTE: LÍVRO 290, FOLHAS 173, LOTES 36, 40, 44 e 48, COM METRAGEM DE 20,70M X IRREGULAR; LÍVRO 57, FOLHAS 384, LOTE 52, MEDINDO 5,00M X 13,45M; LÍVRO 21, FOLHAS 117, LOTE 56, MEDINDO 4,20M X 13,45M. AVALIADO EM R\$-23.000,00 (VINTE E TRÊS MIL REAIS).

Quem pretender arrematar ditos bens, deve comparecer no dia, hora e local acima mencionado, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% do seu valor.

Para que chegue ao conhecimento dos interessados e passado o presente EDITAL que vai publicado no Diário Oficial do Estado e afixado no local de costume, na sede desta Junta. Aos 15.08.94. Eu, ODETE DE ALMEIDA ALVES (Benedito Marques de Matos) Diretor de Secretaria, subscrevi.

ODETE DE ALMEIDA ALVES  
Juíza do Trabalho  
Presidente da 11ª JCI de Belém  
(G.Reg.5067)

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

## NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 171/94

De ordem do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheiro ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE, notificado os Herdeiros do Sr. RAIMUNDO MAIA PEREIRA, Ex-Prefeito,

de que no dia 15.09.94, às 8:30 horas, o Plenário deste Tribunal julgará o processo nº 91/52791-1, referente à Prestação de Contas da PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXE-BOI, em face do Convênio SEPLAN 390/90, assinado em 17.07.90.

Belém, 24 de agosto de 1994  
ANA MARIA CAVALCANTE DOMINGUES  
Secretária CP94/0168913-0

## NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 172/94

De ordem do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheiro ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE, notificado os Herdeiros do Sr. RAIMUNDO MAIA PEREIRA, Ex-Prefeito, de que no dia 15.09.94, às 8:30 horas, o Plenário deste Tribunal julgará o processo nº 91/52792-4, referente à Prestação de Contas da PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXE-BOI, em face do Convênio SEPLAN 004/90 e Termo Aditivo, assinado em 12.11.90.

Belém, 24 de agosto de 1994  
ANA MARIA CAVALCANTE DOMINGUES  
Secretária CP94/0168897-4

## NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 173/94

De ordem do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheiro ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE, notificado o Sr. JOSÉ ALVES BEZERRA, Ex-Prefeito, de que no dia 15.09.94, às 8:30 horas, o Plenário deste Tribunal julgará o processo nº 92/53015-4, referente à Tomada de Contas instaurada na PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU, em face do Convênio SECULT 5/9/91, assinado em 17.06.91.

Belém, 24 de agosto de 1994  
ANA MARIA CAVALCANTE DOMINGUES  
Secretária CP94/0168898-2

## NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 174/94

De ordem do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheiro ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE, notificado o Sr. CLAUDIO ANIZ GANTUSS, Ex-Prefeito, de que no dia 15.09.94, às 8:30 horas, o Plenário deste Tribunal julgará o processo nº 90/53213-3, referente à Tomada de Contas instaurada na PREFEITURA MUNICIPAL DE ALENQUER, em face do Convênio SEPLAN 118/89, assinado em 27.11.89.

Belém, 24 de agosto de 1994  
ANA MARIA CAVALCANTE DOMINGUES  
Secretária CP94/0168882-6

## NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO Nº 175/94

De ordem do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, Conselheiro ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE, notificado os Srs. ARIBERTO VENTURINI e WILTON DE GUEIROZ MOREIRA, Ex-Secretários, de que no dia 15.09.94, às 8:30 horas, o Plenário deste Tribunal julgará o processo nº 65.319, referente à Prestação de Contas da SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, exercício financeiro de 1985.

Belém, 24 de agosto de 1994  
ANA MARIA CAVALCANTE DOMINGUES  
Secretária (G.Reg.5376)

## DEFENSORIA PÚBLICA

## PORTARIA Nº 527/94-DP-G Em 16 de agosto de 1994

A Procuradora-Geral da Defensoria Pública do Estado do Pará, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e considerando que alguns servidores que atuam como detentores públicos junto a esta instituição, se encontram apartados pelas disposições do art. 19 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, por estarem no exercício de funções na mais de cinco anos da data da promulgação daquela Carta Magna, sendo portanto considerados estáveis no serviço público;

Considerando que, em decorrência dessa diretoria constitucional, a Secretaria de Estado de Administração-SEAD, baixou a Portaria nº 042/93, efetivando os servidores que se enquadravam nas previsões do referido art. 19;

Considerando, assim, a necessidade de excluir da Portaria nº 301/94-DP-G, de 30 de maio de 1994, aqueles servidores já considerados estáveis no serviço público;

RESOLVE: I. Revogar, parcialmente, a Portaria nº 301/94-DP-G de 30 de maio de 1994, no que se refere aos servidores CARLOS DOS SANTOS SOUSA, matrícula nº 3053578-013, JOSÉ ROBERTO DA COSTA MARINIS, matrícula nº 3083756-017, NORA MARGARIDA DE CAMPOS ESTEVES, matrícula nº 3044582-010, FLORISELA MARIA CANTAL MACHADO, matrícula nº 3083195-012 e GRAÇA MARIA CANDIAS DE FREITAS, matrícula nº 3083667-015, por haverem eles sido efetivados nos cargos de defensores públicos através da Portaria nº 042/93, ficando os mesmos definitivamente distribuídos para o cargo de Defensor Público de Entrância Especial.

II. Atribuir ao Departamento de Administração da Defensoria Pública, competência para adotar as providências julgadas necessárias ao cumprimento do disposto no item anterior. Publique-se.

MARIA SONIA RODRIGUES Lobo GLUCK PAUL  
Procuradora-Geral

## LICENÇA

Portaria nº 528/94-DP-G, de 16/08/94

Nº de dias de licença: 60  
Nome do servidor: Dário Macêdo  
Matrícula nº 3084850-013

Cargo/lotação: Defensor Público/Diretoria Defensoria Interior  
Período: 15/08 a 14/10/94

Tricênio referente: 02/05/91 a 01/05/94

Portaria nº 529/94-DP-G, de 16/08/94

Nº de dias de licença: 60  
Nome do servidor: Jena de Jesus José Farias  
Matrícula nº 5013607-016

Cargo/lotação: Defensor Público/Diretoria Defensoria Interior  
Período: 01/09 a 30/10/94

Tricênio referente: 01/09/87 a 31/08/90

Portaria nº 530/94-DP-G, de 16/08/94

Nº de dias de licença: 30  
Nome do servidor: Ivaneide dos Santos Trindade  
Matrícula nº 5166314-014

Cargo/lotação: Defensor Público/Diretoria Defensoria Interior  
Período: 15/08 a 13/09/94

Tricênio referente: 19/11/90 a 18/11/93

Portaria nº 531/94-DP-G, de 16/08/94

Nº de dias de licença: 2 anos  
Nome do servidor: Márcio Henrique Araújo de Almeida  
Matrícula nº 5116330-017

Cargo/lotação: Agente Administrativo/Divisão de Recursos Humanos  
Período: 05/03/94 a 04/03/95

Portaria nº 534/94-DP-G, de 16/08/94

Nº de dias de licença: 60

Nome do servidor: Luiz Paulo de Albuquerque Frazão

Matrícula nº 3094230-018

Cargo/lotação: Defensor Público/Diretoria Defensoria Interior

Período: 15/08 a 13/10/94

Tricênio referente: 02/01/91 a 01/01/94

Portaria nº 535/94-DP-G, de 16/08/94

Nº de dias de licença: 60

Nome do servidor: Hilário Carvalho Monteiro Junior

Matrícula nº 3084884-011

Cargo/lotação: Defensor Público/Diretoria Defensoria Metropolitana

Período: 15/08 a 13/10/94

Tricênio referente: 02/05/91 a 01/05/94

Portaria nº 536/94-DP-G, de 16/08/94

Nº de dias de licença: 30

Nome do servidor: Marcia Amoz

Matrícula nº 5121604-017

Cargo/lotação: Defensor Público/Diretoria Defensoria Interior

Período: 15/09 a 14/10/94

Tricênio referente: 05/04/90 a 04/04/93

Portaria nº 554/94-DP-G, de 25/08/94

Nº de dias de licença: 60

Nome do servidor: Francisco Antonio Magalhães Cordeiro

Matrícula nº 5230055-010

Cargo/lotação: Motorista/Departamento de Administração

Período: 15/09 a 13/11/94

Tricênio referente: 10/09/89 a 10/09/92

Portaria nº 556/94-DP-G, de 25/08/94

Nº de dias de licença: 60

Nome do servidor: Maria de Nazaré Russo Ramos

Matrícula nº 3083870-011

Cargo/lotação: Defensor Público/Diretoria Defensoria Metropolitana

Período: 01/09 a 30/10/94

Tricênio referente: 08/07/90 a 07/07/93

Portaria nº 557/94-DP-G, de 26/08/94

Nº de dias de licença: 30

Nome do servidor: Marilena Martins dos Santos

Matrícula nº 5214629-014

Cargo/lotação: Defensor Público/Diretoria Defensoria Interior

Período: 07/06 a 06/07/94

Portaria nº 558/94-DP-G, de 26/08/94

Nº de dias de licença: 30

Nome do servidor: Jose Fabiano da Silva

Matrícula nº 5138388-016

Cargo/lotação: Defensor Público/Diretoria Defensoria Metropolitana

Período: 12/09 a 11/10/94

Tricênio referente: 09/07/90 a 08/07/93

Portaria nº 559/94-DP-G, de 26/08/94

Nº de dias de licença: 30

Nome do servidor: Leticia Corrêa da Mota e Souza

Matrícula nº 5098750-014

Cargo/lotação: Defensor Público/Diretoria Defensoria Metropolitana

Período: 12/09 a 11/10/94

Tricênio referente: 04/07/89 a 03/07/92

Portaria nº 560/94-DP-G, de 26/08/94

Nº de dias de licença: 60

Nome do servidor: Betânia Lucia Gatto Carqueira

Matrícula nº 3085228-014

Cargo/lotação: Assistente Técnico/Procurador

Período: 01/09 a 30/10/94

Tricênio referente: 02/06/88 a 01/06/91

CONCESSÃO DE FÉRIAS

Portaria nº 561/94-DP-G, de 26/08/94

Nº de dias de licença: 60

Nome do servidor: Regina Lucia Passos Gatto

Matrícula nº 3042742-023

Cargo/lotação: Defensor Público/Diretoria Defensoria Metropolitana

Ano: 03/03/93 a 02/03/94

Período: 22/08 a 20/09/94

Portaria nº 562/94-DP-G, de 16/08/94

Nº de dias de licença: 60

Nome do servidor: Maria Helena Barbosa Pimenta

Matrícula nº 3085228-014

Cargo/lotação: Defensor Público/Diretoria Defensoria Interior

Ano: 01/04/93 a 31/03/94

Período: 18/08 a 17/09/94

Portaria nº 563/94-DP-G, de 16/08/94

Nº de dias de licença: 60

Nome do servidor: João Constantino Torx da Silva

Matrícula nº 5076870-016

Cargo/lotação: Defensor Público/Diretoria Defensoria Interior

Ano: 29/03/93 a 28/03/94

Período: 05/09 a 04/10/94

Portaria nº 568/94-DP-G, de 16/08/94

Nº de dias de licença: 60

Nome do servidor: Rossana da Silva Cardoso

Matrícula nº 5281393-010

Cargo/lotação: Defensor Público/Diretoria Defensoria Metropolitana

Ano: 01/04/93 a 31/03/94

Período: 17/08 a 15/09/94

Portaria nº 544/94-DP-G, de 19/08/94

Nº de dias de licença: 60

Nome do servidor: Berta Marian Moraes Pantoja

Matrícula nº 5413451-016

Cargo/lotação: Defensor Público/Diretoria Defensoria Metropolitana

Ano: 01/02/93 a 31/01/94

Período: 12/09 a 10/10/94

Portaria nº 545/94-DP-G, de 19/08/94

Nº de dias de licença: 60

Nome do servidor: Antonio Crispim Soares dos Santos

Matrícula nº 3084833-012

Cargo/lotação: Defensor Público/Diretoria Defensoria Interior

Ano: 02/05/93 a 01/05/94

Período: 10/10 a 08/11/94

Portaria nº 546/94-DP-G, de 19/08/94

Nº de dias de licença: 60

Nome do servidor: Raimundo Alberto Gomes Soares

Matrícula nº 3084981-015

Cargo/lotação: Defensor Público/Diretoria Defensoria Metropolitana

Ano: 08/10/92 a 07/10/93

Período: 01 a 30/09/94

Portaria nº 547/94-DP-G, de 19/08/94

Nº de dias de licença: 60

Nome do servidor: Heliana Denise da Silva Sena

Matrícula nº 3085257-015

Cargo/lotação: Defensor Público/Diretoria Defensoria Metropolitana

Ano: 18/06/93 a 17/06/94

Período: 12/09 a 11/10/94

Portaria nº 548/94-DP-G, de 19/08/94

Nº de dias de licença: 60

Nome do servidor: Maria Marlene Soares da Silva

Matrícula nº 515

Portaria nº 549/94-DP-G, de 19/08/94  
 Nome do servidor : Luiz Heleio Santos do Vale  
 Matrícula nº 33004-012  
 Cargo/lotação : Defensor Público/Diretoria Def. Metropolitana  
 Ano : 03/10/92 a 02/10/93  
 Período : 01 a 30/09/94

Portaria nº 550/94-DP-G, de 19/08/94  
 Nome do servidor : Cleide Cecília Evanovitch dos Santos  
 Matrícula nº 3083160-017  
 Cargo/lotação : Agente Administrativo/Diretoria Def. Metropolitana  
 Ano : 01/04/93 a 31/03/94  
 Período : 30/08 a 28/09/94

Portaria nº 555/94-DP-G, de 25/08/94  
 Nome do servidor : Francisco Antonio Magalhães Cordeiro  
 Matrícula nº 5230055-010  
 Cargo/lotação : Motorista/Departamento de Administração  
 Ano : 10/09/93 a 09/08/94  
 Período : 14/11 a 13/12/94

**DIÁRIAS**

Portaria nº 539/94-DP-G, de 18/08/94  
 Nome do servidor : Carlos dos Santos Sousa  
 Matrícula nº 3083578-013  
 Valor das diárias : R\$ 60,00  
 Elementos de despesas : 3111.2

Portaria nº 540/94-DP-G, de 18/08/94  
 Nome do servidor : Licurgo de Freitas Peixoto  
 Matrícula nº 3085139-012  
 Valor das diárias : R\$ 60,00  
 Elementos de despesas : 3111.2

Portaria nº 541/94-DP-G, de 18/08/94  
 Nome do servidor : Raimundo Castro da Silva  
 Matrícula nº 5258928-015  
 Valor das diárias : R\$ 50,00  
 Elementos de despesas : 3111.2

**LOTAÇÃO**

Portaria nº 542/94-DP-G, de 18/08/94  
 Data da lotação : 18/08/94  
 Nome do servidor : Marilene da Silva Aguiar  
 Matrícula nº 3082946-017  
 Cargo/código/lotação : Assistente Técnico/AFV/Diretoria Def. Metropolitana

**SUBSTITUIÇÃO DE TITULAR**

Portaria nº 543/94-DP-G, de 19/08/94  
 Nome e matrícula do servidor substituído : Maria Leopoldina da Cunha Aragão  
 5215420-012  
 Cargo/lotação : Defensor Público/Diretoria Def. Interior  
 Motivo da substituição : férias do defensor público de Paragominas  
 Período da substituição : 15/08 a 13/09/94

**SINDICÂNCIA**

Portaria nº 551/94-DP-G, de 22/08/94  
 José do Carmo Sampaio Marth/Defensor Público/3083519-012 e Fabiano Eloy Ferreira de Almeida Lins/Defensor Público/3083519-012 e Fabiano Antonio Siqueira Bastos/Defensor Público/3083519-012  
 Nome do presidente da comissão : José do Carmo Sampaio Marth  
 Apuração dos fatos denunciados no processo s/nº 93

Portaria nº 552/94-DP-G, de 22/08/94  
 Anthero Eloy Ferreira de Almeida Lins/Defensor Público/3083519-012, Fabiano Antonio Siqueira Bastos/Defensor Público/3083519-012 e José Roberto da Costa Martins/Defensor Público/3083519-012  
 Nome do presidente da comissão : Anthero Eloy Ferreira de Almeida Lins  
 Apuração dos fatos denunciados no processo nº 037/94-IP-G, de 03/05/94

Portaria nº 553/94-DP-G, de 24/08/94  
 Promover por mais trinta dias o prazo para que a Comissão de Sindicância designada pela Portaria nº 474/94-IP-G, de 18/07/94, para apuração dos fatos narrados no Processo nº 043/94-IP-G, possa concluir seus trabalhos.

**TERMO DE DISTATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO**

Partes : Defensoria Pública do Estado do Pará  
 Luís Augusto Malcher Soares  
 Objeto : Item 9.1 Cláusula IX do anterior contrato  
 Assinaturas :

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

LUÍS AUGUSTO MALCHER SOARES

Partes : Defensoria Pública do Estado do Pará  
 Pedro Américo Ferreira Furtado  
 Objeto : Item 9.1 Cláusula IX do anterior contrato  
 Assinaturas :

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

PEDRO AMÉRICO FERREIRA FURTADO

**TERMO ADITIVO A CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO**  
 Contratante : Defensoria Pública do Estado do Pará  
 Contratado : Cesar Bechara Nader Mattar Junior  
 Cargo : Defensor Público  
 Vigência : 31/08/94 a 31/12/95  
 Vencimento : R\$ 635,29

Contratante : Defensoria Pública do Estado do Pará  
 Contratado : Dagberto Nogueira da Silva  
 Cargo : Defensor Público  
 Vigência : 31/08/94 a 31/12/95  
 Vencimento : R\$ 635,29

Contratante : Defensoria Pública do Estado do Pará  
 Contratado : Francinete do Socorro Belo da Silva  
 Cargo : Auxiliar Administrativo  
 Vigência : 31/08/94 a 31/12/95  
 Vencimento : R\$ 23,43

Contratante : Defensoria Pública do Estado do Pará  
 Contratado : Joana Magno Teixeira  
 Cargo : Defensor Público  
 Vigência : 31/08/94 a 31/12/95  
 Vencimento : R\$ 635,29

Contratante : Defensoria Pública do Estado do Pará  
 Contratado : Jerry Wilson Silva de Sousa  
 Cargo : Defensor Público  
 Vigência : 31/08/94 a 31/12/95  
 Vencimento : R\$ 635,29

Contratante : Defensoria Pública do Estado do Pará  
 Contratado : Leandro Jorge Lima de Sousa  
 Cargo : Defensor Público  
 Vigência : 31/08/94 a 31/12/95 - Vencimento : R\$ 635,29

Contratante : Defensoria Pública do Estado do Pará  
 Contratado : Luis Carlos Azevedo de Hollanda Lima  
 Cargo : Assistente Técnico  
 Vigência : 31/08/94 a 31/12/95  
 Vencimento : R\$ 129,76

Contratante : Defensoria Pública do Estado do Pará  
 Contratado : Maria das Dores Gonçalves  
 Cargo : Defensor Público  
 Vigência : 31/08/94 a 31/12/95  
 Vencimento : R\$ 635,29

Contratante : Defensoria Pública do Estado do Pará  
 Contratado : Paulo Sergio Guerreiro Trindade  
 Cargo : Técnico Nivel Superior  
 Vigência : 31/08/94 a 31/12/95  
 Vencimento : R\$ 291,43

Contratante : Defensoria Pública do Estado do Pará  
 Contratado : Roberto Carlos Correa Braga  
 Cargo : Agente de Portaria  
 Vigência : 31/08/94 a 31/12/95  
 Vencimento : R\$ 67,16

Contratante : Defensoria Pública do Estado do Pará  
 Contratado : Manoel Barros Moreira  
 Cargo : Defensor Público  
 Vigência : 01/09/94 a 28/02/95  
 Vencimento : R\$ 635,29

Contratante : Defensoria Pública do Estado do Pará  
 Contratado : Aldenís Santana dos Santos  
 Cargo : Servente  
 Vigência : 01/09/94 a 28/02/95  
 Vencimento : R\$ 67,16

Contratante : Defensoria Pública do Estado do Pará  
 Contratado : Elane Belo da Silva  
 Cargo : Assistente Técnico  
 Vigência : 01/09/94 a 28/02/95  
 Vencimento : R\$ 128,76

Contratante : Defensoria Pública do Estado do Pará  
 Contratado : Lucivaldo Faliato de Souza  
 Cargo : Servente  
 Vigência : 01/09/94 a 28/02/95  
 Vencimento : R\$ 67,16

Contratante : Defensoria Pública do Estado do Pará  
 Contratado : Ila Cleide da Paixão Nunes  
 Cargo : Servente  
 Vigência : 01/09/94 a 28/02/95  
 Vencimento : R\$ 67,16

Contratante : Defensoria Pública do Estado do Pará  
 Contratado : Marcia Contente Barbosa  
 Cargo : Defensor Público  
 Vigência : 01/09/94 a 28/02/95  
 Vencimento : R\$ 635,29

**TERMO DE DISTATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO**

Partes : Defensoria Pública do Estado do Pará  
 Terezinha de Jesus Aleixo Feitosa  
 Objeto : Item 9.1 Cláusula IX do anterior contrato  
 Assinaturas :  
 DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
 TEREZINHA DE JESUS ALEIXO FEITOSA

**LICENÇA**

Portaria nº 561/94-DP-G, de 30/08/94  
 Nº de dias de licença : 30  
 Nome do servidor : Francisco Admar Tomaz  
 Matrícula nº 5097061-015  
 Cargo/lotação : Defensor Público/Diretoria Def. Metropolitana  
 Período : 01 a 30/09/94  
 Triênio referente : 09/06/89 a 08/06/92

Portaria nº 568/94-DP-G, de 31/08/94  
 Nº de dias de licença : 30  
 Nome do servidor : Maria Lucia Seabra Cerqueira  
 Matrícula nº 5049776-017  
 Cargo/lotação : Defensor Público/Procon  
 Período : 01 a 30/09/94  
 Triênio referente : 25/05/88 a 25/05/93

Portaria nº 569/94-DP-G, de 31/08/94  
 Nº de dias de licença : 30  
 Nome do servidor : Nilza Maria Paes da Cruz  
 Matrícula nº 5038529-018  
 Cargo/lotação : Defensor Público/Diretoria Def. Metropolitana  
 Período : 02/09 a 01/10/94  
 Triênio referente : 1987/1992

**DIÁRIAS**

Portaria nº 562/94-DP-G, de 30/08/94  
 Nome do servidor : Anthero Eloy Ferreira de Almeida Lins  
 Matrícula nº 3083519-012  
 Valor das diárias : R\$ 180,00  
 Elementos de despesas : 3111.2

**CONCESSÃO DE FÉRIAS**

Portaria nº 563/94-DP-G, de 31/08/94  
 Nome do servidor : Zilda Bede Freire  
 Matrícula nº 5521009-021  
 Cargo/lotação : Divisão de Finanças  
 Ano : 08/04/92 a 07/04/93  
 Período : 19/09 a 18/10/94

Portaria nº 564/94-DP-G, de 31/08/94  
 Nome do servidor : Anna Elizabeth Miranda Sizo  
 Matrícula nº 5424224-024  
 Cargo/lotação : Divisão de Recursos Humanos  
 Ano : 01/04/93 a 31/03/94  
 Período : 19/09 a 18/10/94

**SUBSTITUIÇÃO DE TITULAR**

Portaria nº 565/94-DP-G, de 31/08/94  
 Nome e matrícula do servidor substituído : Maria Auxiliadora da Silva Carvalho  
 5230039-017  
 Cargo/lotação : Divisão de Finanças  
 Motivo da substituição : férias da titular  
 Período da substituição : 19/09 a 18/10/94

Portaria nº 566/94-DP-G, de 31/08/94  
 Nome e matrícula do servidor substituído : Maria Dircen Marcel de Azevedo Brito  
 3083314-015  
 Cargo/lotação : Auxiliar de Administração/Divisão de Recursos Humanos  
 Motivo da substituição : férias da titular  
 Período da substituição : 19/09 a 18/10/94

**LICENÇA SAÚDE**

Portaria nº 567/94-DP-G, de 31/08/94  
 Nome do servidor : Carlos Alberto Rodrigues Fraga  
 Matrícula nº 3083560-019  
 Cargo/lotação : Defensor Público/Diretoria Def. Metropolitana  
 Período : 14/08 a 12/09/94

**REVOGAÇÃO DE OUTRA PORTARIA**

Nº/data da portaria atual : 570/94-DP-G, de 31/08/94  
 Nº/data da portaria anterior : 605/93-DP-G, de 12/08/93  
 Motivo do assunto da portaria anterior : prestar apoio à Defensoria Pública de Santana do Araguaia  
 Nome do servidor beneficiado : Emilia Benigno Lima  
 Cargo/lotação : Defensor Público/Diretoria Def. Interior

Nº/data da portaria atual : 571/94-DP-G, de 31/08/94  
 Nº/data da portaria anterior : 607/93-DP-G, de 12/08/93  
 Motivo do assunto da portaria anterior : prestar apoio à Defensoria Pública de Colares  
 Nome do servidor beneficiado : Bernardo Nunes de Moraes Jr.  
 Cargo/lotação : Defensor Público/Diretoria Def. Interior

Nº/data da portaria atual : 572/94-DP-G, de 31/08/94  
 Nº/data da portaria anterior : 886/93-DP-G, de 15/12/93  
 Motivo do assunto da portaria anterior : prestar apoio ao Núcleo Regional de São Sebastião da Boa Vista  
 Nome do servidor beneficiado : Rosinéia da Assunção Andrade Coelho

Cargo/lotação : Defensor Público/Diretoria Def. Interior

Nº/data da portaria atual : 573/94-DP-G, de 31/08/94  
 Nº/data da portaria anterior : 900/93-DP-G, de 29/12/93  
 Motivo do assunto da portaria anterior : prestar apoio ao Núcleo Regional de Brasil Novo  
 Nome do servidor beneficiado : Lindalva Alves de Souza  
 Cargo/lotação : Defensor Público/Diretoria Def. Interior

PORTARIA Nº 576/94-DP-G

Em 01 de setembro de 1994

A Procuradora-Geral da Defensoria Pública, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 13, de 18 de junho de 1993, e

Considerando que um dos princípios a ser obedecido pela Administração Pública é o da legalidade, consoante previsto no art. 37 da Constituição Federal de 1988;

Considerando a previsão do art. 81 e parágrafo primeiro da Lei Federal nº 8.713, de 30/09/1993, determinando nula de pleno direito qualquer contratação de servidor público no período compreendido entre 01/06/1994 a 31/12/1994;

Considerando que a Administração Pública tem o poder-dever de anular seus próprios atos quando contrariarem a lei,

**RESOLVE** : I. Anular o contrato de prestação de serviço temporário, com fundamento no art. 37, IX da Constituição Federal de 1988 e Lei Complementar nº 07/91, entre a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ e CELIA REGINA SOARES FERNANDES.  
 II. Tornar sem efeito a Portaria nº 308/94-DP-G, de 31 de maio de 1994.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

MARIA SONIA RODRIGUES LOBO GLUCK PAUL  
 Procuradora-Geral

PORTARIA Nº 577/94-DP-G

Em 01 de setembro de 1994

A Procuradora-Geral da Defensoria Pública, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 13, de 18 de junho de 1993, e

Considerando que um dos princípios a ser obedecido pela Administração Pública é o da legalidade, consoante previsto no art. 37 da Constituição Federal de 1988;

Considerando a previsão do art. 81 e parágrafo primeiro da Lei Federal nº 8.713, de 30/09/1993, determinando nula de pleno direito qualquer contratação de servidor público no período compreendido entre 01/06/1994 a 31/12/1994;

Considerando que a Administração Pública tem o poder-dever de anular seus próprios atos quando contrariarem a lei,

**RESOLVE** : I. Anular o contrato de prestação de serviço temporário, com fundamento no art. 37, IX da Constituição Federal de 1988 e Lei Complementar nº 07/91, entre a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ e CLAUDIA ELI SEIXAS OLIVEIRA.

II. Tornar sem efeito a Portaria nº 307/94-DP-G, de 31 de maio de 1994.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

MARIA SONIA RODRIGUES LOBO GLUCK PAUL  
 Procuradora-Geral

PORTARIA Nº 578/94-DP-G

Em 01 de setembro de 1994

A Procuradora-Geral da Defensoria Pública, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 13, de 18 de junho de 1993, e

Considerando que um dos princípios a ser obedecido pela Administração Pública é o da legalidade, consoante previsto no art. 37 da Constituição Federal de 1988;

Considerando a previsão do art. 81 e parágrafo primeiro da Lei Federal nº 8.713, de 30/09/1993, determinando nula de pleno direito qualquer contratação de servidor público no período compreendido entre 01/06/1994 a 31/12/1994;

Considerando que a Administração Pública tem o poder-dever de anular seus próprios atos quando contrariarem a lei,

CONTINUA - CADERNO 6

Biblioteca Pública "Arthur Viana"



# Diário Oficial

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

CADERNO 6

0177

BELEM - QUINTA-FEIRA, 08 DE SETEMBRO DE 1994

ANO CIII - 104º DA REPÚBLICA - Nº 27.797

RESOLVE: I. Anular o contrato de prestação de serviço temporário, com fundamento no art. 37, IX da Constituição Federal de 1988 e Lei Complementar nº 07/91, entre a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ e ANTONIO LOBO DA SILVA.  
II. Tornar sem efeito a Portaria nº 309/94-DP-GL, de 31 de maio de 1994.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

MARIA SONIA DE FARIAS LOBO GLUCK PAUL  
Procuradora-Geral

(G.Reg.5395)

CP94/0168860-5

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

### AVISO DE REVOGAÇÃO

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, através de sua Presidência, comunica a revogação da LICITAÇÃO nº 12/94 - TOMADA DE PREÇOS, por razões de interesse público, fundamentada no art. 49 da Lei nº 8666/93. Belém(PA), 04 de setembro de 1994, Des. Maria de Nazareth Brabo de Souza, Presidente do TRE/PA.

(G.Reg.5409)

A T O Nº 8339

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, usando da atribuição que lhe confere o art. 23, item 21 do Regimento Interno e § 3º do art. 74, do Decreto Lei nº 200/67,

### RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor requisitado pelo T.R.E., MANOEL RIBEIRO CORDEIRO, Assistente da Seção de Orientação e Apoio às Zonas Eleitorais da Secretaria de Informática, Suprimento de Fundos, no valor de R\$ 180,00 (CENTO E OITENTA REAIS), a fim de custear despesas de transporte e alimentação aos participantes do Treinamento dos Supervisores nos Polos, a ser realizado em Castanhal-PA, nos dias 01 e 02.09.94, pela PROVISÃO Manutenção do Serviço de Processamento de Dados, Natureza da Despesa-3190.39.00-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência, em 31 de agosto de 1994.

(a)Desa. MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA  
Presidente

A T O Nº 8340

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, usando da atribuição que lhe confere o art. 23, item 21 do Regimento Interno e § 3º do art. 74, do Decreto Lei 200/67,

### RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor do Quadro deste Tribunal, JOSÉ EDGAR TOCANTINS MELO, Chefe da Seção de Produção e Suporte da Secretaria de Informática, Suprimento de Fundos, no valor de R\$ 100,00 (CEM REAIS), a fim de custear despesas de transporte e alimentação aos participantes do Treinamento dos Supervisores nos Polos, a ser realizado em Abaetetuba-PA, nos dias 01 e 02.09.94, pela PROVISÃO Manutenção do Serviço de Processamento de Dados, Natureza da Despesa-3190.39.00-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência, em 31 de agosto de 1994.

(a)Desa. MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA  
Presidente

A T O Nº 8328

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, item 21 do Regimento Interno e § 3º do art. 74, do Decreto Lei 200/67,

### RESOLVE:

CONCEDER ao funcionário WALDSON SILVA, Coordenador de Serviços Gerais, deste Tribunal, Suprimento de Fundos para despesas de pequeno vulto no valor de R\$ 150,00 (CENTO E CINQUENTA REAIS), a fim de ser aplicado no período de 60 (sessenta) dias, em despesas atribuídas a rubrica 3490.39.00 - Outros Serviços de Terceiros-PJ.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência, em 29 de agosto de 1994

(a)Desa. MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA  
Presidente

A T O Nº 8210

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, usando da atribuição que lhe confere o art. 23, item 21 do Regimento Interno e § 3º do art. 74, do Decreto Lei nº 200/67,

### RESOLVE:

CONCEDER ao funcionário SANDRO MARCELO ATI TA-DAIESKY, Atendente Judiciário, N I - B-1, do Quadro Permanente da Secretaria deste TRE, Suprimento de Fundos para atender despesas de combustível para viaturas desta Corte, no valor de R\$ 145,45 (CENTO E QUARENTA E CINCO REAIS E QUARENTA E CINCO CEN- TAVOS), a fim de ser aplicado no período de 30 (trinta) dias, em despesas atribuídas a rubrica - 3490.30.00-Material de Consumo, que correrá com re- cursos da Dotação Orçamentária.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência, em 04 de julho de 1994

(a)Desa. MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA  
Presidente

(G.Reg.5411)

A T O Nº 8.341, de 31.08.94

ORIGEM: Atribuições da Presidência com base no art. 23, item 10, do Regimento Interno.

ASSUNTO: Designar servidores para exercerem a função de Chefe de Cartório nas Zonas indicadas.  
NOME: JOELBA DO SOCORRO COSTA NOBRE: 10a. Zona Elei- toral - Muaná; EDSON VIEIRA FARIAS: 45a. Zona Elei- toral - Oeiras do Pará e ISAURA RAIOL PIMENTEL: 31a. Zona Eleitoral - Maracanã.

A T O Nº 8.342, de 31.08.94

ORIGEM: Atribuições da Presidência com base no art. 23, item 10, do Regimento Interno.

ASSUNTO: Designar Juizes de Direito para responde- rem pelo expediente das seguintes Zonas Eleitorais até ulterior deliberação.  
NOME: Dr. ANTONIO CARLOS TEIXEIRA DE OLIVEIRA: 39a. ZE - Tomé-Açu; Dr. EIDER LISBOA FERREIRA DA COSTA: 60a. ZE - Rio Maria; Dr. JOSÉ ANTONIO FERREIRA CA VALCANTE: 14a. Zona - Vizeu; Dra. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO: 21a. ZE - Alenquer e Dr. EDMAR SIL VA PEREIRA: 46a. ZE - Santana do Araguaia.

A T O Nº 8.343, de 01.09.94

ORIGEM: Atribuições da Presidência com base no art. 23, item 10, do Regimento Interno.

NOME: JANDIRA MARIA DE ARRUDA PINHEIRO.  
ASSUNTO: Fixar para o mês de novembro vigente, o 3º período da Licença-Prêmio por Assiduidade concedi- da através do Ato nº 6.796/91.

A T O Nº 8.338, de 31.08.94

ORIGEM: Atribuições da Presidência com base no art. 23, item 10, do Regimento Interno.

ASSUNTO: Designar Juizes de Direito para responde- rem pelas Zonas Eleitorais, como titulares.

NOME: Dr. FRANCISCO JOSÉ DA SILVEIRA CHAGAS: 23a.ZE - Marabá; Dr. ALTEMAR DA SILVA PAES: 24a. ZE - Con- ceição do Araguaia; Dra. MARIA BETÂNIA PAES RODRI- GUES: 62a. ZE - Conceição do Araguaia II; Dr. PAULO ROBERTO VALE PEREIRA CARNEIRO: 64a. ZE - Salinópo- lis e Dra. MARIA THYS DE BRITO BATISTA: 15a. ZE - Breves.

(G.Reg.5412)

CARTÓRIO DA 1ª ZONA ELEITORAL

EDITAL Nº 064/94

O Dr. PAULO SÉRGIO PROTA E SILVA, Ju- iz da 1ª Zona Eleitoral belém-Pará etc...

FAZ SABER ao interessados e principal- mente aos delegados credenciados de partidos polí- ticos, que este Juízo de acordo com o estabelecido no art. 33 § 3º do Código Eleitoral procederá no dia 13 de setembro do corrente, às 9:00 horas, em audiência pública, que se realizará na sede desta 1ª Zona, a VERIFICAÇÃO e LACRE das urnas que con- têm o resultado da votação do pleito de 03 de outu- bro próximo.

Dado e passado no Cartório da 1ª Zona Eleitoral nesta cidade de Belém Estado do Pará, aos tres dias do mês de setembro do ano de mil no- vecentos e noventa e quatro.

Dr. PAULO SÉRGIO PROTA E SILVA  
Juiz da 1ª Zona Eleitoral

(G.Reg.5410)

SENTENÇA PROFERIDA PELO EXMO. SR. JUIZ RUI COSTA GONÇALVES NOS AUTOS DO PROC. 1001/94 DE REPRESENTAÇÃO.

"Vistos, etc..."

Cuida-se de embargos declaratórios opostos por VIC PIREZ FRANCO, argumentando omissão e contra- dição na decisão proferida nos presentes autos, pelos motivos que articulou.

Data venia, este Juízo, ao sentenciar indicou com precisão o trecho que SOMENTE entendeu como ofensivo, excluído, dessa forma, o restante do texto hostilizado.

Por outro lado, os autos 845/94 dizem respeito a outro feito, já sentenciado, no bojo do qual foram apresentados os argumentos jurídicos e fá- ticos de convencimento, de sorte que não é passí- vel de reexame, em especial quando o pedido nesse ser- viço é feito no bojo de processo distinto. Ade- mais, a "contradição" a que se refere o legisla- dor deve ocorrer na mesma peça, objeto dos embar- gos, o que não se verificou aqui.

Logo o exposto, julgo improcedentes os embar- gos apresentados.

Notifique-se.  
Belém, 02.09.94

a) Juiz RUI COSTA GONÇALVES

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL 13ª JUNTA APURADORA

EDITAL

O Exmo. Sr. Dr. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO, Juiz de Direito, Presidente da 13ª Junta Apu- radora, Comarca de Belém - Pa.

FAZ SABER, através do presente EDITAL, aos Pa- rados Políticos, candidatos, eleitores em geral e demais interessa- dos, a composição da 13ª Junta Apuradora, sediada neste município, com a competência para apurar 94 urnas da 29ª Zona Eleitoral, confor- me abaixo:

JUIZ PRESIDENTE: Dr. Constantino Augusto Guerreiro - Juiz de Direi- to da 12ª Vara Cível Comarca de Belém - Pa.

VOGAIS: Acácio Fernando de Brito Elleres.

Henrique Nunes Cutrin.

Maria Silvia Guimarães Pimenta.

Ricardo Augusto Reis e Silva.

SECRETÁRIO GERAL : Pedro José Câmara Rodrigues

ESCRUTINADORES : Luiz Cláudio Jardim Alves  
Araceli Carneiro Alves  
Vanusa Helena Meireles Braga  
Noel Tavares Nunes  
Marilson Oliveira da Silva  
Maria do Socorro Rodrigues Reis  
Marly Almeida Dias  
Raimundo Calandrino Barbosa Júnior  
Carlos Eduardo Saldanha de Oliveira  
Juarez Soares Leitão  
Terezinha de Jesus Sanches Damasceno  
Mauro Barbosa de Lima  
Giovanna Lobato Zanni  
Carlos Alberto de Oliveira Sousa  
Cleide do Socorro Azevedo Pereira  
Mário Pereira Paixão  
Fabiano Benedito Moraes de Amoeiro.

AUXILIARES : Teodora Teles Menezes  
Roberto Antonio Alves Almeida  
Kelly Pamplona  
Carla Blanco Rendeiro  
Maria da Conceição da Luz Baia  
Edinerson Lagoia Macedo  
Rodier Barata Ataide  
Silvia Cristina Silva Sousa

E, para a devida ciência de todos, é expedido o presente Edital, publicado no Diário Oficial do Estado e no local de costume do Cartório Eleitoral da 28ª Zona. Expedido aos dois dias do mês de setembro de 1994. Eu, Pedro José Câmara Rodrigues, Secretário Geral da Junta Apuradora datilografei e subscrevo.

DR. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO  
Juiz Presidente da 13ª Junta Apuradora.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL 10ª JUNTA APURADORA

**E D I T A L**

A Dra. ANA DE NAZARÉ RAMOS Juíza de Direito, e Presidente da 10ª Junta Apuradora, da 28ª Zona Eleitoral, Comarca de Belém-PA.

FAZ SABER, através do presente EDITAL, aos Partidos Políticos, candidatos, eleitores em geral e demais interessados, a composição da 10ª Junta Apuradora, sediada neste município com a competência para apurar 92 urnas da 28ª Zona Eleitoral, conforme abaixo:

JUIZ PRESIDENTE: Dra. Ana de Nazaré Ramos

VOGAIS: Eduardo de Magalhães Braga  
João do Carmo Matos Barbosa  
Ângela Maria Ferreira Nunes  
José Augusto Nogueira Sarmento

ESCRUTINADORES: João Batista Monteiro Lobato  
Alda Maria Ribeiro Cardoso  
Paulo Sérgio Silva Cardoso  
Maria do Socorro Sarmento Belfort  
Haroldo Pimentel Ramos  
Adalciinda da Silva Eleres  
Martinho Nascimento Cardoso  
Lucinete da Costa e Silva  
Marcelo Martins Trindade  
Ivaldo de Jesus Almeida Belém  
Oscar Faraonno Conceição Neto  
Getúlio Garcia Beleza Júnior

Moisés Veras de Moraes  
Rosemary Cardoso de Araújo  
Marilene Magalhães Assunção  
Júnior da Silva Coutinho  
José Lelis Pereira  
Wanda Maria Bittencourt Dias

AUXILIARES: José Ribamar Rodrigues do Carmo  
Márcio Martins Trindade  
Wilton Martins Dantas  
Jacira do Perpétuo Socorro Aragão.

E, para a devida ciência de todos, é expedido o presente Edital, publicado no Diário Oficial do Estado e no local de costume do Cartório Eleitoral da 28ª Zona. Expedido aos dois dias do mês de setembro de 1994. Eu,

, escrevão datilografei e subscrevo.

Dra. Ana de Nazaré Ramos

Juíza Presidente da 28ª Zona Eleitoral

**E D I T A L**

A Dra. Maria Rita Assunção Rodrigues de Lima, M.Mª Juíza de Direito da Capital e Presidente da 9ª Junta apuradora da 28ª Zona Eleitoral, na forma da Lei...

FAZ SABER a todos a quem interessar possa e em especial aos representantes e Delegados de Partidos Políticos, que é a seguinte a composição da 9ª Junta Apuradora, sediada nesta Capital, cuja a competência é apurar 92 urnas da 28ª Zona Eleitoral.

PRESIDENTE:  
Dra. MARIA RITA ASSUNÇÃO RODRIGUES DE LIMA

MEMBROS:  
Dulcine de Jesus Maria Paraense  
Lisbino Garcia do Carmo  
Raimundo Rodrigues Santana  
José Arnaldo de Souza Gama

ESCRUTINADORES :  
Maria Elda Cunha de Jesus  
Marcia Cunha dos Santos  
Mario Haroldo Miranda Ferreira  
Jeane Nazaré Coelho Souza  
Eduardo Antônio Bittencourt Dias  
Albelia de Jesus Maciel Costa  
José Geraldo Sousa Nascimento  
Abílio Cesar Pinto Simões Costa  
Olavo Raimundo Guedes Cardoso  
Pedro Cícero Correa Correa  
Vera Lúcia Carvalho de Oliveira  
Claudio Cesar Silva Santos  
Nair de Fátima Oliveira Fernandes  
Vera Lúcia Cunha Ramos  
Raimunda Alzira Maciel Braga  
Marco Aurélio Resque  
Darlene de Azevedo Costa

AUXILIARES:  
Roana Maria Alves de Souza  
Milene da Cunha de Jesus  
Djubarino Benevides Ramos Junior

E para que não se alegue ignorância baixou-se o presente EDITAL, que será fixado no lugar de costume e publicado no Diário Oficial do Estado do Pará. Belém, 02 de setembro de 1994. Eu, \_\_\_\_\_ Escrivã da 28ª Zona Eleitoral o datilografei.

Dra. Maria Rita Assunção Rodrigues de Lima,  
Juíza de Direito- Presidente da 9ª Junta apuradora da 28ª Zona Eleitoral.

68ª ZONA ELEITORAL - COMARCA DE RURÓPOLIS

EDITAL nº 0022/94

A Bacharel ANA INOIA NENTES LYNCH,  
MM. Juíza Eleitoral desta 68ª Zona,  
no uso das atribuições que lhe são  
conferidas por lei etc.....

PAN HAREE, a quem interessar MP  
sa, principalmente aos delegados credenciados de partidos polí-  
ticos, que este Juízo houve por bem modificar a composição da  
Mesa Receptora que iriam atuar em 3 de outubro vindouro nomeadas  
pelo Edital nº 019/94, e, através deste EDITAL ficam convocados  
para compor as Mesas Receptoras de votos, os eleitores abaixo re-  
lacionados do Município de Rurópolis:

## SEÇÃO - 0020 - ESCOLA EURICO VALLE

Pres. Cassildo Rech

1ª Mes. Adelice Sousa Santos

2ª Mes. Edilson de Oliveira Nobre

1ª Sec. Ailton dos Santos Silva

2ª Sec. Roberto Carlos Richli

Supl. Adelaide Oliveira da Silva

## SEÇÃO - 0021 - ESCOLA EURICO VALLE

Pres. Israel Timóteo de Carvalho

1ª Mes. Maria Francilene do Nascimento

2ª Mes. Eliane Maria Zanotto

1ª Sec. Sérgio Sardinha de Moura

2ª Sec. Marlene Batista Freitas

Supl. Raimundo Rocha Silva

## SEÇÃO - 0022 - ESCOLA EURICO VALLE

Pres. Antonia Rodrigues de Oliveira

1ª Mes. Terezinha de Jesus Silva

2ª Mes. Ana Cláudia Castro Nobre

1ª Sec. Manoel Alexandre Dantas

2ª Sec. Francisco Fernandes de Araújo

Supl. Leoni Boons Bamberg

## SEÇÃO - 023/024 - ESCOLA EURICO VALLE

Pres. Lino Frolich

1ª Mes. Maria Eunice Rodrigues dos Santos

2ª Mes. Margarida Tauji Almeida

1ª Sec. Gilmei Zanotto

2ª Sec. Ewylene Pereira

Supl. Wilson Hermes

## SEÇÃO - 25/26/27/79/81/82 ESCRITÓRIO LOCAL DA EMATER

Pres. Ely da Silva Freitas

1ª Mes. Antonio Maciel da Costa

2ª Mes. Maria Bernadete Pereira Evangelista

3ª Mes. Francisca Luciene Sousa Cruz

2ª Sec. Ricardo Batista da Silva

Supl. Jovita Ferreira Costa

## SEÇÃO - 028 - ESCRITÓRIO DO INCRA

Pres. Helder Nogueira Marinho

1ª Mes. Noeli Silva

2ª Mes. Josefa Soares de Lima

1ª Sec. Alvani Sanches

2ª Sec. Anésio Sousa Coelho

Supl. Maria Kátia Queiroz Santos

## SEÇÃO - 29/32 - ESCRITÓRIO DO INCRA

Pres. Elias Rodrigues Vaz

1ª Mes. Luiz César Deságio

2ª Mes. Raimundo Carvalho Sabóia

1ª Sec. Rosa Maria Silva Rodrigues

2ª Sec. Claudete Toseto Zanotto

Supl. Amadeu José de Araújo

## SEÇÃO - 30/31/77 - ESCRITÓRIO DO INCRA

Pres. Antonio Carlos Evangelista

1ª Mes. Silvanira Ferreira Costa

2ª Mes. Nadir Lima Valentim

1ª Sec. Ely Maria Becher

2ª Sec. José Roberto da Silva

Supl. Maria Helena da Silva

## SEÇÃO - 33/74 - ESCRITÓRIO DO INCRA

Pres. Jorge Santos da Gama

1ª Mes. Marlécio Assunção

2ª Mes. Noemia Alves de Lima

1ª Sec. Rubem Dias Fernandes

2ª Sec. João Indício Castano

Supl. Antônio Rosa da Conceição

## SEÇÃO - 34/72 - ESCOLA PÚBLICA DO KM 40

Pres. Jocirene da Silva Ferreira

1ª Mes. Antonio Mendes Pascoal

2ª Mes. José Ribamar Mendes Pascoal

1ª Sec. Haroldo Mendes Pascoal

2ª Sec. Maria Lopes

Supl. Pedro Ferreira da Silva

## SEÇÃO - 35/64 - ESCOLA PÚBLICA DO KM 35

Pres. Lusânio Alves de Araújo

1ª Mes. Gélia Bras Santos Assunção

2ª Mes. João Ferreira Damasceno

1ª Sec. José Pereira Alves

2ª Sec. Raimundo Gomes Santos

Supl. Miguel Gomes Santos

## SEÇÃO - 036 - ESCOLA PÚBLICA DO KM 65

Pres. Ziza Cavalcante Pinto

1ª Mes. Auseri Silva de Lima

2ª Mes. Edvan Fernandes de Oliveira

1ª Sec. Angelita Ribeiro da Silva

2ª Sec. Rossi Lobato Araújo

Supl. Francisco Flaviano de Sousa

## SEÇÃO - 037 - ESCOLA PÚBLICA DO KM 70

Pres. Edilson Lopes Cardoso

1ª Mes. Maria Filagrana

2ª Mes. Lourimar Vicente Alves

1ª Sec. Edite da Silva Ribeiro

2ª Sec. Emilia Neta Corsino

Supl. Iracema da Silva

## SEÇÃO - 038/62 - ESCOLA PÚBLICA DO KM 75

Pres. Arnaldo Martins de Sousa

1ª Mes. Dinalva Terezinha Henn

2ª Mes. Itelvina Rodrigues de Sousa

1ª Sec. Josenilde Filho Silva

2ª Sec. Francisca Pinheiro do Nascimento

Supl. Lindomar Vicente de Sousa

## SEÇÃO - 39 - ESCOLA PÚBLICA ROD. TRANSFORLÂNDIA

Pres. José Elói Grasel

1ª Mes. Mercedes Araújo Soares

2ª Mes. Rosilene Cruz da Silva

1ª Sec. Raimundo Ferreira Vasconcelos

2ª Sec. Maria Francisca Oliveira da Silva

Supl. Maria de Nazaré Pereira da Silva

## SEÇÃO - 40/41/47 - ESCOLA RUIZON BARRALHO

Pres. Maria Eudes Silva Costa

1ª Mes. José Ribamar Xavier de Almeida

2ª Mes. Eley Terezinha Notta Pinto

1ª Sec. Maria Aparecida Sáboia

2ª Sec. Maria Imaculada Silva

Supl. Maria Divina Cançado Sousa

## SEÇÃO - 43 - ESCOLA PÚBLICA DO KM 112

Pres. Severino Mandonça dos Santos

1ª Mes. José Fernandes da Fonseca

2ª Mes. José Adamar Rocha dos Santos

1ª Sec. Maria de Fátima Amorim Torres

2ª Sec. Claudeney da Silva Correia

Supl. Euclides Francisco da Costa

## SEÇÃO - 44/50/51 - ESCOLA ELECIONE BARBALHO

Pres. Brunilda Meurer Nascimento

1ª Mes. Marlene Carlos

2ª Mes. Maria Nazareth Guedes Moreira

1ª Sec. Margarida Maria da Silva Costa

2ª Sec. Neuza Gomes Ribeiro

Supl. Eliabe Araújo Oliveira

## SEÇÃO - 45/76 - ESCOLA ADVENTISTA

Pres. Sônia Terezinha Gross

1ª Mes. Elenita Costa de Jesus

2ª Mes. Adriana Meire da Silva

1ª Sec. Lúzia Sousa Silva

2ª Sec. Virgílio José Scherer

Supl. Maria Francisca de Jesus da Silva

## SEÇÃO - 46 - PRÉDIO DA FBESP

Pres. Daniel Vitorino de Abreu

1ª Mes. Antônio Célia Oliveira Melo Viana

2ª Mes. Marilene da Ros

1ª Sec. Marlene Claudia da Silva

2ª Sec. Noemia Soares de Lima

Supl. Eliane Xavier Pinto

## SEÇÃO - 48/70 - PREFEITURA MUNICIPAL

Pres. Edna Lúcia Leite Santos

1ª Mes. Leni Maria Salles Feitosa

2ª Mes. Sebastiana Alcântara de Medeiros

1ª Sec. Gilmar de Araújo Oliveira

2ª Sec. Silvia Silva Alcântara

Supl. Marlen Alves Lima

## SEÇÃO - 49 - ESCOLA ELECIONE BARBALHO

Pres. Eilda Duarte de Abreu

1ª Mes. Leilinha Costa Sousa

2ª Mes. Célia Magalhães do Vale

1ª Sec. Valéria Magaly Oliveira

2ª Sec. Pedro Buas de Oliveira

Supl. Janete Mast

## SEÇÃO - 52 - ESCOLA PÚBLICA DO KM 104

Pres. Izabelete Barbosa Ribeiro

1ª Mes. Josefa Santos Pedrosa

2ª Mes. Maria de Fátima Marques da Silva

1ª Sec. Sebastiana da Silva Santos

2ª Sec. Maria Serene Rodrigues Silva

Supl. Maria Dismar Carneiro Prudente

## SEÇÃO - 53 - CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO

Pres. Isaura Filagrana

1ª Mes. Paulo Sérgio Galvão da Silva

2ª Mes. Nandes Godoy Ferreira

1ª Sec. Océlio Farias

2ª Sec. Miguel Raveiro de Sousa

Supl. Judith Lessa Cunha

## SEÇÃO - 54 - PRÉDIO DA AÇÃO SOCIAL

Pres. Milklea Rodrigues Vaz

1ª Mes. Antonia Bernadete Rodrigues Leite

2ª Mes. David Silva Santos

1ª Sec. José Fernandes de Sousa

2ª Sec. Raquel Silva de Souza

Supl. Dário Borges da Silva

## SEÇÃO - 55 - PRÉDIO DA AÇÃO SOCIAL

Pres. Ivete Domingos dos Santos

1ª Mes. Selma Leite Magalhães

2ª Mes. Janice Chaves da Silva

1ª Sec. Isabel Fraga dos Santos

2ª Sec. Elinaldo Rodrigues Vaz

Supl. Marcelo Matias Almeida Porto

## SEÇÃO - 56 - ESCOLA ALMIR GABRIEL

Pres. Albenilda Soares de Lima

1ª Mes. Boeli Niles

2ª Mes. Rosilene Helena Marques

1ª Sec. Francisco Oliveira Gomes

2ª Sec. Vilma Ferreira de Camargo

Supl. Ana Ferreira do Carmo

## SEÇÃO - 57/68 - ESCOLA ALMIR GABRIEL

Pres. José Dombroski

1ª Mes. Lina Gilvania Santana

2ª Mes. Antonia Oliveira Moura

1ª Sec. Terezinha Lopes Nascimento

2ª Sec. Manoel Claudes Almeida

Supl. Eliselma Pinto Santana

## SEÇÃO - 58 - CÂMARA MUNICIPAL DE RUIROPOLIS

Pres. Maria de Fátima Soares Lima

1ª Mes. Marivaldo Nunes Assunção

2ª Mes. Ana Alves de Oliveira

1ª Sec. Raimundo Francisco Barroso

2ª Sec. Edileusa Pereira de Andrade

Supl. Giverlilton Rodrigues dos Santos

## SEÇÃO - 59 - ESCOLA PÚBLICA DO KM 188 - HICARREIRA

Pres. Marlene Maria de Andrade

1ª Mes. Zeneide Costa Milhomens

2ª Mes. José Gomes de Freitas

1ª Sec. Rosimar de Freitas Diniz

2ª Sec. Francisco Pereira Moreno

Supl. Angelina de Sousa Medeiros

## SEÇÃO - 60/69 - ESCOLA PÚBLICA DO KM 145 STM/CUIABÁ

Pres. Maria Moro Schio

1ª Mes. Reginaldo Almeida Ferreira

2ª Mes. Eulate da Silva Santos

1ª Sec. Antonio José da Silva

2ª Sec. Carolina de Araújo Maceno

Supl. Juseli Terezinha Bancaki

## SEÇÃO - 61/67 - ESCOLA PÚBLICA DO KM 85

Pres. Nerildo Rogério dos Santos

1ª Mes. José Pinto Vieira

2ª Mes. Leliana Reghiane Ribeiro

1ª Sec. Cláudio Medeiros de Sousa

2ª Sec. Sanita de Mornais Torres

Supl. Gonçala Alves de Araújo Saraiva

## SEÇÃO - 65 - ESCOLA PÚBLICA DO KM 179 STM/CUIABÁ

Pres. Antonio Silva Soares

1ª Mes. Atarcisio Inácio da Silva

2ª Mes. Irene Mohr Worlang

1ª Sec. José Ferreira de Andrade Neto

2ª Sec. Joaquina de Almeida Magalhães

Supl. Júlio Pereira dos Santos

## SEÇÃO - 63/75 - ESCOLA PÚBLICA DO KM 70

Pres. Raimundo Rocha Silva

1ª Mes. Maria Sileny Paula de Souza

2ª Mes. Aurinete Alves Morass

1ª Sec. Geraldo Antonio

2ª Sec. Joana Mirão Pavanati

Supl. José Inácio Sobrinho

## SEÇÃO 66 - ESCOLA PÚBLICA DO KM 85

Pres. Elpidio Sousa Albino Alves

1ª Mes. Elza Sousa Albino Alves

2ª Mes. Lúcia de Sousa dos Santos

1ª Sec. Maria de Lourdes Soares

2ª Sec. Gilberto Mota de Souza

Supl. Terezinha Maria dos Santos

E para que chegue ao conhecimento de todos e não se alegue ignorância, mandou expedir e publicar o presente Edital, que vai afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Rurópolis, Estado do Pará, aos quatorze dias do mês de Agosto de mil novecentos e noventa e quatro, eu Allynch, Secretário Eleitoral, o datilografei e subscrevo,

Allynch  
DRA. ANA LÚCIA BENTES LYNCH  
Juiz Eleitoral da 68ª Zona

PROCEDIMENTO N. 1.015/94  
REPRESENTANTE: PAULO SÉRGIO FONTES DO NASCIMENTO  
REPRESENTADA: COLIGAÇÃO "UNIÃO PELO PARÁ"  
OBJETO: direito de resposta no horário eleitoral gratuito.  
ORIGEM: requerimento datado de 30.08.94.  
JUIZ: RUI COSTA GONÇALVES - Auxiliar

Vistos etc.

PAULO SÉRGIO FONTES DO NASCIMENTO ingressou perante este Juízo com representação contra a COLIGAÇÃO "UNIÃO PELO PARÁ", devidamente qualificadas, requerendo lhe seja assegurado o direito de resposta, em virtude da representada, em programa veiculado no dia 29.08.94 do corrente, período noturno, haver noticiado que o Governo do Estado do Pará, segundo o jornal "O Globo", "gastou 4 milhões de dólares para construir um muro em Santa Izabel cidade a 100 km de Belém", dinheiro esse "repassado pelo Governo Federal para que o Estado construisse uma penitenciária de segurança máxima", em decorrência "de um convênio assinado em 1991 pelo ex-Ministro da Justiça Jarbas Passarinho e pelo ex-Governador Jader Barbalho", na sequência afirmando que "uma auditoria feita pelo Ministério da Justiça descobriu irregularidades nos gastos feitos pela Secretaria de Obras de Estado", e finalizando com indagação sobre onde estaria esse dinheiro.

Com a inicial, veio cópia do texto hostilizado e fita VHS.

às fls. 12/15.

Devidamente notificada, a Representada apresentou defesa

O Ministério Público Eleitoral manifestou-se à fl. 18.

É o relatório. Decido.

O art. 6º, item IX, da Resolução de 21.6.94 - processo nº 14.234, adverte que "não será tolerada propaganda (...) que caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, bem como órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública (Código Eleitoral, art. 243, I a LX)". Havendo transgressão a esse dispositivo, "é assegurado o exercício do direito de resposta a qualquer pessoa, candidato ou não, partido ou coligação, em relação a quem sejam feitas afirmações ou transmitidas imagens caluniosas, difamatórias ou injuriosas no horário gratuito de propaganda eleitoral", oportunidade em que "o ofendido utilizará, para sua defesa, tempo igual ao usado para a ofensa sendo nunca inferior a um minuto, deduzido este do tempo reservado ao partido ou coligação em cujo horário foi cometida a ofensa, devendo necessariamente responder aos fatos nela veiculados" (art. 77, caput, e § 1º, da Lei nº 8.713/91, art.

31, caput e § 1º da Resolução nº 14.234).

A Lei nº 4.737, de 15.07.65, em linhas gerais trata dos delitos de calúnia, difamação e injúria nos artigos 324 a 326.

A exemplo do que ocorre nos crimes previstos no Código Penal, o sujeito passivo deve ser pessoa determinada, daí porque o legislador usou as expressões "caluniar alguém", "difamar alguém" e "injuriar alguém", indicando que, para caracterizar qualquer desses delitos, a ofensa proferida pelo sujeito ativo deve ter destinatário certo, ou ao menos, passível de individualização, de sorte que não precisa, para caracterizar o delito, a menção pelo agente do nome do ofendido, sendo suficiente que indique algum elemento através do qual esse possa ser identificado.

No presente caso, há menção implícita no Representante no texto apontado como ofensivo, no trecho em que a Representada faz veicular a afirmação de que "uma auditoria feita pelo Ministério da Justiça descobriu irregularidades nos gastos feitos pela Secretaria de Obras do Estado", à época sobre a responsabilidade daquele, associando-o, com base em artigo publicado no jornal "O Globo", a eventual apropriação, desvio ou aplicação indevida de verba pública, posto que, a expressão "irregularidades" conduz à conclusão de que o ofensor se referiu, no contexto, ao noticiado "desaparecimento do dinheiro", de sorte que na matéria veiculada a Representada não se limitou a divulgar um artigo jornalístico; mais que isso, emitiu juízo de valor negativo, ofendendo a honra do Suplicante.

Este Juízo, seguidamente, vem sustentando que a crítica dirigida à conduta dos chamados *homens públicos*, quando investidos em cargos públicos por si só não autoriza o direito de resposta. Porém, quando o desejo do pretendo crítico é atingir só e exclusivamente a *pessoa* do criticado, *independentemente* de suas atribuições no serviço público, deixando ao ouvinte a impressão de que o criticado apresenta aquelas características negativas, impõe-se a garantia ao direito de resposta.

Ante o exposto, julgo procedente o pedido formulado pelo Representante, concedendo-lhe o direito de responder aos fatos veiculados no espaço reservado à Representada, em 29 passado, à noite, pelo tempo de 1 (um) minuto, o mínimo legal, do sorte que necessariamente deverá se reportar acerca da existência ou não da referida auditoria, bem como às suas conclusões.

Sem custas e honorários advocatícios.

Publique-se. Intime-se.

Belém, 02 de setembro de 1994

Juiz RUI COSTA GONÇALVES (G.Reg.5413)  
Auxiliar

#### CARTÓRIO ELEITORAL DA 30ª ZONA

##### PORTARIA Nº 008/94

A Dra. RUTEA NAZARÉ VALENTE DO GOUTO FORTES, Juíza Eleitoral da 30ª Zona da Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições, etc...

#### RESOLVE:

Transferir as sedes das Seções Eleitorais da 30ª Zona, abaixo alinhadas, devido as melhores condições de trabalho das Mesas Receptoras, para a eleição de 03.10.94:

SEÇÃO 219ª - que funcionava na Escola Municipal Avertano Rocha, funcionará no Colégio Estadual Avertano Rocha, sita à Trav. Itaboraí s/n, agregada à Seção 230ª;

SEÇÃO 486ª - que funcionava na Escola de 1ª Grau Professor Walter Leite Caminha, funcionará na Creche Municipal Catalina I, no Conjunto Habitacional Catalina, Trav. 4, agregada à Seção 487ª;

SEÇÃO 488ª - que funcionava no Centro Comunitário Catalina, funcionará na Creche Municipal Catalina-I, no Cj.habitacional Catalina, Trav. 4, agregada à Seção 487ª;

SEÇÃO 489ª - CRECHE MUNICIPAL CATALINA-II, funcionará na Creche Municipal Catalina-I, Cj. Habitacional Catalina, Trav. 4, agregada à Seção 487ª;

SEÇÃO 544ª - que funcionava na Creche Municipal Catalina-III, funcionará na Creche Municipal Catalina I, no Cj. Habitacional Catalina, Trav. 4, agregada à Seção 487ª;

SEÇÃO 548ª, que funcionava na Escola Estadual Américo Souza de Oliveira, funcionará na Creche Municipal Catalina -I, sita no Cj.habitacional Catalina, Trav. 4, agregada à Seção 487ª;

SEÇÃO 552ª - que funcionava na Escola Estadual de 1ª Grau Fê em Deus, funcionará na Creche Municipal Catalina-I, sita no Cj.habitacional Catalina-Trav.4 agregada à Seção 487ª;

SEÇÃO 554ª - que funcionava na Escola Estadual Gabriel Ige da Silva, funcionará na Creche Municipal Catalina-I, no Cj.habitacional Catalina, Trav.4, agregada à Seção 487ª.

#### CUMPR A - S E.

Belém, 05 de setembro de 1994  
RUTEA FORTES, Juíza Eleitoral da 30ª Zona.

#### PORTARIA Nº 009/94

A Dra. RUTEA NAZARÉ VALENTE DO GOUTO FORTES, Juíza Eleitoral da 30ª Zona da Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições, etc...

#### RESOLVE:

Transferir as sedes das Seções Eleitorais da 30ª Zona, abaixo alinhadas, devido as melhores condições de trabalho das Mesas Receptoras para a eleição de 03.10.94; em Condição do Pará:

SEÇÃO 536ª, que funcionava na Escola Municipal Castro Alves, Povoado de Curupeté, funcionará na ESCOLA DE IGARAPÉ CRAVO, sita à Rodovia PA-40, KM-33 - Ramal do Cravo, agregada à Seção 400ª;

SEÇÃO 543ª - que funcionava na Escola Municipal São Francisco Xavier, funcionará na ESCOLA MUNICIPAL DA VILA DE ARAPIRANGA, sita à Rodovia PA-140, KM-45, Ramal Arapiranga, agregada à Seção 355ª;

SEÇÃO 553ª - que funcionava na Escola M.S. das Graças, Povoado Roma, funcionará na ESCOLA D.PEDRO II, Rodovia PA-140, KM 61, agregada à Seção 479ª;

SEÇÃO 551ª - que funcionava na Escola Santa Maria - Vila Mãe de Deus, funcionará na ESCOLA MUNICIPAL ANTONIA MONTEIRO DA SILVA, Rio Bujari, agregada à Seção 362ª;

SEÇÃO 550ª - que funcionava na Escola São Julião - Povoado São Julião, funcionará na ESCOLA MUNICIPAL ANTONIA MONTEIRO DA SILVA, Rio Bujari, agregada à Seção 362ª.

#### CUMPR A - S E.

Belém, 06 de setembro de 1994.

RUTEA FORTES, Juíza Eleitoral da 30ª Zona de Belém.

#### PORTARIA Nº 10/94

A Dra. RUTEA NAZARÉ VALENTE DO GOUTO FORTES, Juíza Eleitoral da 30ª Zona da Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições, etc...

#### RESOLVE:

Transferir as sedes das Seções Eleitorais da 30ª Zona, abaixo alinhadas, devido as melhores condições de trabalho das Mesas Receptoras, para a eleição de 03.10.94, no Município de Acará:

SEÇÃO 539ª - que funcionava no Centro Comunitário de Piriquitaguara, Furo do Piriquitaguara, funcionará no CENTRO COMUNITÁRIO BOA VISTA - Baixo Acará, agregada à Seção 474ª;

SEÇÃO 537ª - que funcionava na Escola Municipal Guajará, funcionará na ESCOLA SÃO BENEDITO, Furo São Benedito, agregada à Seção 485ª

#### CUMPR A - S E.

Belém, 06 de setembro de 1994.

RUTEA FORTES, Juíza Eleitoral da 30ª Zona de Belém.

#### PORTARIA Nº 11/94

A Dra. RUTEA NAZARÉ VALENTE DO GOUTO FORTES, Juíza Eleitoral da 30ª Zona da Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições, etc...

#### RESOLVE:

Transferir a Sede da Seção Eleitoral da 30ª Zona de número 336ª, que funcionava na Escola Estadual de Caruará, Distrito de Mosqueiro, para funcionar na ESCOLA MUNICIPAL REMIGIO FERNANDES, localidade de Maracajá, agregada à Seção 342ª, devido as melhores condições de trabalho da Mesa Receptora, para a eleição de 03.10.94.

#### CUMPR A - S E.

Belém, 06 de setembro 1994.

RUTEA FORTES, Juíza Eleitoral da 30ª Zona de Belém.

(G.Reg.5402)

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Acórdãos da 1ª Turma

(5393 a 5515/94)

ACORDÃO Nº 5393/94

PROCESSO TRT RO 1169/93

ORIGEM : JCJ DE ABAETETUBA

RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO DE LIMA

RECORRENTE(S) : CONSTRUTORA FERREIRA BARROS LTDA

Advogado(s) : Drª Heloisa Helena Tostes

RECORRIDO(S) : FRANCISCO GOMES CUNHA

Advogado(s) : Drª Maria Brielândia Ferreira

EMENTA : "Não se conhece de recurso subscrito por pessoa não habilitada nos autos".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, acolhendo proposição da D. Procuradoria Regional do Trabalho, não conhecer do recurso, por falta de habilitação de seu subscritor.

ACORDÃO Nº 5394/94

PROCESSO TRT RO 8244/93

ORIGEM : 7ª JCJ DE BELÉM

RELATOR : JUIZA LYGIA OLIVEIRA

RECORRENTE(S) : ALDERICO PROTÁSIO PINHEIRO

Advogado(s) : Dr. Francisco H. de Oliveira

RECORRIDO(S) : ASSEMBLEIA PARAENSE

Advogado(s) : Dr. Carlos T. V. Moreira e outros

EMENTA : I - Provado que o reclamante recebia gorjetas, ainda que de forma espontânea, dos fregueses que atendia no Clube reclamado, deve a parcela integrar sua remuneração para efeito de pagamento de direitos trabalhistas, conforme prevê o artigo 457 da CLT.

II - Devidas ao reclamante as diferenças decorrentes da supressão inconstitucional de índices inflacionários dos reajustes de seus salários e que não foram devidamente repostas em normas coletivas de trabalho.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; por maioria de votos, dar-lhe provimento parcial para, reformando em parte a sentença, deferir ao reclamante as parcelas de diferenças de horas extras e reflexos, conforme pedidos da inicial, mais integração da gorjeta na remuneração e diferenças consequentes, diferenças decorrentes da consideração de um só contrato de trabalho e referentes ao período entre um e outro dos anotados na CTPS, diferenças da URJ e reflexos e diferenças do IPC de março/90 relativamente ao mês de abril/90, tudo a apurar em liquidação, com juros e correção monetária, na forma do comando constante da fundamentação, vencido em parte o Emxº Juiz Domenico Falest que limitava a URJ de fevereiro/89 à data-base; à unanimidade, manter a r. decisão recorrida nos seus demais termos. Custas pela reclamada sobre o valor da condenação que se arbitra em CR\$10.000.000,00, na quantia de CR\$200.000,63. Determinar ainda sejam riscadas as expressões grosseiras utilizadas pelo recorrente, na primeira linha do recurso, porque ofensivas à MM. Junta de origem.

ACORDÃO Nº 5395/94

PROCESSO TRT RO 8800/93

ORIGEM : 4ª JCJ DE BELÉM

RELATOR : JUIZA LYGIA OLIVEIRA

RECORRENTE(S) : FRANCISCO CARLOS DE OLIVEIRA BENTO

Advogado(s) : Drª Vilma Chavaglia e outra

e ENCOL S/A - ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Advogado(s) : Drª Ediléia Valério

RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : Devidas ao reclamante as diferenças decorrentes do IPC de março/90, inconstitucionalmente suprimido dos reajustes de seus salários, e que não foi considerado por ocasião da data-base, no instrumento coletivo do ano em referência.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do

## ACORDÃO Nº 5396/94

PROCESSO TRT RO 7120/93

ORIGEM : JCJ DE ABAETETUBA  
 RELATOR : JUÍZA LYGIA OLIVEIRA  
 RECORRENTE(S) : ADOBE ENGENHARIA LTDA  
 Advogado(s) : Dr. Paulo C. Amoras Júnior e outro  
 RECORRIDO(S) : HILÁRIO FERREIRA DA SILVA  
 Advogado(s) : Dr. Vilma Chavaglia e outra

EMENTA : Devidas ao reclamantes as diferenças decorrentes do IPC de março/90, cujo Índice Inflacionário, já fixado por órgão oficial, foi suprimido dos reajustes salariais de todos os trabalhadores do país, em ofensa ao princípio constitucional do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, rejeitar a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho, por falta de amparo legal; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao item II e § 1º do art. 2º da Medida Provisória 154/90; no mérito, por maioria de votos, negar-lhe provimento para confirmar a r. decisão recorrida, vencido em parte o Exmº Juiz Domenico Falezi que limitava a diferença salarial do IPC de março/90 à data-base. Custas como fixadas no primeiro grau de jurisdição.

## ACORDÃO Nº 5397/94

PROCESSO TRT AI 8294/93

ORIGEM : 7ª JCJ DE BELÉM  
 RELATOR : JUIZ AGUIINALDO ALCÂNTARA  
 AGRAVANTE(S) : COBRA - COMPUTADORES E SISTEMAS BRASILEIROS S/A  
 Advogado(s) : Dr. Marília Rabelo Giroto  
 AGRAVADO(S) : EMANUEL VAZ ALMEIDA DA SILVA  
 Advogado(s) : Dr. Eliezer Francisco Cabral

EMENTA : PRAZOS JUDICIAIS - DILAÇÃO DECORRENTE DO HORÁRIO DE CIRCULAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL (LEI Nº 1.408/51) - A NOTIFICAÇÃO MEDIANTE REQUERIMENTO POSTAL E A PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL.

A dilação do prazo em decorrência do horário de circulação do Diário Oficial prevista no art. 4º da Lei nº 1.408/51, não mais se aplica. C. Excelso STF, já na vigência do atual CPC, entendeu revogada a referida lei.

A notificação postal prevista no § 1º do art. 841 da CLT é específica para o caso de notificação inicial em reclamação trabalhista.

A notificação da decisão proferida em embargos à execução pode ser feita mediante publicação no Diário Oficial, como autorizado pelo Provimento nº 158/92, do E. TRT da 8ª Região, e artigos 236 e 1.216 do CPC, de aplicação subsidiária (art. 769 da CLT).

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do agravo, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar o despacho agravado.

## ACORDÃO Nº 5398/94

PROCESSO TRT RO 7691/93

ORIGEM : 2ª JCJ DE BELÉM  
 RELATOR : JUÍZA LYGIA OLIVEIRA  
 RECORRENTE(S) : RAUL MACHADO COELHO  
 Advogado(s) : Dr. George Abdon Yazbek e outro  
 RECORRIDO(S) : METAM METALÚRGICA ALMEIDA LTDA  
 Advogado(s) : Dr. Ronaldo Barata

EMENTA : Ajuizada a reclamação antes do escoado o prazo prescricional de cinco anos previsto na Constituição Federal de 1988, é de deferir ao reclamante as diferenças do chamado Plano Bresser e respectivos reflexos, conforme pedido na inicial.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; sem divergências, dar-lhe provimento para, afastada a prescrição relativa ao Plano Bresser, determinar a baixa dos autos à MM. JCJ de origem para exame do mérito, como entender de direito.

## ACORDÃO Nº 5399/94

PROCESSO TRT RO 5867/93

ORIGEM : 2ª JCJ DE BELÉM  
 RELATOR : JUÍZA LYGIA OLIVEIRA  
 RECORRENTE(S) : MARIA BENEDITA VASCONCELOS BRITO  
 Advogado(s) : Dr. Raimundo C.R. Caldas e outra  
 e INTERFRIOS - INTERCÂMBIO DE FRIOS LTDA  
 Advogado(s) : Dr. João J. Maroja e outros  
 RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : As diferenças decorrentes dos planos econômicos do governo, cujos índices foram excluídos dos reajustes salariais em violação ao princípio constitucional do direito adquirido, só são lidas como repostas nas datas-bases da categoria profissional quando negociadas expressamente nas respectivas normas coletivas.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; ratificar, em face da iterativa jurisprudência do Egrégio Tribunal Pleno, a inconstitucionalidade do item II e § 1º do art. 2º da Medida Provisória 154/90; no mérito, sem divergência, negar provimento ao apelo da reclamada; por maioria de votos, dar provimento ao recurso do reclamante para, retirar da condenação a limitação ali imposta quanto à apuração das diferenças deferidas, vencido o Exmº Juiz Domenico Falezi, à unanimidade, manter a decisão em seus demais termos. Custas conforme fixadas no primeiro grau de jurisdição.

## ACORDÃO Nº 5400/94

PROCESSO TRT RO 7728/93

ORIGEM : 2ª JCJ DE BELÉM  
 RELATOR : JUÍZA LYGIA OLIVEIRA  
 RECORRENTE(S) : COMÉRCIO DE MÁQUINAS E MOTORES DO BRASIL S/A - COBRAS  
 Advogado(s) : Dr. Carlos A.T. Potiguar  
 RECORRIDO(S) : PAULO SÉRGIO RIBEIRO  
 Advogado(s) : Dr. Kelly C.B. de Lima

EMENTA : JUSTA CAUSA - Prova feita através das testemunhas da empresa

Provado nos autos, devidamente, que o empregado, responsável por requisição de peças, estava envolvido no fato mencionado pela empresa, sobre peças faturadas em nome da mesma, sem que nela dessem entrada.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; sem divergência dar-lhe provimento para, reformando a decisão recorrida, julgar improcedentes as parcelas concedidas ao recorrido, por falta de amparo legal. Custas pelo recorrido, sobre o valor das parcelas julgadas improcedentes, que se arbitra em CR\$40.000.000,00 (O MESMO CONSTANTE DA SENTENÇA), na quantia de CR\$800.000,00.

## ACORDÃO Nº 5401/94

PROCESSO TRT AP 7078/93

ORIGEM : 6ª JCJ DE BELÉM  
 RELATOR : JUÍZA LYGIA OLIVEIRA  
 AGRAVANTE(S) : INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - INAMPS  
 Advogado(s) : Dr. Dilza R. da C. de Almeida e outros  
 AGRAVADO(S) : ANA BERNADETH QUARESMA DE ARAUJO E OUTROS  
 Advogado(s) : Dr. Cleide H.S. Avelar e outros

EMENTA : A Justiça do Trabalho não é órgão fiscalizador, pelo que a fiscalização quanto ao recolhimento de contribuições previdenciárias sobre verbas trabalhistas deve ser feita, segundo dispõe o art. 33 da Lei 8.212/91, pelo INSS (Instituto Nacional de Seguro Social).

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do agravo de petição; sem divergência, negar-lhe provimento, mantendo, em consequência, o r. despacho agravado, conforme os fundamentos.

## ACORDÃO Nº 5402/94

PROCESSO TRT REX OFF 6186/93

ORIGEM : JCJ DE BEVES  
 RELATOR : JUÍZA LYGIA OLIVEIRA  
 RECLAMANTE(S) : ANTÔNIO RODRIGUES SERRÃO  
 Advogado(s) : Dr. Gilmar Kuhn  
 RECLAMADO(S) : MUNICÍPIO DE BEVES - PREFEITURA MUNICIPAL

EMENTA : Muito bem apreciada a hipótese dos autos, na sentença proferida pela MM. Junta de origem, pelo que é de manter-se referido *decisum*, sem qualquer reparo.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa de ofício; rejeitar a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho, por falta de amparo legal; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a r. sentença recorrida; custas como fixadas no primeiro Grau de Jurisdição.

## ACORDÃO Nº 5403/94

PROCESSO TRT RO 6922/93

ORIGEM : 2ª JCJ DE BELÉM  
 RELATOR : JUÍZA LYGIA OLIVEIRA  
 RECORRENTE(S) : LUNDGREN IRMÃOS TECIDOS S/A - CASAS PERNAMBUCANAS  
 Advogado(s) : Dr. Maria Rosângela da S. Coelho de Souza e outros  
 E EDILCE FARIAS VIEIRA  
 Advogado(s) : Dr. Antônio M da Silva  
 RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : Devidas as diferenças decorrentes dos planos econômicos do Governo Federal, não atingidas pela prescrição quinquenal, desde que tais planos, ao suprimirem dos reajustes salariais índices inflacionários já fixados por órgão oficial, violaram o princípio constitucional do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, rejeitar a preliminar de não conhecimento do recurso da reclamada por deserção, suscitada em contramínuta, por falta de amparo legal; ratificada pela Turma, em face da iterativa jurisprudência do Egrégio Tribunal Pleno, a inconstitucionalidade dos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e do item II e § 1º do artigo 2º da Medida Provisória 154/90 e ainda, desprezada a declaração de inconstitucionalidade da legislação pertinente ao IPC de abril/90, porque, no mesmo Plano, não tem sido alcançado o quorum qualificado para tal, no mérito, negar provimento ao recurso da reclamada, vencido em parte o Exmº Juiz Revisor que limitava as diferenças concedidas à data-base; sem divergência dar provimento parcial ao recurso do reclamante, apenas para declarar que o contrato de trabalho que o ligou à reclamada, foi um só, devendo ser anotado na CTPS; manter, a final, a r. decisão recorrida nos seus demais termos. Custas, conforme fixadas no primeiro Grau de Jurisdição.

## ACORDÃO Nº 5404/94

PROCESSO TRT RO 5459/93

ORIGEM : 7ª JCJ DE BELÉM  
 RELATOR : JUÍZA LYGIA OLIVEIRA  
 RECORRENTE(S) : BANCO DA AMAZÔNIA SOCIEDADE ANÔNIMA - BASA  
 Advogado(s) : Dr. Agildo M. Cavalcanti e outros  
 RECORRIDO(S) : MARIA DE FÁTIMA SANTIAGO BRAGA  
 Advogado(s) : Dr. Alfredo A. Casanova N. Ribeiro

EMENTA : Devidas ao reclamante as diferenças decorrentes dos planos econômicos do Governo Federal, os quais, ao suprimirem dos reajustes salariais índices inflacionários já fixados por órgão oficial, violaram o princípio constitucional do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade pelo Tribunal Pleno, quanto aos arts. 5º e 6º da Lei 7730/89 e ao item II e § 1º do art. 2º da Medida Provisória 154/90, no mérito, por maioria de votos, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida em todos os seus termos, vencido em parte o Exmº Juiz Domenico Falezi que limitava as diferenças salariais deferidas à data-base. Custas como no primeiro Grau de Jurisdição.

## ACORDÃO Nº 5405/94

PROCESSO TRT RO 5464/93

ORIGEM : JCJ DE CASTANHAL  
 RELATOR : JUÍZA LYGIA OLIVEIRA  
 RECORRENTE(S) : LUCI BORGES MONTEIRO (Reclamante)  
 Advogado(s) : Dr. José Rubens B. de Lello e outros  
 RECORRIDO(S) : MUNICÍPIO DE TERRA ALTA - PREFEITURA MUNICIPAL (Reclamado)  
 Advogado(s) : Dr. Leandro Jorge L. de Souza  
 E MUNICÍPIO DE CURUÇA - PREFEITURA MUNICIPAL (Litisconsorte)

EMENTA : Considerando nulo o ato de contratação para emprego público feito sem a observância do disposto no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, deve-se tomar providências, tendo em vista a igualdade de tratamento dos litigantes e para cumprimento do preceituado na parte final do § 2º do mesmo dispositivo, a fim de que seja responsabilizada e punida a autoridade que o praticou.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; sem divergência, dar-lhe parcial provimento para, reformando em parte a sentença, deferir ao reclamante salário retido, de modo simples, do mês de janeiro/93, cuja responsabilidade é do Município reclamado da Terra Alta, com juros e correção, e ainda determinar a remessa de cópias do processo, inclusive desta decisão, ao Ministério Público Estadual, para as providências estabelecidas no § 2º do artigo 37 da Constituição Federal, manter a decisão nos seus demais termos.

## ACORDÃO Nº 5406/94

PROCESSO TRT RO 4812/93

ORIGEM : 3ª JCJ DE BELÉM  
 RELATOR : JUIZ AGUIINALDO ALCÂNTARA  
 RECORRENTE(S) : COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO  
 Advogado(s) : Dr. Maria Rosângela da Silva Coelho de Souza e outros  
 RECORRIDO(S) : REINALDO JOSÉ MONTEIRO SANTA ROSA  
 Advogado(s) : Dr. Pedro Rodrigues da Silva

EMENTA : IPC DE MARÇO/90 - 84,32%

É inconstitucional o dispositivo de lei que viola direito adquirido dos trabalhadores.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, considerando os precedentes jurisprudenciais do Tribunal Pleno, mencionados na fundamentação, relativos ao item II e § 1º do art. 2º da MP 154/90, no mérito, por maioria de votos, vencido o Exmº Juiz Relator, dar-lhe provimento parcial para, reformando em parte, a decisão, limitar as diferenças do IPC de março/90 à data-base; ainda por maioria de votos, vencido o Exmº Juiz Fernando Acatauassu Nunes que julgava a reclamação improcedente, manter a sentença nos demais termos. Custas como no 1º Grau de Jurisdição.

## ACORDÃO Nº 5407/94

PROCESSO TRT RO 4654/93

ORIGEM : JCJ DE ABAETETUBA  
 RELATOR : JUIZ AGUIINALDO ALCÂNTARA  
 RECORRENTE(S) : MONTREAL ENGENHARIA S/A  
 Advogado(s) : Dr. Enilda de Freitas Fagundes Rodrigues  
 RECORRIDO(S) : PAULO SÉRGIO VARELA DA SILVA  
 Advogado(s) : Dr. Odival Quaresma e outro

EMENTA : São inconstitucionais os dispositivos de lei que violam direitos adquiridos dos trabalhadores.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso considerando os precedentes jurisprudenciais do Tribunal Pleno, mencionados na fundamentação, relativos ao item II e § 1º do art. 2º da MP 154/90 e ao item II e parágrafos 1º e 5º da Lei 6030/90, no mérito, sem divergência, dar-lhe em parte provimento para, reformando parcialmente a decisão recorrida, excluir da condenação as diferenças salariais e reflexos decorrentes do IPC de abril/90, por maioria de votos, manter os demais termos da decisão recorrida, vencido em parte o Exmº Juiz Ivanildo Pontes que limitava a diferença salarial do IPC de março/90 à data-base. Custas conforme fixadas em primeiro Grau de Jurisdição.

## ACORDÃO Nº 5408/94

PROCESSO TRT REX OFF E RO 2970/94

ORIGEM : 1ª JCJ DE BELÉM  
 RELATOR : AGUIINALDO ALCÂNTARA  
 RECORRENTE-RECLAMADO(S) : DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNER  
 Advogado(s) : Dr. Romulo Fontenelle  
 RECORRIDO-RECLAMANTE(S) : RENATO NUNES GOUVEIA  
 Advogado(s) : Dr. Alin Silveiro Afonso Garcia

EMENTA : São inconstitucionais os dispositivos de lei que violam direitos adquiridos dos trabalhadores.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer do recurso voluntário do reclamado, porque subscrito por profissional não habilitado nos autos; conhecer da remessa de ofício e rejeitar a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho, por falta de amparo legal; considerar os precedentes jurisprudenciais do Tribunal Pleno, mencionados na fundamentação, relativos ao inciso I do art. 1º do Decreto-Lei 2425/88 e aos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89, no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a decisão recorrida.

## ACORDÃO Nº 5409/94

PROCESSO TRT REX OFF E RO 4474/93

ORIGEM : JCJ DE ABAETETUBA  
 RELATOR : JUIZ AGUIINALDO ALCÂNTARA  
 RECORRENTE-RECLAMADO(S) : ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - SETRAN  
 Advogado(s) : Dr. Lonna Lia Gentil Uliana  
 RECORRIDO-RECLAMANTE(S) : SANDOVAL DA SILVA SANTOS  
 Advogado(s) : Dr. Vilma Aparecida de S. Chavaglia e outra

EMENTA : São inconstitucionais os dispositivos de lei que violam direitos adquiridos dos trabalhadores.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos, rejeitar a preliminar de extinção do processo sem julgamento do mérito, por falta de amparo

QUINTA-FEIRA, 8 DE SETEMBRO DE 1994

DIÁRIO OFICIAL - CADERNO 6

0183 Pág. 7

legal; considerar os precedentes jurisprudenciais do Tribunal Pleno, mencionados na fundamentação, relativos aos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89, ao item II e § 1º do art. 2º da MP 154/90 e ao item II e parágrafos 1º e 5º do art. 2º da Lei 8030/90, no mérito, sem divergência, dar em parte provimento aos recursos para, reformar parcialmente a decisão recorrida, excluir da condenação as diferenças salariais e reflexos decorrentes do IPC de abril/90, por maioria de votos, manter os demais termos da decisão recorrida, vencido em parte o Exmº Juiz Ivanildo Pontes que limitava a diferença salarial do IPC de março/90 à data-base. Custas conforme fixadas no primeiro Grau de Jurisdição.

ACORDÃO Nº 5410/94  
PROCESSO TRT RO 526/93

ORIGEM : JCJ DE SANTARÉM  
RELATOR : JUIZ AGUIINALDO ALCÂNTARA  
RECORRENTE(S) : LUNDGREN IRMÃOS TECIDOS S/A - CASAS PERAMBUCANAS  
Advogado(s) : Dr. Thadeu da Jesus e Silva e outros  
RECORRIDO(S) : GILMAR ALBERTO HENN  
Advogado(s) : Dr. Antônio Eder de Sousa Coelho e outros

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS

São Inconstitucionais os dispositivos de lei que violam direitos assegurados ao trabalhador pela Carta Magna.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, ratificar a jurisprudência do Tribunal Pleno, relativo ao § 4º do art. 8º do DL 2335/87 e ao item II, § 1º do art. 2º da MP 154/90; no mérito, por maioria de votos, vencido o Exmº Juiz Relator, dar provimento em parte ao recurso da reclamada para julgar a improcedência do pleito relativo a reintegração; à unanimidade, manter a sentença recorrida em seus demais termos.

ACORDÃO Nº 5411/94

PROCESSO TRT RO 1313/93  
ORIGEM : 4º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ AGUIINALDO ALCÂNTARA  
RECORRENTE(S) : ENCOL S/A - ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA  
Advogado(s) : Drª Débora Aguiar Queiroz e outros e CECÍLIO REIS DA SILVA (R. Adesivo)  
Advogado(s) : Dr. Joaquim Lopes de Vasconcelos e outros  
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS

São Inconstitucionais os dispositivos de lei que violam direitos assegurados ao trabalhador pela Carta Magna.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, rejeitar a preliminar arguida pela reclamada, de nulidade do processo fundada em cerceamento de defesa, por falta de amparo legal, ratificar a jurisprudência do Tribunal Pleno relativa ao § 4º art. 8º do DL 2335/87, aos arts. 5º e 6º da Lei 7730/89, e ao item II, § 1º do art. 2º da MP 154/90; no mérito, sem divergência, negar provimento ao recurso da reclamada; por maioria de votos, vencido o Exmº Juiz Relator que mandava ressarcir as custas pagas pelo autor e excluir a limitação do Plano Bresser, URP de fevereiro/89 e IPC de março/90. A Eg. Turma nega provimento ao recurso do reclamante para confirmar a r. sentença recorrida em todos os seus termos.

ACORDÃO Nº 5412/94

PROCESSO TRT REX OFF E RO 2377/93  
ORIGEM : 3º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ AGUIINALDO ALCÂNTARA  
RECORRENTE-RECLAMADO(S) : UNIÃO FEDERAL - CENTRO DE INSTRUÇÃO ALMIRANTE BRAZ DE AGUIAR - CIABA  
Advogado(s) : Dr. Moacir Guimarães Morais Filho e outros  
RECORRIDO-RECLAMANTE(S) : IVON LEY CARDOSO DO ROSÁRIO E OUTROS  
Advogado(s) : Drª Maria José Cabral Cavalli e outra

EMENTA : FGTS - INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º DO ART. 6º DA Lei 8162/91.

É Inconstitucional o dispositivo de lei que veda o saque do FGTS pela conversão do regime jurídico do trabalhador porque viola direitos assegurados pela Carta Magna.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos, rejeitar a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho por falta de amparo legal; considerar os precedentes jurisprudenciais do Tribunal Pleno, mencionados na fundamentação, relativos ao § 1º do art. 8º da Lei 8.162/91, no mérito, sem divergência, negar-lhes provimento para confirmar a decisão recorrida. Custas como no primeiro Grau de Jurisdição.

ACORDÃO Nº 5413/94

PROCESSO TRT REX OFF E RO 2419/93  
ORIGEM : 2º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ AGUIINALDO ALCÂNTARA  
RECORRENTE(S) : MARNE BRASIL VIEIRA  
Advogado(s) : Drª Ediléia Valério e outros e INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA  
Advogado(s) : Drª Maria de Fátima Martins Cavada Monteiro e outros  
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : São Inconstitucionais os dispositivos de lei que violam direitos adquiridos dos trabalhadores.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer do recurso da reclamada por falta de habilitação regular de seu subscritor, conhecer do recurso do reclamante e da remessa de ofício, ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos arts. 5º e 6º da Lei 7730/89 e ao item II, § 1º do art. 2º da MP 154/90; no mérito, sem divergência, negar-lhes provimento para confirmar integralmente a r. sentença recorrida. Custas como no primeiro Grau de Jurisdição.

ACORDÃO Nº 5414/94

PROCESSO TRT RO 4376/93  
ORIGEM : JCJ DE ALMEIRIM

RELATOR : JUIZ AGUIINALDO ALCÂNTARA  
RECORRENTE(S) : COMPANHIA FLORESTAL MONTE DOURADO  
Advogado(s) : Dr. Rômulo Gouvêa  
RECORRIDO(S) : REINALDO DE ABREU PAIVA  
Advogado(s) : Dr. Adamor Guimarães Malcher e outro

EMENTA : São Inconstitucionais os dispositivos de lei que violam direitos adquiridos dos trabalhadores.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, considerar os precedentes jurisprudenciais do Tribunal Pleno, mencionados na fundamentação, relativos aos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e ao item II e § 1º do art. 2º da MP 154/90, no mérito, sem divergência, dar-lhe em parte provimento para, reformar parcialmente a decisão recorrida, excluir da condenação as diferenças salariais e reflexos decorrentes da URP de fevereiro/89, conforme os fundamentos por maioria de votos, manteve os demais termos da decisão recorrida, vencido em parte o Exmº Juiz Ivanildo Pontes que limitava a diferença salarial do IPC de março/90 à data-base. Custas como no primeiro grau de Jurisdição.

ACORDÃO Nº 5415/94

PROCESSO TRT REX OFF 1495/93  
ORIGEM : 5º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ AGUIINALDO ALCÂNTARA  
RECORRENTE-RECLAMANTE(S) : GENI NELSON LEMOS FONSECA E OUTRO  
Advogado(s) : Drª Eliana Alcantarinho Menescal  
RECORRIDO-RECLAMADO(S) : UNIÃO FEDERAL - MINISTÉRIO DA MARINHA - HOSPITAL NAVAL DE BELÉM  
Advogado(s) : Dr. Rubens Rollo D'Oliveira

EMENTA : São Inconstitucionais os dispositivos de lei que violam direitos assegurados aos trabalhadores pela Carta Magna.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa de ofício, rejeitar a arguição de prescrição, por falta de amparo legal; ratificar o entendimento jurisprudencial do Tribunal Pleno, mencionados na fundamentação, relativo ao § 4º do art. 8º do DL 2335/87, ao inciso I do art. 1º do DL 2425/88, aos arts. 5º e 6º da Lei 7730/89 e ao item II, § 1º do art. 2º da MP 154/90, no mérito, por maioria de votos, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a sentença recorrida, vencido em parte o Exmº Juiz Ivanildo Pontes que limitava a diferença salarial do IPC de março/90 à data-base. Custas como no 1º grau de Jurisdição.

ACORDÃO Nº 5416/94

PROCESSO TRT RO 2806/93  
ORIGEM : 7º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ AGUIINALDO ALCÂNTARA  
RECORRENTE(S) : IMPORTADORA DE FERRAGENS S/A  
Advogado(s) : Dr. Eliezer Roberto de Oliveira Nazaré e outros  
RECORRIDO(S) : JOSÉ JOAQUIM FERREIRA HOLANDA  
Advogado(s) : Dr. Alfredo Augusto Casanova Nelson Ribeiro

EMENTA : São Inconstitucionais os dispositivos de lei que violam direitos adquiridos dos trabalhadores.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, considerar os precedentes jurisprudenciais do Tribunal Pleno, mencionados na fundamentação, relativos ao item II e § 1º do art. 2º da MP 154/90 e ao item II e parágrafos 1º e 5º do art. 2º da Lei 8030/90, no mérito, sem divergência, dar-lhe em parte provimento para, reformar parcialmente a decisão recorrida, excluir da condenação as diferenças salariais e reflexos do IPC de abril/90; por maioria de votos, manter a r. sentença em seus demais termos, vencido em parte o Exmº Juiz Ivanildo Pontes que limitava a diferença salarial do IPC de março/90 à data-base. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 5417/94

PROCESSO TRT REX OFF E RO 1515/93  
ORIGEM : 6º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ AGUIINALDO ALCÂNTARA  
RECORRENTE(S) : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFP  
Advogado(s) : Drª Maria Adelaide Dias Barroso da Costa e outros  
RECORRIDO(S) : FREDERICO COELHO DE SOUZA E OUTROS  
Advogado(s) : Dr. Daniel Queima Coelho de Souza e outros

EMENTA : São Inconstitucionais os dispositivos de lei que violam direitos adquiridos dos trabalhadores.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos considerar interposta "ex lege" a remessa de ofício, determinar a correção da capa dos autos e demais assentamentos, onde couber; considerar os precedentes jurisprudenciais do Tribunal Pleno, mencionados na fundamentação, relativos ao § 4º do art. 8º do Decreto-Lei 2335/87, aos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e ao item II e § 1º do art. 2º da MP 154/90, no mérito, por maioria de votos, negar provimento aos recursos para confirmar a decisão recorrida em todos os seus termos. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 5418/94

PROCESSO TRT RO 1819/93  
ORIGEM : 3º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ AGUIINALDO ALCÂNTARA  
RECORRENTE(S) : SERASA - CENTRALIZAÇÃO DE SERVIÇO DOS BANCOS S/A  
Advogado(s) : Dr. Pedro Raimundo Maia Miléo e outros e JOSIEL BOTELHO MATOS  
Advogado(s) : Dr. João José Soares Geraldo e outros  
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS

Deve ser afastada, por inconstitucionalidade, a aplicação de dispositivos de lei que violam os princípios do direito adquirido e da irredutibilidade do salário, assegurados pela Carta Magna.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos, rejeitar a preliminar de não conhecimento do recurso do reclamante por deserção, suscitada pela reclamada e pelo Ministério Público, ratificar o entendimento

jurisprudencial do Tribunal Pleno, mencionado na fundamentação, relativo ao § 4º do art. 2º do DL 2335/87, aos arts. 5º e 6º da Lei 7730/89 e ao item II e § 1º art. 2º da MP 154/90; no mérito, sem divergência, negar provimento ao recurso da reclamada, dar em parte provimento ao recurso do reclamante para, reformando parcialmente a decisão recorrida, afastar a limitação quanto às diferenças salariais e reflexos relativos ao Plano Bresser, à URP de fevereiro/89 e ao IPC de março/90; por maioria de votos, vencido os Exmºs Juizes Relator e Revisor quanto a indenização adicional, manter a r. decisão em seus demais termos. Custas como fixadas em primeiro grau.

ACORDÃO Nº 5419/94

PROCESSO TRT RO 180/93  
ORIGEM : 3º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ AGUIINALDO ALCÂNTARA  
RECORRENTE(S) : EMARKI - ENGENHARIA E MARKETING IMOBILIÁRIO LTDA  
Advogado(s) : Dr. Reynaldo Andrade da Silveira e outros e RAIMUNDO NONATO DA SILVA  
Advogado(s) : Dr. Oscar Maria de Alencar Fernandes  
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

No processo trabalhista, são devidos os honorários advocatícios quando atendidos os requisitos da Lei nº 5.584/70.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos, sem divergência, dar parcial provimento ao recurso do reclamante para, reformando em parte a decisão recorrida, deferir ao mesmo a diferença de estabilidade, como requerido, por maioria de votos, vencido o Exmº Juiz Relator, dar provimento ao recurso da reclamada para excluir da condenação a parcela de multa por atraso no pagamento; à unanimidade, mantida a r. sentença recorrida em seus demais termos.

ACORDÃO Nº 5420/94

PROCESSO TRT RO 5242/93  
ORIGEM : 10º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ AGUIINALDO ALCÂNTARA  
RECORRENTE(S) : TRANSPORTADORA BELEMENSE LTDA  
Advogado(s) : Drª Simone Cruz Vieira e outro  
RECORRIDO(S) : VADILSON ALVES COSTA  
Advogado(s) : Dr. Carlos Alberto Prestes de Brito e outros

EMENTA : São Inconstitucionais os dispositivos de lei que violam direitos adquiridos dos trabalhadores.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e ao item II e § 1º do art. 2º da MP 154/90, no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a r. sentença recorrida. Custas como no primeiro grau de Jurisdição.

ACORDÃO Nº 5421/94

PROCESSO TRT AI 6193/93  
ORIGEM : JCJ DE ABAETETUBA  
RELATOR : JUIZ AGUIINALDO ALCÂNTARA  
AGRAVANTE(S) : COMPANHIA REAL AGROINDUSTRIAL  
Advogado(s) : Drª Maria das Graças Sequeira Maia  
AGRAVADO(S) : VALDETE PINHEIRO DOS SANTOS  
Advogado(s) : Dr. Brasil Rodrigues de Araújo

EMENTA : RECURSO - PETIÇÃO EM CÓPIA

O Provimento nº 156/90, deste E. Tribunal, recomenda, em observância ao art. 771 da CLT, o indeferimento de petições iniciais, interlocutórias e recursais "que não estejam no original datilografado, tolerando as escritas à tinta em letra padronizada".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do agravo, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar o despacho agravado.

ACORDÃO Nº 5422/94

PROCESSO TRT REX OFF E RO 5153/93  
ORIGEM : JCJ DE MACAPÁ  
RELATOR : JUIZ AGUIINALDO ALCÂNTARA  
RECORRENTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (Litsconsorte)  
Advogado(s) : Dr. Luiz Carlos Lugues e outros e INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS  
Advogado(s) : Dr. Roberto Bastos da Silva  
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

Advogado(s) : E MARIA IVONE BARBOSA RODRIGUES E OUTROS  
Advogado(s) : Dr. José Caxias Lobato

EMENTA : FGTS - MUDANÇA DO REGIME

"Resolvido o contrato de trabalho com a transferência do servidor do regime da CLT para o estatutário em decorrência de lei, assiste-lhe o direito de movimentar a conta vinculada do FGTS" (Súmula nº 178 do STJ).

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer do recurso voluntário do reclamado, porque intempestivo, não conhecer do recurso da CEF, por falta de legitimidade, conhecer apenas da remessa de ofício, considerar os precedentes jurisprudenciais do Tribunal Pleno, mencionados na fundamentação, relativos ao § 1º do art. 6º da Lei 8.162/91; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida em todos os seus termos. Custas conforme fixadas no primeiro grau de Jurisdição.

ACORDÃO Nº 5423/94

PROCESSO TRT RO 4893/93  
ORIGEM : 8º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ AGUIINALDO ALCÂNTARA  
RECORRENTE(S) : LISTEL - LISTAS TELEFÔNICAS S/A  
Advogado(s) : Dr. Artur Alves Ramos e outro  
RECORRIDO(S) : ELIANA DO SOCORRO BARROS LEAL  
Advogado(s) : Drª Vilma Aparecida S. Chavegila e outra

Pág. 8

0184

DIÁRIO OFICIAL - CADERNO 6

QUINTA-FEIRA, 8 DE SETEMBRO DE 1994

**EMENTA** : São inconstitucionais os dispositivos de lei que violam direitos adquiridos dos trabalhadores.

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, considerar os precedentes jurisprudenciais do Tribunal Pleno, mencionados na fundamentação, relativos aos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89, ao item II e § 1º do art. 2º da MP 154/90 e ao item II e parágrafos 1º e 5º do art. 2º da Lei 8030/90, no mérito, sem divergência, dar-lhe em parte provimento para, reformar parcialmente a decisão recorrida, excluir da condenação as diferenças salariais e reflexos decorrentes do IPC de março/90; por maioria de votos, manteve os demais termos da decisão recorrida, vencido em parte o Exmº Juiz Ivanildo Pontes que limitava a diferença salarial do IPC de março/90 à data-base. Custas como no primeiro grau.

**ACORDÃO Nº 5424/94**  
**PROCESSO TRT AI 11101/93**  
**ORIGEM** : 6º JCJ DE BELÉM  
**RELATOR** : JUIZ AGUIALDO ALCÂNTARA  
**AGRAVANTE(S)** : TRANSPORTES AÉREOS REGIONAIS DA BACIA AMAZÔNICA  
**Advogado(s)** : Drº Simone Mº P. Pires e outros  
**AGRAVADO(S)** : DOMINGOS DE SENA ROSA

**EMENTA** : Mantém-se o despacho que negou seguimento ao recurso ordinário suscitado pelo advogado sem habilitação nos autos.

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do agravo e sem divergência negar-lhe provimento para confirmar integralmente o r. despacho agravado, conforme os fundamentos.

**ACORDÃO Nº 5425/94**  
**PROCESSO TRT AP 5968/93**  
**ORIGEM** : 1º JCJ DE BELÉM  
**RELATOR** : JUIZ AGUIALDO ALCÂNTARA  
**RECORRENTE(S)** : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESA DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO DE BELÉM DO PARÁ  
**Advogado(s)** : Dr. Maria Lúcia da Silva Pimentel e outro  
**RECORRIDO(S)** : RÁDIO CLUBE DO PARÁ PRC 5 LTDA e RÁDIO CARÁJAS FM  
**Advogado(s)** : Dr. Edilson B. O. Dantas

**EMENTA** : Não se conhece de recurso intempestivo.

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer do agravo de petição porque intempestivo, conforme fundamentação.

**ACORDÃO Nº 5426/94**  
**PROCESSO TRT REX OFF E RO 1963/93**  
**ORIGEM** : 1º JCJ DE BELÉM  
**RELATOR** : JUIZ AGUIALDO ALCÂNTARA  
**RECORRENTE(S)** : CÉLIA CAVALCANTE OLIVEIRA DE MELO GONÇALVES  
**Advogado(s)** : Dr. Frederico Antônio de Lima Oliveira e outros  
**AGRAVADO(S)** : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
**RECORRIDO(S)** : OS MESMOS

**EMENTA** : FGTS - MUDANÇA DO REGIME

"Resolvido o contrato de trabalho com a transferência do servidor do regime da CLT para o estatutário em decorrência de lei, assiste-lhe o direito de movimentar a conta vinculada do FGTS" (Súmula nº 178 do STJ).

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos, considerar os precedentes jurisprudenciais do Tribunal Pleno, mencionados na fundamentação, relativos ao § 1º do art. 6º da Lei 8.152/91, no mérito, sem divergência, negar-lhes provimento para confirmar integralmente a r. sentença recorrida. Custas como no 1º grau.

**ACORDÃO Nº 5427/94**  
**PROCESSO TRT RO 1484/93**  
**ORIGEM** : JCJ DE MACAPÁ  
**RELATOR** : JUIZ AGUIALDO ALCÂNTARA  
**RECORRENTE(S)** : SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC  
**Advogado(s)** : Dr. Adelmo Caxias de Sousa  
**RECORRIDO(S)** : SILAMAR SOUZA DOS SANTOS  
**Advogado(s)** : Dr. Antônio Fernando da Silva e Silva

**EMENTA** : Não se conhece de recurso deserto.

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer do recurso ordinário, porque deserto, conforme os fundamentos.

**ACORDÃO Nº 5428/94**  
**PROCESSO TRT RO 1315/93**  
**ORIGEM** : 2º JCJ DE BELÉM  
**RELATOR** : JUIZ AGUIALDO ALCÂNTARA  
**RECORRENTE(S)** : SÍLVIO GUILHERME LOPES PORTUGAL E OUTROS  
**Advogado(s)** : Drº Paula F. Mattos e outros  
**AGRAVADO(S)** : COMPANHIA DO CAS DO PARÁ - CDP  
**Advogado(s)** : Dr. Paulo C. de Oliveira e outros  
**RECORRIDO(S)** : OS MESMOS

**EMENTA** : São inconstitucionais os dispositivos de lei que violam direitos adquiridos dos trabalhadores.

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer do recurso dos reclamantes porque deserto, conhecer do recurso da reclamada, rejeitar a preliminar de nulidade da sentença, bem como a arguição de prescrição, por falta de amparo legal, ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao § 4º art. 8º do DL 2335/87, aos arts. 5º e 6º da Lei 7730/89 e ao item II, § 1º art. 2º da MP 154/90; no mérito, por maioria de votos, negar-lhe provimento para confirmar a decisão recorrida, em todos os seus termos, vencido em

parte o Exmº Juiz Domenico Falesi que limitava a diferença salarial do IPC de março/90 à data-base. Custas como fixadas no primeiro grau de jurisdição.

**ACORDÃO Nº 5429/94**  
**PROCESSO TRT RO 5024/93**  
**ORIGEM** : 1º JCJ DE BELÉM  
**RELATOR** : JUIZ AGUIALDO ALCÂNTARA  
**RECORRENTE(S)** : LOJAS RIACHUELO S/A  
**Advogado(s)** : Dr. Sebastião Halim Soares Haber e outros  
**RECORRIDO(S)** : ANTÔNIO DA PUREZA MACIEL  
**Advogado(s)** : Dr. José Furtado Brito

**EMENTA** : São inconstitucionais os dispositivos de lei que violam direitos adquiridos dos trabalhadores.

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, considerando os precedentes jurisprudenciais do Tribunal Pleno, mencionados na fundamentação, relativos aos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89, ao item II e § 1º do art. 2º da MP 154/90 e ao item II e parágrafos 1º e 5º do art. 2º da Lei 8030/90, no mérito, dar-lhe em parte provimento para, reformar parcialmente a decisão recorrida, excluir da condenação as diferenças salariais e reflexos decorrentes do IPC de março/90, por maioria de votos, manter os demais termos da decisão recorrida, vencido em parte o Exmº Juiz Ivanildo Pontes que limitava a diferença salarial do IPC de março/90. Custas como no primeiro grau.

**ACORDÃO Nº 5430/94**  
**PROCESSO TRT RO 2828/93**  
**ORIGEM** : 7º JCJ DE BELÉM  
**RELATOR** : JUIZ AGUIALDO ALCÂNTARA  
**RECORRENTE(S)** : MASSOUD TECIDOS S/A  
**Advogado(s)** : Dr. Ricardo Rabello Soriano de Mello e outros  
**RECORRIDO(S)** : ADEMIR ALVES DA FONSECA E OUTROS  
**Advogado(s)** : Dr. Abraham Assayag e outros

**EMENTA** : São inconstitucionais os dispositivos de lei que violam direitos assegurados do trabalhador pela Carta Magna.

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, ratificar o entendimento jurisprudencial do Tribunal Pleno, mencionado na fundamentação, relativo aos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e ao item II, § 1º do art. 2º da MP 154/90, no mérito, por maioria de votos, vencido o Exmº Juiz Relator, que acolheu a arguição de prescrição do Plano Bresser e deu em parte provimento ao recurso para, reformar parcialmente a decisão recorrida, excluir da condenação as diferenças salariais e repercussões deferidas a esse título, ainda por maioria de votos, vencido em parte o Exmº Juiz Ivanildo Pontes, que limitava a parcela do IPC de março/90 à data-base, manter a decisão em seus demais termos. Custas como fixadas em primeiro grau de jurisdição.

**ACORDÃO Nº 5431/94**  
**PROCESSO TRT RO 494/93**  
**ORIGEM** : JCJ DE ABAETETUBA  
**RELATOR** : JUIZ LUIZ ALBANO  
**RECORRENTE(S)** : ALBRÁS - ALUMÍNIO BRASILEIRO S/A  
**Advogado(s)** : Dr. Gerson de Oliveira Souza e outros  
**RECORRIDO(S)** : JOSÉ CRAVO DA SILVA  
**Advogado(s)** : Dr. Antonio Roberto Figueiredo Cardoso e outros

e MASERVA ENGENHARIA LTDA

**EMENTA** : "Deve existir responsabilidade solidária da empresa tomadora de serviços para com as responsabilidades trabalhistas da empresa prestadora de serviços aplicando-se o Art. 2º, § 2º, da CLT, em razão da direção ou controle oriundos do contrato em respeito à ordem pública".

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, por maioria de votos, vencidos os Exms. Juizes HAROLDO ALVES e DOMENICO FALESI, dar provimento parcial ao recurso para, reformando em parte a decisão recorrida, manter na lide a recorrente ALBRÁS como reclamada; ainda por maioria de votos, vencido o Exmº Juiz DOMENICO FALESI quanto a limitação do IPC de março/90, manter a sentença em seus demais termos.

**ACORDÃO Nº 5432/94**  
**PROCESSO TRT RO 2083/93**  
**ORIGEM** : JCJ DE ABAETETUBA  
**RELATOR** : JUIZ AGUIALDO ALCÂNTARA  
**RECORRENTE(S)** : BERTILLON - VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA  
**Advogado(s)** : Dr. Roberto Mendes Ferreira e outros  
**RECORRIDO(S)** : RAIMUNDO DE AZEVEDO BARBOSA  
**Advogado(s)** : Dr. Odival Quaresma e outros

**EMENTA** : São inconstitucionais os dispositivos de lei que violam direitos adquiridos dos trabalhadores.

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, ratificar o entendimento jurisprudencial do Tribunal Pleno, mencionado na fundamentação, relativo ao item II e § 1º do art. 2º da Medida Provisória 154/90 e ao item II e parágrafos 1º e 5º do art. 2º da Lei 8030/90; no mérito, sem divergência, dar-lhe provimento para, reformar a decisão recorrida, julgar totalmente improcedente a reclamação. Custas pelo reclamante sobre Cr\$-60.000,00, no importe de Cr\$-1.000,63, do que fica isento, por equidade.

**ACORDÃO Nº 5433/94**  
**PROCESSO TRT REX OFF E RO 5487/93**  
**ORIGEM** : 6º JCJ DE BELÉM  
**RELATOR** : JUIZ AGUIALDO ALCÂNTARA  
**RECORRENTE-RECLAMADA(S)** : ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PARÁ  
**Advogado(s)** : Drº Iracilda de Oliveira Vaz  
**RECORRIDO-RECLAMANTE(S)** : MARIO NAZARENO NUNES  
**Advogado(s)** : NASCIMENTO E OUTROS  
**Advogado(s)** : Drº Maria de Fátima P. de Oliveira

**EMENTA** : FGTS - MUDANÇA DO REGIME

"Resolvido o contrato de trabalho com a transferência do servidor do regime da CLT para o estatutário em decorrência de lei, assiste-lhe o direito de movimentar a conta vinculada do FGTS" (Súmula nº 178 do STJ).

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer do recurso voluntário, por falta de habilitação regular de seu subscritor; conhecer da remessa do ofício, rejeitar a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho, à falta de amparo legal; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida em todos os seus termos. Custas como fixadas no primeiro grau de jurisdição.

**ACORDÃO Nº 5434/94**  
**PROCESSO TRT RO 5963/93**  
**ORIGEM** : 1º JCJ DE BELÉM  
**RELATOR** : JUIZ HAROLDO ALVES  
**RECORRENTE(S)** : TELEVISÃO LIBERAL LTDA  
**Advogado(s)** : Drº Nair Ferreira Lima e outros  
**RECORRIDO(S)** : OSVALDO ARAÚJO ROCHA  
**Advogado(s)** : Drº Níltes Neves Ribeiro e outros

**EMENTA** : PLANOS ECONÔMICOS - REAJUSTAMENTO SALARIAL

Deve ser afastada - por inconstitucionalidade - a aplicação de dispositivos legais relativos aos planos econômicos do Governo Federal, naquilo que representam ofensa ao direito adquirido dos trabalhadores ao reajustamento salarial.

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; Ratificadas as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos arts. 5º e 6º da Lei 7730/89 e ao item II, § 1º do art. 2º da MP 154/90; no mérito, por maioria de votos, vencido em parte o Exmº Juiz Ivanildo Pontes, que limitava a parcela do IPC de março/90 à data-base, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida em todos os seus termos. Custas como fixadas no Primeiro Grau de Jurisdição.

**ACORDÃO Nº 5435/94**  
**PROCESSO TRT RO 5243/93**  
**ORIGEM** : 10º JCJ DE BELÉM  
**RELATOR** : JUIZ HAROLDO ALVES  
**RECORRENTE(S)** : CODIPA - COMERCIAL DIESEL DO PARÁ  
**Advogado(s)** : Dr. Mário Sérgio Pinto Tostes e outro  
**RECORRIDO(S)** : JOSÉ MARIA MARQUES DE SOUZA  
**Advogado(s)** : Dr. Carlos Alberto Prestes de Bitola

**EMENTA** : PLANOS ECONÔMICOS - REAJUSTAMENTO SALARIAL

Deve ser afastada - por inconstitucionalidade - a aplicação de dispositivos legais relativos aos planos econômicos do Governo Federal, naquilo que representam ofensa ao direito adquirido dos trabalhadores ao reajustamento salarial.

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; rejeitar a preliminar de coisa julgada, por falta de amparo legal; ratificadas as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e ao item II, § 1º do art. 2º da MP 154/90; no mérito, por maioria de votos, vencido em parte o Exmº Juiz Ivanildo Pontes, que limitava a diferença salarial do IPC de março/90 à data-base, negar-lhe provimento para confirmar a r. decisão recorrida. Custas como no 1º Grau de jurisdição.

**ACORDÃO Nº 5436/94**  
**PROCESSO TRT RO 5890/93**  
**ORIGEM** : 10º JCJ DE BELÉM  
**RELATOR** : JUIZ HAROLDO ALVES  
**RECORRENTE(S)** : RAIMUNDO NONATO NEVES BOGA FILHO  
**Advogado(s)** : Dr. Emanuel Medeiros de Miranda e outros  
**RECORRIDO(S)** : ALOÍSIO RUAS PINTO INDÚSTRIA COM. & CIA. LTDA  
**Advogado(s)** : Dr. José Cândido Ribeiro Neto

**EMENTA** : ABANDONO DE EMPREGO - ÔNUS DA PROVA

Arguida em Juízo a falta grave de abandono de emprego pelo empregador a ele incumbe o ônus da prova desse fato. Não havendo nos autos qualquer comprovação da falta, reforma-se a sentença para deferir as parcelas decorrentes da dispensa imotivada.

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; no mérito, sem divergência, dar-lhe provimento para, reformando em parte a r. sentença recorrida, deferir ao recorrente as parcelas de aviso prévio, férias proporcionais, com 1/3, gratificação de Natal de 1991 (2/12), FGTS + 40%, salário do período de estabilidade, indenização pelo não fornecimento das guias do seguro-desemprego, multa pelo atraso das parcelas da rescisão, juros e correção monetária, mantendo a r. decisão de 1º Grau nos seus demais termos. Custas, pela reclamada, de Cr\$2.000,63, sobre o valor de Cr\$100.000,00.

**ACORDÃO Nº 5437/94**  
**PROCESSO TRT RO 5231/93**  
**ORIGEM** : 7º JCJ DE BELÉM  
**RELATOR** : JUIZ HAROLDO ALVES  
**RECORRENTE(S)** : INSPECTO BELÉM CONSULTORIA E PERITAGENS LTDA  
**Advogado(s)** : Dr. Dinemir Pimenta de Oliveira e outros  
**RECORRIDO(S)** : MARCO ANTÔNIO MARTINS MACHADO  
**Advogado(s)** : Dr. Helder Wanderley Oliveira

**EMENTA** : PLANOS ECONÔMICOS - REAJUSTAMENTO SALARIAL. Deve ser afastada - por inconstitucionalidade - a aplicação de dispositivos legais relativos aos planos econômicos do Governo Federal, naquilo que representam ofensa ao direito adquirido dos trabalhadores ao reajustamento salarial.

CONTINUA - CADERNO 7

Biblioteca Pública "Arthur Viana"



# Diário Oficial

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

CADERNO 7

ANO CIII — 104º DA REPÚBLICA — Nº 27.797

BELEM — QUINTA-FEIRA, 08 DE SETEMBRO DE 1994

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificadas as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos arts. 5º e 6º da Lei 7730/89 e item II, § 1º do art. 2º da MP 154/90; no mérito, por maioria de votos, vencido em parte o Exmº Juiz Ivanildo Pontes, que limitava a parcela do IPC de março/90 à data-base, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida em todos os seus termos. Custas como fixadas no Primeiro Grau.

**ACORDÃO Nº 5438/94**  
PROCESSO TRT RO 5719/93  
ORIGEM : 1ª JCJ DE BELEM  
RELATOR : JUIZ HAROLDO ALVES  
RECORRENTE(S) : MAGINCO COMPENSADOS S/A  
Advogado(s) : Dr. Maria Rosângela S. C. de Souza e outros  
RECORRIDO(S) : WALDEMIR TRINDADE DE MOREIRA  
Advogado(s) : Dr. Maria das Graças Miranda Valente

**EMENTA** : PLANOS ECONÔMICOS - REAJUSTAMENTO SALARIAL - Deve ser afastada - por inconstitucionalidade - a aplicação de dispositivos legais relativos aos planos econômicos do Governo Federal, naquilo que representam ofensa ao direito adquirido dos trabalhadores ao reajustamento salarial.

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso. Ratificadas as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89, e item II, § 1º do art. 2º da MP 154/90; no mérito, sem divergência, dar-lhe provimento parcial para, reformando em parte a sentença recorrida, limitar as diferenças salariais e consequências do IPC de março de 1990 até abril desse ano, mantendo a decisão recorrida nos seus demais termos. Custas como fixadas no Primeiro Grau de jurisdição.

**ACORDÃO Nº 5439/94**  
PROCESSO TRT RO 5790/93  
ORIGEM : 1ª JCJ DE BELEM  
RELATOR : JUIZ HAROLDO ALVES  
RECORRENTE(S) : LUNDGREN IRMÃOS TECIDOS S/A - CASAS PERNAMBUCANAS  
Advogado(s) : Dr. Maria Rosângela S. C. de Souza e outros  
RECORRIDO(S) : MOISÉS RODRIGUES DE ANDRADE  
Advogado(s) : Dr. Jader Kahwage David

**EMENTA** : PLANOS ECONÔMICOS - REAJUSTAMENTO SALARIAL - Deve ser afastada - por inconstitucionalidade - a aplicação de dispositivos legais relativos aos planos econômicos do Governo Federal, naquilo que representam ofensa ao direito adquirido dos trabalhadores ao reajustamento salarial.

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificadas as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao item II, § 1º do art. 2º da MP 154/90; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a sentença recorrida em todos os seus termos. Custas como fixadas no Primeiro Grau de jurisdição.

**ACORDÃO Nº 5440/94**  
PROCESSO TRT RO 5943/93  
ORIGEM : JCJ DE ABAETUBA  
RELATOR : JUIZ HAROLDO ALVES  
RECORRENTE(S) : MONTREAL ENGENHARIA S/A  
Advogado(s) : Dr. Enilda de Freitas Fagundes Lopes  
RECORRIDO(S) : ROBERTO PEREIRA DE ANDRADE  
Advogado(s) : Dr. Antonio Roberto F. Cardoso

**EMENTA** : PLANOS ECONÔMICOS - REAJUSTAMENTO SALARIAL - Deve ser afastada - por inconstitucionalidade - a aplicação de dispositivos legais relativos aos planos econômicos do Governo Federal, naquilo que representam ofensa ao direito adquirido dos trabalhadores ao reajustamento salarial.

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificadas as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e item II, § 1º do art. 2º da MP 154/90; por maioria de votos, vencido em parte o Exmº Juiz Ivanildo Pontes, que limitava a parcela do IPC de março/90 à data-base, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida em todos os seus termos. Custas como fixadas no Primeiro Grau de jurisdição.

**ACORDÃO Nº 5441/94**  
PROCESSO TRT RO 5904/93  
ORIGEM : JCJ DE ABAETUBA  
RELATOR : JUIZ HAROLDO ALVES  
RECORRENTE(S) : EMPRESA RODO-FLUVIAL SÃO JORGE LTDA  
Advogado(s) : Dr. José Acreano Brasil e outros  
RECORRIDO(S) : ANA LÚCIA NAHUM DE SENA  
Advogado(s) : Dr. José Helnã Maués

**EMENTA** : PLANOS ECONÔMICOS - REAJUSTAMENTO SALARIAL - Deve ser afastada - por inconstitucionalidade - a aplicação de dispositivos legais relativos aos planos econômicos do Governo Federal, naquilo que representam ofensa ao direito adquirido dos trabalhadores ao reajustamento salarial.

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificadas as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao item II, § 1º do art. 2º da MP 154/90, no mérito, dar parcial provimento

ao recurso para, reformando em parte a sentença recorrida, excluir da condenação as diferenças salariais e reflexos decorrentes do IPC de abril/90, mantendo a r. sentença nos seus demais termos, vencido parcialmente o Exmº Juiz Ivanildo Pontes, que limitava a diferença salarial do IPC de março/90 até a data-base. Custas como fixadas no Primeiro Grau de jurisdição.

**ACORDÃO Nº 5442/94**  
PROCESSO TRT REX OFF E RO 5015/93  
ORIGEM : 6ª JCJ DE BELEM  
RELATOR : JUIZ HAROLDO ALVES  
RECORRENTE(S) : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA  
Advogado(s) : Dr. Enock Raul Esteves  
RECORRIDO(S) : SELMA MARIA MACHADO FARIAS  
Advogado(s) : Dr. Ediléa R. Valério dos Santos

**EMENTA** : PLANOS ECONÔMICOS - REAJUSTAMENTO SALARIAL - Deve ser afastada - por inconstitucionalidade - a aplicação de dispositivos legais relativos aos planos econômicos do Governo Federal, naquilo que representam ofensa ao direito adquirido dos trabalhadores ao reajustamento salarial.

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em considerar interposta a remessa de ofício; conhecer dos recursos; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao item II, § 1º do art. 2º da MP 154/90, no mérito, sem divergência, dar-lhe parcial provimento para, reformando em parte a r. sentença recorrida, excluir da condenação as diferenças salariais e consectários decorrentes do IPC de abril/90, e as repercussões do IPC de março/90 nas verbas rescisórias, conforme a fundamentação; por maioria de votos, vencido, em parte, o Exmº Juiz Ivanildo Pontes, que limitava o período de incidência do IPC de março/90 até a data-base, manter o r. decisório em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas, como fixadas no 1º Grau.

**ACORDÃO Nº 5443/94**  
PROCESSO TRT REX OFF E RO 5713/93  
ORIGEM : 1ª JCJ DE BELEM  
RELATOR : JUIZ HAROLDO ALVES  
RECORRENTE-RECLAMADO(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
Advogado(s) : Dr. Aláudio Costa Ferreira  
RECORRIDO-RECLAMANTE(S) : JOANA TAVEIRA DOS SANTOS  
Advogado(s) : Dr. Ruf. Guilherme A. Amoras

**EMENTA** : PLANOS ECONÔMICOS - REAJUSTAMENTO SALARIAL - Deve ser afastada - por inconstitucionalidade - a aplicação de dispositivos legais relativos aos planos econômicos do Governo Federal, naquilo que representam ofensa ao direito adquirido dos trabalhadores ao reajustamento salarial.

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; rejeitar a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho, por falta de amparo legal; ratificadas as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao inciso I do art. 1º do DL 2425/88 e ao item II, § 1º do art. 2º da MP 154/90; no mérito, sem divergência, dar provimento parcial ao recurso para excluir da condenação as custas processuais; por maioria de votos, manter a sentença nos demais termos, vencido em parte o Exmº Juiz Ivanildo Pontes, que limitava a diferença salarial do IPC de março/90 até a data-base.

**ACORDÃO Nº 5444/94**  
PROCESSO TRT RO 2341/93  
ORIGEM : 2ª JCJ DE BELEM  
RELATOR : JUIZ HAROLDO ALVES  
RECORRENTE(S) : BANCO DA AMAZÔNIA S/A  
Advogado(s) : Dr. Agildo Monteiro Cavalcante e outros

Advogado(s) : EVANDRO SOUZA AMORIM - Recurso Adesivo  
Dr. Suenon Ferreira de Souza Junior

**EMENTA** : E CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A - CAPAF  
Advogado(s) : Dr. Ophir Cavalcante Junior  
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

**EMENTA** : JUSTIÇA DO TRABALHO - COMPETÊNCIA - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

A jurisprudência atual não destoa da antiga concepção de que, mesmo feita a complementação de aposentadoria por entidade mantida - agora patrocinada - pelo empregador, o fato é que o pedido de complementação decorre do contrato de trabalho que existiu entre as partes, daí o encaixe perfeito no artigo 114, da Constituição Federal.

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos do reclamado e da CAPAF; por maioria de votos, vencida a Exmª Juíza Presidente, conhecer do recurso adesivo do reclamante; rejeitar as preliminares de incompetência da Justiça do Trabalho e ilegitimidade da parte da CAPAF, por falta de amparo legal; ratificadas as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao § 4º do art. 8º do DL 2335/87, inciso VIII do art. 1º do DL 2425/88, arts. 8º e 8º da Lei 7730/89, e item II, § 1º do art. 2º da MP 154/90; no mérito, sem divergência, dar provimento parcial ao recurso dos reclamantes para limitar as diferenças salariais e repercussões do Plano Bresser e da URP de fevereiro/89 até agosto/88 e agosto/89, respectivamente; dar ainda em parte provimento ao recurso adesivo do reclamante para, reformando em parte a sentença recorrida, incluir na condenação as

diferenças e reflexos decorrentes das URPs de abril e maio/88, com limitação até julho e outubro desse ano; pelo voto do desempate da Exmª Juíza Vice-Presidente, confirmar a sentença recorrida com relação à parcela de diferença de complementação da aposentadoria-RET e seus consectários; à unanimidade, manter a sentença nos demais termos. Custas como no 1º Grau.

**ACORDÃO Nº 5445/94**  
PROCESSO TRT RO 1636/92  
ORIGEM : 1ª JCJ DE BELEM  
RELATOR : JUIZ HAROLDO ALVES  
RECORRENTE(S) : RAIMUNDO BENEDITO COSTA  
Advogado(s) : Dr. Paula Frassinetti Mattos e outros  
RECORRIDO(S) : BANCO DA AMAZÔNIA S/A  
Advogado(s) : Dr. Agildo Monteiro Cavalcante e outros  
E CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A - CAPAF

Advogado(s) : Dr. Ophir Cavalcante Junior e outros

**EMENTA** : PRESCRIÇÃO PARCIAL - MUDANÇA ESTATUTÁRIA - BASA E CAPAF - O argumento de que a modificação do estatuto da entidade constituiu ato único do empregador, em setembro de 1981, enquanto que a reclamação foi ajuizada muito tempo depois, não é verdadeiro, porque a reclamação foi ajuizada muito tempo depois, não é verdadeiro, porque a presunção de lesão aos direitos do reclamante ocorreu somente a partir da sua aposentadoria. Além disso, o Enunciado nº 294 do TST exclui da prescrição total prestações sucessivas de direito assegurado por lei.

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; determinar o desentranhamento das contra-razões de fls. 383/385, porque intempestivas; sem divergência, dar-lhe provimento para, reformando a decisão recorrida, reincluir na lide a reclamada CAPAF e, afastando a prescrição, determinar a baixa dos autos à MM. Junta, para apreciar as demais questões existentes nos autos.

**ACORDÃO Nº 5446/94**  
PROCESSO TRT RO 5130/93  
ORIGEM : JCJ DE MARABÁ  
RELATOR : JUIZ HAROLDO ALVES  
RECORRENTE(S) : CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A - CELPA - Liticonsorte  
Advogado(s) : Dr. Maria Lúcia Seráfico de A. Carvalho e outros  
RECORRIDO(S) : MANOEL PAULO PEREIRA LIRA - Reclamante  
Advogado(s) : Dr. Khalil Rangel Vilela e outro

**EMENTA** : E PRESORTE - PRESTADORA DE SERVIÇOS DO NORTE LTDA - Reclamada

**EMENTA** : EMPRESA INTERPOSTA

Como em outros processos já examinados por esta E. Turma, verifica-se neste a mesma situação, em que o reclamante exercia serviço de limpeza e conservação nas instalações da recorrida, recebendo seus salários através do representante da CELPA. Não se tratando das hipóteses previstas nas Leis 6.019/74 e 7.102/83, é aplicável o Enunciado nº 256, da Súmula do TST, como faz a r. sentença.

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do; sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a r. sentença recorrida. Custas como no Primeiro Grau de jurisdição.

**ACORDÃO Nº 5447/94**  
PROCESSO TRT RO 4300/93  
ORIGEM : JCJ DE MARABÁ  
RELATOR : JUIZ HAROLDO ALVES  
RECORRENTE(S) : COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - CVRD  
Advogado(s) : Dr. Ricardo Brito Ferreira e outros  
RECORRIDO(S) : ANTONIO PEREIRA DE MOURA  
Advogado(s) : Dr. Oswaldo Pinto Coelho

**EMENTA** : PLANOS ECONÔMICOS - REAJUSTAMENTO SALARIAL - Deve ser afastada - por inconstitucionalidade - a aplicação de dispositivos legais relativos aos planos econômicos do Governo Federal, naquilo que representam ofensa ao direito adquirido dos trabalhadores ao reajustamento salarial.

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificadas as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao item II e § 1º do art. 2º da MP 154/90; no mérito, sem divergência, dar-lhe em parte provimento para, reformando parcialmente a decisão recorrida, excluir da condenação as diferenças salariais e repercussões do IPC de abril/90; por maioria de votos, manter a r. sentença recorrida em seus demais termos, vencido em parte o Exmº Juiz Ivanildo Pontes, que limitava a diferença salarial do IPC de março/90 à data-base. Custas como no 1º Grau de jurisdição.

**ACORDÃO Nº 5448/94**  
PROCESSO TRT RO 5708/93  
ORIGEM : 10ª JCJ DE BELEM  
RELATOR : JUIZ HAROLDO ALVES  
RECORRENTE(S) : RIO DOCE GEOLOGIA E MINERAÇÃO S/A  
Advogado(s) : Dr. Nair Ferreira Lima  
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

Advogado(s) : EXPEDITO GOMES SILVA  
Dr. Joaquim Lopes de Vasconcelos

**EMENTA** : PERDAS SALARIAIS - TRANSAÇÃO (CÓDIGO CIVIL, ART. 1030). A transação produz entre as partes o efeito de coisa

Julgada, a teor do artigo 1.030, do Código Civil. Assim, existindo nos autos termo do quitado pelo qual tenha havido transação relativamente às parcelas salariais pleiteadas, deve ser mantida a r. sentença que indeferiu esses pedidos.

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; rejeitar a preliminar de nulidade do processo arguida pelo reclamante, por falta de amparo legal. Ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao item II, § 1º, do art. 2º da MP 164/90, no mérito, sem divergência, negar provimento ao recurso da reclamada e dar provimento parcial ao do reclamante para deferir as diferenças decorrentes da integração do salário "in natura", como esclarecido na fundamentação, observada a prescrição quinquenal; por maioria dos votos, manter a r. sentença em seus demais termos, vencido em parte o Exmº Juiz Ivanildo Pontes, que limitava a diferença salarial do IPC de março/90 à data-base. Custas como no 1º Grau.

**ACÓRDÃO** N° 5449/94  
PROCESSO TRT RO 5248/93  
ORIGEM : 3º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ HAROLDO ALVES  
RECORRENTE(S) : LUNDGREN IRMÃOS TECIDOS S/A - CASAS PERNAMBUCANAS  
Advogado(s) : Drª Maria Rosângela S. C. de Souza e outros  
RECORRIDO(S) : OLIVAR LADEIRA MEIRELLES  
Advogado(s) : Dr. Abraham Assayag

**EMENTA** : PLANOS ECONÔMICOS - REAJUSTAMENTO SALARIAL Deve ser afastada - por inconstitucionalidade - a aplicação de dispositivos legais relativos aos planos econômicos do Governo Federal, naquilo que representam ofensa ao direito adquirido dos trabalhadores ao reajustamento salarial.

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; rejeitar a arguição de prescrição, por falta de amparo legal. Ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade pelo Tribunal Pleno, quanto ao § 4º, do art. 8º do DL 2336/87, artigos 5º e 6º da Lei 7730/89, e item II, § 1º, do artigo 2º, da MP 154/90, no mérito, dar provimento parcial ao recurso, para, reformando em parte a sentença recorrida, limitar as diferenças salariais do Plano Bresser e da URP de fevereiro de 1989 e seus efeitos até fevereiro de 1991 e as diferenças do IPC de março e suas repercussões até fevereiro de 1991, mantida a decisão recorrida nos seus demais termos. Custas como no Primeiro Grau.

**ACÓRDÃO** N° 5450/94  
PROCESSO TRT RO 4309/93  
ORIGEM : 4º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ HAROLDO ALVES  
RECORRENTE(S) : TEREZINHA LÚCIA FERREIRA CHERMONT  
Advogado(s) : Drª Suzana Campos da Silva  
RECORRIDO(S) : INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA  
Advogado(s) : Drª Maria do Nazaré G. Miranda

**EMENTA** : LIBERAÇÃO DO FGTS - EMPREGADO REDISTRIBUÍDO PARA OUTRO ÓRGÃO ESTADUAL - Não tendo havido mudança do regime jurídico, mas apenas a redistribuição de empregado catatista de um órgão para o outro dentro do âmbito do Estado, não há o direito ao saque do FGTS, pois não ter havido a extinção do contrato de trabalho.

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a r. sentença recorrida. Custas como no Primeiro Grau de jurisdição.

**ACÓRDÃO** N° 5451/94  
PROCESSO TRT AP 2716/93  
ORIGEM : 2º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ HAROLDO ALVES  
RECORRENTE(S) : RITA DE CÁSSIA INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES LTDA  
Advogado(s) : Dr. Genival Souza de Gusmão  
RECORRIDO(S) : JOSÉ TAVARES DE CASTRO  
Advogado(s) : Dr. João Messias dos Santos e outros

**EMENTA** : AGRAVO DE PETIÇÃO - NÃO CONHECIMENTO

Se a agravante, considerando ter havido cerceamento do direito de defesa, pretendia a nulidade do processo, não deveria ter agravado de petição, porquanto este recurso não é possível neste caso. Nem se pode aproveitar o agravo como recurso ordinário porque não houve depósito do valor da condenação nos termos do artigo 899, § 1º, da CLT.

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer do agravo porque incabível na espécie e deserto, conforme os fundamentos.

**ACÓRDÃO** N° 5452/94  
PROCESSO TRT RO 4713/93  
ORIGEM : 4º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ HAROLDO ALVES  
RECORRENTE(S) : LUIZ GUSTAVO SILVA AVELAR  
Advogado(s) : Drª Cleide Helena Silva Avelar e outros  
RECORRIDO(S) : EMPRESA DE TRANSPORTE TRANSPARÁ LTDA  
Advogado(s) : Dr. Raimundo Barbosa Costa

**EMENTA** : JUSTA CAUSA - SUBORNO Empregado de empresa de ônibus que tenta subornar o fiscal para alterar o número de metas-passagens a ser apresentado à empresa cometa falta grave ensejadora de sua dispensa, sem ônus para o empregador.

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a r. sentença recorrida. Custas como no Primeiro Grau de jurisdição.

**ACÓRDÃO** N° 5453/94  
PROCESSO TRT AP 4470/92  
ORIGEM : 4º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ HAROLDO ALVES

**AGRAVANTE(S)** : UNIÃO FEDERAL - HOSPITAL JOÃO DE BARROS BARRETO  
**Advogado(s)** : Dr. Edison Messias de Almeida e outros  
**AGRAVADO(S)** : JOSEFA DOS SANTOS SOARES E OUTROS  
**Advogado(s)** : Drª Ediléia Valério

**EMENTA** : CÁLCULOS INCORRETOS - Reforma-se a sentença agravada, para ser determinada a reformulação dos cálculos das parcelas das diferenças salariais e 13º salário, porque os valores foram repetidos, importando em duplicidade.

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do agravo; determinar o desentranhamento da contramutua do fls. 248/250, porque intempestiva; no mérito, sem divergência, dar-lhe provimento parcial, para determinar que sejam reformulados os cálculos das parcelas das diferenças salariais de dezembro e do 13º salário dos anos de 1987, 1988 e 1989, conforme a fundamentação, mantida a r. sentença em seus demais termos.

**ACÓRDÃO** N° 5454/94  
PROCESSO TRT AI 4883/93  
ORIGEM : 3º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ AGUIBALDO ALCÂNTARA  
AGRAVANTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF  
Advogado(s) : Drª Melina Russelakis Carneiro e outros  
AGRAVADO(S) : JOSÉ MARIA RIBEIRO DEARAÚJO E OUTROS  
Advogado(s) : Drª Helena Rocha Lobato e outros  
E FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FNS  
Advogado(s) : Dr. Luiz Firmino Ferraz Filho

**EMENTA** : A legitimidade processual para agir em nome do FGTS é prerrogativa do órgão gestor, que atua por substituição processual, e tal prerrogativa não é conferida à CEF pela Lei 8.036/90, já que o disposto em seus artigos 26, parágrafo único, e 26, tem objetivo apenas fiscalizador.

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do agravo e sem divergência negar-lhe provimento para confirmar o despacho agravado. Custas como fixadas no 1º Grau de Jurisdição.

**ACÓRDÃO** N° 5455/94  
PROCESSO TRT AI 10107/93  
ORIGEM : JCJ DE ALMEIRIM  
RELATOR : JUIZ AGUIBALDO ALCÂNTARA  
AGRAVANTE(S) : PAULO ROBERTO DA ROCHA RODRIGUES  
Advogado(s) : Drª Ediléia Valério e outros  
AGRAVADO(S) : COMPANHIA FLORESTAL MONTE DOURADO

**EMENTA** : A incorreção no nome da reclamada, constante na petição de encaminhamento do recurso ordinário, não passa de mero equívoco que poderia ser resolvido sem o trancamento do recurso, até porque estão corretos o número do processo e o nome do recorrente, o qual juntou aos autos nova petição narrando o ocorrido e retificando o nome da empresa. Dou provimento ao agravo para determinar a subida do recurso ordinário.

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do agravo e dar-lhe provimento para, reformar a r. decisão agravada, determinar a subida do recurso ordinário, conforme os fundamentos.

**ACÓRDÃO** N° 5456/94  
PROCESSO TRT RO 7002/92  
ORIGEM : 2º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : BELÉM AUTOMÓVEIS LTDA - BELAUTO  
Advogado(s) : Dr. Hamilton R. Gualberto  
RECORRIDO(S) : JOHON SOARES DE CARVALHO  
Advogado(s) : Dr. José Cláudio Monteiro de Brito Filho

**EMENTA** : "A inconstitucionalidade do Plano Bresser está pacífica na jurisprudência com Enunciado n° 316 do C. Tribunal Superior do Trabalho"

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; rejeitar a arguição de prescrição, por falta de amparo legal; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo T. Pleno quanto ao § 4º art. 8º do DL 2335/87. No mérito, sem divergência negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida em todos os seus termos.

**ACÓRDÃO** N° 5457/94  
PROCESSO TRT REX OFF E RO 7242/92  
ORIGEM : 4º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE-RECLAMADO(S) : UNIÃO FEDERAL - HOSPITAL JOÃO DE BARROS BARRETO  
Advogado(s) : Dr. Moacir Guimarães Moraes Filho  
RECORRIDO-RECLAMANTE(S) : MARY BITTENCOURT FERREIRA FILHA  
Advogado(s) : Drª Maria Raimunda P. Magno Reis

**EMENTA** : "O Colendo TST reafirmou a violação do direito adquirido pelos planos Bresser e Verão através dos Enunciados n°s 316 e 317. Esta Oitava Região tem jurisprudência no sentido de declarar o mesmo em relação ao IPC de março/90".

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; rejeitar a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho, à falta de amparo legal; O E. Tribunal Pleno, unanimemente, dispensou o Interstício Regimental para apreciar de imediato questão de inconstitucionalidade; por maioria de votos, vencidos os Exmºs Juizes relator, Doménico Falest e José Severo, decretou a inconstitucionalidade do item II, § 1º Art. 2º da Medida Provisória 154/90, A E. Turma, ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao § 4º Art. 8º do DL 2335/87, ao inciso I do Art. 1º do DL 2425/88 e aos Arts. 5º e 6º da Lei 7730/89. No mérito, sem divergência, negar-lhes provimento para confirmar a r. sentença recorrida em todos os seus termos.

**ACÓRDÃO** N° 5458/94  
PROCESSO TRT RO 434/93  
ORIGEM : 3º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : AUGUSTO GUERINHO RODRIGUES

**Advogado(s)** : Dr. Antonio dos Santos Dias  
**RECORRIDO(S)** : SAID TEIXEIRA VANTEU  
**Advogado(s)** : Dr. Raimundo João Oliveira de Macedo e outros

**EMENTA** : "Motorista de táxi que trabalha em vários veículos de várias pessoas não pode ser empregado".

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida em todos os seus termos.

**ACÓRDÃO** N° 5459/94  
PROCESSO TRT REX OFF 7336/92  
ORIGEM : JCJ DE CASTANHAL  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECLAMANTE(S) : JOSÉ AUGUSTO XAVIER AMORIM  
Advogado(s) : Dr. Alfredo Augusto C. Nelson Ribeiro  
RECLAMADO(S) : MUNICÍPIO DE BENEVIDES - PREFEITURA MUNICIPAL

**EMENTA** : "No dia 15.03.90 estava consolidado o direito dos trabalhadores ao repasse automático da inflação para os salários sendo inconstitucional o dispositivo que impediu tal cumprimento do dever pelos empregadores.

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa de ofício; o Egrégio Tribunal Pleno, unanimemente, dispensou o interstício Regimental para apreciar de imediato questão de inconstitucionalidade; por maioria de votos, vencidos os Exmºs Juizes Relator, Doménico Falest e José Severo, decretar a inconstitucionalidade do item II, § 1º Art. 2º da MP 154/90, A E. Turma, no mérito, sem divergência, deu-lhe provimento parcial para, reformando em parte a sentença recorrida, excluir da condenação as diferenças decorrentes do IPC de abril/90, mantida a r. decisão em seus demais termos.

**ACÓRDÃO** N° 5460/94  
PROCESSO TRT RO 7170/92  
ORIGEM : 4º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : PETROBRÁS - PETRÓLEO BRASILEIRO S/A  
Advogado(s) : Dr. Antônio Germano do Nascimento

**Advogado(s)** : E ALFREDO POÇO DE MATOS  
**RECORRIDO(S)** : Dr. Francisco Hosanan de Oliveira  
OS MESMOS

**EMENTA** : "O Colendo TST reafirmou o direito adquirido dos trabalhadores aos reajustes salariais pelo IPC do junho/87 e URP de fevereiro/89 através dos Enunciados n°s 316 e 317.

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao § 4º art. 8º do DL 2335/87 e aos Arts. 5º e 6º da Lei 7730/89. No mérito, sem divergência negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida em todos os seus termos.

**ACÓRDÃO** N° 5461/94  
PROCESSO TRT REX OFF E RO 1081/93  
ORIGEM : 3º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE-RECLAMADA(S) : INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - INAMPS

**Advogado(s)** : Drª Dilza Ribeiro da Cunha de Almeida  
**RECORRIDO-RECLAMANTE(S)** : CARLOS COSTA DE OLIVEIRA E OUTROS  
**Advogado(s)** : Dr. José Wander Lima de Souza e outros

**EMENTA** : "São inconstitucionais as medidas econômicas - Plano Bresser e Plano Verão - que impediram reajustes salariais garantidos pelo ordenamento jurídico anterior, impôs-se o direito adquirido".

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em rejeitar a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho, a falta de amparo legal; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao § 4º artigo 8º do DL 2335/87 e artigos 5º e 6º da Lei 7730/89. No mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida em todos os seus termos.

**ACÓRDÃO** N° 5462/94  
PROCESSO TRT RO 7041/92  
ORIGEM : 5º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO LIMA  
RECORRENTE : EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA  
Advogado(s) : Dr. Amândio Duarte Mesquita e outros

**Advogado(s)** : E JOSÉ DOS SANTOS FIGUEIREDO E OUTROS  
**RECORRIDO(S)** : Drª Luiza de Marillac Campelo e outro

**RECORRIDOS** : OS MESMOS

**EMENTA** : "Devemos acolher coisa julgada face a apreciação do reajuste salarial pelo IPC de março/90 perante o Colendo Tribunal Superior do Trabalho em dissídio coletivo da categoria".

**DECISÃO** : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; sem divergência, dar provimento ao recurso da reclamada para, reformando a d. sentença, acolher a preliminar de coisa julgada, declarando a ação totalmente improcedente, ficando prejudicado o recurso dos reclamantes. Custas pelos reclamantes sobre o valor arbitrado em CR\$30.000,00 a ser pago na quantia de CR\$800,63.

**ACÓRDÃO** N° 5463/94  
PROCESSO TRT RO 1352/93  
ORIGEM : 1º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : JOTA DE M. TORRES SILVA  
Advogado(s) : Dr. Carlos Alberto Prestes da Brito e outro

RECORRIDO(S) : IRMÃOS PAULO JOCA S/A - TRANSPORTES E TURISMO  
Advogado(s) : Dr. Hilton da Silva Pontes

EMENTA : "A justa causa é matéria de fato que deve ficar devidamente comprovada nos autos".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida em todos os seus termos.

ACORDÃO Nº 5464/94  
PROCESSO TRT RO 1180/93  
ORIGEM : 7ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : VERANEIO HOTÉIS LTDA  
Advogado(s) : Dr. João Augusto Figueiredo de Oliveira Júnior e outros  
RECORRIDO(S) : ADILSON CORREA DE ALMEIDA  
Advogado(s) : Dr. Samuel Teixeira da Silva e outros

EMENTA : "Com relação ao Plano Bresser e Plano Verão temos aplicado os Enunciados nº 316 e 317 do Colendo TST, e para o IPC de março/90 aplica-se a jurisprudência desta 8ª Região.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao § 4º do art. 8º do Decreto-Lei 2335/87, arts. 5º e 6º da Lei 7730/89 e item II, § 1º do art. 2º da Medida Provisória 154/90. No mérito, sem divergência, dar-lhe provimento para excluir da condenação as verbas decorrentes do IPC de abril/90, manter a sentença recorrida em seus demais termos.

ACORDÃO Nº 5465/94  
PROCESSO TRT RO 1159/93  
ORIGEM : JCJ DE ABAETETUBA  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : EMPRESA DE CONSTRUÇÕES CIVIS E RODOVIÁRIOS S/A  
Advogado(s) : Drª Ediléa Valério e outros  
RECORRIDO(S) : DELCINDO FEITOSA DOS SANTOS  
Advogado(s) : Dr. Brasil Rodrigues de Araújo

EMENTA : "A Lei nº 7788/89 teve sua vigência até 15 de março de 1990 e deve ser obedecido seu comando de repassar aos salários dos trabalhadores, automaticamente, os índices inflacionários com pagamento a partir do mês subsequente.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; rejeitar a preliminar de não conhecimento, suscitada pela d. Procuradoria Regional do Trabalho, por falta de amparo legal; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao item II, § 1º art. 2º da MP 154/90. No mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida.

ACORDÃO Nº 5466/94  
PROCESSO TRT RO 1235/93  
ORIGEM : JCJ DE TUCURUÍ  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S/A  
Advogado(s) : Dr. João Demas Amaro e outros  
RECORRIDO(S) : MANOEL INOCÊNCIO FILHO  
Advogado(s) : Dr. Rubens José de Lima e outros

EMENTA : "A Lei nº 7788/89 teve sua vigência até 15 de março de 1990 e deve ser obedecido seu comando de repassar aos salários dos trabalhadores, automaticamente, os índices inflacionários com pagamento a partir do mês subsequente.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; rejeitar a preliminar de não conhecimento, suscitada pela d. Procuradoria Regional do Trabalho, por falta de amparo legal; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao item II, § 1º art. 2º da MP 154/90. No mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida.

ACORDÃO Nº 5467/94  
PROCESSO TRT RO 1783/93  
ORIGEM : 7ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL DO ESTADO DO PARÁ - SINTSEP  
Advogado(s) : Dr. João José Soares Geraldo e outros  
LITISCONORTE : ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - ASUFP  
RECORRIDA(A) : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
Advogado(s) : Drª. Maria Clara Sarubby Nasser e outro

EMENTA : "O sindicato de classe não goza das prerrogativas de substituição processual para postular verbas decorrentes de reclassificação do funcionários no quadro de carreira de autarquia federal".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida em todos os seus termos.

ACORDÃO Nº 5468/94  
PROCESSO TRT REX OFF E RO 7138/92  
ORIGEM : 3ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE-RECLAMADA(S) : UNIÃO FEDERAL - CENTRO DE INSTRUÇÃO ALMIRANTE BRAZ DE AGUIAR - CIABA  
Advogado(s) : Dr. Rubens Rolio D'Oliveira  
RECORRIDO-RECLAMANTES(S) : ALDENOR MARTINA MOURA E OUTROS  
Advogado(s) : Drª Maria José Cabral Cavalli

EMENTA : "Face a inconstitucionalidade incidental das medidas econômicas - Plano Bresser e URP de fevereiro/89 - que violaram direito adquirido assegurado pela Constituição Federal, defer-se as diferenças salariais e consectárias ao empregado".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; rejeitar a arguição de prescrição, por falta de amparo legal; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao § 4º do art. 8º do Decreto-Lei 2335/87 e arts. 5º e 6º da Lei 7730/89. No mérito, sem divergência, negar-lhes provimento para confirmar a decisão.

ACORDÃO Nº 5469/94  
PROCESSO TRT REX OFF 1551/93  
ORIGEM : JCJ DE CAPANEMA  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : FRANCISCO SOARES E OUTROS  
Advogado(s) : Dr. Luiz Otávio da Costa e outros  
RECORRIDO(S) : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FNS

EMENTA : "Face a inconstitucionalidade incidental das medidas econômicas - Plano Bresser e URP de fevereiro/89 e IPC de março/90 - que violaram direito adquirido assegurado pela Constituição Federal, defer-se as diferenças salariais e consectárias ao empregado".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa de ofício; rejeitar a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho, por falta de amparo legal; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao § 4º do art. 8º do Decreto-Lei 2335/87 e arts. 5º e 6º da Lei 7730/89 e item II, § 1º do art. 2º da Medida Provisória 154/90. No mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a sentença recorrida em todos os seus termos.

ACORDÃO Nº 5470/94  
PROCESSO TRT REX OFF 1176/93  
ORIGEM : 1ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE-RECLAMANTES(S) : MARIA DAS GRAÇAS DA MOTA LOPES E OUTRO  
Advogado(s) : Dr. Antonio dos Reis Pereira e outros  
RECORRIDO-RECLAMADO(S) : INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - INAMPS  
Advogado(s) : Drª Dilza Ribeiro de Almeida

EMENTA : "Devem ser deferidas as diferenças salariais em razão da inconstitucionalidade das medidas econômicas - Plano Bresser e Plano Verão - que violaram direito adquirido dos trabalhadores e tais reajustes salariais.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidades feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao § 4º art. 8º do DL 2335/87 e aos arts. 5º e 6º da Lei 7730/89 e item II, § 1º artigo 2º da Medida Provisória 154/90; No mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a sentença recorrida em todos os seus termos.

ACORDÃO Nº 5471/94  
PROCESSO TRT RO 1465/93  
ORIGEM : JCJ DE MARABÁ  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : VIAÇÃO CIDADE NOVA LTDA  
Advogado(s) : Dr. Gilberto Alves  
RECORRIDO(S) : VARBER ROBERTO VAZ E OUTRO  
Advogado(s) : Dr. Sívio Damasceno

EMENTA : Prevelece a prova testemunha na falta dos registros mecânicos exigidos pelo art. 74, parágrafo 2º da CLT.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; sem divergência, dar-lhe provimento parcial para reformando em parte a decisão recorrida, excluir da condenação a diferença de horas extras em razão do percentual de 50% para 100% e reflexos. Mantendo a decisão em seus demais termos.

ACORDÃO Nº 5472/94  
PROCESSO TRT RO 809/93  
ORIGEM : JCJ DE MACAPÁ  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : GRÁFICA SÃO JOSÉ LTDA  
Advogado(s) : Dr. Edinardo Mª R. de Souza  
RECORRIDO(S) : ANTONIO LUIZ DA SILVA E OUTRO  
Advogado(s) : Dr. Antonio Silvestre C. Gomes

EMENTA : "A jurisprudência do Colendo TST reconheceu o direito adquirido dos trabalhadores aos reajustes salariais impedidos pelo Plano Verão (fevereiro/89) através do Enunciado nº 317. A jurisprudência do Egrégio Tribunal Pleno desta Oitava Região reconhece como direito adquirido também o reajuste salarial pelo IPC de março/90.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e ao item II, § 1º art. 2º da Medida Provisória 154/90. No mérito, por maioria de votos, vencido o Exmº Juiz Domenico Falesti quanto a limitação dos Planos Econômicos às respectivas datas-base, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida.

ACORDÃO Nº 5473/94  
PROCESSO TRT RO 999/93  
ORIGEM : 3ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : KARLENE DAS GRAÇAS MORAES NEVES E OUTRA  
Advogado(s) : Dr. Ubiratan de Aguiar e outros  
RECORRIDO(S) : ESTADO DO PARÁ - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ  
Advogado(s) : Drª Rita Moitita P. da Costa

EMENTA : "É nula a contratação de servidor municipal sem concurso público, não se tratando de cargo comissionado, segundo o Art. 37 da Constituição da República.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; sem divergência, negar-lhe provimento para manter a declaração de nulidade da contratação, determinando a remessa de cópias ao Ministério Público Estadual para cumprimento do art. 37, § 2º da Magna Carta.

ACORDÃO Nº 5474/94  
PROCESSO TRT RO 532/93  
ORIGEM : 2ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : SEBASTIÃO CRISTOVAM FORTES MAGALHÃES  
Advogado(s) : Dr. Sebastião Cristovam F. Magalhães  
RECORRIDO(S) : COMPANHIA PARAENSE DE TURISMO - PARATUR  
Advogado(s) : Dr. Francisco Brasil Monteiro e outros

EMENTA : "A relação de emprego pode ser comprovada com a empresa para a qual o empregado presta serviços, independentemente do fato de ter sido cedido pela Administração Pública Direta".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; sem divergência, dar-lhe provimento para reconhecer a relação de emprego, determinando a baixa dos autos para a MM. Junta de origem para o julgamento do mérito como de direito.

ACORDÃO Nº 5475/94  
PROCESSO TRT RO 1327/93  
ORIGEM : JCJ DE MARABÁ  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : CLAUDINO S/A - LOJA DE DEPARTAMENTOS  
Advogado(s) : Dr. Manoel Dornelles Barreto Viana  
RECORRIDO(S) : GILSON RODRIGUES DOS SANTOS

EMENTA : "O empregador tem obrigação de entregar ao empregado as guias de seguro desemprego e, cumprida essa obrigação não há prejuízo a ser indenizado".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso, sem divergência, dar-lhe provimento para, reformando a decisão recorrida, julgar a reclamação totalmente improcedente. Custas pelo reclamante sobre o valor arbitrado em CR\$100.000,00, na quantia de CR\$2.000,63, isento na forma da lei.

ACORDÃO Nº 5476/94  
PROCESSO TRT RO 1493/93  
ORIGEM : 5ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : JOSÉ MARIA RODRIGUES DA SILVA  
Advogado(s) : Dr. Nerclio Alves da Silva  
RECORRIDO(S) : TRANSPORTADORA TRANSAMAZON LTDA

EMENTA : "A relação de emprego deve ser comprovada através de seus elementos fáticos e constitutivos conforme o art. 3º da CLT.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em deferir do pedido de isenção de custas; em conhecer do recurso; determinar o desentranhamento da contramínuta de fls. 19/20, porque subscrita por profissional sem habilitação nos autos; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a decisão recorrida.

ACORDÃO Nº 5477/94  
PROCESSO TRT REX OFF 350/93  
ORIGEM : JCJ DE MARABÁ  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE-RECLAMANTE(S) : TEREZINHA DE OLIVEIRA REIS  
Advogado(s) : Drª. Aurenice Pinheiro Botelho e outra  
RECORRIDO-RECLAMADO(S) : MUNICÍPIO DE MARABÁ - PREFEITURA MUNICIPAL  
Advogado(s) : Drª Kelli Rangel Vilela e outros

EMENTA : "A CTPS anotada pelo empregador registra a aprovação em concurso público antes da contratação não havendo infração ao dispositivos constitucional (art. 137, inciso II)".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa de ofício; sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. decisão recorrida em todos os seus termos.

ACORDÃO Nº 5478/94  
PROCESSO TRT REX OFF E RO 390/93  
ORIGEM : JCJ DE SANTARÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE-RECLAMADA(S) : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FNS  
Advogado(s) : Dr. Luiz Firmo Ferraz Filho  
RECORRIDO-RECLAMANTES(S) : ANA MARIA RABELO FEITOSA E OUTRA  
Advogado(s) : Dr. Raimundo Nivaldo Duarte

EMENTA : "É devido o levantamento do FGTS na mudança do regime jurídico do coletista para estatutário.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer do recurso voluntário, por falta de habilitação de seu subscritor; conhecer da remessa de ofício; rejeitar as preliminares de incompetência da Justiça do Trabalho, legitimidade passiva "ad causam", chamamento da União para compor a lide e da Caixa Econômica Federal como litisconsorte, por falta de amparo legal; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao § 1º do art. 6º da Lei 8.162/91. No mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a sentença recorrida.

ACORDÃO Nº 5479/94  
PROCESSO TRT RO 919/93  
ORIGEM : 7ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : PEDRO SOUZA DA SILVA  
Advogado(s) : Dr. Walter Machado Puget  
RECORRIDO(S) : SOCOCO S/A - AGROINDÚSTRIAS DA AMAZÔNIA  
Advogado(s) : Dr. José Constantino Mala

EMENTA : "A isonomia entre substituto o substituído prevista em norma coletiva não se aplica à reposição de mão de obra pelo empregador.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; sem divergência, dar-lhe provimento para, reformando em parte a decisão recorrida, deferir ao reclamante o

parcela de multa pelo atraso no pagamento das verbas resilitórias, indenização pela não entrega das guias de seguro-desemprego e multa prevista em norma coletiva, mantida a r. decisão recorrida em seus demais termos. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 5480/94  
PROCESSO TRT RO 81/93  
ORIGEM : JCJ DE ALTAMIRA  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : INFRAERO - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA  
Advogado(s) : Dr. Humberto Sales Batista e outros  
RECORRIDO(S) : ROZIMIRO ARANHA CORRÊA  
Advogado(s) : Dr. José Isaac Pacheco Fima

EMENTA : "Devemos deferir os reajustes salariais impedidos pelas medidas econômicas declaradas inconstitucionais".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; rejeitar a preliminar de não conhecimento suscitada pelo recorrido, bem como a arguição de prescrição, por falta de amparo legal; no mérito, sem divergência, dar-lhe provimento parcial para, reformando em parte a decisão recorrida, limitar as diferenças das URPs de abril e maio/88, respectivamente em agosto e outubro/88, e limitar as diferenças da URP de fevereiro/89 a abril/89 e excluir da condenação as verbas decorrentes do IPC de março/90, mantida a sentença em seus demais termos.

ACORDÃO Nº 5481/94  
PROCESSO TRT RO 963/93  
ORIGEM : JCJ DE TUCURUI  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : SISTEMA PITÁGORAS DE ENSINO SOCIEDADE LTDA  
Advogado(s) : Dr. Antonio Carlos Lopes Vataidão  
RECORRIDO(S) : MARLENE REGINA PARANHOS  
Advogado(s) : Dr. Rubens José Gomes de Lima e outro

EMENTA : Face a Inconstitucionalidade incidental das medidas econômicas - URP de fevereiro/89 e IPC de março/90 - que violaram direito adquirido assegurado pela Constituição Federal, defer-se as diferenças salariais e consectárias no empregado.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos Arts. 5º e 6º da Lei 7730/89 e item II, § 1º artigo 2º da Medida Provisória 154/90; No mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a sentença.

ACORDÃO Nº 5482/94  
PROCESSO TRT REX OFF 6437/92  
ORIGEM : 8º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE-RECLAMADA(S) : NORMA MONTEIRO DE OLIVEIRA E OUTROS  
Advogado(s) : Dr. Walfir Pinheiro de Oliveira e outros  
RECORRIDO-RECLAMADA(S) : UNIÃO FEDERAL - MINISTÉRIO AGRICULTURA  
Advogado(s) : Dr. Edison Messias de Almeida

EMENTA : "A Lei nº 7738/89 teve sua vigência até 15 de março de 1990 e deve ser obedecido seu comando de repassar aos salários dos trabalhadores, automaticamente, os índices inflacionários com pagamento a partir do mês subsequente.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em declarar o interstício regimental para apreciar de imediato questão de inconstitucionalidade; por maioria de votos, vencidos os Exm's Juizes Relator, Doménico Falei e José Severo, decretar a inconstitucionalidade do item II, § 1º art. 2º da MP 154/90. A Egrégia Turma, no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida em todos os seus termos.

ACORDÃO Nº 5483/94  
PROCESSO TRT AP 713/93  
ORIGEM : JCJ DE ABAETETUBA  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
AGRAVANTE(S) : COMPASA - COMPENSADOS ABAETETUBA S/A  
Advogado(s) : Dr. Haroldo Alves dos Santos e outros  
AGRAVADO(S) : RAIMUNDO DA COSTA OLIVEIRA  
Advogado(s) : Dr. Maria José Cabral Cavalli e outra

EMENTA : As verbas decorrentes do IPC de março/90 são devidas a partir de abril/90 e pelos meses subsequentes, salvo pagamento comprovado pela empresa".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do agravo; sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar o despacho agravado.

ACORDÃO Nº 5484/94  
PROCESSO TRT RO 528/93  
ORIGEM : 10º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ IVANILDO PONTES  
RECORRENTE(S) : VIAÇÃO FORTE LTDA  
Advogado(s) : Dr. Mary Francis Pinheiro de Oliveira e outros  
RECORRIDO(S) : IVANILDO ARAÚJO SOUZA  
Advogado(s) : Dr. Carlos Alberto Prestes de Brito e outro

EMENTA : Mantém-se a decisão de 1º Grau face o entendimento da maioria do Colegiado.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao item II, § 1º do art. 2º da Medida Provisória nº 154/90, no mérito, manter a decisão, vencido em parte o Exmº Juiz Relator que admitia a compensação do reajuste espontâneo concedido no mês de abril/90; à unanimidade, manter a respeitável sentença em seus demais termos. Custas como fixadas no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5485/94  
PROCESSO TRT REX OFF E RO 5062/93  
ORIGEM : 4º JCJ DE BELÉM

RELATOR : JUIZ IVANILDO PONTES  
RECORRENTE(S) : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA (Reclamado)  
Advogado(s) : Dr. Enock Raul Esteves

E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (Litisconsorte)  
Advogado(s) : Dr. Paula Maria Soares Cunha e outros  
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

E SUELY MENDONÇA SACRAMENTO  
Advogado(s) : Dr. Ronaldo Barata

EMENTA : SERVIDOR PÚBLICO - FGTS - OPÇÃO - Resolvido o contrato de trabalho com a transferência do servidor do regime da CLT para o estatutário em decorrência da lei, assista-lhe o direito de movimentar a conta vinculada do FGTS.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer do recurso da litisconsorte por não ser parte legítima; conhecer dos recursos necessários e voluntário da reclamada; rejeitar as preliminares de incompetência da Justiça do Trabalho, de ilegitimidade passiva "ad causam" e de denunciação à lide, por falta de amparo legal; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade do § 1º do art. 6º da Lei nº 8.162/91; no mérito, sem divergência, negar-lhes provimento para confirmar a r. sentença recorrida. Custas como fixadas no 1º grau.

ACORDÃO Nº 5486/94  
PROCESSO TRT REX OFF E RO 2965/93  
ORIGEM : 2º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ HAROLDO ALVES  
RECORRENTE(S) : EMANOEL PEREIRA VITORIO  
Advogado(s) : Dr. Cadmo Bastos Melo Junior e outro

E UNIÃO FEDERAL - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA - CEPLAC  
Advogado(s) : Dr. Almerindo A. V. Trindade  
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS - REAJUSTAMENTO SALARIAL Deve ser afastada - por inconstitucionalidade - a aplicação de dispositivos legais relativos aos planos econômicos do Governo Federal, naquilo que representam ofensa ao direito adquirido dos trabalhadores ao reajustamento salarial.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; rejeitar as preliminares de incompetência da Justiça do Trabalho e de prescrição, por falta de amparo legal; Ratificadas as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno, quanto ao § 4º, do art. 8º do DL 2335/87, inciso I, art. 1º, do DL 2425/88, artigos 5º e 6º da Lei 7730/89, e item II, § 1º, do artigo 2º, da MP 154/90, no mérito, por maioria de votos, negar provimento a todos os recursos, para confirmar a r. sentença recorrida em todos os seus termos, vencido em parte o Exmº Juiz Ivanildo Pontes, que limitava a diferença salarial do IPC de março até a data-base.

ACORDÃO Nº 5487/94  
PROCESSO TRT RO 4282/93  
ORIGEM : JCJ DE MACAPÁ  
RELATOR : JUIZ ARY BRANDÃO  
RECORRENTE(S) : BANCO DA AMAZÔNIA SOCIEDADE ANÔNIMA - BASA  
Advogado(s) : Dr. Agildo Monteiro Cavalcante e outros  
RECORRIDO(S) : TEREZINHA FERREIRA MORAES GONÇALVES  
Advogado(s) : Dr. Antonio Ferreira da Silva e Silva

EMENTA : A legislação que instituiu os Planos Bresser, Verão e Collor ofendeu o direito adquirido dos trabalhadores. As normas dos arts. 8º, § 4º do Decreto-Lei 2.335/87, dos arts. 5º e 6º da Lei 7.730/89 e do art. 2º, inciso II, § 1º da Medida Provisória nº 154/90 deixam prevalecer para o caso concreto, tendo os empregados direito às diferenças salariais respectivas.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao § 4º do art. 8º do DL 2335/87, arts. 5º e 6º da Lei 7730/89 e item II, § 1º do art. 2º da Medida Provisória 154/90; no mérito, sem divergência, dar-lhe parcial provimento para reformando em parte a decisão recorrida, limitar as diferenças do Plano Bresser até agosto/88; mantendo a sentença recorrida em seus demais termos.

ACORDÃO Nº 5488/94  
PROCESSO TRT REX OFF E RO 5912/93  
ORIGEM : JCJ DE ABAETETUBA  
RELATOR : JUIZ IVANILDO PONTES  
RECORRENTE-RECLAMADO(S) : ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - SETRAN  
Advogado(s) : Dr. Elody Nassar de Alencar  
RECORRIDO-RECLAMANTE(S) : MANOEL ROBERTO PINHEIRO DE OLIVEIRA  
Advogado(s) : Dr. Vilma Chavaglia e outra

EMENTA : URP DE FEVEREIRO/89 - Os arts. 5º e 6º da Lei 7.730/89 são inconstitucionais por violarem os princípios do direito adquirido e da irredutibilidade salarial.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos arts. 5º e 6º da Lei nº 7.730/89, item I, § 1º, art. 2º da Medida Provisória nº 154/90 e a constitucionalidade do inciso II, §§ 1º e 5º, art. 2º da Lei nº 8.030/90; no mérito, sem divergência, dar-lhes em parte provimento para, reformando parcialmente a decisão recorrida, excluir da condenação as diferenças salariais do IPC de abril/90; por maioria de votos, vencido em parte o Exmº Juiz Relator que limitava a condenação até a data-base, manter a r. sentença recorrida em seus demais termos. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 5489/94  
PROCESSO TRT RO 6744/93  
ORIGEM : 2º JCJ DE BELÉM

RELATOR : JUIZA IRACILDA CORRÊA  
RECORRENTE(S) : INDÚSTRIA DE BEBIDAS ANTÁRTICA DA AMAZÔNIA S/A  
Advogado(s) : Dr. Simone Cruz Vieira e outro  
RECORRIDO(S) : FRANCISCO NILSON LINS CAVALCANTE  
Advogado(s) : Dr. David Cruz Araújo e outros

EMENTA : Lei nova não pode retroagir para alcançar direito adquirido em virtude de lei anterior.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos arts. 5º e 6º da Lei 7.730/89 e do item II e § 1º do art. 2º da MP 154/90; no mérito, por maioria de votos, negar-lhe provimento para confirmar a r. decisão recorrida, vencido em parte o Exmº Juiz Revisor que limitava os Planos Econômicos à data-base. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 5490/94  
PROCESSO TRT RO 6875/94  
ORIGEM : 10º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZA IRACILDA CORRÊA  
RECORRENTE(S) : AUTO VIAÇÃO COARACIENSE LTDA  
Advogado(s) : Dr. Jorge Mena Wanderley e outros  
RECORRIDO(S) : RUTH LÊIA BOTELHO DOS SANTOS  
Advogado(s) : Dr. Sidney Almeida Júnior e outros

EMENTA : Lei nova não pode retroagir para alcançar direito adquirido em virtude de lei anterior.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao item II e § 1º do art. 2º da MP 154/90; no mérito, sem divergência, dar-lhe parcial provimento para, reformando em parte a decisão recorrida, excluir da condenação a diferença salarial da URP/FEV/89 e reflexos; mantendo a decisão recorrida em seus demais termos. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 5491/94  
PROCESSO TRT RO 5190/93  
ORIGEM : JCJ DE ABAETETUBA  
RELATOR : JUIZ IVANILDO PONTES  
RECORRENTE(S) : COMPASA - COMPENSADOS ABAETETUBA S/A  
Advogado(s) : Dr. Haroldo Alves dos Santos e outro  
RECORRIDO(S) : MIVALDO FERREIRA DIAS E OUTROS  
Advogado(s) : Dr. Antonio Roberto Figueiredo Cardoso

EMENTA : URP DE FEVEREIRO/89 - Os arts. 5º e 6º da Lei 7.730/89 são inconstitucionais por violarem os princípios do direito adquirido e da irredutibilidade salarial.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; rejeitar a preliminar de inépcia da inicial, por falta de amparo legal; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos arts. 5º e 6º da Lei nº 7.730/89, item II, § 1º, art. 2º da Medida Provisória nº 154/90 e a constitucionalidade do inciso II, §§ 1º e 5º, art. 2º da Lei nº 8.030/90; no mérito, sem divergência, dar-lhe em parte provimento para, reformando parcialmente a decisão recorrida, excluir da condenação a parcela relativa ao IPC de abril/90; por maioria de votos, vencido em parte o Exmº Juiz Ivanildo Pontes que limitava as diferenças da URP de fevereiro/89 e do IPC de março/90 à data-base, manter a r. sentença recorrida em seus demais termos. Custas como no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5492/94  
PROCESSO TRT RO 5903/93  
ORIGEM : JCJ DE ABAETETUBA  
RELATOR : JUIZ IVANILDO PONTES  
RECORRENTE(S) : JOSÉ DUARTE RODRIGUES  
Advogado(s) : Dr. Odival Quaresma e outro  
RECORRIDO(S) : CRAI - COMPANHIA REAL AGROINDUSTRIAL  
Advogado(s) : Dr. Júlio Gasparino V. da Silva e outros

EMENTA : Reajusta-se a sentença a luz da lei e das provas dos autos.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso e dar provimento parcial para reformando em parte a decisão recorrida, deferir as diferenças de FGTS + 40%; por maioria de votos, vencidos os Exm's Juizes Relator e Iracilda Corrêa, dar ainda provimento ao recurso para deferir ao reclamante as diferenças e reflexos decorrentes do IPC de março/90; à unanimidade manter a decisão em seus demais termos. Custas como fixadas no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5493/94  
PROCESSO TRT REX OFF E RO 2817/93  
ORIGEM : 7º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ HAROLDO ALVES  
RECORRENTE-RECLAMADA(S) : COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR (CENEN)  
Advogado(s) : Dr. Ary Antonio Callegaro Pezzutti  
RECORRIDO-RECLAMANTE(S) : REINALDO SILVA DO NASCIMENTO E OUTROS  
Advogado(s) : Dr. Marly Passarelli e outro

EMENTA : FGTS - MUDANÇA DE REGIME JURÍDICO - Extinto o contrato de trabalho com a mudança do regime jurídico, de celetista para estatutário, com base na Lei 8112/90, é possível a liberação dos depósitos do FGTS pelo servidor público titular de conta vinculada, através de Alvará Judicial.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso voluntário da reclamada e do necessário; rejeitar as preliminares arguidas. Ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao § 1º do art. 6º, da Lei nº 8.162/91; no mérito, sem divergência, negar-lhes provimento, para confirmar integralmente a r. sentença recorrida. Custas como no 1º Grau.

ACORDÃO Nº 5494/94  
PROCESSO TRT RO 6412/93  
ORIGEM : JCJ DE ANANINDEUA  
RELATOR : JUIZ IVANILDO PONTES  
RECORRENTE(S) : VIAÇÃO FORTE LTDA  
Advogado(s) : Dr. Nair Ferreira Lima e outros

RECORRIDO(S) : JUVENAL RIBAMAR DUARTE FILHO  
Advogado(s) : Dr. Níltes Neves Ribeiro e outro

EMENTA : Confirma-se a sentença que bem dirimiu a controvérsia.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade do item II, § 1º do art. 2º da Medida Provisória 154/90; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida, conforme os termos da fundamentação.

ACORDÃO Nº 5495/94  
PROCESSO TRT REX OFF E RO 353/93  
ORIGEM : JCJ DE MACAPÁ  
RELATOR : JUIZ HAROLDO ALVES  
RECORRENTE(S) : UNIÃO FEDERAL - Reclamada  
Advogado(s) : Dr. Moacir Mendes Sousa  
RECORRIDO(S) : ROSIVAL GIL BRITO DE SOUZA E OUTROS  
Advogado(s) : Dr. José Guilherme Bastos

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS - REAJUSTAMENTO SALARIAL Deve ser afastada - por inconstitucionalidade - a aplicação de dispositivos legais relativos aos planos econômicos do Governo Federal, naquilo que representam ofensa ao direito adquirido dos trabalhadores ao reajustamento salarial.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em acolher proposição da D. Procuradoria Regional do Trabalho, em não conhecer do recurso voluntário da reclamada por falta de habilitação de seu subscritor; conhecer da remessa de ofício; acolher parcialmente a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho para considerar carcereiros do direito de ação nesta Justiça os reclamantes Rosival Gil Brito de Souza e Dalva Maria Coutinho Penafort. Ratificadas as reiteradas declarações de inconstitucionalidade quanto ao § 4º, do art. 8º do DL 2335/87, inciso I, art. 1º, do DL 2425/88, artigos 5º e 6º da Lei 7730/89, e item II, § 1º, do artigo 2º, da MP 154/90, no mérito, rejeitada a prescrição, dar provimento parcial à remessa de ofício para, reformando em parte a sentença recorrida, extinguir, sem julgamento do mérito, a parcela de FGTS, mantendo a sentença em seus demais termos, vencido em parte o Exmº Juiz Ivanildo Pontes, que limitava a diferença salarial do IPC de março até a data-base.

ACORDÃO Nº 5496/94  
PROCESSO TRT RO 6072/93  
ORIGEM : JCJ DE ANANINDEUA  
RELATOR : JUIZ IVANILDO PONTES  
RECORRENTE(S) : PONTE IRMÃOS & CIA LTDA  
Advogado(s) : Dr. Mauro Mendes da Silva e outros  
RECORRIDO(S) : RAIMUNDO DA CRUZ SILVA  
Advogado(s) : Dr. Níltes Neves Ribeiro

EMENTA : Confirma-se a sentença que bem dirimiu a controvérsia.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao item II, § 1º, art. 2º da Medida Provisória nº 154/90; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a r. decisão recorrida. Custas como fixadas no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5497/94  
PROCESSO TRT RO 4943/93  
ORIGEM : 4º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ IVANILDO PONTES  
RECORRENTE(S) : MOISÉS DE OLIVEIRA PINTO  
Advogado(s) : Dr. Maria José C. Cavalli  
E TRANSPORTES BRASILEIRO LTDA  
Advogado(s) : Dr. Jorge Mena Wanderley e outros

RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : Não se conhece do recurso subscrito por profissional de direito sem habilitação nos autos.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso do reclamante, por falta de habilitação de seu subscritor; não conhecer do recurso do reclamado, porque intempestivo, conforme os termos da fundamentação.

ACORDÃO Nº 5498/94  
PROCESSO TRT RO 4318/93  
ORIGEM : 8º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ HAROLDO ALVES  
RECORRENTE(S) : ELIELSON DE SOUZA NUAYED  
Advogado(s) : Dr. Mary Cohen e outros  
RECORRIDO(S) : INSTITUTO NACIONAL DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

EMENTA : CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS - CARÊNCIA DE AÇÃO - Como o reclamante foi admitido em 1º de Julho de 1991, quando já em vigor a Lei 8.112/90, que instituiu o regime jurídico único - estatutário - no serviço público federal, o seu contrato só poderia ser de locação de serviços, previsto no artigo 232, da Lei 8.112/90, regido, portanto, pelos artigos 1216 a 1236, do Código Civil, que é típico para os serviços determinados que não se comunicam com as funções rotineiras da administração, o que é o caso do trabalho em reconhecimento.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida, conforme os termos da fundamentação. Custas, como fixadas no Primeiro Grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5499/94  
PROCESSO TRT REX OFF E RO 5000/93  
ORIGEM : 2º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ IVANILDO PONTES  
RECORRENTE-RECLAMADO(S) : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA- INCRA  
Advogado(s) : Dr. Maria de Fátima Oliveira  
RECORRIDO-RECLAMANTE(S) : SINDICATO DOS TRABALHADORES

NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ - SINTSEP  
Advogado(s) : Dr. Núbila Saralva Guedes e outros

EMENTA : Confirma-se a sentença face a decisão da maioria do Colegiado.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao item II, § 1º do art. 2º da Medida Provisória nº 154/90, no mérito, por maioria de votos, vencido em parte o Exmº Juiz Ivanildo Pontes, que limitava a condenação até o mês de dezembro/90; mantendo a r. sentença em seus demais termos. Custas como fixadas no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5500/94  
PROCESSO TRT REX OFF E RO 5033/93  
ORIGEM : 2º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ IVANILDO PONTES  
RECORRENTE(S) : FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARÁ - FCAP  
Advogado(s) : Dr. Áurea de Fátima B. Gomes e outra

E ALCIDES MIRANDA FERREIRA E OUTROS  
Advogado(s) : Dr. Lillian C.A. Mendes e outra  
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO - A Justiça é competente para apreciar demandas que envolvem pedidos de indenização exclusivamente trabalhista, referentes a períodos anteriores a Lei nº 8.112/90.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; rejeitar as preliminares de incompetência da Justiça do Trabalho, bem como a arguição de prescrição, à falta de amparo legal; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao item II, § 1º do art. 2º da Medida Provisória nº 154/90; no mérito, sem divergência, negar provimento ao recurso da reclamada; por maioria de votos, dar provimento ao recurso dos reclamantes para retirar da condenação as limitações impostas ao IPC de março/90, vencido em parte o Exmº Juiz Relator. Custas como no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5501/94  
PROCESSO TRT REX OFF 2372/93  
ORIGEM : JCJ DE MACAPÁ  
RELATOR : JUIZ IVANILDO PONTES  
RECLAMANTE(S) : ANIOCE MARIA NINA DA COSTA E OUTROS  
Advogado(s) : Dr. José Caxias Lobato  
RECLAMADO(S) : UNIÃO FEDERAL

E ESTADO DO AMAPÁ  
Advogado(s) : Dr. Paulo Alberto de Souza Lopes Freire

EMENTA : FGTS - LIBERAÇÃO DOS DEPÓSITOS - A conversão do regime jurídico dos servidores públicos federais, com o advento da Lei nº 8.112/90, autoriza a liberação do saldo do FGTS do antigo servidor celetista.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa de ofício; rejeitar a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho, por falta de amparo legal; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao § 1º art. 6º da Lei nº 8.162/91; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a r. sentença recorrida, inclusive quanto à exclusão do Estado do Amapá da lide. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 5502/94  
PROCESSO TRT RO 5499/92  
ORIGEM : 2º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ IVANILDO PONTES  
RECORRENTE(S) : BANCO DA AMAZÔNIA S/A - BASA  
Advogado(s) : Dr. Agildo Monteiro Cavalcante

E CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A - CAPAF  
Advogado(s) : Dr. Ophir Cavalcante Junior e outros  
RECORRIDO(S) : ELISA MARLENE DE AMORIM ALMEIDA E OUTRO  
Advogado(s) : Dr. Paula Frassinetti C. da Silva

EMENTA : Confirma-se a sentença, face a decisão da maioria do Colegiado.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; rejeitar as preliminares de incompetência da Justiça do Trabalho para apreciar pedido de complementação de aposentadoria, impossibilidade jurídica do pedido, bem como a arguição de prescrição, por falta de amparo legal; os Exmºs Juizes Relator e Iracilda Corrêa considerar a prescrição total com relação à reclamante Elisa Marlene de Amorim Almeida; A Exmª Juíza Revisora e o Exmº Juiz Aguilinaldo Alcântara, rejeitaram referida arguição. No mérito, os Exmºs Juizes Relator e Iracilda Corrêa, votaram no sentido de dar provimento ao recurso para julgar a reclamação totalmente improcedente; A Exmª Juíza Revisora e o Exmº Juiz Aguilinaldo Alcântara negaram provimento ao recurso para manter integralmente a decisão recorrida. Pelo voto de desempate da Exmª Juíza Vice-Presidente, a Egrégia Turma rejeitou a prescrição total com relação à reclamante Elisa Marlene de Amorim Almeida; no mérito, ainda pelo voto de desempate da Exmª Juíza Vice-Presidente, a Egrégia Turma mantém integralmente a sentença recorrida. Custas como fixadas no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5503/94  
PROCESSO TRT REX OFF E RO 2411/93  
ORIGEM : 4º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ IVANILDO PONTES  
RECORRENTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (Litisconsorte)  
Advogado(s) : Dr. Liana Cunha Mousinho Coelho e outros

E INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS  
Advogado(s) : Dr. José Maria Lozada Pedreira de Albuquerque Junior  
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

E JOSÉ RICARDO BENTES DA SILVA  
Advogado(s) : Dr. Silvana Lúcia Santos da Silva

EMENTA : SERVIDOR PÚBLICO - SAQUE DO FGTS - Resolvido o contrato de trabalho com a transferência do servidor do regime da CLT para o estatutário em decorrência da lei, assiste-lhe o direito de movimentar a conta vinculada do FGTS.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer do recurso da litisconsorte por não ser parte legítima; na lide conhecer da remessa de ofício e do recurso voluntário; rejeitar as preliminares de incompetência da Justiça do Trabalho, de ilegitimidade passiva "ad causam" e de denunciação à lide, por falta de amparo legal; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade do § 1º do art. 6º da Lei nº 8.162/91; no mérito, sem divergência, dar parcial provimento ao recurso voluntário para reformando em parte a decisão recorrida, excluir da condenação as custas processuais, mantendo a decisão nos demais termos.

ACORDÃO Nº 5504/94  
PROCESSO TRT RO 6116/93  
ORIGEM : 8º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ IVANILDO PONTES  
RECORRENTE(S) : BANCO BANORTE S/A  
Advogado(s) : Dr. Jaci Monteiro Colares e outro

E SÉRGIO BANDEIRA DO NASCIMENTO  
Advogado(s) : Dr. José Heiná Maués e outro  
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : URP DE FEVEREIRO/89 - Os arts. 5º e 6º da Lei 7.730/89 são inconstitucionais por violarem os princípios do direito adquirido e da irredutibilidade salarial.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso do reclamado; não conhecer do recurso do reclamante porque intempestivo; rejeitar a preliminar de incompetência da Junta de Conciliação e Julgamento, por falta de amparo legal; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos arts. 6º e 1º da Lei nº 7.730/89, no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida em todos os seus termos. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 5505/94  
PROCESSO TRT RO 5638/93  
ORIGEM : JCJ DE ABAETETUBA  
RELATOR : JUIZ HAROLDO ALVES  
RECORRENTE(S) : BERTILLON - VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA  
Advogado(s) : Dr. Roberto Mendes Ferreira e outros  
RECORRIDO(S) : WILSON CAVALHEIRO PANTOJA  
Advogado(s) : Dr. João Pedro Maués e outro

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS - REAJUSTAMENTO SALARIAL Deve ser afastada - por inconstitucionalidade - a aplicação de dispositivos legais relativos aos planos econômicos do Governo Federal, naquilo que representam ofensa ao direito adquirido dos trabalhadores ao reajustamento salarial.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao item II, § 1º, do artigo 2º, da MP 154/90, no mérito, por maioria de votos, manter a sentença recorrida nos seus termos, vencido em parte o Exmº Juiz Ivanildo Pontes, que limitava a diferença salarial do IPC de março até a data-base. Custas como fixadas no Primeiro Grau.

ACORDÃO Nº 5506/94  
PROCESSO TRT RO 5994/93  
ORIGEM : 10º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ HAROLDO ALVES  
RECORRENTE(S) : TRANSPORTADORA BELENENSE LTDA  
Advogado(s) : Dr. Simone Cruz Vieira e outro  
RECORRIDO(S) : AILTON ALVES PEREIRA  
Advogado(s) : Dr. Sidney Almeida Júnior e outros

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS - REAJUSTAMENTO SALARIAL Deve ser afastada - por inconstitucionalidade - a aplicação de dispositivos legais relativos aos planos econômicos do Governo Federal, naquilo que representam ofensa ao direito adquirido dos trabalhadores ao reajustamento salarial.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao item II, § 1º, do artigo 2º, da MP 154/90, no mérito, por maioria de votos, manter a sentença recorrida nos seus termos, vencido parcialmente o Exmº Juiz Ivanildo Pontes, que limitava a diferença salarial do IPC de março até a data-base. Custas como no Primeiro Grau.

ACORDÃO Nº 5507/94  
PROCESSO TRT RO 4082/93  
ORIGEM : JCJ DE MARABÁ  
RELATOR : JUIZ HAROLDO ALVES  
RECORRENTE(S) : ALFREDO RODRIGUES CABRAL COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA  
Advogado(s) : Dr. Kelli Rangel Vilela e outros  
RECORRIDO(S) : FRANCISCO ARAÚJO DA SILVA  
Advogado(s) : Dr. Aurenice Ribeiro Botelho e outros

EMENTA : DATA DA SAÍDA NA CTPS - INFLUÊNCIA NAS VERBAS PROPORCIONAIS - Não provada nos autos a saída do reclamante em data posterior à que consta em sua carteira de trabalho, deve ser reformada a sentença, para que sejam excluídos os acréscimos relativos à gratificação de Natal e férias.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; no mérito, sem divergência, dar-lhe parcial provimento para, reformando em parte a r. sentença recorrida, excluir da condenação as parcelas de aviso prévio, férias proporcionais, 13º salário proporcional, FGTS do mês da rescisão e 40% e saldo de salário, mantido o r. decisório nos demais termos, inclusive no tocante aos juros e correção monetária das parcelas rescisórias. Custas, como fixadas no Primeiro Grau.

ACORDÃO Nº 5508/94  
PROCESSO TRT REX OFF 7519/93  
ORIGEM : 1ª JCI DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ IRACILDA CORRÊA  
RECORRENTE(S) : ANA MARIA LEITE MELO E OUTROS  
Advogado(s) : Dr. Emmanuel Souza da Silva e outros  
RECORRIDO(S) : INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA  
Advogado(s) : Dr. Albenisa Campos Afonso Pereira

EMENTA : Fere o que dispõe o art. 468 da CLT a supressão de um benefício constante das normas da empresa.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa de ofício; rejeitar a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho, por falta de amparo legal; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a r. sentença recorrida. Custas conforme fixadas no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5509/94  
PROCESSO TRT RO 7617/93  
ORIGEM : 10ª JCI DE BELÉM

RELATORA : JUIZA LYGIA OLIVEIRA  
RECORRENTE(S) : COESA ENGENHARIA LTDA  
Advogado(s) : Dr. Fernando C. de Guamá e outros  
RECORRIDO(S) : JÚNIOR RODRIGUES  
Advogado(s) : Dr. Francisca G. da Costa e outros

EMENTA : Não havendo manifestação da parte as determinações do juízo a respeito de prazo para apresentação de carta de preposição, sob pena estabelecida pelo não cumprimento, nem sobre a aplicação de tal penalidade, quando feita, não há mais condições de ser suscitada a matéria em outra oportunidade, dada a preclusão.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; rejeitar a preliminar de nulidade da sentença, por falta de amparo legal; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a r. sentença recorrida; custas como no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5510/94  
PROCESSO TRT RO 4700/93  
ORIGEM : JCI DE MACAPÁ  
RELATOR : JUIZ IVANILDO PONTES  
RECORRENTE(S) : FUNDAÇÃO BRADESCO S/A  
Advogado(s) : Dr. Raimundo José Queiroza  
RECORRIDO(S) : MARIA ALICE DOS PASSOS CRUZ E OUTRO  
Advogado(s) : Dr. José Caxias Lobato

EMENTA : URP DE FEVEREIRO/89 - Os arts. 5º e 6º da Lei 7.730/89 são inconstitucionais por violarem os princípios do direito adquirido e da irredutibilidade salarial.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; por maioria de votos, vencido o Exmº Juiz Relator, rejeitar a preliminar de prescrição relativa ao Plano Bresser, por falta de amparo legal; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao § 4º, art. 8º do Decreto-Lei nº 2.335/87, aos arts. 5º e 6º da Lei nº 7.730/89 e ao item II, § 1º do art. 2º da Medida Provisória nº 154/90; no mérito, sem divergência, manter a r. sentença quanto as diferenças da URP de fevereiro/89; por maioria de votos, vencidos os Exmºs Juizes Relator e Iracilda Corrêa, confirmar a sentença quanto a reposição das diferenças do Plano Bresser; ainda por maioria de votos, confirmar a sentença nos demais termos, vencido em parte o Exmº Juiz Relator que limitava a condenação relativa ao IPC de março/90 até a data-base; a unanimidade, manter a decisão nos demais termos. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 5511/94  
PROCESSO TRT RO 827/93

ORIGEM : JCI DE MACAPÁ  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : BANCO BRADESCO S/A  
Advogado(s) : Dr. Marco Aurélio Buarque e outros  
RECORRIDO(S) : IACY FURTADO GONÇALVES  
Advogado(s) : Dr. Cícero Borges Bordalo e outros

EMENTA : "A ação trabalhista prescreve em dois anos após o término contratual segundo a Magna Carta, Art. 7º, inciso XXIX, letra a".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; acolhendo a arguição de prescrição, dar-lhe provimento para julgar a reclamação totalmente improcedente. Custas pela reclamante, calculadas sobre o valor atualizado de CR\$5.000,00 a ser pago na quantia de CR\$100,00.

ACORDÃO Nº 5512/94  
PROCESSO TRT REX OFF E RO 5545/92  
ORIGEM : 4ª JCI DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE-RECLAMADO(S) : INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - INAMPS  
Advogado(s) : Dr. Dilia Ribeiro da Cunha da Almeida  
RECORRIDO-RECLAMANTE(S) : SINTPREVS - SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS DE PREVIDÊNCIA E SAÚDE NO ESTADO DO PARÁ  
Advogado(s) : Dr. Cleide Helena S. Avelar e outros

EMENTA : É devido o levantamento do FGTS em razão da mudança do regime celetista para o regime estatutário.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; rejeitar as preliminares de incompetência da Justiça do Trabalho, de ilegitimidade ativa "ad causam", de ilegitimidade passiva "ad causam" e de denunciação à lide da União Federal e da Caixa Econômica Federal - CEF, por falta de amparo legal; No mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida em todos os seus termos.

ACORDÃO Nº 5513/94  
PROCESSO TRT RO 7416/92  
ORIGEM : 4ª JCI DE BELÉM

RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : AMAZONEX INDUSTRIAL EXPORTADORA S/A  
Advogado(s) : Dr. Suzana Campos da Silva e outro  
RECORRIDO(S) : LUZIA FERREIRA DE LIMA E OUTRO  
Advogado(s) : Dr. Mary Lúcia do Carmo Xavier Cohen e outros

EMENTA : A obrigação do empregador quanto ao FGTS se exime com a comprovação dos depósitos efetivamente recolhidos na conta vinculada do empregado.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; sem divergência, dar-lhe provimento para, reformando a decisão recorrida, julgar a reclamação totalmente improcedente. Custas pelas reclamantes, calculadas sobre o valor de CR\$60.000,00 a ser pago na quantia de CR\$120,00.

ACORDÃO Nº 5514/94  
PROCESSO TRT REX OFF 6888/92  
ORIGEM : JCI DE ALMEIRIM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : LEONILIA DE LIMA SILVA E OUTRA  
RECORRIDO(S) : MUNICÍPIO DE ALMEIRIM - PREFEITURA MUNICIPAL  
Advogado(s) : Dr. Laudomício Ferreira

EMENTA : "A partir a Constituição Federal de 95.10.88 é devido o FGTS a todos os trabalhadores celetistas dispensando-se a opção".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa de ofício; sem divergência dar-lhe provimento em parte para limitar o FGTS das reclamantes no período de 05.10.88 a 05.05.89, mantendo a r. sentença recorrida em seus demais termos.

ACORDÃO Nº 5515/94  
PROCESSO TRT REX OFF E RO 2434/93  
ORIGEM : 2ª JCI DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE-RECLAMADO(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS  
Advogado(s) : Dr. José Maria Losada P. de Albuquerque Jr.  
RECORRIDO-RECLAMANTE(S) : SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS DE PREVIDÊNCIA E SAÚDE NO ESTADO DO PARÁ - SINTPREVS  
Advogado(s) : Dr. Marcelo Silva de Freitas e outros

EMENTA : "A jurisprudência desta Oitava Região tem reconhecido o direito adquirido dos trabalhadores ao reajuste salarial pelo IPC de março/90, declarando a inconstitucionalidade incidental do item II e § 1º do Art. 2º da Medida Provisória 154/90.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso voluntário por falta de habilitação de seu subscritor; conhecer da remessa de ofício; rejeitar a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho, por falta de amparo legal; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao item II, § 1º art. 2º da MP 154/90. No mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a sentença recorrida.

ACORDÃO Nº 5516/94  
PROCESSO TRT RO 1673/93  
ORIGEM : JCI DE MARABÁ  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : COSIPAR - COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PARÁ  
Advogado(s) : Dr. Ronaldo Giusti Abreu e outros  
RECORRIDO(S) : ANTONIO MONTEIRO CHAVITO  
Advogado(s) : Dr. Aurenice Pinheiro Botelho e outra

E J. L. LIMA PRESTADORA DE SERVIÇOS

EMENTA : "Não se conhece do recurso quando o prazo da procuração do advogado subscritor está vencido".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer do recurso, por estarem vencidos os poderes de seu subscritor e também porque deserto, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 5517/94  
PROCESSO TRT RO 1650/93  
ORIGEM : 3ª JCI DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : BANCO ITAÚ S/A  
Advogado(s) : Dr. Lívia Cunha Chermont e outros  
RECORRIDO(S) : RAIMUNDO ALVES ALENCAR  
Advogado(s) : Dr. Alfredo Augusto Casanova Nelson Ribeiro

EMENTA : "A coisa julgada sendo matéria de defesa no processo trabalhista deve ser comprovada na fase de instrução pela parte que alega essa preliminar por força dos Arts. 799, § 1º, e 818 da CLT.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; determinar o desentranhamento da contramutua de fls. 245/248 porque intempestiva; rejeitar a preliminar da coisa julgada por falta de amparo legal; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos arts. 5º e 6º da Lei 7730/89 e ao item II, § 1º art. 2º da MP 154/90. No mérito, sem divergência, dar-lhe provimento para, reformar em parte a sentença, excluir da condenação a multa pelo atraso no pagamento da rescisão, manter a d. sentença recorrida em seus demais termos.

ACORDÃO Nº 5518/94  
PROCESSO TRT REX OFF E RO 6114/92  
ORIGEM : 5ª JCI DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : MUNICÍPIO DE BELÉM - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE  
Advogado(s) : Dr. Benedito José da Silva Santana  
RECORRIDO(S) : LUIZA ESTHER TOUTENGE CONTE LIMA  
Advogado(s) : Dr. Carlos Alberto S. de Souza e outro

EMENTA : "É incompetência a Justiça do Trabalho para questões de servidor municipal regido pelo estatuto previsto na Lei nº 7463/89".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio

Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; determinar o desentranhamento do documento de fls. 62/63, juntados com o recurso; acolher a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho em razão da pessoa e da matéria, face ser a reclamante regida nos moldes estatutários; sem divergência dar provimento para, reformando a d. sentença recorrida, julgar a reclamante vencedora do direito da ação nesta Justiça. Custas pela reclamante sobre o valor arbitrado de CR\$1.000,00 a ser pago na quantia de CR\$20,00.

ACORDÃO Nº 5519/94  
PROCESSO TRT AP 6774/92  
ORIGEM : 8ª JCI DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
AGRAVANTE(S) : ANAMARIA CUNHA BRITO E OUTROS  
Advogado(s) : Dr. Cleide Helena Avelar e outros  
AGRAVADO(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS  
Advogado(s) : Dr. José Alberto B. Santos

EMENTA : É cabível agravo de petição para reforma das decisões do Juiz do Trabalho, nas execuções (Art. 897, a, CLT)".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer do agravo porque incabível na espécie, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 5520/94  
PROCESSO TRT REX OFF E RO 1277/93  
ORIGEM : JCI DE ALTAMIRA  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE-RECLAMADA(S) : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FNS  
Advogado(s) : Dr. Luiz Fimmo Ferraz Filho  
RECORRIDO-RECLAMANTE(S) : MARIA DE NAZARÉ DA SILVA GOMES E OUTROS  
Advogado(s) : Dr. Petrólio Pinto Filho

EMENTA : "O FGTS é parcela trabalhista que só existe na relação de emprego para a qual é competente a Justiça do Trabalho".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa de ofício, não conhecer do recurso voluntário por falta de habilitação do subscritor; rejeitar as preliminares de incompetência da Justiça do Trabalho e de ilegitimidade passiva ad causam, por falta de amparo legal. Ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao § 1º, art. 6º da Lei 8.162/91. No mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida em todos os seus termos.

ACORDÃO Nº 5521/94  
PROCESSO TRT REX OFF E RO 1680/93  
ORIGEM : JCI DE ALTAMIRA  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE-RECLAMADA(S) : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FNS  
Advogado(s) : Dr. Luiz Fimmo Ferraz Filho  
RECORRIDOS-RECLAMANTES(S) : MARIA DE NAZARÉ DA HUNGRIA PINHEIRO E OUTROS  
Advogado(s) : Dr. Petrólio Pinto Filho

EMENTA : É devido o FGTS na mudança do regime jurídico celetista para estatutário.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer do recurso voluntário porque subscrito por pessoa não habilitada conforme alertou a d. Procuradoria; conhecer da remessa de ofício; rejeitou as preliminares de incompetência da Justiça do Trabalho e de ilegitimidade passiva "ad causam", por falta de amparo legal; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao § 1º Art. 6º da Lei 8162/91; sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a sentença recorrida em todos os seus termos.

ACORDÃO Nº 5522/94  
PROCESSO TRT REX OFF E RO 5203/93  
ORIGEM : 3ª JCI DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ IVANILDO PONTES  
RECORRENTE-RECLAMADO(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS  
Advogado(s) : Dr. Francisco Edmir Lopes Figueira  
RECORRIDO-RECLAMANTES(S) : WILTON DOS SANTOS ALVES E OUTROS  
Advogado(s) : Dr. José Wander de Souza e outro

EMENTA : FGTS - LIBERAÇÃO DOS DEPÓSITOS - A conversão do regime jurídico dos servidores públicos federais, com o advento da Lei nº 8.112/90, autoriza a liberação do saldo do FGTS do antigo servidor celetista.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; rejeitar a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho, por falta de amparo legal; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao § 1º art. 6º da Lei nº 8.162/91; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a r. sentença. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 5523/94  
PROCESSO TRT REX OFF E RO 5512/93  
ORIGEM : 5ª JCI DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ IVANILDO PONTES  
RECORRENTE-RECLAMADO(S) : UNIÃO FEDERAL - SUCESSORA DE INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - INAMPS  
Advogado(s) : Dr. Dilia Ribeiro  
RECORRIDO-RECLAMANTE(S) : JÚLIA MARIA GONÇALVES DA SILVA  
Advogado(s) : Dr. Samuel Teixeira da Silva

EMENTA : ISENÇÃO DE CUSTAS - O INSS é isento do pagamento de custas processuais no judiciário trabalhista, de acordo com a Lei nº 8.620/93.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos considerando interposta a remessa de ofício;

rejeitar a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho, por falta de amparo legal; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao inciso I do art. 1º do Decreto-Lei nº 2.426/88, arts. 5º e 6º da Lei nº 7.730/89 e do item II, § 1º do art. 2º da Medida Provisória nº 154/90; no mérito, sem divergência, dar-lhes em parte provimento para, reformando parcialmente a decisão recorrida, excluir da condenação a diferença salarial pela aplicação do índice de 25,05% face à prescrição da parcela; isentar o reclamado do pagamento de custas processuais, mantendo a r. sentença recorrida em seus demais termos. Custas como no primeiro grau de jurisdição.

**ACORDÃO Nº 5524/94**  
**PROCESSO TRT RO 3854/93**  
**ORIGEM :** 6ª JCI DE BELÉM  
**RELATOR :** JUIZ IVANILDO PONTES  
**RECORRENTE(S) :** FÓSFOROS DO NORTE S/A  
**Advogado(s) :** Dr. Arthur Alves Ramos e outros  
**RECORRIDO(S) :** JOSÉ DE ASSUNÇÃO MORAES DE OLIVEIRA  
**Advogado(s) :** Dr. Adalberto Guimarães Neto

**EMENTA :** URP DE FEVEREIRO/89 - Os arts. 5º e 6º da Lei 7.730/89 são inconstitucionais por violarem os princípios do direito adquirido e da irredutibilidade salarial.

**DECISÃO :** ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos arts. 5º e 6º da Lei nº 7.730/89 e ao item II, § 1º do art. 2º da Medida Provisória nº 154/90; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a r. sentença recorrida. Custas como no primeiro grau.

**ACORDÃO Nº 5525/94**  
**PROCESSO TRT REX OFF E RO 8003/93**  
**ORIGEM :** 10ª JCI DE BELÉM  
**RELATORA :** JUIZA LYGIA OLIVEIRA  
**RECORRENTE(S) :** DAISY PEREIRA DA ROCHA E SOUSA  
**Advogado(s) :** Drª Cynthia Ferreira Santos e outros

**Advogado(s) :** E UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
**RECORRIDO(S) :** Dr. Antônio Augusto de Oliveira Mello e outros  
**OS MESMOS**

**EMENTA :** Devidas à reclamante as diferenças decorrentes do chamado Plano Collor (IPC de março/90), o qual, ao expurgar dos reajustes salariais índice inflacionário já fixado por órgão oficial, violou o princípio constitucional do direito adquirido.

**DECISÃO :** ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; ratificando a em face da iterativa jurisprudência do Egrégio TRT Pleno, a inconstitucionalidade do item II e § 1º do art. 2º da Medida Provisória 154/90 o desprezar a declaração de inconstitucionalidade da legislação pertinente ao IPC de abril/90; no mérito, sem divergência, negar provimento à remessa de ofício e ao recurso da reclamante; por maioria de votos, negar provimento ao recurso da reclamada, vencido em parte o Exmº Juiz Domenico Faleci, que limitava as diferenças salariais decorrentes do IPC de março/90 à data-base; à unanimidade, manter a r. sentença em seus demais termos. Custas como no primeiro grau de jurisdição.

**ACORDÃO Nº 5526/94**  
**PROCESSO TRT RO 8657/93**  
**ORIGEM :** 4ª JCI DE BELÉM  
**RELATOR :** JUIZA LYGIA OLIVEIRA  
**RECORRENTE(S) :** BANCO DO BRASIL S/A  
**Advogado(s) :** Drª Silvia Marina R. de Miranda Mourão  
**RECORRIDO(S) :** JUAREZ DA SILVA FIGUEIREDO  
**Advogado(s) :** Dr. Glaíson Dias Figueiredo

**EMENTA :** ESTAGIÁRIO - RELAÇÃO DE EMPREGO. Pelo Exame dos fatos relativos à hipótese dos autos ficou provado que a relação entre as partes foi de emprego, regulada pela legislação trabalhista.

Não são só os aspectos formais que configuram o estágio, mas a conjugação dos elementos fáticos pelos quais se tenha como preenchidos os requisitos legais que o caracterizam.

**DECISÃO :** ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para manter, inalterada a r. decisão recorrida. Custas como fixadas no primeiro grau de jurisdição.

**ACORDÃO Nº 5527/94**  
**PROCESSO TRT RO 8962/93**  
**ORIGEM :** 5ª JCI DE BELÉM  
**RELATOR :** JUIZA LYGIA OLIVEIRA  
**RECORRENTE(S) :** INDÚSTRIA CERÂMICA DA AMAZÔNIA S/A - INCA  
**Advogado(s) :** Dr. Renaldo Gonzaga de Almeida  
**RECORRIDO(S) :** UAILA GERALDO DA SILVA  
**Advogado(s) :** Dr. Cláudio Monteiro Gonçalves

**EMENTA :** I - Devidas ao reclamante as diferenças decorrentes dos planos econômicos do Governo Federal, cujos índices inflacionários foram expurgados dos reajustes salariais, em violação do princípio constitucional do direito adquirido.

II - as demais parcelas deferidas pela MM. Junta o foram sob fundamentação absolutamente correta.

**DECISÃO :** ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificar, em face da iterativa jurisprudência do Tribunal Pleno, a inconstitucionalidade do § 2º do artigo 8º do Decreto-Lei 2.335/87, dos artigos 5º e 6º da Lei 7.730/89 e do item II e § 1º do artigo 2º da Medida Provisória 154/90; no mérito, por maioria de votos, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a r. sentença recorrida, vencido em parte o Exmº Juiz Revisor que limitava a condenação à data-base. Custas conforme determinado na sentença do primeiro grau.

**ACORDÃO Nº 5528/94**  
**PROCESSO TRT RO 7604/93**  
**ORIGEM :** 4ª JCI DE BELÉM  
**RELATOR :** JUIZA LYGIA OLIVEIRA

**RECORRENTE(S) :** ANTONIO EDINALDO DA SILVA CORREA  
**Advogado(s) :** Drª Erlene G. Lima  
**RECORRIDO(S) :** CONSERVADORA NAZARÉ LTDA

**EMENTA :** I - Provado, através do documento trazido aos autos, que o reclamante começou a trabalhar na empresa em data anterior à anotada em sua carteira de trabalho, é do se determinar pedida, com o deferimento decorrente dessa acréscimo no tempo do serviço.

**DECISÃO :** ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; no mérito, sem divergência, dar-lhe provimento parcial para, reformando em parte a sentença, determinar a retificação da data de admissão do reclamante para 12.11.91, deferir-lhe, em consequência, diferenças de férias com 1/3, de gratificação natalina e de FGTS com 40%, deferir-lhe, ainda, diferença de repouso remunerado em razão do reflexo das horas extras habituais (Enunciado 172/TST), manter a r. decisão nos seus demais termos. Custas sobre o valor da condenação, agora acrescida das parcelas acima mencionadas, que se arbitra em CR\$45.000.000,00, na quantia de CR\$100.000,00.

**ACORDÃO Nº 5529/94**  
**PROCESSO TRT RO 5038/93**  
**ORIGEM :** 2ª JCI DE BELÉM  
**RELATOR :** JUIZ HAROLDO ALVES  
**RECORRENTE(S) :** JOANA MARIA TRINDADE DE LEMOS  
**Advogado(s) :** Dr. Elias Pinto de Almeida e outros  
**RECORRIDO(S) :** MUNICÍPIO DE BARCARENA - PREFEITURA MUNICIPAL  
**Advogado(s) :** Drª Corina Frade Chaves

**EMENTA :** CARGO PÚBLICO - NULIDADE DA CONTRATAÇÃO

A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, sob pena de nulidade.

**DECISÃO :** ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; determinar seja retificada a capa dos autos para excluir a remessa de ofício; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a r. sentença recorrida. Custas como no primeiro grau.

**ACORDÃO Nº 5530/94**  
**PROCESSO TRT RO 5609/93**  
**ORIGEM :** JCI DE ABAETETUBA  
**RELATOR :** JUIZ IVANILDO PONTES  
**RECORRENTE(S) :** SOCÓCO S/A - AGROINDÚSTRIAS DA AMAZÔNIA  
**Advogado(s) :** Dr. Sumio Shimada e outro  
**RECORRIDO(S) :** ONÉSIO FERREIRA MATOS  
**Advogado(s) :** Dr. José Macambira Chagas

**EMENTA :** SALÁRIO PRODUÇÃO - HORA EXTRA

O empregado que recebe salário por tarefa ou produção e que trabalha em jornada suplementar, a princípio, faz jus ao recebimento de horas extras.

Só está excluído do pagamento de horas extraordinárias o empregador que não exija o cumprimento de um número regular de tarefas, ou seja, quando o empregado tiver liberdade de produção, fazendo o número de tarefas que lhe for conveniente, sem exigência de cumprimento de horas.

Entretanto, a hora extra trabalhada já está onglorada no pagamento da produção efetuada naquela unidade de tempo, sendo devido tão somente o respectivo adicional.

**DECISÃO :** ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao item II, § 1º do art. 2º da Medida Provisória nº 154/90; no mérito, sem divergência, dar-lhe em parte provimento para, reformando parcialmente a decisão recorrida, excluir da condenação a parcela relativa ao IPC de abril/90 e reduzir as horas extras ao pagamento do percentual respectivo, conforme os fundamentos; por maioria de votos, vencido em parte o Exmº Juiz relator que limitava a diferença salarial do IPC de março/90 à data-base, manter a r. sentença recorrida em seus demais termos. Custas como no primeiro grau.

**ACORDÃO Nº 5531/94**  
**PROCESSO TRT RO 5787/93**  
**ORIGEM :** 1ª JCI DE BELÉM  
**RELATOR :** JUIZ IVANILDO PONTES  
**RECORRENTE(S) :** JOSÉ RONALDO BATISTA pinto  
**Advogado(s) :** Drª Regina Célia Costa Magalhães e outros  
**RECORRIDO(S) :** REAL COMERCIAL LTDA  
**Advogado(s) :** Dr. Orlando Antonio M. Fonseca

**EMENTA :** JUSTA CAUSA  
 Restando provado o ato de improbidade praticado pelo Autor, justifica-se a sua dispensa por justa causa.

**DECISÃO :** ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; rejeitar a preliminar de nulidade do processo por cerceamento de defesa, por falta de amparo legal; sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a sentença recorrida, custas conforme fixadas no primeiro grau de jurisdição.

**ACORDÃO Nº 5532/94**  
**PROCESSO TRT RO 6232/93**  
**ORIGEM :** JCI DE ABAETETUBA  
**RELATOR :** JUIZ IVANILDO PONTES  
**RECORRENTE(S) :** AGROPALMA S/A  
**Advogado(s) :** Dr. Dr. Júlio Gasparino V. da Silva e outro  
**RECORRIDO(S) :** ROSA MARIA SOUZA LIMA E OUTRO  
**Advogado(s) :** Dr. Brasil Rodrigues do Araújo

**EMENTA :** Confirma-se a sentença face ao entendimento da maioria do Colegiado.

**DECISÃO :** ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao item II, § 1º do art. 2º da Medida Provisória nº 154/90; no mérito, por maioria de votos, vencido em parte o Exmº Juiz Relator que limitava a diferença salarial

do IPC de março/90 à data-base, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida em todos os seus termos. Custas como no primeiro grau.

**ACORDÃO Nº 5533/94**  
**PROCESSO TRT RO 6074/93**  
**ORIGEM :** JCI DE ANANÍDEUA  
**RELATOR :** JUIZ IVANILDO PONTES  
**RECORRENTE(S) :** ELIANA MARIA FERREIRA DE SOUZA  
**Advogado(s) :** Drª Maria José Cabral Cavalli e outra.  
**RECORRIDO(S) :** TESHIMA & CIA LTDA  
**Advogado(s) :** Dr. Luis Carlos Silva Mendonça

**EMENTA :** Confirma-se a sentença à luz da lei e das provas dos autos.

**DECISÃO :** ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; determinar o descontratamento da contramutuante de fls. 65/66, porque intempestiva, no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a decisão recorrida. Custas como fixadas no primeiro grau de jurisdição.

**ACORDÃO Nº 5534/94**  
**PROCESSO TRT REX OFF E RO 6718/93**  
**ORIGEM :** ANANÍDEUA  
**RELATOR :** JUIZ IVANILDO PONTES  
**RECORRENTE(S) :** EDUARDO CASTRO DOS SANTOS  
**Advogado(s) :** Drª Maria José Cabral Cavalli e outra  
**RECORRIDO(S) :** MUNICÍPIO DE ANANÍDEUA - PREFEITURA MUNICIPAL  
**Advogado(s) :** Dr. Hildenir Helcker de Aguiar Franco

**EMENTA :** CARGO PÚBLICO - NULIDADE DA CONTRATAÇÃO  
 A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, sob pena de nulidade.

**DECISÃO :** ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa de ofício eis que não houve condenação para a reclamada; conhecer do recurso do reclamante; rejeitar a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho por falta de amparo legal; no mérito, sem divergência, dar-lhe em parte provimento para, reformando parcialmente a decisão recorrida, condenar o reclamado ao pagamento da parcela de saldo do salário (12 dias trabalhados). Determinar ainda a remessa das peças necessárias ao Ministério Público, para o cumprimento do disposto no art. 37, § 2º da Constituição Federal/88 nos termos da fundamentação.

**ACORDÃO Nº 5535/94**  
**PROCESSO TRT REX OFF E RO 5608/93**  
**ORIGEM :** JCI DE ABAETETUBA  
**RELATOR :** JUIZ IVANILDO PONTES  
**RECORRENTE(S) :** ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE - SETRAN  
**Advogado(s) :** Dr. Jorge Alex Nunes Athias e outro  
**RECORRIDO(S) :** GERALDO SILVA PINHEIRO  
**Advogado(s) :** Drª Vilma Aparecida do S. Chavaglia e outra

**EMENTA :** URP DE FEVEREIRO/89 - Os arts. 5º e 6º da Lei 7.730/89 são inconstitucionais por violarem os princípios do direito adquirido e da irredutibilidade salarial.

**DECISÃO :** ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; sem divergência, rejeitar a preliminar de inaplicabilidade da legislação salarial, por falta de amparo legal, ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos arts. 5º e 6º da Lei nº 7.730/89 e ao item II, § 1º do art. 2º da Medida Provisória nº 154/90, bem como afastá-la quanto ao item II, §§ 1º e 5º do art. 2º da Lei nº 8030/90; no mérito, sem divergência, dar-lhes parcial provimento para, reformando em parte a r. sentença recorrida, excluir da condenação as diferenças salariais e consectários decorrentes do IPC de abril/90; por maioria de votos, vencido, em parte, o Exmº Juiz Relator, que também deferiu o pedido de compensação, manter o r. decisório em seus demais termos, conforme os fundamentos. Custas como fixadas no primeiro grau.

**ACORDÃO Nº 5536/94**  
**PROCESSO TRT RO 5908/93**  
**ORIGEM :** 6ª JCI DE BELÉM  
**RELATOR :** JUIZ IVANILDO PONTES  
**RECORRENTE(S) :** COINPA - CONCRETO INDUSTRIAL DO PARÁ LTDA  
**Advogado(s) :** Dr. Pedro Bontes Pinheiro Filho e outros

**RECORRIDO(S) :** EDINALDO MONTEIRO SILVA E OUTROS  
**Advogado(s) :** Dr. Cláudio Monteiro Gonçalves e outra

**EMENTA :** URP DE FEVEREIRO/89 - Os arts. 5º e 6º da Lei 7.730/89 são inconstitucionais por violarem os princípios do direito adquirido e da irredutibilidade salarial.

**DECISÃO :** ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; rejeitar arguição de prescrição relativa à parcela de reposição salarial da inflação de junho/87; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao § 4º art. 8º do Decreto-Lei nº 2.335/87, aos arts. 5º e 6º da Lei nº 7.730/89 e ao item II, § 1º do art. 2º da Medida Provisória nº 154/90, no mérito, por maioria de votos, vencido, em parte, o Exmº Juiz Ivanildo Pontes que limitava a condenação relativa ao "Plano Bressor, Verão e Collor" aos meses anteriores as respectivas datas-base, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida em todos os seus termos. Custas como fixadas no primeiro grau.

**ACORDÃO Nº 5537/94**  
**PROCESSO TRT RO 6112/93**  
**ORIGEM :** 8ª JCI DE BELÉM  
**RELATOR :** JUIZ IVANILDO PONTES  
**RECORRENTE(S) :** SONTIMABE - SINDICATO DOS OFICIAIS MARCEIROS E TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE MADEIRAS E DE SERRARIAS, CARPINTARIA, TANCARIAS, MADEIRAS, COMPENSADOS E LAMINADOS, AGLOMERADOS, CHAPAS DE FIBRAS DE MADEIRAS, MÓVEIS DE JUNCO E VIME, VASSOURAS DE BELÉM, COARACI E MOQUEMBO.  
**Advogado(s) :** Dr. Silvio Tavares R. de Miranda Mourão e outros

RECORRIDO(S) : PAMPA MADEIREIRA LTDA  
Advogado(s) : Dr. José Augusto T. Potiguar e outras

EMENTA : SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL - AUTORIZAÇÃO LEGAL - Só poderá ocorrer representação processual quando houver expressa autorização por parte dos representados. No caso de substituição processual, só será admitida nas hipóteses previstas em lei, de acordo com o art. 6º do CPC.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; determinar o desentranhamento da contaminação, por falta de habilitação regular de seu subscritor; rejeitar a preliminar de ilegitimidade da parte, por falta de amparo legal; sem divergência, dar-lhe provimento para, reconhecendo a legitimidade do sindicato autor para compor o polo ativo da lide; determinar a baixa dos autos à MM. Junta de Origem para apreciação do mérito das parcelas postuladas.

ACORDÃO Nº 5538/94  
PROCESSO TRT RO 7418/93  
ORIGEM : 6º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ JUIZA LYGIA OLIVEIRA  
RECORRENTE(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS  
Advogado(s) : Dr. José M. L. P. de Albuquerque  
RECORRIDO(S) : ANTONIO ALVES DE BRITO E OUTROS  
Advogado(s) : Dr. Evandro de Oliveira Costa

EMENTA : Devidas aos reclamantes as diferenças do chamado Plano Bresser até quando houve a efetiva reposição das perdas, por determinação de lei, uma vez que a supressão desse referido índice, dos reajustes salariais dos trabalhadores do país, constitui violação ao princípio constitucional do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; considerar interposta ex lege a remessa de ofício; rejeitar a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho, bem como a arguição de prescrição, por falta de amparo legal; ratificada pela Turma, em face da iterativa jurisprudência do Tribunal Pleno, a inconstitucionalidade do § 4º do artigo 8º do Decreto-Lei 2335/87, no mérito, sem divergência, negar provimento aos dois apelos, para manter a decisão recorrida, fazendo-se, entretanto, a limitação da apuração dos direitos concedidos até outubro/89. Custas, conforme fixadas no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5539/94  
PROCESSO TRT RO 9962/93  
ORIGEM : 2º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZA LYGIA OLIVEIRA  
RECORRENTE(S) : JORGE DA CONCEIÇÃO FILHO  
Advogado(s) : Dr. Maria José Cabral Cavalli  
RECORRIDO(S) : ENCOL S/A ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA  
Advogado(s) : Dr. Ediléa Rodrigues Valério dos Santos

EMENTA : Devidas ao reclamante as diferenças decorrentes do chamado Plano Collor (IPC de março/90), o qual, ao expurgar dos reajustes salariais índice inflacionário já fixado por órgão oficial, violou o princípio constitucional do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificar, em face da iterativa jurisprudência do Egrégio TRT Pleno, a inconstitucionalidade do item II e § 1º do art. 2º da Medida Provisória 154/90 e desprezar a declaração de inconstitucionalidade da legislação pertinente ao IPC de abril/90; no mérito, por maioria de votos, dar-lhe provimento em parte para, modificando parcialmente a sentença, deferir ao reclamante as diferenças salariais do IPC de março/90 e diferenças consecutórias relacionadas na alínea "a" do pedido inicial, vencido em parte o Exmº Juiz Domênico Falest, que limitava as respectivas diferenças à data-base; à unanimidade, manter a r. decisão recorrida nos seus demais termos. Custas pela reclamada, sobre o valor da condenação que agora lhe é imposta, que se arbitra em CR\$500.000,00, na quantia de CR\$10.000,83. Manter o valor das custas atribuídas ao reclamante na sentença recorrida.

ACORDÃO Nº 5540/94  
PROCESSO TRT RO 9765/93  
ORIGEM : 7º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZA LYGIA OLIVEIRA  
RECORRENTE(S) : TRANORTE LTDA  
Advogado(s) : Dr. Hilton da Silva Pontes  
RECORRIDO(S) : JOÃO QUEIROZ DE NAZARÉ  
Advogado(s) : Dr. Maria José Cabral Cavalli

EMENTA : I - Documentos apresentados em cópia devidamente autenticada e que dizem respeito a folhas de pagamento contendo a assinatura do empregado, devem ser admitidos como válidos, para prova da regular quitação de salário.

II - Devidas ao reclamante as diferenças decorrentes do IPC de março/90, cujo índice foi expurgado, inconstitucionalmente, do reajuste de seu salário, não sendo reposta essa perda por normas coletivas da categoria.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificar, em face da iterativa jurisprudência do TRT Pleno, a inconstitucionalidade do item II e § 1º do artigo 2º da Medida Provisória 154/90; no mérito, sem divergência, dar provimento parcial para, reformando em parte a sentença, excluir da condenação as diferenças concedidas com base nas Leis 8.222/91 e 8.419/92, manter a r. decisão recorrida em seus demais termos. Custas como fixadas no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5541/94  
PROCESSO TRT RO 7860/93  
ORIGEM : JCJ  
RELATOR : JUIZA LYGIA OLIVEIRA  
RECORRENTE(S) : RINALDO AMARAL RAIOL  
Advogado(s) : Dr. Joaquim Lopes de Vasconcelos  
RECORRIDO(S) : ASSEMBLÉIA PARAENSE  
Advogado(s) : Dr. Carlos TV Moreira

EMENTA : A prova dos autos foi boa e suficiente em relação ao justo motivo alegado na defesa, pelo que é de se manter a sentença recorrida, que assim concluiu.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em

conhecer do recurso; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a r. sentença recorrida. Custas como no 1º grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5542/94  
PROCESSO TRT TO 10.069/93  
ORIGEM : 7º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZA LYGIA OLIVEIRA  
RECORRENTE(S) : ENCOL S/A - ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA  
Advogado(s) : Dr. Deusdedit Freire Brasil  
RECORRIDO(S) : MANOEL PEREIRA MORAES  
Advogado(s) : Dr. Maria José Cabral Cavalli

EMENTA : Devidas ao reclamante as diferenças decorrentes dos planos de estabilização econômica do Governo Federal, os quais, ao expurgarem dos reajustes salariais índices inflacionários já fixados por órgão oficial, violaram o princípio constitucional do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificar, em face da iterativa jurisprudência do Egrégio Tribunal Pleno, a inconstitucionalidade dos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e do item II e § 1º do artigo 2º da Medida Provisória 154/90, no mérito, sem divergência, dar-lhe provimento parcial para reformando em parte a decisão recorrida, determinar a exclusão da "tarefa" da incidência das diferenças concedidas; por maioria de votos, manter a r. decisão em seus demais termos, vencido em parte o Exmº Juiz Domênico Falest que limitava as diferenças salariais da URP de fevereiro/89 e do IPC de março/90 até a data-base. Custas como fixadas no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5543/94  
PROCESSO TRT REX OFF E RO 3146/93  
ORIGEM : 2º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZA LYGIA OLIVEIRA  
RECORRENTE(S) : ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA DE ESTADO DE BELÉM  
Advogado(s) : Dr. Soraya Fernandes da Silva Leitão  
RECORRIDO(S) : ANTONIO PEREIRA DA COSTA E OUTROS  
Advogado(s) : Dr. Antonio Pereira

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS DO GOVERNO FEDERAL - DIFERENÇAS  
Devidas aos reclamantes as diferenças decorrentes dos planos econômicos do Governo Federal, os quais, ao expurgarem dos reajustes salariais índices já fixados por órgão oficial, violaram o princípio constitucional do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer do recurso voluntário, por falta de habilitação regular de sua subscritora; conhecer da remessa de ofício; acolher em parte a preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam*, para considerar o Estado do Pará como responsável subsidiário pelas parcelas deferidas neste processo; rejeitar a arguição de prescrição biennial, por falta de amparo legal; ratificar a inconstitucionalidade do § 4º do art. 8º do Decreto-Lei 2335/87, dos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e do item II e § 1º do artigo 2º da Medida Provisória 154/90, no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. decisão recorrida. Custas conforme determinado na sentença de primeiro grau.

ACORDÃO Nº 5544/94  
PROCESSO TRT REX OFF E RO 7775/93  
ORIGEM : JCJ DE ABAETETUBA  
RELATOR : JUIZA LYGIA OLIVEIRA  
RECORRENTE(S) : ROSA ALCANTARA DE SOUSA E OUTRO  
Advogado(s) : Dr. Odival Quaresma  
RECORRIDO(S) : MUNICÍPIO DE ABAETETUBA - PREFEITURA MUNICIPAL  
Advogado(s) : Dr. Laudomício Nazareth de Lima Ferreira

EMENTA : Às parcelas deferidas na sentença, cabe acrescentar-se mais as diferenças do IPC de março/90 e reflexos, desde que, mesmo os assalariados com o salário mínimo, devem receber tal índice, desde que não tiveram, em face da implantação do chamado Plano Collor, por vários meses, como os demais trabalhadores do país, nenhum reajuste salarial.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; ratificar, em face da iterativa jurisprudência do Egrégio Tribunal Pleno, a inconstitucionalidade do item II e § 1º do artigo 2º da Medida Provisória 154/90; no mérito, sem divergência, negar provimento à remessa obrigatória; por maioria de votos, dar provimento parcial ao recurso dos reclamantes para reformando em parte a sentença recorrida, deferir aos mesmos as diferenças e reflexos do IPC de março/90, com juros e correção monetária, com a apuração a ser feita em liquidação, vencido em parte o Exmº Juiz Domênico Falest, que limitava as diferenças concedidas até a data-base; à unanimidade, manter a r. decisão nos seus demais termos. Custas pelo reclamado, sobre o valor da condenação que agora foi aumentada com as parcelas acima deferidas, a qual se arbitra em CR\$ 1.000.000,00, na quantia de CR\$ 20.000,83.

ACORDÃO Nº 5545/94  
PROCESSO TRT RO 10.149/93  
ORIGEM : 2º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZA LYGIA OLIVEIRA  
RECORRENTE(S) : VANILDO FERREIRA DE SOUZA  
Advogado(s) : Dr. Maria José C. Cavalli  
RECORRIDO(S) : ENDECO - ENGENHARIA LTDA  
Advogado(s) : Dr. José Augusto T. Potiguar

EMENTA : Devidas ao reclamante as diferenças decorrentes do chamado Plano Collor (IPC de março/90), o qual, ao expurgar dos reajustes salariais índice inflacionário já fixado por órgão oficial, violou o princípio constitucional do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificar, em face da iterativa jurisprudência do Egrégio Tribunal Pleno, a inconstitucionalidade do item II e § 1º do art. 2º da Medida Provisória 154/90 e desprezar a declaração de inconstitucionalidade da legislação pertinente ao IPC de abril/90; no mérito, por maioria de votos, dar provimento parcial ao recurso para, modificando parcialmente a sentença, deferir ao reclamante as diferenças salariais do IPC de março/90, conforme pletos da inicial, vencido em parte o Exmº Juiz Domênico Falest, que limitava referidas diferenças até a data-base; à unanimidade, manter a r. decisão recorrida nos seus demais termos. Custas pela reclamada, sobre o valor

da condenação que agora lhe é imposta, que se arbitra em CR\$500.000,00, na quantia de CR\$10.000,83. Manter o valor das custas atribuídas ao reclamante na sentença recorrida.

ACORDÃO Nº 5546/94  
PROCESSO TRT REX OFF 7544/93  
ORIGEM : 1º JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZA LYGIA OLIVEIRA  
RECORRENTE(S) : GILSON FERREIRA DA COSTA E OUTROS  
Advogado(s) : Dr. Ronaldo Barata  
RECORRIDO(S) : INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA  
Advogado(s) : Dr. João Luiz Colares Sarmento

EMENTA : Parcela paga habitualmente, como a em discussão nesta ação, não poderia ser suspensa como foi aqui, pois tal constitui violação ao princípio constante do art. 468 da CLT, bem como ao da irredutibilidade de salários, erigido a nível constitucional pela Carta de 88.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso obrigatório; rejeitar as preliminares de incompetência da Justiça do Trabalho e de litispendência, por falta de amparo legal; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. decisão recorrida em todos os seus termos. Custas conforme determinado na sentença de primeiro grau.

ACORDÃO Nº 5547/94  
PROCESSO TRT ED 4654/94  
RELATOR : JUIZ HAROLDO ALVES  
RECORRENTE(S) : NORDISK TIMBER LTDA  
Advogado(s) : Dr. Nair Ferreira Lima  
RECORRIDO(S) : ABRAÃO AUGUSTO BERINA MELO E OUTROS  
Advogado(s) : Dr. Evandro G. Martins  
Advogado : E X Y L O DO BRASIL EXPORTAÇÕES S/A  
Advogado : Dr. Rosmiro Arrais

EMENTA : DEVEDOR SOLIDÁRIO - CUSTAS - INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO

Quando o V. Acórdão determinou a reinclusão da ora embargante na lide, como devedora solidária, e manteve a sentença nos demais termos, confirmou a decisão no tocante às custas processuais e ao valor da condenação.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos embargos; sem divergência, rejeitá-los por inexistir omissão no V. Acórdão.

ACORDÃO Nº 5548/94  
PROCESSO TRT ED 4651/94  
RELATOR : JUIZ HAROLDO ALVES  
RECORRENTE(S) : SELVAPLAC INDÚSTRIA MADEIREIRA DO PARÁ LTDA  
Advogado(s) : Dr. Maria Rosângela S. C. de Souza  
RECORRIDO(S) : SONTIMABE - SINDICATO DOS OFICIAIS MARCENEIROS E TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE MADEIRAS E DE SERRARIAS, CARPINTARIAS, TANOARIAS, MADEIRAS, COMPENSADOS E LAMINADOS, AGLOMERADOS, CHAPAS DE FIBRAS DE MADEIRAS, MÓVEIS DE JUNCO E VIME, VASSOURAS DE BELÉM, ICOARACI E MOSQUEIRO.  
Advogado(s) : Dr. Mary Cohen

EMENTA : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Rejeitam-se embargos de declaração quando não existe nenhuma omissão no V. Acórdão.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos embargos; sem divergência, rejeitá-los por não haver omissão no V. Acórdão, conforme os fundamentos.

ACORDÃO Nº 5549/94  
PROCESSO TRT ED 4702/94  
RELATOR : JUIZ HAROLDO ALVES  
RECORRENTE(S) : BANCO MEREDIONAL DO BRASIL S/A  
Advogado(s) : Dr. Ophir Cavalcante Júnior  
RECORRIDO(S) : JOSÉ MARIA FARIAS DA SILVA  
Advogado(s) : Dr. Ediléa Valério

EMENTA : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO

Rejeitam-se embargos de declaração quando não existe omissão no V. Acórdão embargado.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos embargos; sem divergência, rejeitá-los por não haver omissão no V. Acórdão embargado.

ACORDÃO Nº 5550/94  
PROCESSO TRT ED 4655/94  
RELATOR : JUIZ HAROLDO ALVES  
RECORRENTE(S) : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS  
Advogado(s) : Dr. Antônio Cândido Barra Monteiro da Brito  
RECORRIDO(S) : MARIVALDO BARBOSA DA COSTA

EMENTA : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÃO  
Acolhem-se embargos de declaração para suprir omissão existente no V. Acórdão.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos embargos; sem divergência, acolhê-los para suprir omissão, conforme os fundamentos.



# Diário Oficial

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

CADERNO 8

BELEM — QUINTA-FEIRA, 08 DE SETEMBRO DE 1994

ANO CIII — 104º DA REPÚBLICA — Nº 27.797

ACORDÃO Nº 5551/94

PROCESSO TRT RO 7592/93

ORIGEM : 4º JCJ DE BELEM

RELATOR : JUIZA LYGIA OLIVEIRA

RECORRENTE(S) : MARIA AUXILIADORA DO CARMO CARDOSO, por sua genitora MARIA RAQUEL DO CARMO CARDOSO

Advogado(s) : Dr. Humberto M de Mendonça

RECORRIDO(S) : MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARRON SINIMBU

Advogado(s) : Dr. Paulo F de M Barradas

EMENTA : Mantém-se sentença que deu solução correta à hipótese submetida à apreciação da MM. Junta de origem.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a r. sentença recorrida. Custas como no 1º grau.

ACORDÃO Nº 5552/94

PROCESSO TRT REX OFF E RO 8419/93

ORIGEM : JCJ DE MARABÁ

RELATOR : JUIZA LYGIA OLIVEIRA

RECORRENTE(S) : NADIR GOMES DA SILVA

Advogado(s) : Dr. Levindo Araújo Ferraz

RECORRIDO(S) : MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS - PREFEITURA MUNICIPAL

Advogado(s) : Dr. Josemaria Portela Pontes

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS DO GOVERNO FEDERAL - DIFERENÇAS

Devidas à reclamante as diferenças decorrentes dos planos econômicos do Governo Federal, os quais, ao expurgarem dos reajustes salariais índices inflacionários já fixados por órgão oficial, violaram o princípio constitucional do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; ratificar, em face da iterativa jurisprudência do TRT Pleno, a inconstitucionalidade dos artigos 5º e 6º da Lei 7.730/89 e do item II e § 1º do art. 2º da Medida Provisória 154/90; no mérito, sem divergência, negar provimento ao recurso do reclamante e dar provimento parcial ao ex officio para, reformando em parte a sentença, excluir da condenação a parcela de diferenças do IPC de abril/90 e reflexos, manter a r. decisão recorrida nos seus demais termos. Custas como no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5553/94

PROCESSO TRT RO 9539/93

ORIGEM : 2º JCJ DE BELEM

RELATOR : JUIZA LYGIA OLIVEIRA

RECORRENTE(S) : HAMILTON RIBEIRO GALENDE

Advogado(s) : Dr. Kelly Cristina Braga de Lima

RECORRIDO(S) : CONSTRUTORA ATLANTA LTDA

Advogado(s) : Dr. Haroldo Souza Silva

EMENTA : Sentença que apreciou, com o devido cuidado, os pedidos constantes da ação deve ser mantida por esta Instância.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; sem divergência, negar-lhe provimento para manter, integralmente a r. decisão recorrida. Custas, como fixadas no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 5554/94

PROCESSO TRT RO 6972/93

ORIGEM : 10º JCJ DE BELEM

RELATOR : JUIZA LYGIA OLIVEIRA

RECORRENTE(S) : VARIO S/A - VIAÇÃO AÉREA RIO GRANDENSE

Advogado(s) : Dr. Maria R da S C de Souza

E FRANCISCO DE JESUS SANTANA

Advogado(s) : Dr. Maria José C. Cavalli

RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : As diferenças salariais decorrentes dos planos econômicos do Governo Federal, suprimidas inconstitucionalmente dos reajustes de salários dos trabalhadores do país, somente são lidas como repostas nas datas-base das respectivas, categorias profissionais, quando tal fica expresso na norma coletiva correspondente, o que não aconteceu no caso dos autos.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; ratificar, em face da iterativa jurisprudência do Tribunal Pleno, a inconstitucionalidade dos artigos 5º e 6º da Lei 7.730/89 e do item II e § 1º do artigo 2º da Medida Provisória 154/90, desprezar, como tem sido, pelo mesmo Pleno, a inconstitucionalidade da legislação pertinente ao IPC de abril/90; no mérito, sem divergência, negar provimento parcial ao recurso da reclamada; por maioria de votos, dar provimento parcial ao recurso do reclamante, para retirar da condenação a limitação feita em relação às diferenças e reflexos concedidos, vencido em parte o Exmº Juiz Revisor; sem divergência, manter a r. decisão recorrida em seus demais termos. Custas como no 1º grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5555/94

PROCESSO TRT RO 9687/93

ORIGEM : JCJ DE SANTARÉM

RELATOR : JUIZA LYGIA OLIVEIRA

RECORRENTE(S) : NORCON - ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Advogado(s) : Dr. Benedito Fernandes da Silva

RECORRIDO(S) : ANTONIO PEREIRA DA SILVA

Advogado(s) : Dr. Raimundo Nivaldo Santos Duarte

EMENTA : SENTENÇA QUE APRECIOU, COM A DEVIDA CORREÇÃO, AS PARCELAS CONSTANTES DA RECLAMAÇÃO, NÃO MERECE REFORMA.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso porém, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a r. decisão recorrida. Custas conforme sentença de primeiro grau.

ACORDÃO Nº 5556/94

PROCESSO TRT REX OFF E RO 6980/93

ORIGEM : JCJ DE MACAPÁ

RELATOR : JUIZA LYGIA OLIVEIRA

RECORRENTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Advogado(s) : Dr. Luiz Carlos Lugues

E MUNICIPIO DE MACAPÁ - PREFEITURA MUNICIPAL

Advogado(s) : Dr. Walber Luiz de Souza Dias

RECORRIDO(S) : OS MESMOS

E RAIMUNDA LIMA RAMOS

EMENTA : Os servidores públicos federais, cuja mudança de regime jurídico, de emprego para o estatutário, ocorreu através da Lei 8.112/90, têm direito inquestionável ao saque dos depósitos do FGTS, uma vez que tal transformação importou em extinção dos seus contratos de trabalho.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso da Litisconsorte por ser parte ilegítima na lide; não conhecer ainda do recurso voluntário do reclamado, por falta de habilitação de seu subscritor; conhecer do recurso necessário, rejeitar as preliminares de incompetência da Justiça do Trabalho e de ilegitimidade de parte passiva, por falta de amparo legal; ratificar, em face da iterativa jurisprudência do Egrégio Tribunal Pleno, a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 6º da Lei 8.162/91; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar inteiramente a r. decisão recorrida. Custas, como no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5557/94

PROCESSO TRT RO 8786/93

ORIGEM : 8º JCJ DE BELEM

RELATOR : JUIZA LYGIA OLIVEIRA

RECORRENTE(S) : COMPANHIA INDUSTRIAL DE LATICÍNIOS DO PARÁ - CILPA

Advogado(s) : Dr. Edilêa Valério dos santos

RECORRIDO(S) : ANTONIO CARLOS PEREIRA DE OLIVEIRA

Advogado(s) : Dr. Francisco P Brasil Filho

EMENTA : Evidenciado que o trabalho prestado pelo reclamante era o mesmo, antes e depois da anotação da CTPS, inclusive com igual horário e remuneração feita à base de comissão, é de se reconhecer como de emprego a relação entre as partes, desde o início da prestação do serviço.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; sem divergência negar-lhe provimento para manter a r. decisão recorrida. Custas conforme fixadas no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5558/94

PROCESSO TRT REX OFF E RO 3079/93

ORIGEM : JCJ DE BEVES

RELATOR : JUIZ IVANILDO PONTES

RECORRENTE-LITISCONSORTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Advogado(s) : Dr. Paula Maria S. Cunha e outros

RECORRIDOS-RECLAMANTE(S) : ALAÍCIO LOBATO DE CASTRO E OUTROS

RECLAMADA(S) : MUNICIPIO DE BEVES - PREFEITURA MUNICIPAL

EMENTA : FGTS - LIBERAÇÃO DOS DEPÓSITOS - A conversão do regime jurídico dos servidores públicos federais, com o advento da Lei nº 8.112/90, autoriza a liberação do saldo do FGTS do antigo servidor celetista.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em não conhecer do recurso do litisconsorte; conhecer do recurso de ofício, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida. Custas como no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5559/94

PROCESSO TRT REX OFF E RO 4570/93

ORIGEM : 6º JCJ DE BELEM

RELATOR : JUIZ IVANILDO PONTES

RECORRENTE(S) : ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA - SAGRI - Litisconsorte

Advogado(s) : Dr. Maria Avelina I. Heskeith

RECORRIDO(S) : AURO SANTOS SILVA E OUTROS (Reclamantes)

Advogado(s) : Dr. Antonio Pereira e outros

E COMPANHIA PARAENSE DE MECANIZAÇÃO, INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA - COPAGRO - Reclamada

EMENTA : PLANO BRESSER

O § 4º do art. 8º do Decreto-lei nº 2.335/87 é inconstitucional por violar os princípios do direito adquirido e da irredutibilidade salarial.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos e determinar o desentranhamento da contraminuta da COPAGRO porque subscrita por preposto; rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva "ad causam" por considerar o

Estado devedor subsidiário; no mérito, sem divergência, negar-lhes provimento para confirmar integralmente a r. sentença recorrida. Custas como fixadas no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5560/94

PROCESSO TRT RO 5567/93

ORIGEM : 4º JCJ DE BELEM

RELATOR : JUIZ IVANILDO PEREIRA

RECORRENTE(S) : ESPÓLIO DE LEOCIR CASTAMAN (Representado por sua viúva Sr.ª Maria das Dores Miranda Castaman)

Advogado(s) : Dr.ª Siraiva Souza Silau e outra

RECORRIDO(S) : REAL NOBREZA VEÍCULOS LTDA

LITISCONSORTE : MERCADÃO DE USADOS - MULTI MARCAS LTDA

Advogado(s) : Dr. Fernando Corrêa Guamá

E FRANCISCO ANTONIO DA SILVA

EMENTA : ÔNUS DA CONDENÇÃO - SOLIDARIDADE

Não tendo havido, na época da rescisão do contrato de trabalho, a alteração societária na empresa, o sócio posteriormente desligado, deverá responder solidariamente pela condenação.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; sem divergência, dar-lhe em parte provimento para, reformando parcialmente a decisão recorrida, incluir o Sr. Francisco Antonio da Silva no pólo passivo da lide, devendo responder solidariamente pelo ônus da condenação.

ACORDÃO Nº 5561/94

PROCESSO TRT RO 4555/93

ORIGEM : 2º JCJ DE BELEM

RELATOR : JUIZ IVANILDO PONTES

RECORRENTE(S) : JÚLIO CÉSAR ALVES DO NASCIMENTO

Advogado(s) : Dr. Joaquim Lopes de Vasconcelos e outros

RECORRIDO(S) : TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ S/A - TELEPARÁ

Advogado(s) : Dr. Arnaldo Furtado de Mendonça Neto e outros

EMENTA : HORAS EXTRAS

Ao empregado que reclama em juízo o não acobertamento do número total de horas prestadas - através de pleito de diferenças de horas extras - compete a indicação do número de horas não pagas, identificando os cartões de ponto onde as mesmas estão registradas, fazendo um cotejo com os recibos de pagamentos juntos aos autos.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. decisão recorrida. Custas conforme fixadas no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5562/94

PROCESSO TRT REX OFF 2925/93

ORIGEM : 8º JCJ DE BELEM

RELATOR : JUIZ IVANILDO PONTES

RECORRENTE(S) : MARIA VALDETE FERREIRA MESQUITA E OUTROS

Advogado(s) : Dr.ª Maria Raimunda P. Magno Reis

RECORRIDO(S) : UNIÃO FEDERAL - HOSPITAL JOÃO DE BARROS BARRETO

Advogado(s) : Dr. Rubens Rollo D'Oliveira

EMENTA : URP's DE ABRIL E MAIO/88

O art. 1º do Decreto-Lei nº 2.425/88 é inconstitucional por violar os princípios do direito adquirido e da isonomia salarial.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa de ofício; rejeitar as preliminares de prescrição e de impossibilidade jurídica do pedido, por falta de amparo legal; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno ao § 4º do art. 8º do Decreto-Lei nº 2.335/87, inciso I, do artigo 1º do Decreto-Lei nº 2.425/88 e arts. 5º e 6º da Lei nº 7.730/89; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida. Custas como fixadas no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 5563/94

PROCESSO TRT RO 5582/93

ORIGEM : 8º JCJ DE BELEM

RELATOR : JUIZ IVANILDO PONTES

RECORRENTE(S) : LOJAS RIACHUELO S/A

Advogado(s) : Dr. Sebastião Halin Soares Haber

E ALZIRA FREITAS

Advogado(s) : Dr. Eliezer Francisco da Silva Cabral

RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : URP DE FEVEREIRO E IPC DE MARÇO - INDEVIDOS A EMPREGADOS QUE RECEBEM SALÁRIO MÍNIMO

Indevidas as reposições das perdas materiais provocadas pela supressão da URP de fevereiro/89 e do IPC de março/90, eis que a reclamante recebia salário variável, correspondente a parte fixa a um salário mínimo e a variável a comissões que sofriam reajuste de acordo com o aumento dos próprios produtos comercializados. A parte fixa, o salário mínimo, já tem mecanismo próprio de reajuste.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; sem divergência, dar provimento ao recurso da reclamada para julgar totalmente improcedente; prejudicado o recurso.

da reclamante. Custas pela reclamante calculadas sobre o valor de CR\$-300.000,00, na quantia de CR\$-6.000,63.

ACORDÃO Nº 5564/94

PROCESSO TRT REX OFF E RO 5350/93  
ORIGEM : 3ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ IVANILDO PONTES  
RECORRENTE(S) : ESTEFÂNIA CHAGAS EYRÃO E OUTROS  
Advogado(s) : Dr. Izalas Batista da Costa e outros

E FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARÁ - FEP  
Advogado(s) : Dr. Roberto Mendes Ferreira e outro  
RECORRIDO(S) : OS MESMOS  
Advogado(s) : Dr. Antônio Carlos Bernardes Filho

EMENTA : URP'S DE ABRIL E MAIO/88

Indefere-se a reposição salarial pela aplicação das URP's de abril e maio/88, se o pedido foi formulado por emprego de empresa privada ou qualquer serviço da esfera municipal ou estadual, baseado o pleito na inconstitucionalidade de parte do Decreto-Lei nº 2.425/88 tendo em vista que este foi direcionado apenas aos servidores públicos federais e aos funcionários de empresa pública e sociedade de economia mista, com participação da União.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em considerar interposta a preliminar de inépcia da inicial, por falta de amparo legal; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos arts. 5º e 6º da Lei nº 7.730/89 e ao item II, § 1º, art. 2º da Medida Provisória nº 154/90; no mérito, sem divergência, negar provimento ao recurso dos reclamantes e dar em parte provimento aos recursos necessário e voluntário para excluir da condenação as perdas referentes às URP's de abril e maio/88, por maioria de votos, vencido em parte o Exmº Juiz Relator que limitava as diferenças salariais da URP de fevereiro/89 e IPC de março/90 à data-base, manter a r. sentença em seus demais termos. Custas como no primeiro grau.

ACORDÃO Nº 5565/94

PROCESSO TRT RO 5505/93  
ORIGEM : 4ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ IVANILDO PONTES  
RECORRENTE(S) : BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A  
Advogado(s) : Dr. Carlos Baltino Torres Potiguar  
RECORRIDO(S) : ARLINDO DAVID TAVARES  
Advogado(s) : Dr. Adilson Vergosa

EMENTA : Confirma-se a sentença face ao entendimento da maioria do Colegiado.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao § 4º, art. 8º do Decreto-Lei nº 2.335/87, aos arts. 5º e 6º da Lei nº 7.730/89 e ao item II, § 1º, art. 2º da Medida Provisória nº 154/90; no mérito, por maioria de votos, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a decisão recorrida, vencido em parte o Exmº Juiz Relator que excluía o Plano Bresser e limitava a diferença salarial do IPC de março/90 à data-base. Custas como fixadas no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5566/94

PROCESSO TRT RO 5657/93  
ORIGEM : 7ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ IVANILDO PONTES  
RECORRENTE(S) : BOMPREÇO S/A - SUPERMERCADOS DO NORDESTE  
Advogado(s) : Dr. Francisco Soares Napoleão  
RECORRIDO(S) : ANTONIO VALES DOS SANTOS  
Advogado(s) : Dr. Carlos Alberto Prestes de Brito

EMENTA : DIFERENÇAS SALARIAIS - LIMITAÇÃO TEMPORAL

Se no acordo coletivo ficou estabelecida a expressa reposição da "todas e quaisquer perdas salariais havidas até a presente data", impõe-se a limitação da apuração das diferenças salariais deferidas em razão das perdas provocadas pelos planos de estabilização econômica deflagrados pelo Governo Federal em período anterior ao mencionado acordo.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; sem divergência, rejeitar a preliminar de nulidade do processo, por julgamento "extra petita", por falta de amparo legal; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao item II, § do art. 2º da Medida Provisória nº 154/90; no mérito, sem divergência, dar-lhe parcial provimento para, reformando em parte a r. sentença recorrida, limitar a condenação até o mês de fevereiro/91, mantendo o r. decisório de primeiro grau em seus demais termos.

ACORDÃO Nº 5567/94

PROCESSO TRT RO 7305/93  
ORIGEM : JCJ DE ANANINDEUA  
RELATOR : JUIZ IVANILDO PONTES  
RECORRENTE(S) : JOSÉ VALDECI GOMES DA SILVA  
Advogado(s) : Dr. José Alberto Soares Vasconcelos  
RECORRIDO(S) : MUNICÍPIO DE ANANINDEUA - PREFEITURA MUNICIPAL  
Advogado(s) : Dr. Hildemar Helcker de Aguiar Franco

EMENTA : CARGO PÚBLICO - NULIDADE DA CONTRATAÇÃO  
A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso de provas e títulos, reassalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, sob pena de nulidade.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a r. sentença recorrida. Custas como no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5568/94

PROCESSO TRT RO 5010/93  
ORIGEM : JCJ DE CASTANHAL  
RELATOR : JUIZ IVANILDO PONTES  
RECORRENTE(S) : GODOY CONSTRUÇÕES LTDA  
Advogado(s) : Dr. Eduardo Henrique Bastos e outro  
RECORRIDO(S) : MANOEL MARIA NASCIMENTO DE MORAES  
Advogado(s) : Dr. Rui Eraldo da Cruz

EMENTA : CONTRATO DE EXPERIÊNCIA - PRORROGAÇÃO

Quando o empregado é contratado experimentalmente, com cláusula no sentido de que se continuar no serviço ocorrerá a indeterminação do prazo, não há que se cogitar de prorrogação da experiência, ou prorrogação automática, posto que a indeterminação é que se opera automaticamente.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a r. sentença recorrida. Custas como no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5569/94

PROCESSO TRT RO 6988/93  
ORIGEM : 10ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ A LYGIA OLIVEIRA  
RECORRENTE(S) : F PJO & CIA LTDA  
Advogado(s) : Drª Maria R. da S C de Souza  
E ABELARDO LIRA DE BRITO  
Advogado(s) : Drª Ângela da C S P Bezerra  
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : Devidas ao reclamante as diferenças decorrentes dos planos econômicos do Governo Federal, os quais, ao suprimirem dos reajustes salariais dos trabalhadores do país índices inflacionários já fixados por órgão oficial, violaram o princípio constitucional do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; rejeitar a preliminar de não conhecimento do recurso da reclamada suscitada pelo Ministério Público, por falta de amparo legal; ratificar, em face da iterativa jurisprudência do Egrégio Tribunal Pleno, a inconstitucionalidade dos artigos 5º e 6º da Lei 7730/89 e do item II e § 1º do artigo 2º da Medida Provisória 154/90, no mérito, sem divergência, negar provimento ao recurso da reclamada; por maioria de votos, vencido o Exmº Juiz Revisor, dar provimento parcial ao recurso do reclamante para, reformando em parte a decisão recorrida, determinar que a apuração das diferenças concedidas pela MM. Junta deve ser feita sem as limitações ali impostas; à unanimidade, manter a r. decisão nos seus demais termos. Custas como fixadas no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5570/94

PROCESSO TRT RO 7174/93  
ORIGEM : 4ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZA LYGIA OLIVEIRA  
RECORRENTE(S) : MIGUEL BENEDITO DIAS DA SILVA  
Advogado(s) : Dr. Antonio Paulo Moraes das Chagas  
RECORRIDO(S) : BELCAPES - REPRESENTAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA  
Advogado(s) : Dr. Jaci Monteiro Colares

EMENTA : I - Devidas ao reclamante as diferenças decorrentes dos planos econômicos do Governo Federal, os quais, ao suprimirem dos reajustes de salário, índices inflacionários já fixados por órgão oficial, violaram o princípio constitucional do direito adquirido.

II - Desde que a parte reclamada não impugnou os documentos apresentados com a inicial, cujos originais, aliás, estavam em seu poder, tal documentação deve ser considerada para a prova referente ao pagamento de comissões ao empregado

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; sem divergência, dar-lhe parcial provimento para, reformando em parte a sentença, deferir ao reclamante as parcelas de diferenças das verbas relacionadas na inicial, em razão da incorporação das comissões em seu salário, com juros e correção, conforme fundamentação; por maioria de votos, vencido o Exmº Juiz Domenico Faleci, excluir da condenação a limitação ali imposta em relação às diferenças dos planos econômicos, à unanimidade, manter a r. decisão nos seus demais termos. Custas pela reclamada, sobre o valor da condenação agora acrescida das parcelas concedidas ao reclamante, que se arbitra em CR\$3.000.000,00, na quantia de CR\$60.000,63.

ACORDÃO Nº 5571/94

PROCESSO TRT RO 8991/93  
ORIGEM : JCJ DE ABAETETUBA  
RELATOR : JUIZA LYGIA OLIVEIRA  
RECORRENTE(S) : ANTONIO MONTEIRO NEVES  
Advogado(s) : Drª Vilma Aparecida de Souza Chavaglia  
RECORRIDO(S) : NORSERGER - VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA  
Advogado(s) : Dr. José Helná Maués

EMENTA : PERDAS SALARIAIS - NEGOCIAÇÃO EM INSTRUMENTO COLETIVO - QUITAÇÃO

Desde que as categorias profissional e patronal negociem, através de instrumento normativo, expressamente, a reposição das perdas salariais dos chamados planos econômicos do Governo Federal, ficam referidas perdas quitadas, por isso, insuscetíveis de serem questionadas em ação reclamatória.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; determinar o desentranhamento da contraminuta, porque firmada por profissional sem habilitação nos autos, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a r. decisão recorrida. Custas como fixadas no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5572/94

PROCESSO TRT REX OFF E RO 4722/93  
ORIGEM : 7ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZA LYGIA OLIVEIRA  
RECORRENTE(S) : FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI  
Advogado(s) : Dr. Carlos Amaury da Mota Azevedo  
RECORRIDO(S) : DAVID ISAAC FERREIRA DE LIMA  
Advogado(s) : Drª Miriam de Jesus Souza de Castro

EMENTA : Sentença que apreciou, corretamente, a hipótese submetida a esta Justiça especializada para julgamento não mereço qualquer reparo.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; sem divergência, negar-lhes provimento para confirmar integralmente a r. decisão recorrida. Custas como no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5573/94

PROCESSO TRT RO 9228/93  
ORIGEM : 3ª JCJ DE BELÉM

RELATOR : JUIZA LYGIA OLIVEIRA  
RECORRENTE(S) : MIGUEL SILVA MAIA  
Advogado(s) : Drª Erlene Gonçalves Lima

E COPALA - INDÚSTRIAS REUNIDAS S/A  
Advogado(s) : Drª Ediléia Rodrigues Valério dos Santos  
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : DIFERENÇAS SALARIAIS DOS PLANOS ECONÔMICOS DO GOVERNO FEDERAL

Devidas ao reclamante as diferenças decorrentes dos planos de estabilização econômica do Governo Federal, os quais, ao expurgarem dos reajustes de salário, índices inflacionários já fixados por órgão oficial, violaram o princípio constitucional do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; em face da iterativa jurisprudência do TRT Pleno, a inconstitucionalidade dos artigos 5º e 6º da Lei 7.730/89 e do item II e § 1º do artigo 2º da Medida provisória 154/90; no mérito, sem divergência, dar provimento parcial ao recurso da reclamada para, reformando em parte a decisão recorrida, excluir da condenação a parcela de horas extras referente aos dias de sábados e domingos; por maioria de votos, dar em parte provimento ao recurso do reclamante para retirar da sentença a determinação de compensação, vencido o Exmº Juiz Domenico Faleci que mantinha esta compensação e limitava a condenação à data-base; à unanimidade, manter a r. decisão nos seus demais termos. Custas como no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5574/94

PROCESSO TRT RO 6656/93  
ORIGEM : 9ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZA LYGIA OLIVEIRA  
RECORRENTE(S) : DULCINDO GEMAUQUE DE MOARES  
Advogado(s) : Drª Maria José Cabral Cavalli

E ENCOL S/A - ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA  
Advogado(s) : Drª Ediléia Rodrigues Valério dos Santos  
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : Devidas ao reclamante as diferenças decorrentes do chamado Plano Collor (IPC de março/90), o qual, ao expurgar dos reajustes salariais índice inflacionário já fixados por órgão oficial, violou o princípio constitucional do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; ratificar, em face da iterativa jurisprudência do TRT Pleno, a inconstitucionalidade dos artigos 5º e 6º da Lei 7.730/89 e do item II e § 1º do artigo 2º da Medida provisória 154/90 e desprezar a arguição de inconstitucionalidade da legislação pertinente ao IPC de abril/90; no mérito, sem divergência, negar provimento ao recurso da reclamada; por maioria de votos, dar parcial provimento ao recurso do reclamante para, modificar em parte a sentença, excluir da condenação a limitação ali imposta às diferenças concedidas, vencido o Exmº Juiz Domenico Faleci que mantinha esta limitação; à unanimidade, manter a r. decisão nos seus demais termos. Custas como no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5575/94

PROCESSO TRT RO 9785/93  
ORIGEM : 7ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZA LYGIA OLIVEIRA  
RECORRENTE(S) : TOLENTINO LEMOS NOGUEIRA  
Advogado(s) : Dr. Inocêncio Mártires Coelho Jr.  
RECORRIDO(S) : ATLÂNTICA PESCA LTDA  
Advogado(s) : Dr. Haroldo Alves dos Santos

EMENTA : O fato de não aceitar a MM. Junta de origem normas coletivas trazidas ao processo não significa que a parte reclamante, que não está assistida pelo sindicato cuja representatividade da categoria está sendo discutida, seja considerada ilegítima.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso aceitando a argumentação recursal no sentido de reformar a sentença para, afastar a ilegitimidade de parte ativa, determinar a baixa dos autos à MM. Junta de origem, para que se manifeste sobre todos os pontos colocados na reclamatória, reconhecendo esta Turma a legitimidade do reclamante de estar em Juízo com a presente ação. Custas pela reclamada, a final somente.

ACORDÃO Nº 5576/94

PROCESSO TRT RO 7589/93  
ORIGEM : 4ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZA LYGIA OLIVEIRA  
RECORRENTE(S) : SELVAPLAC INDÚSTRIA MADEIREIRA DO PARÁ LTDA  
Advogado(s) : Drª Maria R da S Coelho

E SONTIMABE - SINDICATO DOS OFICIAIS MARCENEIROS E TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE MADEIRAS E DE SERRARIAS, CARPINTARIAS, TANOARIAS, MADEIRAS, COMPENSADOS E LAMINADOS, AGLOMERADOS, CHAPAS DE FIBRAS DE MADEIRAS, MÓVEIS DE JUNCO E VIME, VASSOURAS DE BELÉM, ICOARACI E MOSQUEIRO.

Advogado(s) : Drª Sílvia M R de Miranda Mourão  
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : Devidas ao reclamante as diferenças decorrentes dos planos econômicos do Governo Federal, desde que não atingidas pela prescrição, uma vez que referidos planos, ao suprimirem índices inflacionários já apurados por órgão oficial, dos reajustes salariais dos trabalhadores do país, violaram o princípio constitucional do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; rejeitar a preliminar de ilegitimidade de parte ativa, suscitada pela empresa, por falta de amparo legal; ratificar, em face da iterativa jurisprudência do Egrégio Tribunal Pleno, a inconstitucionalidade dos artigos 5º e 6º da Lei 7.730/89 e do item II e § 1º do artigo 2º da Medida provisória 154/90; no mérito, sem divergência, negar provimento ao recurso da reclamada; por maioria de votos, dar provimento parcial ao recurso do reclamante para, reformando a r. sentença recorrida, excluir da condenação a limitação ali constante quanto à apuração das diferenças e reflexos da URP do fevereiro/89, vencido o Exmº Juiz Domenico Faleci que mantinha esta limitação; à

unanimidade, manter a decisão recorrida nos seus demais termos. Custas como no 1º grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5577/94  
PROCESSO TRT RO 8771/93  
ORIGEM : JCJ DE MARABÁ  
RELATOR : JUÍZA LYGIA OLIVEIRA  
RECORRENTE(S) : COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - CVRD  
Advogado(s) : Dr. Ricardo Brito Ferreira  
RECORRIDO(S) : LOURIVAL SANTOS NEVES  
Advogado(s) : Dr. Ronaldo Giusti Abreu

EMENTA : Devidas ao reclamante as diferenças do IPC de março/90, cujo Índice Inflacionário foi, inconstitucionalmente, suprimido dos reajustes de seus salários.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificar, em face da iterativa jurisprudência do TRT Pleno, a inconstitucionalidade do item II e § 1º do artigo 2º da Medida provisória 154/90; no mérito, sem divergência, dar parcial provimento ao mesmo para, reformando em parte a sentença, excluir da condenação as diferenças e reflexos do IPC de abril/90; por maioria de votos, manter a r. decisão recorrida em seus demais termos, vencido o Exmº Juiz Revisor, que limitava as diferenças decorrentes do IPC de março/90 à data-base. Custas como no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5578/94  
PROCESSO TRT REX OFF 8231/93  
ORIGEM : JCJ DE MACAPÁ  
RELATOR : JUÍZA LYGIA OLIVEIRA  
RECORRENTE(S) : JOÃO ARCÂNGILO DO NASCIMENTO E OUTROS  
Advogado(s) : Dr. Benedito de Nazaré da Silva Pereira  
RECORRIDO(S) : MUNICÍPIO DE MACAPÁ - CÂMARA MUNICIPAL DE MACAPÁ  
Advogado(s) : Drª Vânia Lúcia Cavalcante Magalhães

EMENTA : PLANOS ECONÔMICOS DO GOVERNO FEDERAL - DIFERENÇAS

Devidas aos reclamantes as diferenças decorrentes dos planos de estabilização econômica do Governo Federal, os quais, ao expurgarem dos reajustes de salário, índices já fixados por órgão oficial, violaram o princípio constitucional do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa de ofício; ratificar, em face da iterativa jurisprudência do TRT Pleno, a inconstitucionalidade do § 4º do art. 8º do Decreto-Lei 2335/87, dos artigos 5º e 6º da Lei 7.730/89 e do item II e § 1º do artigo 2º da Medida provisória 154/90; no mérito, sem divergência, dar provimento à remessa de ofício para, modificando em parte a sentença recorrida, excluir da condenação as diferenças e reflexos das URP's de abril e maio/88; por maioria de votos, manter a r. decisão em seus demais termos, vencido em parte o Exmº Juiz Revisor que limitava os planos econômicos à data-base. Custas como fixadas no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5579/94  
PROCESSO TRT RO 9763/93  
ORIGEM : 7ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUÍZA LYGIA OLIVEIRA  
RECORRENTE(S) : SOCIEDADE CIVIL EDUCACIONAL MADRE CELESTE, ESCOLA DE 1º GRAU  
Advogado(s) : Drª. Márcia Arnez  
RECORRIDO(S) : DARCY DA PAZ SILVA  
Advogado(s) : Dr. Luiz Roberto Duarte de Melo

EMENTA : Devidas à reclamante as diferenças decorrentes dos planos de estabilização econômica do Governo Federal, os quais, ao expurgarem dos reajustes de salário, índices inflacionários já fixados por órgão oficial, violaram o princípio constitucional do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificar, em face da iterativa jurisprudência do TRT Pleno, a inconstitucionalidade dos artigos 6º e 6º da Lei 7.730/89 e do item II e § 1º do artigo 2º da Medida Provisória 154/90; no mérito, por maioria de votos, negar-lhe provimento para manter inteiramente a r. decisão recorrida, vencido em parte o Exmº Juiz Revisor que limitava as diferenças decorrentes da URP de fevereiro/89 e do IPC de março/90 às respectivas datas-base. Custas como fixadas no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5580/94  
PROCESSO TRT RO 9922/93  
ORIGEM : 6ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUÍZA LYGIA OLIVEIRA  
RECORRENTE(S) : JOSÉ PAULO COSTA SILVA  
Advogado(s) : Drª Maria José Cabral Cavalli  
RECORRIDO(S) : ENCOL S/A - ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA  
Advogado(s) : Drª Ediléa Valério

EMENTA : Devidas ao reclamante as diferenças decorrentes da URP de fevereiro/89 e do IPC de março/90, cujos índices inflacionários foram inconstitucionalmente, suprimidos dos reajustes de seus salários.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificar, em face da iterativa jurisprudência do TRT Pleno, a inconstitucionalidade dos artigos 6º e 6º da Lei 7.730/89 e do item II e § 1º do artigo 2º da Medida provisória 154/90; no mérito, por maioria de votos, dar provimento parcial ao recurso do reclamante para deferir-lhe as diferenças e reflexos sobre as parcelas enumeradas na Inicial da URP de fevereiro/89 e do IPC de março/90; com juros e correção monetária, sendo que do percentual no IPC de março/90, devem ser consideradas as antecipações constantes da fundamentação, para efeito da compensação, vencido em parte o Exmº Juiz Domênico Falesi quanto à limitação das diferenças concedidas. Custas pela empresa, sobre o valor da condenação, que se arbitra em CR\$1.000.000,00, na quantia de CR\$20.000,63.

ACORDÃO Nº 5581/94  
PROCESSO TRT RO 7759/93  
ORIGEM : 7ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUÍZA LYGIA OLIVEIRA

RECORRENTE(S) : SANTINO LUCAS GUIMARÃES DOS SANTOS  
Advogado(s) : Drª Livia Marques Peres

E PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A  
Advogado(s) : Drª Rosa Maria Moraes Bahia  
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : PRESCRIÇÃO - PLANOS ECONÔMICOS

I - O ajuizamento de reclamação trabalhista, mesmo através de sindicato como substituto processual, interrompe a prescrição, uma vez que se refira à mesma matéria e esteja claro que o reclamante da segunda ação é substituído na primeira

II - Devidas ao reclamante as diferenças dos planos econômicos, os quais, ao expurgarem dos reajustes índices inflacionários já fixados por órgão oficial, violaram o princípio constitucional do direito adquirido.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos, em face da iterativa jurisprudência do Egrégio TRT Pleno, a inconstitucionalidade do § 4º do art. 8º do Decreto-Lei 2335/87, dos artigos 5º e 6º da Lei 7.730/89 e do item II e § 1º do artigo 2º da Medida Provisória 154/90; no mérito, sem divergência, dar provimento ao recurso do reclamante para deferir-lhe as diferenças e reflexos do Plano Bresser, conforme pedido, a apurara em liquidação com juros e correção monetária e negar provimento ao recurso da empresa, manter a decisão nos seus demais termos. Custas pela reclamada sobre o valor da condenação agora acrescida de outras parcelas, que se arbitra em CR\$1.000.000,00, na quantia de CR\$20.000,63.

ACORDÃO Nº 5582/94  
PROCESSO TRT RO 7084/93  
ORIGEM : 10ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUÍZA LYGIA OLIVEIRA  
RECORRENTE(S) : ROBERTO DE ASSIS BEZERRA LIMA  
Advogado(s) : Drª Erlene G Lima  
RECORRIDO(S) : EMPRESA DE TRANSPORTES NOVA MARAMBAIA LTDA  
Advogado(s) : Dr. Mário Sérgio P Tostes

EMENTA : A conciliação feita nesta Justiça tem efeito de coisa julgada, mas somente em relação ao que ficar estabelecido entre as partes. Se não constar no respectivo termo que o acordo envolve todo o contrato de trabalho, a consequência lógica é a de que ela só resolve aquela reclamação, ou seja, as parcelas reclamadas naquele processo.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; no mérito, sem divergência, dar-lhe provimento parcial para, afastando a coisa julgada em relação às parcelas mencionadas na fundamentação, anular a r. decisão recorrida, determinar a baixa dos autos para que outra sentença seja proferida pelo colegiado julgador de primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5583/94  
PROCESSO TRT REX OFF 7230/93  
ORIGEM : JCJ DE MARABÁ  
RELATOR : JUÍZA LYGIA OLIVEIRA  
RECORRENTE(S) : RAIMUNDA MENDES DA SILVA ARAÚJO  
Advogado(s) : Drª. Aurenice Pinheiro Botelho  
RECORRIDO(S) : MUNICÍPIO DE MARABÁ - PREFEITURA MUNICIPAL  
Advogado(s) : Dr. Ronaldo Giusti Abreu

EMENTA : A sentença apreciou muito bem a hipótese que lhe foi submetida, cabendo apenas uma pequena modificação quanto à diferença salarial, que se faz no sentido de orientar a liquidação da parcela na fase própria.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa de ofício; sem divergência, dar-lhe provimento parcial para determinar que as diferenças salariais decorrentes do salário mínimo são devidas apenas nos meses em que efetivamente o pagamento do salário foi feito a menor, conforme holerites que se encontram nos autos, manter a r. decisão nos seus demais termos. Custas, como fixadas no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5584/94  
PROCESSO TRT RO 6037/93  
ORIGEM : 2ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUÍZA LYGIA OLIVEIRA  
RECORRENTE(S) : CÂNDIDO JAIR GOMES  
Advogado(s) : Dr. Raimundo Rubens Fagundes Lopes  
RECORRIDO(S) : ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - GETRAN  
Advogado(s) : Dr. Antonio Paulo Moraes das Chagas

EMENTA : Embora nulo o ato de contratação de servidor, por entidade pública, para emprego, sem concurso público, é de se reconhecer cabível o pagamento da contraprestação pela força de trabalho do obreiro, da qual se beneficiou a referida entidade.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; sem divergência, dar-lhe provimento parcial para, reformando em parte a sentença, deferir ao recorrente a parcela de salário retido, de modo simples, do período de junho a novembro/91, na base do salário mínimo, com juros e correção, manter a r. decisão recorrida nos demais termos, fazendo-se, entretanto, na mesma decisão, uma correção de ordem técnica para determinar a improcedência das parcelas restantes da reclamação. Custas como fixadas no primeiro grau de jurisdição.

ACORDÃO Nº 5585/94  
PROCESSO TRT RO 6169/93  
ORIGEM : 8ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUÍZA LYGIA OLIVEIRA  
RECORRENTE(S) : COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM - CODEM  
Advogado(s) : Dr. Marcelo Melra Mattod  
RECORRIDO(S) : ELY DE NAZARÉ MONTEIRO SOEIRO  
Advogado(s) : Dr. Antonio Nazareno L. dos Santos

EMENTA : Adicional de férias - Pagamento de uma gratificação maior que a vantagem constitucional.

Se o empregador, antecipando-se ao estabelecido na

Constituição Federal, remunera o empregado com um salário Intelto a mais por ocasião das férias, não pode ser obrigado a cumprir ainda o preceito constitucional que trouxe um adicional sobre referido direito.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso no mérito, sem divergência, dar-lhe provimento para julgar improcedente a parcela de 1/3 sobre as férias referentes aos períodos 87/88 a 90/91, nos termos da fundamentação, resultando na improcedência da reclamação. A empresa fica absolvida das custas, que passam a ser por conta do reclamante, sobre o valor que se arbitra para a condenação, na base de CR\$500.000,00, na quantia de CR\$10.000,63.

ACORDÃO Nº 5586/94  
PROCESSO TRT RO 519/93  
ORIGEM : JCJ DE MARABÁ  
RELATOR : JUIZ HERMES AFONSO  
RECORRENTE(S) : WLWTR FERRAMENTAL LTDA  
Advogado(s) : Dr. Gilberto Alves  
RECORRIDO(S) : JUCIVAL FERREIRA DA SILVA

EMENTA : Incumbe ao reclamante o ônus da prova de fato constitutivo de seu direito.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; por maioria de votos, vencido o Exmº Juiz relator, a Egrégia Turma deu provimento ao recurso para, reformando a decisão recorrida, julgar a reclamação totalmente improcedente. Custas pelo reclamante no valor de CR\$500,63 sobre CR\$25.000,00. Prolatrá o Acórdão o Exmº Juiz Revisor.

ACORDÃO Nº 5587/94  
PROCESSO TRT RO 1922/93  
ORIGEM : JCJ DE ABAETETUBA  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S/A  
Advogado(s) : Drª Aurenice Pinheiro Botelho  
RECORRIDO(S) : MANOEL ANTONIO CARVALHO DOS SANTOS  
Advogado(s) : Dr. Antonio Roberto F. Cardoso

EMENTA : O Art. 830 da CLT exige que os documentos apresentados em Juízo estejam autenticados.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso ordinário, por falta de habilitação de seu suscriptor.

ACORDÃO Nº 5588/94  
PROCESSO TRT RO 2130/93  
ORIGEM : 7ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO  
Advogado(s) : Dr. Orlando de Melo e Silva  
RECORRIDO(S) : JOEL EVERGLIO DA COSTA BORGES  
Advogado(s) : Dr. Manoel da Silva Tavares Junior

EMENTA : "Não há nulidade do processo quanto a MM. Junta dispensa testemunhas não trazidas pelo arrolante segundo compromisso processual prevendo tal penalidade".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; rejeitar a preliminar de nulidade do processo por cerceamento de defesa, por falta de amparo legal; sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida.

ACORDÃO Nº 5589/94  
PROCESSO TRT REX OFF 1671/93  
ORIGEM : JCJ DE BREVES  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : TELMA REGINA PAES DA COSTA E OUTROS  
RECORRIDO(S) : MUNICÍPIO DE BREVES - PREFEITURA MUNICIPAL

EMENTA : "É devido o levantamento do FGTS com juros e correção face a extinção da relação de emprego para o ingresso no regime estatutário".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa de ofício; rejeitar a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho por falta de amparo legal; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. decisão recorrida.

ACORDÃO Nº 5590/94  
PROCESSO TRT REX OFF E RO 1512/93  
ORIGEM : 2ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE-RECLAMADA(S) : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
Advogado(s) : Drª Maria do Rosário de Fátima S. Mattos e outros  
RECORRIDOS-RECLAMANTE(S) : BERENICE MORAIS PINTO E OUTROS

EMENTA : deve ser levantado o FGTS com juros e correção face mudança do regime jurídico na relação de trabalho.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos, ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao § 1º art. 6º da Lei nº 8.162/91. No mérito, sem divergência, negar-lhes provimento para confirmar a sentença recorrida em todos os seus termos.

ACORDÃO Nº 5591/94  
PROCESSO TRT RO 659/93  
ORIGEM : 3ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : MOTOGERAL LTDA  
Advogado(s) : Dr. Gilberto Pimentel Guimarães e outros  
RECORRIDO(S) : RAIMUNDO CÉLIO PINTO RAMOS  
Advogado(s) : Dr. Jader Nilson da Luz Dias e outros

EMENTA : "A justa causa para término contratual é matéria de fato que impõe ao empregador o ônus da prova".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em

conhecer do recurso; sem divergência, parcialmente, a decisão, excluir da condenação as diferenças de comissões e as horas extras com seus consectários, mantendo a douda sentença recorrida em seus demais termos.

ACORDÃO Nº 5592/94  
PROCESSO TRT RO 7090/92  
ORIGEM : 3ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : COPEM - CONSTRUTORA PARAENSE DE ESTRUTURAS METÁLICAS S/A  
Advogado(s) : Dr. Ricardo Rabelo : oriano de Mello e outros  
RECORRIDO(S) : ELIZUL LIMA MONTEIRO  
Advogado(s) : Drª Erliane Gonçalves Lima

EMENTA : A partir da Constituição Federal, em outubro/88, somente podemos admitir compensação de horários havendo expressa norma coletiva que autorize".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; sem divergência, dar-lhe provimento parcial para, reformando em parte a decisão recorrida, excluir da condenação as parcelas de horas extras e seus reflexos, bem como os descontos indevidos, mantida a d. sentença em seus demais termos.

ACORDÃO Nº 5593/94  
PROCESSO TRT RO 6551/92  
ORIGEM : 7ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : BANCO DA AMAZÔNIA S/A  
Advogado(s) : Dr. Agildo M. Cavalcante e outros

E SINDICATO DOS BANCÁRIOS NOS ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ  
Advogado(s) : Dr. Walcy César Ribeiro  
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : "Face a inconstitucionalidade incidental das medidas econômicas - Plano Bresser, URP de fevereiro/89 e IPC de março/90 - que violaram direito adquirido assegurado pela Constituição Federal, defer-se as diferenças salariais e consectários ao empregado".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso da reclamada; não conhecer do recurso do reclamante, por falta de habilitação de seu subscritor; rejeitar a preliminar de ilegitimidade ativa "ad causam", por falta de amparo legal; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao § 4º art. 8º do DL 2335/87 e aos arts. 5º e 6º da lei 7730/89; no mérito, por maioria de votos, vencida a Exmª Juíza presidente, negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida em todos os seus termos.

ACORDÃO Nº 5594/94  
PROCESSO TRT RO 693/93  
ORIGEM : 1ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO VALDIR ACATAUASSU NUNES  
Advogado(s) : Dr. Hilton da Silva Pontes e outros  
RECORRIDO(S) : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM CONDOMÍNIO DE EDIFÍCIOS E EMPREGADOS DE EMPRESAS DE COMPRA, VENDA E LOCAÇÃO DE IMÓVEIS DO ESTADO DO PARÁ  
Advogado(s) : Dr. Wellington Guedes Araújo e outros

EMENTA : "Aplica-se a reiterada jurisprudência desta 8ª região que reconhece o direito adquirido ao reajuste salarial pelo IPC de março/90 e declara a inconstitucionalidade incidental do item II e parágrafo 1º do art. 2º da Medida Provisória 154/90.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao item II, § 1º artigo 2º da Medida Provisória 154/90; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a r. sentença recorrida.

ACORDÃO Nº 5595/94  
PROCESSO TRT REX OFF E RO 2179/93  
ORIGEM : 8ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : LUIZ CLAUDIO RANGEL MACEDO  
Advogado(s) : Dr. Antonio Rangel Macedo  
RECORRIDO(S) : FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR SOCIAL DO PARÁ - FBESP

EMENTA : É nula a alteração contratual que prejudica os salários do trabalhador devendo ser mantida a equivalência ao mínimo legal.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa de ofício; sem divergência, negar-lhe provimento para conferir integralmente a r. decisão recorrida.

ACORDÃO Nº 5596/94  
PROCESSO TRT REX OFF E RO 680/93  
ORIGEM : JCJ DE TUCURUI  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : PEDRO RIBEIRO  
Advogado(s) : Drª Edileuza Paixão Meireles  
RECORRIDO(S) : MUNICÍPIO DE TUCURUI - PREFEITURA MUNICIPAL

EMENTA : "Somente a partir de outubro/88 com a edição da Magna Carta todos os trabalhadores celetistas passaram a ter direito ao FGTS; antes disso havia optantes e não optantes".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa de ofício; sem divergência, dar-lhe provimento para que no cálculo de liquidação seja considerado o período anterior a 05.10.88 quando o empregado não era optante pelo FGTS, mantida a r. sentença em seus demais termos.

ACORDÃO Nº 5597/94  
PROCESSO TRT RO 486/93

ORIGEM : 1ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : MARIA DE JESUS MAGALHÃES FAVACHO  
Advogado(s) : Dr. Carlos Alberto Prestes de Brito  
RECORRIDO(S) : TRANSPORTES BELÉM-LISBOS LTDA

EMENTA : "Justa causa é matéria de fato cujo ônus de prova incumbe ao empregador".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; rejeitar a preliminar de não conhecimento, suscitada pela d. Procuradoria Regional do Trabalho, por falta de amparo legal; sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar a r. decisão recorrida em todos os seus termos.

ACORDÃO Nº 5598/94  
PROCESSO TRT REX OFF 1226/93  
ORIGEM : JCJ DE TUCURUI  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : JOSÉ ROBERTO DE SOUZA  
Advogado(s) : Dr. Pedro Pereira de Souza  
RECORRIDO(S) : MUNICÍPIO DE TUCURUI - PREFEITURA MUNICIPAL

EMENTA : "É nula a contratação de servidor municipal sem concurso público, não se tratando de cargo comissionado, segundo o Art. 37 da Constituição da República.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa de ofício; sem divergência, dar-lhe provimento, em parte, para declarar nula a contratação, determinando a remessa de cópias ao Ministério Público Estadual para cumprimento do art. 37, § 2º da Magna Carta, devendo a reclamatória ser julgada totalmente improcedente. Custas pelo reclamante sobre CR\$-100.00,00 na quantia de CR\$-2.000,63, isento na forma da lei.

ACORDÃO Nº 5599/94  
PROCESSO TRT RO 1118/93  
ORIGEM : 8ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : ROCELIO FIGUEIREDO DONZA  
Advogado(s) : Dr. Ricardo Rabelo Soriano de Mello e outros  
RECORRIDO(S) : BANCO DO ESTADO DO AMAZONAS S/A  
Advogado(s) : Dr. Raimundo Barbosa da Costa e outros

EMENTA : "A negociação coletiva líquida as perdas salariais inflacionárias do período anterior à data-base da categoria".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao item II, § 1º artigo 2º da Medida Provisória 154/90; no mérito, por maioria de votos, dar, em parte, provimento ao recurso para, reformar parcialmente a decisão recorrida, deferir ao reclamante as diferenças do IPC de março de 1990, vencido em parte o Exmª Juiz Ivanildo Pontes que limitava a referida parcela à data-base; à unanimidade, manter a r. sentença em seus demais termos. Custas pela reclamada calculadas sobre CR\$500.000,00, no valor de CR\$10.000,63.

ACORDÃO Nº 5600/94  
PROCESSO TRT RO 6697/92  
ORIGEM : 2ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : BELAUTO ADMINISTRADORA LTDA  
Advogado(s) : Drª Leila Cristina Siqueira Fernandes  
RECORRIDO(S) : PAULO JOSÉ DA COSTA  
Advogado(s) : Dr. Jorge Mena Wanderley

EMENTA : "O Colendo TST através dos Enunciados nºs 316 e 317 reafirmou o direito adquirido dos trabalhadores aos reajustes do IPC de junho/87 e URP de fevereiro/89; a jurisprudência desta Oitava Região tem reconhecido igual direito em relação ao IPC de março/90.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; rejeitar as preliminares de incompetência da Justiça do trabalho e de chamamento da União para compor a lide, por falta de amparo legal; o Egrégio Tribunal Pleno, unanimemente, dispensou o interstício regimental para apreciar de imediato questão de inconstitucionalidade; por maioria de votos, vencidos os Exm's Juizes relator, Doménico Falest e José Severo, decretou a inconstitucionalidade do item II, § 1º art. 2º da MP 154/90. A E. Turma, ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao § 4º art. 8º do DL 2335/87 e aos Arts. 5º e 6º da Lei 7730/89. No mérito, sem divergência negar-lhe provimento para confirmar a r. sentença recorrida em todos os seus termos.

ACORDÃO Nº 5601/94  
PROCESSO TRT REX OFF E RO 424/93  
ORIGEM : 7ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA  
Advogado(s) : Drª Maria Adelaide Dias Barroso da Costa e outros

E DEUSDEDITH FREIRE BRASIL - (recurso adesivo)  
Advogado : Dr. Ediléia Valério dos Santos e outros  
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : "A jurisprudência desta Oitava Região tem reconhecido o direito adquirido dos trabalhadores ao reajuste salarial pelo IPC de março/90".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa de ofício e do recurso da reclamada; por maioria de votos, vencida a Exmª Juíza Revisora, conhecer do recurso adesivo do reclamante. O Egrégio Tribunal Pleno, dispensou o interstício Regimental para apreciar de imediato questão de inconstitucionalidade; por maioria de votos, vencidos os Exm's Juizes Relator, Doménico Falest e José Severo, decretou a inconstitucionalidade do item II, § 1º Art. 2º da MP 154/90. No mérito, sem divergência, negar-lhes provimento para confirmar a decisão em todos os seus termos.

ACORDÃO Nº 5602/94  
PROCESSO TRT RO 1243/93  
ORIGEM : 1ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : BANCO DA AMAZÔNIA S/A - BASA  
Advogado(s) : Dr. Haroldo Silva

E JOSÉ ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES  
Advogado(s) : Drª Paula Frassinetti Mattos e outros  
RECORRIDO(S) : OS MESMOS

EMENTA : "A parcela denominada RET (Regime Especial de Trabalho) ficava excluída do cálculo das contribuições previdenciárias porque não integraria o benefício de complementação; e a parcela denominada produtividade somente é devida ao pessoal da ativa não sendo direito dos aposentados".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; rejeitar as preliminares de incompetência da Justiça do Trabalho, de ilegitimidade de parte e carência de ação, bem como ofensa à Constituição Federal, por falta de amparo legal; no mérito, por maioria de votos, vencidos os Exm's Juizes Presidente e Revisor, dar provimento aos recursos das reclamadas para, reformando a sentença recorrida, julgar totalmente improcedente a ação, ficando prejudicado o recurso do reclamante que fica condenado nas custas sobre o valor arbitrado em CR\$500.000,00 na quantia de CR\$10.000,63.

ACORDÃO Nº 5603/94  
PROCESSO TRT REX OFF 1629/93  
ORIGEM : JCJ DE TUCURUI  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : MARIA IZABEL MARTINS BARROSO  
Advogado(s) : Drª Edileuza Paixão Meireles  
RECORRIDO(S) : MUNICÍPIO DE TUCURUI - PREFEITURA MUNICIPAL

EMENTA : "Devem ser deferidas as diferenças salariais e consectários das medidas econômicas - Plano Bresser e URP de fevereiro/89 - face violação do direito adquirido assegurado pela Constituição Federal.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer da remessa de ofício; ratificando as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao § 4º do artigo 8º do Decreto-Lei 2335/87 e aos artigos 5º e 6º da lei 7730/89. No mérito, sem divergência, dar provimento, em parte, para reformando parcialmente a sentença recorrida, excluir da condenação a indenização pelo não cadastramento no PIS/PASEP; por maioria de votos vencido o Exmª Juiz Doménico Falest quanto as limitações dos Planos Econômicos, manter a sentença em seus demais termos.

ACORDÃO Nº 5604/94  
PROCESSO TRT REX OFF E RO 2033/93  
ORIGEM : JCJ DE MARABÁ  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FNS  
Advogado(s) : Dr. Luiz Firme Ferraz Filho  
RECORRIDO(S) : RAMIRO PEREIRA CARDOSO  
Advogado(s) : Drª Kelli Rangel Vilela e outros

EMENTA : "O Colendo TST através dos Enunciados nºs 316 e 317 reafirmou direito adquirido dos trabalhadores aos reajustes salariais pelo IPC de junho/87 e URP de fevereiro/89; no mesmo sentido a jurisprudência desta Oitava Região considera devido o IPC de março/90.

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer dos recursos; rejeitar a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho, à falta de amparo legal; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto aos arts. 5º e 6º da Lei 7730/89 e item II, § 1º do art. 2º da Medida Provisória 154/90; no mérito, sem divergência, dar-lhes provimento para, reformando parcialmente a decisão recorrida excluir da condenação as verbas decorrentes do Plano Bresser e IPC de abril/90; manter a douda sentença nos demais termos.

ACORDÃO Nº 5605/94  
PROCESSO TRT RO 1578/93  
ORIGEM : 8ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : ARMANDO DE MOURA BRITO E OUTROS  
Advogado(s) : Dr. Evandro de Oliveira Costa e outro  
RECORRIDO(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS  
Advogado(s) : Drª Valdisé Duarte Melo

EMENTA : "Não há inépcia da inicial quando estão claros os objetos da ação (diferenças salariais e repercussões) bem como a causa de pedir (Plano Bresser)".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; sem divergência, dar-lhe provimento para, reformando a d. sentença, rejeitar a inépcia da inicial com extinção do processo sem julgamento do mérito, determinando a baixa dos autos à MM. Junta de origem para que julgue como de direito.

ACORDÃO Nº 5606/94  
PROCESSO TRT RO 669/93  
ORIGEM : JCJ DE CAPANEMA  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : TRANSPORTE BRASILEIRO LTDA  
Advogado(s) : Dr. Haroldo Carlos do Nascimento Cabral  
RECORRIDO(S) : MOACIR NUNES DA CRUZ  
Advogado(s) : Dr. José Raimundo Soares Montenegro

EMENTA : "A jurisprudência do Colendo TST reafirma o direito adquirido dos trabalhadores pelos reajustes salariais impedidos pelos Planos Bresser e Verão - Enunciados nºs 316 e 317; e a jurisprudência desta Oitava Região tem mantido o mesmo entendimento em relação ao Plano Collor (IPC de março/90)".

DECISÃO : ACORDAM os Juizes da Primeira Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, unanimemente, em conhecer do recurso; ratificar as reiteradas declarações de inconstitucionalidade feitas pelo Tribunal Pleno quanto ao § 4º art. 8º do Decreto-Lei 2335/87, arts. 5º e 6º da Lei 7730/89 e item II, § 1º art. 2º da Medida Provisória 154/90; no mérito, sem divergência, negar-lhe provimento para confirmar integralmente a r. decisão recorrida.

ACORDÃO Nº 5607/94  
PROCESSO TRT RO 622/93  
ORIGEM : 2ª JCJ DE BELÉM  
RELATOR : JUIZ LUIZ ALBANO  
RECORRENTE(S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS  
Advogado(s) : Dr. José Alberto Baptista Santos

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte: O ESPÉCIMO TRIBUTAL REGIONAL, DO TRABALHO DA CÍVICA PEREIRA, HONTEMENTE, HOMOLOGOU O ACORDO FIRMADO ENTRE O DEMANDANTE, SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS DO ESTADO DO PARÁ E O DEMANDADA, A PREVIDÊNCIA DO PARÁ LÍDA, nos seguintes termos: CLAUSULA I - REAJUSTE SALARIAL - Os salários dos integrantes da categoria profissional demandante serão reajustados, a partir de 1º de maio de 1994, utilizando-se a fórmula seguinte: A) aplicação, sobre os salários vigentes em 1º de fevereiro de 1994, da variação acumulada do INPC, apurada no período de maio/93 a fevereiro/94, descontados os aumentos espontâneos e compulsórios concedidos no período acima, exceto os decorrentes do término de aprendizagem, implento de idade, promoção por mérito ou antiguidade, transferência de cargo, função, localidade ou equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado; b) utilização do salário já reajustado, neste mês, como componente à obtenção da média em URV do quadrimestre anterior, para conversão estabelecida pelo art. 19, incisos I e II, da Lei nº 8.880, de 27.05.94, ficando os salários, a partir de março de 1994, convertidos em URV, observado o 50º a referido artigo 19, §1º - A tabela de piso salarial praticada pela empresa será reajustada nos termos do "caput", §2º - Os efeitos financeiros da presente conciliação dar-se-ão a partir de 1º de agosto de 1994.

[illegible]

[illegible]

Tomaram parte do julgamento os Exm<sup>os</sup> Srs.  
Juizes:  
Dr. Marilda Coelho. Haroldo Alves. Eosiba  
Massar. Hermes Tupinambá, Juizesogados.  
Dr. Domenico Felesi. Juiz Empregador.  
Sr. José Teixeira, Juiz Empregado.  
Sr. Aginaldo Alcântara. Juiz Empregado.  
Dr. Fernando Nunes, Supl. Juiz Empregador.  
revocado.  
Drs. Joaquina Rebelo. Pastora Leal.  
Georgenor Franco Filho, Juizes Convocados.  
Procurador do Trabalho: Dr. Atahualpa  
Fernandez Neto.

RUTH HELENA KLAUTAU  
Secretária de Plano

PROCESSO TRT DC 5461/84.  
DEMANDANTE: OCRM S/A - PRODUTOS  
ALIMENTÍCIOS.  
DEMANDADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS  
INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DOS ESTADOS DO  
PARÁ E AMAPÁ.

[illegible]

QUINTA-FEIRA, 8 DE SETEMBRO DE 1994

DIÁRIO OFICIAL - CADERNO 8

operadores localmente, que tenham a qualidade posse legal dos meios, na forma estabelecida por a seus anos. PARAGRAFO UNICO - Quando não for possível a empresa trabalhar a crédito, ficará obrigada ao pagamento do prêmio por conta do salário mínimo, para cada dependente, não importando tal valor com a incapacidade, nos termos do art. 458 do CLT. 2. PARAGRAFO UNICO - Todas as empresas de empresa que estiverem empregando filhos de até seis meses de idade mediante contribuição através de entidade de nascimento, poderão usufruir de todas as medidas de proteção na atividade do serviço, sem qualquer prejuízo salarial ou funcional. 3. PARAGRAFO UNICO - Quando a empresa, por ocasião do falecimento do dependente, a pagar, a título de ajuda funeral, o valor correspondente a um ou mais salários mínimos, em caso de morte natural ou acidental. PARAGRAFO UNICO - Em caso de morte do empregado, a empresa obrigase a adiantar o valor correspondente à indenização do seguro de vida em grupo a que ele fizer jus, aos dependentes legais, no prazo máximo de 24 horas, contado a partir da comunicação à empresa, pela seguradora, do valor do prêmio, desde que fique previamente ajustado com os dependentes na forma de resseguramento à empresa. 4. AUXILIO-DOENÇA/AQUISICAO DE FERIAS - A concessão de auxílio-doença pela previdência social não interromperá a contagem do tempo de serviço, para efeito de aquisição de férias, nem prejudicará o direito ao gozo das mesmas, desde que não seja superior a trinta dias, contado do período de quinze dias, onde, por obrigação legal, a empresa permanente, com capital segurado mínimo de doze vezes o salário do empregado. 5. UTILIDADE - os empregados poderão adquirir, a preço de custo, produtos de fabricação da empresa, ficando o consumo limitado, para cada empregado, em: trinta pacotes mensais, sendo vinte de massa (500 gr cada) e dez de farinha de trigo (1 kg cada), sem que isso reduza o salário-utlidade, para os efeitos do art. 458 do CLT. PARAGRAFO UNICO - Para o segurado aos empregados o direito de requisitar a cesta básica entre os dias 19 e 14 de cada mês e que o valor a ser descontado ao final do mês será sempre o dobro da requisição. 7. CESTA-BASICA - compromete-se a empresa a fornecer, trimestralmente uma cesta básica, a título de prêmio assiduidade, que não poderá ser considerada como salário-utlidade (art. 458, CLT), a todos os seus empregados que, no trimestre, tiverem no máximo cinco faltas justificadas ao serviço, entendendo-se como tal todas aquelas que tiverem sido autorizadas através de atestados médicos ou telefônicos ou dispensa autorizada pela empresa. A cesta será composta dos seguintes produtos: cinco quilos de arroz; cinco quilos de feijão; dez quilos de leite em pó; um quilo de charque; duas latas de Alca de leite; duas latas de leite em pó; um quilo de manteiga e dois quilos de farinha de trigo. PARAGRAFO UNICO - Quando a empresa transformar o valor equivalente à cesta básica em "ticket" ou cheque-guarnecido a apresentar que a entrada da cesta ou "ticket" ocorrerá em conjunto com o pagamento do final do mês. PARAGRAFO UNICO - PARAGRAFO UNICO - Serão abonadas e justificadas, inclusive para efeitos de aquisição e gozo de férias, as faltas ao serviço nos casos de: a) DOENÇAS HEREDITARIAS comprometendo a saúde; b) doenças obrigatórias previstas na legislação; c) estabelecimentos oficiais e reconhecidos, desde que avisada a empresa, em antecedência mínima de 48 horas, em conformidade posteriormente; d) OBRIGAO FÉRIAS - ausência da mãe trabalhadora, até no máximo de quinze dias por ano, por necessidade de consulta médica do filho de até seis anos de idade, cuja comprovação deverá ser feita mediante declaração médica; e) NASCIMENTO DE FILHOS - os empregados do sexo masculino, por ocasião do nascimento de filhos, à razão de três dias, contado da parto, para fins de para recebimento pelo trabalhador, de seus dependentes. PARAGRAFO UNICO - CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO - A validade do presente sentença os contratos individuais de trabalho obedecerão às seguintes normas: 1. EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DIVERSA - quando o trabalhador será obrigado a exercer função diversa da descrita em seu contrato de trabalho e anotado em sua CTP. A recusa não gerará efeitos punitivos, previstos na legislação vigente. 2. ACORDOS DE COMPENSAÇÃO NA JORNADA DE TRABALHO - os acordos para compensação da jornada de trabalho só terão validade quando celebrados com participação da entidade profissional demandante. 3. FÉRIAS REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO - quando o feriado coincidir com o sábado e dia considerado como repouso, a empresa reduzirá a jornada diária de trabalho de 8 horas para 6 horas e 45 minutos, com redução de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 4. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compensação para reduzir a jornada de trabalho, em horário que o trabalhador não possa exercer, a empresa deverá indenizar o empregado, quando não o fizer, com o valor correspondente ao período de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 5. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compensação para reduzir a jornada de trabalho, em horário que o trabalhador não possa exercer, a empresa deverá indenizar o empregado, quando não o fizer, com o valor correspondente ao período de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 6. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compensação para reduzir a jornada de trabalho, em horário que o trabalhador não possa exercer, a empresa deverá indenizar o empregado, quando não o fizer, com o valor correspondente ao período de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 7. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compensação para reduzir a jornada de trabalho, em horário que o trabalhador não possa exercer, a empresa deverá indenizar o empregado, quando não o fizer, com o valor correspondente ao período de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 8. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compensação para reduzir a jornada de trabalho, em horário que o trabalhador não possa exercer, a empresa deverá indenizar o empregado, quando não o fizer, com o valor correspondente ao período de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 9. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compensação para reduzir a jornada de trabalho, em horário que o trabalhador não possa exercer, a empresa deverá indenizar o empregado, quando não o fizer, com o valor correspondente ao período de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 10. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compensação para reduzir a jornada de trabalho, em horário que o trabalhador não possa exercer, a empresa deverá indenizar o empregado, quando não o fizer, com o valor correspondente ao período de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 11. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compensação para reduzir a jornada de trabalho, em horário que o trabalhador não possa exercer, a empresa deverá indenizar o empregado, quando não o fizer, com o valor correspondente ao período de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 12. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compensação para reduzir a jornada de trabalho, em horário que o trabalhador não possa exercer, a empresa deverá indenizar o empregado, quando não o fizer, com o valor correspondente ao período de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 13. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compensação para reduzir a jornada de trabalho, em horário que o trabalhador não possa exercer, a empresa deverá indenizar o empregado, quando não o fizer, com o valor correspondente ao período de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 14. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compensação para reduzir a jornada de trabalho, em horário que o trabalhador não possa exercer, a empresa deverá indenizar o empregado, quando não o fizer, com o valor correspondente ao período de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 15. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compensação para reduzir a jornada de trabalho, em horário que o trabalhador não possa exercer, a empresa deverá indenizar o empregado, quando não o fizer, com o valor correspondente ao período de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 16. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compensação para reduzir a jornada de trabalho, em horário que o trabalhador não possa exercer, a empresa deverá indenizar o empregado, quando não o fizer, com o valor correspondente ao período de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 17. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compensação para reduzir a jornada de trabalho, em horário que o trabalhador não possa exercer, a empresa deverá indenizar o empregado, quando não o fizer, com o valor correspondente ao período de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 18. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compensação para reduzir a jornada de trabalho, em horário que o trabalhador não possa exercer, a empresa deverá indenizar o empregado, quando não o fizer, com o valor correspondente ao período de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 19. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compensação para reduzir a jornada de trabalho, em horário que o trabalhador não possa exercer, a empresa deverá indenizar o empregado, quando não o fizer, com o valor correspondente ao período de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 20. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compensação para reduzir a jornada de trabalho, em horário que o trabalhador não possa exercer, a empresa deverá indenizar o empregado, quando não o fizer, com o valor correspondente ao período de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 21. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compensação para reduzir a jornada de trabalho, em horário que o trabalhador não possa exercer, a empresa deverá indenizar o empregado, quando não o fizer, com o valor correspondente ao período de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 22. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compensação para reduzir a jornada de trabalho, em horário que o trabalhador não possa exercer, a empresa deverá indenizar o empregado, quando não o fizer, com o valor correspondente ao período de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 23. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compensação para reduzir a jornada de trabalho, em horário que o trabalhador não possa exercer, a empresa deverá indenizar o empregado, quando não o fizer, com o valor correspondente ao período de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 24. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compensação para reduzir a jornada de trabalho, em horário que o trabalhador não possa exercer, a empresa deverá indenizar o empregado, quando não o fizer, com o valor correspondente ao período de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 25. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compensação para reduzir a jornada de trabalho, em horário que o trabalhador não possa exercer, a empresa deverá indenizar o empregado, quando não o fizer, com o valor correspondente ao período de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 26. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compensação para reduzir a jornada de trabalho, em horário que o trabalhador não possa exercer, a empresa deverá indenizar o empregado, quando não o fizer, com o valor correspondente ao período de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 27. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compensação para reduzir a jornada de trabalho, em horário que o trabalhador não possa exercer, a empresa deverá indenizar o empregado, quando não o fizer, com o valor correspondente ao período de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 28. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compensação para reduzir a jornada de trabalho, em horário que o trabalhador não possa exercer, a empresa deverá indenizar o empregado, quando não o fizer, com o valor correspondente ao período de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 29. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compensação para reduzir a jornada de trabalho, em horário que o trabalhador não possa exercer, a empresa deverá indenizar o empregado, quando não o fizer, com o valor correspondente ao período de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 30. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compensação para reduzir a jornada de trabalho, em horário que o trabalhador não possa exercer, a empresa deverá indenizar o empregado, quando não o fizer, com o valor correspondente ao período de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 31. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compensação para reduzir a jornada de trabalho, em horário que o trabalhador não possa exercer, a empresa deverá indenizar o empregado, quando não o fizer, com o valor correspondente ao período de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 32. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compensação para reduzir a jornada de trabalho, em horário que o trabalhador não possa exercer, a empresa deverá indenizar o empregado, quando não o fizer, com o valor correspondente ao período de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 33. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compensação para reduzir a jornada de trabalho, em horário que o trabalhador não possa exercer, a empresa deverá indenizar o empregado, quando não o fizer, com o valor correspondente ao período de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 34. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compensação para reduzir a jornada de trabalho, em horário que o trabalhador não possa exercer, a empresa deverá indenizar o empregado, quando não o fizer, com o valor correspondente ao período de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 35. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compensação para reduzir a jornada de trabalho, em horário que o trabalhador não possa exercer, a empresa deverá indenizar o empregado, quando não o fizer, com o valor correspondente ao período de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 36. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compensação para reduzir a jornada de trabalho, em horário que o trabalhador não possa exercer, a empresa deverá indenizar o empregado, quando não o fizer, com o valor correspondente ao período de 15 minutos de intervalo para o almoço e 15 minutos de intervalo para o café da manhã, e 15 minutos de intervalo para o jantar. 37. FÉRIAS - quando a empresa conceder uma compens

[illegible][illegible]

Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - para que possa participar da empresa e os trabalhadores, ou seja, seja representados pela entidade sindical profissional, respectivamente, reconhecendo a importância e a autonomia (em ambas as partes) da entidade e o estrito cumprimento das normas de segurança estabelecidas em lei. 3. A presente sentença normativa ou nos contratos individuais de trabalho, no primeiro dia de trabalho a empresa dará ao empregado treinamento necessário à utilização, nas condições que serão aplicáveis, os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), bem como do conhecimento, se houver, das áreas perigosas ou insalubres e informará sobre os riscos de eventuais doenças agudas e crônicas ao seu posto de trabalho. 4. PREVENÇÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO - manterá a empresa o material necessário à prestação de primeiros socorros, além de profissionais da área de saúde - pessoal médico ou através de empresas de assistência médica conveniadas - para atender o trabalhador em caso de acidente de trabalho, inclusive CAT - Comunicação de Acidente de Trabalho, do INSS e providenciará o transporte do acidentado; 4. ATESTADOS ODONTOLÓGICOS - a empresa compromete-se a aceitar atestados odontológicos subscritos por profissional do ramo, pertencentes ao sindicato profissional ou do SESI, quando o afastamento do trabalho não for superior a três dias por mês; 5. ASSISTÊNCIA MÉDICA - obriga-se a empresa a prover seus empregados e dependentes, devidamente habilitados, durante o curso do contrato laboral, de assistência médico-hospitalar, através de convênio com entidade do setor. PARÁGRAFO ÚNICO - Compromete-se a empresa a estudar a viabilidade de firmar convênio com o SESI para implantação de assistência odontológica a seus empregados no próprio local de trabalho; 6. NECESSIDADES HIGIÊNICAS - a empresa manterá em sua caixa de primeiros socorros absorventes higiênicos para as ocorrências emergenciais, bem como proporcionará produtos adequados à higiene pessoal dos seus empregados de acordo com as condições específicas do trabalho realizado; 7. RESTAURANTE E REFEIÇÃO - obriga-se a empresa a fornecer alimentação a seus trabalhadores, em local apropriada, com cardápio variado, mediante convênio firmado com empresa de fornecimento de alimentação, garantindo inspeção por profissional da área de B. COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO - o sindicato profissional será comunicado, no prazo de 24 horas, da ocorrência de qualquer acidente e/ou morte ocorrido no horário de serviço, nos estritos termos do art. 142, §1º, do Dec. 611/92 (RFBF). A comunicação será feita com o encaminhamento de uma cópia da CAT ou de outro documento exigido pelo Mtb. CLAUSULA XV - DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS - 1. EXAMES ADMISSORAIS A CONSTATÓRIA DE GRAVIDEZ - Fica terminantemente proibida a realização de exames para constatação de gravidez, bem como a obrigatoriedade de apresentação do atestado de laqueadura - comprovatório da condição de esterilização da mulher - no momento da realização dos exames médicos admissionais; 2. DIREITOS E DEVERES - os direitos e deveres da entidade sindical e da empresa, bem como de seus trabalhadores, são aqueles previstos em lei, na presente sentença normativa e nos contratos individuais de trabalho e, quando for o caso, nos acordos coletivos aditivos ao presente; 3. DIVULGAÇÃO DA SENTENÇA NORMATIVA - a empresa fica obrigada a afixar em lugar destacado cópia da presente sentença normativa, para amplo conhecimento dos trabalhadores, ficando responsável pelo fornecimento dessas cópias, conforme determinação do art. 614, §2º, da CLT; 4. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA NORMATIVA - as controvérsias oriundas da aplicação da presente sentença normativa serão dirimidas pela Justiça do Trabalho, através de ação própria, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja; 5. MULTA - fica estabelecida a multa de uma diária, por empregado e por infração a qualquer cláusula da presente sentença normativa, que reverterá em favor dos trabalhadores, a ser paga pela parte infratora, seja empresa, empregado ou sindicato; 6. DA REVISÃO, PRORROGAÇÃO OU DENÚNCIA - a presente sentença normativa poderá ser prorrogada, revisada ou denunciada a qualquer tempo, mediante entendimento entre as partes e respeitadas as normas legais aplicáveis ao caso; 7. MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIOS E VANTAGENS - consideram-se incorporados à presente sentença normativa todos os benefícios e vantagens acertados na sentença normativa anterior, cartas compromissos, normas e/ou práticas vigentes, bem como atos sumariados e não contemplados neste existentes; 9. VIGÊNCIA E DATA-BASE - a presente sentença normativa terá vigência de um ano, contado do 1º de junho de 1994 a 31 de maio de 1995. Fica ratificada a data-base da categoria em 1º de junho, a unanimidade, o Egrégio Tribunal Indiferente a homologação de cláusula de contribuição confederativa, porque mensal e estipulando 1% (um por cento) do desconto somente para

1. *Chlorophyll a* and *Chlorophyll b* were determined by the method of Arar and Cook (1987).  
 2. *Chlorophyll a* and *Chlorophyll b* were determined by the method of Arar and Cook (1987).  
 3. *Chlorophyll a* and *Chlorophyll b* were determined by the method of Arar and Cook (1987).

[illegible]

Recibido 12 de agosto de 1984

WILLIAM FLEETMAN FLETCHER  
Governor of the Colony

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROFESSORA (RI DC 3845/94).  
DEMANDANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS  
INDUSTRIAS DE PESCA DO ESTADO DO PARA.  
DEMANDADO: SINDICATO DA INDUSTRIA DE PESCA  
DO ESTADO DO PARA.  
RELATORA: Juiza Pastora Leal.  
REVISOR: Juiz Aquinaldo Alcântara.  
IMPEDIDA: Dra Joaquina Rebelo.  
Em defesa do demandante, usou da palavra seu  
patrono, Dr. Incôcnio Mártires Coelho Jr.

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte: o EGRESSO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA QUINTA REGIÃO, UNANIMAMENTE, JULGOU EM PARTE PROCEDENTE O PRESENTE VISSUDO COLETIVO PARA ESTABELECEER A SEQUINTE SENTENÇA NORMATIVA: CLÁUSULA I - REAJUSTE SALARIAL - Os salários dos integrantes da categoria profissional demandante serão reajustados, a partir de 1º de junho de 1994, utilizando-se a seguinte fórmula: a) aplicação sobre os salários vigentes em 28 de fevereiro de 1994 da variação acumulada integral do INPC, apurada no período de junho de 1993 a fevereiro de 1994, descontados os aumentos espontâneos ou compulsórios concedidos no período, exceto os decorrentes de término de aprendizagem, implemto de idade, promoção por antiguidade ou merecimento, transferência de cargo, função, estabelecimento, localidade ou equiparação salarial determinada por sentença, transitada em julgado; b) utilização do salário já reajustado em fevereiro de 1994 como componente à obtenção da média em URV do quadrimestre anterior para a conversão estabelecida pelo art. 19, incisos I e II, da Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994, ficando os salários, a partir de março de 1994, convertidos em URV, observado o 98º do mencionado art. 19. CLÁUSULA II - AUMENTO REAL - Após reajustados na forma da cláusula anterior, os salários terão aumento de 3% (cinco por cento). CLÁUSULA III - TABELA DE PISOS SALARIAIS - A tabela de pisos salariais praticada pelas empresas será reajustada nos termos das Cláusulas I e II. CLÁUSULA IV - VIGENCIA - A presente sentença normativa terá vigência de um ano, a contar de 1º de junho de 1994. A Cláusula II foi aprovada por maioria de votos, vencida a Exmª Juíza Rosita Nassar que a indeferia. As demais cláusulas foram aprovadas à unanimidade. Custas na quantia de R\$7,27 sobre R\$363,63, para cada uma das partes.

Presidente: Dr. ITAIR SÁ DA SILVA.

Tomaram parte no julgamento os Exm<sup>as</sup> Srs.  
Juizes:  
Drs. Marilda Coelho, Haroldo Alves, Rosita  
Nassar, Hermes Tupinambá, Juizes Legados,  
Dr. Domenico Falesi, Juiz Empregador,  
Dr. Fernando Nunes, Supl. Juiz Empregador,  
convocado.  
Sr. José Teixeira, Juiz Empregado.  
Dr. Georgeon Franco Filho, Juiz Convocado.  
Procuradora do Trabalho: Dr.<sup>a</sup> Estanislau  
Fernanda Neto.

Relevé 1<sup>er</sup> de agosto de 1994

FOIHE HELENA DE GUTAU  
Secretaria do Plano

(G. Reg. 5280)

PROCESSO TRT RD 5301/93

RECORRENTE: SILVANA MARIA MAIA SAMPAIO PAIXÃO  
Adv.: Dr. Joaquim Lopes de Vasconcelos

RECORRIDO : MUNICIPIO DE SANTA LUZIA DO PARUA -  
HOSPITAL MUNICIPAL HEMETARIO MARCOS  
WEBER  
Adv.: Dr. Victorio de Oliveira Ricci

DESPACHO

O recurso de fls. 150/153 atende aos pressupostos legais e fundamenta-se nas alíneas "a" e "c" do artigo 896 da CLT.

Inconformar-se a recorrer com o v. Acórdão 4198/94 que, confirmando a decisão de 1ª instância, julgou-a carecedora do direito de ação nesta Justiça do Trabalho. Suscita a preliminar de nulidade por julgamento "extra-petita" e, no mérito, alega violação à lei e divergência jurisprudencial.

Os gastos trazidos aos autos por ocasião do recurso ordinário (fls. 118/131), e invocado na argumentação, conseguem evidenciar o pressuposto contido na alínea "a" do artigo 896 da CLT, motivo pelo qual dou seguimento ao apelo, no efeito devolutivo. Intimar.

~~Belém, 8 de agosto de 1994~~

ITAIR 5A BA SILV  
Presidente

PROCESSO TRT RO 7197/92

RECORRENTE: BANCO ITAÚ S/A.  
Adv.: Drs. Paulo Brito Chermont e  
Livia Cunha Chermont

RECORRIDA : SUZETE CARDOSO ANTÔNIO JOSÉ  
Adv.: Dr. Alfredo Augusto Ribeiro

D E S P A C H O

O recurso de revista é tempestivo, suscrito por advogados habilitados nos autos e foi efetuado o preparo.

Não se conforma a recorrente com a decisão regional que, com base em reiterada jurisprudência do Plenário no sentido de decretar a inconstitucionalidade de dispositivos da política econômica, deferiu a reclamante diferenças salariais em virtude da edição dos planos Verão e Collor. Questiona também a limitação dos planos, além do indeferimento dos pleitos de compensação e de descontos previdenciários e fiscais.

Com a transcrição de fls. 223, do Enunciado nº 315 do TST, considero evidenciado o pressuposto da alínea "a" do art. 896 da CLT, em relação ao IPC de março/90.

Ante o exposto e nos termos do Enun-  
ciado 285/TST, admito a interposição da revista,  
no efeito devolutivo. Intimar.

Belém, 9 de agosto de 1994

ITAIR SA DA SILVA  
Presidente

PROCESSO TRT Nº AP 1523/93

**RECORRENTE:-CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS  
FUNCIONÁRIOS DO BANCO DA AMAZÔNIA - CAPAF  
Adv.: Dr. Ophir Cavalcante Junior**

**RECORRIDOS:- GANDY YEDO DA ROCHA ARANHA**  
**Adv. : Dra. Paula Frassinetti Mattos**  
**e**  
**BANCO DA AMAZÔNIA S/A - BASA**  
**Adv.: Dr. Manoel Monteiro dos Santos**

**DESPACHO**

1 - O recurso foi interposto no prazo, está firmado por advogado com poderes nos autos, tendo sido feito o depósito recursal.

II - Além da revista, a recorrente pretende ver declarada a nulidade de sua intimação feita através de publicação na imprensa oficial, por não ter constado o seu nome na publicação do Acórdão Nº 3568/84, 2ª T, prolatado no agravo de petição Interposto pelo Banco da Amazônia S.A. para suspender a execução ao argumento de que haveria, em curso, duas demandas entre as mesmas partes sobre o mesmo objeto. Aduz que a omissão lhe causou prejuízo na medida em que, sem dela ter tomado ciência, ficou impossibilitado de ingressar com os embargos declaratórios necessários para o questionamento do tema constitucional ensejador da revista, alegando violação ao art. 5º, incisos II e LV, da Constituição Federal.

II - Em que pese as argumentações do recurso, não há, no meu entender, como admitir o apelo. É que, embora não tivesse constado o nome da recorrente na publicação do acórdão, a identificação do processo poderia ser feita pelo seu número ou pelo nome das demais partes - agravante e agravado. A verdade é que a recorrente deixou, inclusive, de contraminutar o agravo de petição, embora regularmente notificada (guia a fls. 1474), conforme foi certificado a fls. 1476. Além disso, a matéria do que se trata - nulidade do acórdão proferido em agravo de petição, dada a omissão do nome da illiconorte - não alcançou o terreno constitucional e só por via reflexa poderia causar conariedade à Constituição. A jurisprudência colacionada, por sua vez, toma-se sem valor, ante a impossibilidade de seguimento do recurso. Quando muito, seria hipótese de retificação e republicação do acórdão.

IV - Por todo o exposto, nego seguimento ao apelo. Intime-se.

Belém, 9 de agosto de 1994

MARILDA WANDERLEY COELHO  
Vice-presidente no Impedimento do Presidente